



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

II colóquio nacional espaço e diferença

Goiânia — UFG
30/02 a 02/04/16

Laboratório de Estudos de Gênero,
Étnico-Raciais e Espacialidades
Instituto de Estudos Socioambientais
Universidade Federal de Goiás

contatos: 62 3521-1184 R. 241
lagente.iesa.ufg@gmail.com



realização



apoio





II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Arte da capa

Márcio Vinicius Pires de França

Editor

Guellwaar Adun

Comunicação

Mariza Fernandes dos Santos

Eufrasia Nahako Songa

Formatação dos originais

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Mariza Fernandes dos Santos

Coordenação

Alex Ratts

Vinícius Gomes de Aguiar

Realização

Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades – LaGENTE

Instituto de Estudos Socioambientais – IESA

Universidade Federal de Goiás – UFG

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG

Instituto de Estudos Socioambientais – IESA



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Reitor

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral

Vice-Reitor

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz Filho

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Profa. Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Profa. Dra. Giselle Ferreira Ottoni Candido

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Prof. Dr. Carlito Lariucci

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Prof. Dr. Geci José Pereira da Silva

Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária

Técnico de Laboratório Elson Ferreira de Moraes

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS – IESA

Diretora

Prof. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Vice-Diretor

Prof. Dr. Vanilton Camilo de Souza

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador

Prof. Dr. Prof. Dr. Manuel Eduardo Ferreira

Sub-coordenadora

Profa. Dra. Eliana Marta Barbosa de Moraes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Coordenador

Prof. Dr. Camilo Braz

Sub-coordenadora

Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS E ESPACIALIDADES

Coordenação

Prof. Dr. Alex Ratts

Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Alex Ratts - IESA/UFG

Prof. Dr. Vinicius Gomes Aguiar - IESA/UFG

Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa - UFT

Profa. Dra. Lorena Francisco de Souza - UEG

Profa. Dra. Carmem Lúcia Costa - CAC/UFG

Profa. Dra. Joseli Maria Silva - UEPG

Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos - UERJ

Prof. Dr. Denilson Araújo de Oliveira - UERJ

Prof. Dr. Diogo Marçal Cirqueira – UFF

Prof. Dr. Allysson Fernandes Garcia – UFG/UEG

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Ms. Gabriel Elias Rodrigues de Souza - CEPAE/UFG

Profa. Ms. Ana Maria Martins Queiroz - PPGEQ/IESA/UFG

Prof. Ms. Patrício Alves Pereira de Sousa - CEFET/RJ - PPGEQ/UFRJ

Ms. Talita Cabral Machado - PPGEQ/IESA/UFG

Ms. Rúbia Elza Martins - PPGEQ/IESA/UFG

Prof. Ms. José Paulo Teixeira - PPGEQ/IESA/UFG

Profa. Ms. Alessandra Barreira da Silva – LaGENTE/Rede Pública Estadual

Prof. Ms. Bruno dos Santos Hammes - UFT

Profa. Ana Beatriz da Silva – UNIRIO

Ana Lúcia Lourenço dos Santos - PPGEQ/IESA/UFG

Mariza Fernandes dos Santos - PPGEQ/IESA/UFG

Igor Fernandes de Alencar - PPH/FH/UFG

Eufrasia Nahako Songa - PPGAS/FCS/UFG

Odete de Araújo Costa - PPGAS/FCS/UFG

Regina Pereira Santana – IESA/UFG

Wanderson Vinicius Carvalho Corado – IESA/UFG, Rede Básica

Márcio Vinicius Pires de França – IESA/UFG

Lucas Almeida Sousa – IESA/UFG

Michelle Andrade Silva – IESA/UFG

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria – IESA/UFG

Daniel Lopes dos Santos – IESA/UFG, Rede Básica

Antonilde Rosa Pires – EMAC/UFG

Juliana (Jardel) de Oliveira Ferreira –FEFD/UFG

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

coletivo letras pretas: Ana Lúcia Lourenço, Clécia Sant'Anna e Alex Ratts

Viola: Denis Malaquias

debanda!: Ana Lúcia Lourenço dos Santos, Alex Ratts, Márcio Vinicius Pires de França, Regina Pereira Santana, Wanderson Vinicius Carvalho Corado



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Programação Geral

Data	30/03	31/03	01/04	02/04
09:00 – 12:00	Credenciamento	Reunião de grupos de estudo e pesquisa IESA/Sala A-19	Reunião de grupos de estudo e pesquisa IESA/Sala A-19	Roda de Conversa Bosque dos Buritis
14:00 – 17:00	LaGENTE/IESA Sala B-14	GTs – Centro de Aulas C – Salas 107, 109 e 203	GTs - Centro de Aulas C – Salas 107 e 109	
19:00 – 21:30	Apresentação Artística Mesa Redonda 1 Auditório/IESA	Apresentação Artística Mesa Redonda 2 Auditório/IESA	Apresentação Artística Mesa Redonda 3 Auditório/IESA	

GRUPOS DE TRABALHO

1. África e relações etnicorraciais no ensino

Coordenação

Profa. Dra. Lorena Francisco de Souza – UEG

Prof. Dr. Allysson Fernandes Garcia – CEPAE/UFG, UEG

2. Territórios étnica e racialmente diferenciados

Coordenação

Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa – UFT

Prof. Dr. Diogo Marçal Cirqueira – UFF

Prof. MsC. Patrcio Alves Pereira de Sousa – CEFET-RJ/PPGEO

3. Gênero, sexualidade, raça e espaço

Coordenação

Profa. Ms. Ana Maria Martins Queiroz – Rede pública – SEE/MG

Profa. Ms. Talita Cabral Machado – PPGEO/UFG

TEMÁTICAS DAS MESAS E PARTICIPANTES

● Mesa 1: África e as abordagens para o ensino – Prof. Dr. Denilson Araújo de Oliveira (UERJ), Prof. Dr. Alex Ratts (UFG) e Prof. Dr. Diogo Cirqueira (UFF)

● Mesa 2: Relações de gênero no espaço geográfico – Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento e Silva (UNIR), Profa. Dra. Carmem Lúcia Costa (CAC/UFG), Profa. Dra. Lorena Francisco de Souza (UEG) e Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa (UFT).

● Mesa 3: Territorialidades de grupos étnicos e povos tradicionais – Profa. Dra. Simone Raquel Batista Ferreira (UFES), Profa. Dra. Geny Ferreira Guimarães (IF-MG) e Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar (UFG).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Sumário

GT ÁFRICA E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO ENSINO

Relações étnicas na escola – os ciganos no espaço escolar em Ipameri e Pires do Rio/GO

Ademir Divino Vaz

Currículo e ensino de Geografia nos Pré-Vestibulares Populares

André Tinoco de Vasconcelos

Implantação e organização do I Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE: o caso do Campus Baturité – Ceará – Brasil

Anna Erika Ferreira Lima e Antonia Thayres Maciel do Nascimento

Identidade, espaço, interferência: quem sou eu, um quilombola?

Bárbara Romeika Rodrigues Marques e Letícia Bezerra de Lima

A África no ensino básico: uma análise a partir da colonialidade do poder

Flávio Guimarães Diniz

O espaço do não branco na leitura sobre o Brasil que se ensina nos livros didáticos de geografia: a dimensão do branqueamento da imagem

Gabriel Siqueira Corrêa

A diferença etnicorracial no espaço urbano: bandeirantes, indígenas e negros nos monumentos, edifícios e toponímia no Centro de Goiânia

Gabriel Elias Rodrigues de Souza e Alex Ratts

Uma proposta intercultural de implementação da Lei 10639/03 no ensino de Geografia e História

Simone Antunes Ferreira e Eleonora Abad Stefenson

PIBID e Geografia Escolar: possibilidades pedagógicas para o ensino de geografia da África

Venusa Tavares Lima, Laudiceia Santana de Souza Siqueira, Edmar Martins de Oliveira, Renata de Melo Paulino, Carla Rejane Ferreira Ribeiro e Lorena Francisco de Souza

GT TERRITÓRIOS E LUGARES ÉTNICA E RACIALMENTE DIFERENCIADOS

O termo *quilombo* e seus significados territoriais

Fausto Gadelha Cafezeiro

Espacialidades de drogadicção de jovens do sexo masculino e os afetos da 'Quebrada'

Fernando Gomes

Identidade e território na Associação Quilombola Urbana do Jardim Cascata – Aparecida de Goiânia - Goiás

Fernando Bueno Oliveira

Cultura: discursos de verdade, argumentos de poder

Isabela Barbosa Freire

Quem sabe o quê?

Jordana Cristina Alves Barbosa

Noções de raça e eugenia na perspectiva geográfica na primeira república brasileira

Karina Araújo da Silva



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Ações afirmativas e dinâmica socioespacial na Universidade Federal de Goiás

Mariza Fernandes dos Santos

Paisagem, patrimônio e diferença: representações do 'negro' no Conjunto Monumental de Ouro Preto – MG

Patrício Pereira Alves de Sousa

Formação socioespacial e cultural negra, a capoeira angola na cidade de Goiânia.

Regina Pereira Santana

Espaço manicomial e narrativa barreteana

Sidnei Sousa Costa e Sidney Barbosa

O racismo na guerra às classes perigosas: o genocídio de jovens negros em São Gonçalo – RJ

Silvia Cristina de Sousa Carvalho

O lugar e a cartografia social das Festas do Rosário e Congadas na cidade de Goiânia

Wanderson Vinicius Carvalho Corado

Imaginário nordestino a partir do forró de Gonzagão: uma conversa entre nordestinos (1950-1990)

Wilton Jonh dos Santos Silva

GT GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E ESPAÇO

Trajetórias socioespaciais de pontos de cultura de gênero no Rio de Janeiro: uma perspectiva de educação em gênero e raça

Ana Beatriz da Silva

Gênero e raça como geografias da cidade: uma análise do romance becos da memória de Conceição Evaristo

Ana Maria Martins Queiroz

Mulheres, discurso e ocupação do espaço nas manifestações de rua

Cláudia Peixoto Cabral

As identidades homossexuais percebidas pelas geografias feministas e queer na territorialidade tradicionalista

Edipo Djavan Dos Reis Göergen e Flávia Rubiane Durgante

Raça e diferença: aspectos relacionais entre negros africanos e afro-brasileiros

Eufrásia Nahako Songa

A cultura do estupro e as relações de gênero no espaço da escola Nelson Horostecki em Chapecó, Santa Catarina

Flávia Rubiane Durgante e Edipo Djavan dos Reis Goergen

Educação profissional e percepção de gênero: uma investigação entre alunas e alunos do serviço nacional de aprendizagem comercial SENAC de Porto Velho - RO

Hellen Virginia da Silva Alves

Gênero e políticas públicas para mulheres rurais no Assentamento Rural Joana D'Arc III na cidade de Porto Velho/RO

Kelyany Oliveira Castro de Góes e Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Camponesas na luta pela terra: o resenho das identidades de gênero das mulheres do assentamento Serra Dourada, Goiás/GO

Natalia Lucas Mesquita e Aline Cristina Nascimento



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia

Odete de Araújo Costa

Trabalhando com gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de Geografia

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria

Para além dos afazeres domésticos: o envolvimento das agricultoras da comunidade de Nazaré-RO com a pluriatividade

Rúbia Elza Martins de Sousa

A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO)

Talita Cabral Machado

O espaço de ocupação das mulheres na comunidade de Nazaré – RO: construção e estratégias para o empoderamento feminino.

Tainá Trindade Pinheiro e Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Meninas - mulheres negras trançando caminhos e geo-grafias: o espaço produzido e apropriado por elas

Tais Evandra de C. T. dos Santos



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Apresentação

Alex Ratts e Vinícius Gomes de Aguiar

O Colóquio Nacional Espaço e Diferença (E&D) é uma iniciativa do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG), fundado em março de 2008, e conta com a participação pesquisadorxs vinculadxs a grupos que trabalham com a dimensão espacial das relações etnicorraciais, de gênero e sexualidade e do ensino de África e cultura afro-brasileira. O evento retoma discussões realizadas coletivamente em períodos anteriores.

Entre 24 e 26 de outubro de 2009 realizamos o Seminário Nacional Geografia e relações étnico-raciais: campos de pesquisa e perspectivas de ensino que teve como objetivo situar e debater a partir de perspectivas geográficas as questões ligadas à temática étnico-racial e sua vinculação com o ensino no espírito das Leis 10639/03 e 11645/08 que instituem a obrigatoriedade dos conteúdos ligados à História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena no ensino fundamental e médio. Entre participantes externxs estavam Marcia Spyer Resende (UFMG), Renato Emerson dos Santos (UERJ) e Leomar Vazzoler (UFF).

Em 2013, de 4 a 6 de abril, organizamos o I Colóquio Nacional Espaço e Diferença. Tivemos dois Grupos de Trabalhos – “Gênero e trajetórias” e “Diferença Étnico-racial e Espaço” – e contamos com as seguintes mesas, convidadxs externxs e interlocutorxs internxs: “Quilombos, dinâmicas territoriais e ambientais” com Rafael Sânzio Araújo dos Anjos (UnB) e Selma Simões de Castro (UFG), “A diferença de gênero e sexualidade no urbano” com Joseli Silva (UEPG) e Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (UFG); “Diferenciação, segregação espacial e racial” com Renato Emerson dos Santos (UERJ) e Eguimar Felício Chaveiro (UFG).

Nesta segunda edição, pretendemos ampliar e consolidar a reflexão acerca dos conflitos e possibilidades espaciais que marcam a trajetória e a territorialidade de indivíduos e grupos pertencimentos étnicos, raciais, sexuais e de gênero.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Recebemos ao todo 37 (trinta e sete) trabalhos: 09 (nove) comunicações para o Grupo de Trabalho África e relações etnicorraciais no ensino que abordam a Lei 10639/03, tratam de população negra, quilombola ou cigana, são provenientes de projetos de pesquisa, extensão ou trabalho de campo e têm como foco cursos de licenciatura e bacharelado, assim como cursinhos pré-vestibulares; 13 (treze) comunicações para o Grupo de Trabalho Territórios e lugares étnica e racialmente diferenciados que tratam de quilombos (rurais e urbanos), noções de raça, eugenia e quilombo, paisagens e patrimônios, capoeira angola e congados e literatura; 15 (quinze) trabalhos para o GT Gênero, raça, sexualidade e espaço, com reflexões acerca da espacialidade do sujeito plural “mulheres” (rurais, urbanas, negras, jovens, feministas), problematizando o gênero e/ou sexualidade nas escolas, nas ruas e praças, em expressões culturais populares, trazendo também discussões sobre as diferenciações de gênero e/ou raça na corporeidade, na cartografia e na literatura.

Dentre os participantes – comissão científica, coordenações de GT e apresentadorxs de trabalho – há docentes da rede básica dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás e docentes de Instituições de Ensino Superior, efetivos e temporários das cinco regiões brasileiras: Norte (UNIR, UFT), Nordeste (UFC), Centro-Oeste (UFG – Regionais Goiânia e Catalão, UEG – Unidades de Itapuranga, Pires do Rio e Morrinhos, Sudeste (UERJ, CEFET-RJ, UFF, UNIRIO, UFES, UNESP). Há coordenadorxs e integrantes de grupos de pesquisa, ensino e/ou extensão dos estados do Rio de Janeiro (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, NEGRAM/FFP/UERJ, e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora, NEGRA/FFP/UERJ), Rondônia (Grupo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero, GEP-Gênero/UNIR), Paraná (Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), Tocantins (Laboratório de Ensino e Prática em Geografia, LEPG-UFT-Araguaína), Ceará (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Instituto Federal do Ceará (NEABI-IFCE) e Goiás (Laboratório de Estudos Étnicos, LABETI/UEG-Pires do Rio, Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho, UFG-Catalão, e Laboratório de Estudos de Gênero (Étnico-Raciais e Espacialidades. LaGENTE/UFG), caracterizando um saber/pensar/agir em rede com foco na



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

diferença étnica, racial, de gênero e sexual no espaço, tratada, por determinadas vezes, em perspectiva interseccional.

Estes anais são memória de um evento que anuncia um campo de estudos e pesquisas em expansão na Geografia brasileira e em áreas afins do conhecimento, constituído por pesquisadorxs, muitas vezes pertencentes aos segmentos que estudam. O colóquio se insere num quadro mais amplo de pessoas e grupos que almejam fazer (e, de certo modo, fazem) diferença na universidade brasileira em interface com comunidades e segmentos também diferenciados pelas marcas de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe e espaço.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

GT África e relações etnicorraciais no ensino



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Relações étnicas na escola – os ciganos no espaço escolar em Ipameri e Pires do Rio/GO

Ademir Divino Vaz¹

Introdução e objetivos

Sabe-se que por meio de suas categorias de análise e de seus conceitos-chave, a Geografia valoriza a cultura enquanto elemento presente na relação homem-natureza. Assim, as experiências vividas, o conhecimento adquirido, as assimilações coletivas dão significado a sociedade e evocam a Geografia Cultural. A leitura do espaço, entendido como uma construção cultural do homem permite compreender a realidade social, que se constitui de arranjos de ações entre os homens, pelos seus grupos e destes na sua relação com o território.

Para considerar que os ciganos construíram Territórios em Ipameri e Pires do Rio/GO, fez-se a interpretação do Território enquanto um dos conceitos-chave da geografia baseando-se em Haesbaert (1995 e 1999), Moraes (2000), Ratzel (1982), Raffestin (1993) e Souza (1995). Parte-se de uma compreensão do território enquanto um espaço no qual o homem estabelece vínculos, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais.

Posto assim entende-se a importância e a presença do território para um grupo social, conforme mostra Friedrich Ratzel (1844-1904). Este, um dos mais importantes representantes da Escola Clássica Alemã de Geografia, em sua obra "Le Sol, la Société et L'État" (1898), já destacava que uma sociedade sem território é irrepresentável, e que o homem não podia ser estudado como se ele tivesse se formado no ar, sem laços com a terra. A sociedade está enraizada com muita profundidade no seu território. Para ele, ao examinar o homem, seja individualmente ou associado é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção do território e os organismos que fazem parte do grupo, que, só podem ser concebidos junto com seu território. Souza (1995) também reforça que um grupo não pode ser compreendido sem o

¹ Professor do Curso de Geografia da UEG/UnU de Pires do Rio.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto.

Raffestin (1993) afirma que o território se forma a partir do espaço. Ele é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, que realiza um programa, em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator "territorializa" o espaço.

Qualquer projeto no espaço, conforme este autor é expresso por uma representação que revela a imagem desejada de um território de um local de relações. Santos (2002), baseando-se em Raffestin, diz que o espaço representado pressupõe a imagem de um local de relações, porque produzir uma representação do espaço já é uma forma de apropriação e de controle. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. Conforme a autora a relação dos grupos étnicos com o espaço se configura no território visto, imaginado e construído de acordo com a realidade momentânea de cada grupamento étnico. Ela define o território para os ciganos como um espaço geograficamente delimitado, porém não juridicamente reconhecido, conferindo-lhes apenas uma categoria situacional, isto é, ligada a uma ocupação limitada no tempo, flutuante e profundamente enraizada na organização do grupo.

Os dois territórios ciganos em estudo encontram-se localizados na zona urbana do município de Ipameri e Pires do Rio, região sudeste do Estado de Goiás. Instalados nessas cidades, desde a década de 1990, os territórios ciganos são formados por comunidades supostamente do grupo Kalon.

Alguns estudos sobre os ciganos em geral, durante um tempo focalizaram seus estudos em comparações depreciativas. Se, por um lado, as pessoas se encantam e se surpreendem com o "estranho" modo de vida dos ciganos, por outro, não relutam em considerá-los inferiores e atrasados. Dessa forma, muitas vezes costuma-se definir os ciganos como sendo o povo que não tem residência fixa, que não tem uma pátria, que não tem emprego, que não tem escola...



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Contudo, não se pode explicar os ciganos pelo que lhes falta, tendo como ponto de referência a nossa sociedade, pois assim, deixa-se de ter uma melhor compreensão da sua realidade. Pensando na essência da realidade cigana, esta pesquisa procurou inicialmente apresentar a formação desses territórios ciganos e posteriormente a relação dos ciganos com a Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo (Ipameri), Escola Municipal Demóstenes Cristino (Ipameri) e Escola Municipal Sebastião Antônio Leite (Pires do Rio). As Instituições Escolares citadas atendem alunos ciganos dos dois territórios na primeira e segunda fase do Ensino Fundamental.

Procedimentos metodológicos

Para a execução da pesquisa foram realizadas visitas às comunidades ciganas de Ipameri e de Pires do Rio e às Escolas: Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo (Ipameri), Escola Municipal Demóstenes Cristino (Ipameri) e Escola Municipal Sebastião Antônio Leite (Pires do Rio), para estreitar os vínculos entre a fundamentação teórica do projeto e o conhecimento empírico dos ciganos. Na primeira visita, foram apresentados os objetivos da pesquisa com o intuito de ampliar o apoio das comunidades ciganas.

O método de pesquisa proposto pela corrente teórico-metodológica da Geografia Cultural respaldou-se em autores como Haesbaert (1995 e 1999), Souza (1995), Claval (1995), Ratzel (1982) e outros, os quais trabalharam as relações entre grupos sociais e o território, segundo a perspectiva cultural.

O trabalho de gabinete constituiu-se em atividades relacionadas ao levantamento de informações em fontes secundárias e leituras de bibliografias clássicas referentes à corrente teórico-metodológica escolhida. Também foi indispensável o uso daquelas referentes à temática da pesquisa sobre os ciganos e as escolas. Nessa etapa, a revisão bibliográfica permitiu a compreensão de elementos explicativos da relação Escola e Ciganos em Pires do Rio e Ipameri. Simultaneamente contribuiu para elaboração dos roteiros de entrevistas e questionários a serem aplicados na pesquisa de campo.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Nas Comunidades Ciganas foram necessárias, visitas e entrevistas com as famílias ali residentes. Com o roteiro de entrevista buscou-se informações referentes à identificação do cigano e de sua família, à faixa etária, ao grau de escolaridade, ao tipo de moradia, à origem e raízes culturais, às atividades econômicas, ao relacionamento com os demais ciganos e com os demais moradores da cidade, e principalmente as representações dos ciganos em relação à Instituição Escola. Também, foram aplicados questionários aos professores das Escolas já citadas, para obter informações sobre a “presença” dos ciganos nessas Instituições de Ensino. As entrevistas estão apresentadas em texto e em fotos. Durante as visitas às Comunidades procurou-se também documentar com fotografias as questões pertinentes ao trabalho.

A História Oral permitiu uma interpretação da realidade através das conversas com os ciganos e com os não-ciganos. Ela foi um importante recurso metodológico na compreensão das relações Escola e Ciganos. Com os relatos orais foram identificadas as evidências históricas que contribuíram para a compreensão da formação dos Territórios, bem como os elementos identificadores dos mesmos, definindo assim, as relações estabelecidas entre os ciganos e entre ciganos e demais moradores das cidades.

Dessa forma, para responder ao objetivo proposto no projeto de pesquisa - compreender a construção de territórios ciganos em Ipameri e Pires do Rio/GO e as relações dessas Comunidades Ciganas com a Escola e dessa Instituição de Ensino com os ciganos - a pesquisa seguiu as seguintes fases: pesquisa bibliográfica; elaboração de instrumentos de pesquisa (entrevistas e questionários) e início do trabalho de campo através do estabelecimento de uma relação empática com alguns sujeitos das comunidades em estudo e das escolas. Após a abertura do campo de investigação foram recolhidos os dados necessários ao desenvolvimento e concretização do projeto, através da realização de observação participante nas comunidades e nas escolas com entrevistas aos sujeitos pesquisa. Posteriormente foi feita a análise dos dados recolhidos e a elaboração das conclusões. A pesquisa bibliográfica passou por uma (re)construção constante face aos dados recolhidos e à problematização dos mesmos.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Resultados

A sociedade brasileira marcada por uma pluralidade étnica, produto de um processo histórico, o qual inseriu, num mesmo território, grupos distintos, favoreceu o intercuro de culturas, levando à construção de um país miscigenado com uma unicidade marcada pelo antagonismo. Dessa maneira, as diferenças se acentuaram, deixando alguns grupos étnicos em situação de desigualdade situando-se na marginalidade e exclusão social.

Nessa perspectiva, buscou-se por meio desta pesquisa compreender como são construídas as relações étnicas num dos espaços da superestrutura social do país, que é a escola.

Em todos os grupos humanos, é possível observar a utilização de meios pedagógicos como forma de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores. Nas sociedades "modernas", criou-se uma sistematização desse saber. Esse *locus* de conhecimento foi denominado Escola, constituindo-se num sistema aberto que passou a fazer parte da superestrutura social, construída pelas crescentes influências da cultura.

A esse respeito, Candau (2003), salienta que as relações entre educação e cultura não são novas devido às reflexões sobre a educação e a escolarização ao longo dos tempos, porém nas últimas décadas essas relações vêm adquirindo uma nova configuração:

Um novo "olhar", uma nova leitura vem se desenvolvendo e conquistando, na literatura internacional e nacional, cada vez mais importância e visibilidade. O impacto dos fenômenos e situações de confronto sociocultural suscitados ou reforçados pela chamada globalização constitui um dos principais detonadores de uma nova sensibilidade, de um modo diferente de nos situar diante das relações entre educação e cultura(s). (Candau, 2003:139)

Para a autora, a perspectiva intercultural analisa a diversidade cultural, não concebendo as culturas como estados, como entidades independentes e homogêneas, mas a partir de processos, de interações, de acordo com uma lógica da complexidade. Trata-se de uma orientação que se situa na fronteira entre o saber e a ação e se configura como uma



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

maneira de indagação específica e não um determinado campo de aplicação. (Candau, 2003:147). Ainda, para a autora a interculturalidade é um processo permanente:

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los. (Candau, 2003:148)

Mas até que ponto a escola estaria correspondendo a tais atribuições? Qual o tipo de cidadão que estaria sendo construído nesse espaço? Para responder a estas questões é importante observar a dinâmica escolar na qual predominam as necessidades de um grupo dominante, o que revela uma compreensão monolítica que desconsidera a pluralidade cultural presente em uma sala de aula.

Nessa perspectiva pretende-se reconhecer os tipos de relações existentes entre escola e ciganos, observando se as mesmas ocorrem a partir de um “conhecimento” estereotipado da sua cultura e uma dificuldade em trabalhar com a diferença ou a partir de um conhecimento interculturalista preocupado com a diversidade étnica.

Assim, a seguir o texto irá mostrar os significados que a instituição escolar tem para as Comunidades Ciganas de Pires do Rio e Ipameri e apresenta também as representações dos professores e alunos não-ciganos (nas escolas que atendem as Comunidades Ciganas) quanto às referidas Comunidades e do seu próprio trabalho com as crianças deste grupo étnico.

A escola como instituição social assume para cada grupo atendido configurações diferentes conforme suas motivações, objetivos, contexto social e cultural.

Nos territórios ciganos estudados é comum encontrar relatos de famílias ciganas que nunca estudaram.

Sou vendedor de pano-de-prato e nunca estudei não, pois antigamente era muito difícil estudá, meus filhu também num istuda, já tão veio e só trabaia. (Juca Ferreira, 70 anos, cigano morador em Pires do Rio - outubro de 2010).

Sou de Nerópolis e moro em Ipameri uns 8 meses, nunca estudei e meus filhos são casados e não estudam. (Nerci Soares, 48 anos, cigana moradora em Ipameri – outubro de 2010).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Moro em Pires do Rio há 5 anos e não tenho enfrentado nenhum problema pra morar aqui. Acho bom morar nessa cidade e meu relacionamento com as outras pessoa é bom, não tem problema. Nunca estudei e meus fios são todos casados e por isso não estudam. (Vera Lúcia da Silva, 45 anos, veio do estado de Minas Gerais e mora em Pires do Rio há 5 anos).

Dentre o grupo dos ciganos que estudaram pouco tempo numa escola observa-se que o costume do casamento precoce (os ciganos casam a partir dos 15 anos) é um fator determinante para o pouco estudo escolar. O que pode ser visualizado nas falas dos ciganos.

A cigana Divalda Soares da Costa de 48 anos que mora em Ipameri destaca que estudou até o 5º ano e que parou de estudar para se casar com 17 anos e que suas filhas não estudam, pois uma é casada e a outra separada.

A cigana Divina Gomes da Silva de 49 anos que morava em Catalão e atualmente mora em Ipameri reforça esse fato cultural marcante entre os ciganos: *“É casá cedo, pra nós minina de 20 anos já é biata, eu casei com 13 anos”*. Dona Divina conta que estudou até o 1º ano, que seus filhos já são casados e não estudam e que suas netas é que estudam no Colégio Polivalente.

Quanto aos estudantes ciganos da Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo (Ipameri), da Escola Municipal Demóstenes Cristino (Ipameri) e da Escola Municipal Sebastião Antônio Leite (Pires do Rio), observam-se dois grupos. Um grupo menor com interesse em prosseguir com os estudos e outro grupo que destacou que não irá prosseguir muito tempo com os estudos em escola.

Alguns poucos estudantes ciganos vêm na escola a oportunidade de formação e de exercer uma profissão. O estudante cigano Welinton, que estuda no 4º ano, disse que gosta muito de estudar, que a maioria dos amigos são ciganos e que os colegas não ciganos são legais. Disse pretender fazer faculdade, quer ser delegado. O cigano Ronilson (4º ano) destaca que, também gosta de estudar, que acha os professores bons, e quer fazer faculdade e ser policial.

No grupo maior encontram-se ciganos como Marconi (estudante do 5º ano) que afirmou: *“Vou pará de estudá, não quero formar não, só até o Ensino Médio tá bão”*, como



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Igor (estudante do 5º ano) que disse *“Gosto de estudar, tenho muitos amigos, mais nem sei se vou terminá e nem formar”*.

A partir dos dados levantados pode-se refletir que as gerações mais novas de uma dada sociedade buscam construir seu repertório de conhecimentos a partir das gerações mais antigas, formando um conjunto de saberes válidos para viver nesta referida sociedade, nesse caso, verifica-se talvez uma explicação para o desinteresse dos ciganos na instituição escolar, uma vez que a mesma não valoriza os conhecimentos tidos como válidos para esse grupo social em suas situações de ensino. Assim, há uma divergência de objetivos entre escola e ciganos o que se reflete na relativa distância entre os mesmos.

Em relação à representação dos professores quanto a presença de alunos ciganos nas Escolas, alguns professores das Escolas que atendem os alunos Ciganos afirmaram que as crianças ciganas se excluem durante a permanência na escola. A professora do 5º ano do Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo em Ipameri, que atualmente tem dois alunos ciganos (sendo um desistente), disse que os alunos ciganos não têm nenhum interesse e que acha que essa falta de interesse vem da própria cultura cigana. Na questão do preconceito entre os alunos não ciganos com os ciganos, ela diz: *“Tenho um aluno que vem de família cigana e que nega tal cultura. Em relação à amizade, na verdade, os próprios alunos ciganos se agrupam entre si e se excluem dos outros”*. (Nov. 2010).

Esse depoimento deixa claro que na instituição escolar, espaço no qual ocorre o processo de socialização, pode também ocorrer o espaço de vivência das tensões étnicas, por exemplo: a relação estabelecida entre crianças não-ciganas e ciganas numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança cigana adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo escolar.

Outra professora de alunos ciganos, da Escola Sebastião Leite em Pires do Rio, relata o contrário. Ela destaca que o aluno cigano mostra-se bem interessado nas aulas. Disse também que o comportamento dos alunos não ciganos com os ciganos é bom e não tem nenhum tipo de discriminação. Em relação à exclusão de grupos entre os alunos, ela diz: *“Não existe aqui na escola, eles se relacionam bem e os não ciganos gostam e se interessam*



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

pela cultura cigana”. A professora disse que os alguns pais comparecem às reuniões escolares e que a escola consegue lidar sim com a cultura cigana, respeitando e dialogando sobre seus valores.

Uma segunda professora da Escola Sebastião Leite em Pires do Rio, que tem em sua sala de aula (5º ano) quatro alunos ciganos, afirma que o relacionamento entre os alunos não ciganos e ciganos pode ser considerado normal. Ela disse ser mínima a interação dos pais dos alunos ciganos na escola e que a cultura cigana só é trabalhada na escola quando tem que intervir em algum tipo de preconceito.

Um fator de interferência na aprendizagem dos alunos ciganos destacado pelos professores foi a grande quantidade de faltas dos ciganos nas aulas.

Dou aula a dois alunos ciganos atualmente e observo que eles têm interesse em aprender, mas faltam muito as aulas. A cultura cigana pode interferir na vida escolar desses alunos pois quando há festas, como casamento, eles faltam à semana toda. (professora de dois alunos ciganos da Escola Municipal Demóstenes Cristino em Ipameri – Nov/2010).

A maioria dos membros das Instituições Escolares afirma que nunca presenciou preconceitos de alunos não ciganos com os alunos ciganos, porém conhecem relatos de outros colegas sobre preconceitos contra os ciganos. O coordenador (M. F. G.) do Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo em Ipameri destaca que em relação ao comportamento dos não ciganos com os ciganos, não há uma interação completa e em alguns casos ocorre uma relação preconceituosa. O Coordenador relata que nunca presenciou nenhum tipo de preconceito, mas já ouviu relatos dos professores situações em que alunos não ciganos “xingam” os ciganos no que diz respeito ao comportamento dos ciganos e por isso, durante o recreio os ciganos ficam mais afastados dos outros alunos.

Assim, ao pesquisar as relações étnicas dentro do espaço escolar, questiona-se até que ponto a escola está sendo coerente com a sua função social quando se propõe a ser um espaço que preserva a diversidade cultural, responsável pela promoção da equidade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações finais

Com essa Pesquisa espera-se ter contribuído com a promoção de diálogos sobre a diversidade cultural e sua pertinência na Geografia Cultural e Escolar. Pretende-se que o resultado do trabalho possa contribuir para o reconhecimento do cigano, enquanto ser humano pertencente a um grupo étnico, diferenciado e historicamente perseguido, nômade ou sedentário, que tem sua integração permanente com o espaço e a interação com a Escola. Objetiva-se que o resultado da pesquisa sirva para o debate sobre o enriquecimento da relação da cultura cigana com a cultura dos não ciganos.

Com a execução da pesquisa é possível destacar algumas considerações, tais como: é necessário que os gestores políticos promovam um maior diálogo entre ciganos e não ciganos no sentido de implementarem políticas de inclusão social mais efetivas; é pertinente que a Escola não só passe promover uma melhor relação entre os ciganos e não-ciganos, mas que crie possibilidades de uma intervenção educativa interculturalista nas escolas.

Referências

CANDAU, Vera Maria. Didática e Interculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S. e SOUSA, Luciana Freire. E. C. P. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.) et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-189.

PORTELLIN, Alessandro. *Tentando Aprender um pouquinho - algumas reflexões sobre a ética na História oral*. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC n.º 15, abr/1997. p. 13-49.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

RATTS, Alecsandro J. P.. **O mundo é grande e a nação também**: identidade e mobilidade em territórios negros. Tese-doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, FFLCH, 2000.

RATZEL, Friedrich. As Raças Humanas. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. (Org.) **Ratzel**. São Paulo, Ática, 1990, [1882/1891], p 108-150.

_____. **O Solo, a sociedade e o Estado**. Tradução de Mário Antônio Enfrásio. FFLCH-USP, 1982. Título original: Le sol, la société et l'état. 1898.

SANTOS, Virgínia R. dos. **Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH-USP, 2002.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAZ, Ademir D. **José, Tereza, Zélia... e sua Comunidade**: um território cigano em Ipameri-Goiás. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia: IESA/UFG, 2003.

_____. A Geografia e sua pertinência para o estudo da diversidade cultural – um Território Cigano. **Revista do Departamento de Geografia**/Departamento de Geografia. São Paulo. FFLCH/USP, nº 19, 2006, p. 69-80.

_____. Geografia e diversidade cultural – territorialização de um grupo cigano em Goiás, Brasil. Bogotá – Colômbia. **Cuadernos de Geografia** número 18 del Departamento de Geografia de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Colombia, 2010, p. 83-97.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Currículo e ensino de Geografia nos Pré-Vestibulares Populares

André Tinoco de Vasconcelos¹

Introdução

O presente artigo é parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado de geografia da UERJ-FFP, na linha de ensino. A pesquisa consistiu em analisar os embates do cotidiano das ambiências políticas em dois Pré-vestibulares populares, o PJ (Pastoral da Juventude), que surgiu como núcleo do Pré-Vestibulares Para Negros e Carentes (PVNC), portanto oriundo do movimento negro e de movimentos ligados à igreja católica; e o Curso Pré-Universitário Popular Millennium, que é um experiência surgida através de professores e alunos de universidades.

Os eixos centrais da pesquisa foram o surgimento dos cursos populares enquanto movimentos sociais de contestação da exclusão de alunos negros e de classe popular do ensino universitário. Sobretudo nos anos noventa esses cursos tiveram uma grande expansão, principalmente a partir de 1993 com a criação do PVNC na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. O segundo e o terceiro eixos são a discussão de currículo de forma geral, as diferentes dimensões do currículo e o currículo de geografia que vem sendo praticado nesses Pré-Vestibulares Populares. Se o currículo tem colaborado para o objetivo dos PVPs.

Objetivos

Assim, a pesquisa objetivou compreender o currículo praticado em Pré-Vestibulares Populares, como os embates políticos e pedagógicos do cotidiano dos cursos influenciam nas práticas dos professores? Visava ainda, analisar a tensão entre o ensino voltado à conquista de autonomia e a preparação para as provas de vestibular, as mediações curriculares que acontecem entre os atores que constroem o movimento. Através da análise comparativa dos

¹ Professor do curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

cursos se objetivou identificar as propostas metodológicas que professores e professoras de Geografia dos dois cursos populares vêm desenvolvendo.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com professores e coordenadores, além da análise de materiais dos dois cursos: o Pré-Vestibular da Pastoral da Juventude (PJ) e o Pré-Universitário Popular Curso Millennium, dois cursos de perfis institucionais distintos exemplificando a pluralidade do movimento. Além disso foi utilizada ampla base teórica dos três eixos da pesquisa: Movimentos sociais, currículo e ensino de Geografia. No presente trabalho apresentaremos parte da reflexão sobre a geografia que se ensina tensionando com os objetivos dos Pré-Vestibulares Populares. Uma discussão que está sendo retomada para trabalhos futuros, pois é um campo ainda pouco explorado na produção de ensino de geografia; “O que ensinar em geografia?”.

Resultados

Antes de entrar nas questões curriculares nos cursos populares é necessário apontar que o currículo é um ponto central para os movimentos sociais, que pretendem criar projetos de Educação Popular. Conforme Silva (2011), as teorias curriculares que surgiram pensando a escola como uma empresa e a educação como um processo de assimilação, passaram a ser combatidas para novas teorias.

Nos anos sessenta são desenvolvidas as teorias críticas que questionam a ordem, suas desigualdades e injustiças, sendo a escola, para alguns, um aparelho ideológico do Estado e o currículo servindo a reprodução das ideologias dominantes. O currículo, nessa perspectiva, legitima as estruturas. Ele decide que um conhecimento é válido em detrimento de outros.

Arroyo (2011) assinala que o currículo é um território em disputa, pois, embora ele seja uma forma de atores hegemônicos buscarem o controle do trabalho docente, ele também é um meio em que professores e discentes têm a possibilidade de fugirem das imposições e recriar o currículo na prática na sala de aula. Também através do currículo as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

identidades estão em processo de recomposição, o ser professor está em disputa constante assim como o currículo.²

Após essas considerações entramos na discussão curricular abordando o movimento de Pré- Vestibular Popular e as teorias pós-críticas, especialmente a multiculturalista e pós-colonialista, que possibilitam enriquecer o debate.

Os Pré-Vestibulares Populares constituíram um novo movimento de Educação Popular na sociedade brasileira; o próprio conceito de educação popular levanta vários debates, e os diversos cursos surgem das mais variadas concepções políticas. Mesmo dentro deles a visão de educação pode ser uma tensão entre os participantes, pois são oriundos de diferentes histórias e espacialidades de vida. Alguns trazem experiência de outros movimentos e outros estão no curso apenas pelo voluntariado.

O currículo é um ponto fundamental a se analisar, pois ele é a síntese das disputas em torno do projeto, se tratando de um movimento plural como um pré- vestibular popular, que em sua concepção visa ser um projeto emancipatório. De acordo com Candau (2011), com a maior presença de grupos socioculturais diversos nos cenários públicos as demandas postas são inúmeras, trazidas a público principalmente pelas ações dos movimentos sociais, como também afirma Arroyo (2011).

A fim de contribuir para discussões curriculares nos PVPs, dialogamos com algumas teorias que entendemos como propícias para projetos emancipatórios, pois apresentam visões de currículo que buscam quebrar preconceitos e colaborar para que os sujeitos conquistem reconhecimento. São teorias de viés pós-crítico; as teorias pós-coloniais e o multiculturalismo que autores que participam e escrevem sobre PVPs já vêm dialogando. Silva (2011) aponta que:

A teoria pós-colonial, juntamente com o feminismo e as teorizações críticas baseadas em outros movimentos sociais, como o movimento negro, reivindica a inclusão de formas culturais que refletem a experiência de grupos cujas

² “Movimentos que pressionam por currículos de formação e de educação básica mais afirmativos dessas identidades coletivas. Que pressionam, ainda, para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes dessas ações coletivas, para que sejam reconhecidos sujeitos coletivos de memórias, história e culturas. Os movimentos sociais trazem indagações e disputas para o campo dos currículos e da docência” (ARROYO, 2011, p. 11).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

identidades culturais e sociais são marginalizadas pela identidade europeia dominante. (SILVA, 2011, p. 126).

Autores que são incluídos no grupo dos chamados pós-colonialistas latino-americanos têm feito em seus trabalhos críticas à modernidade instalada sobre uma base totalmente eurocêntrica, que se impôs sobre outras visões de mundo e outras experiências de existência através da colonialidade. É também uma crítica direta às ciências e ao modo como elas foram constituídas marcadas por esse eurocentrismo.

A modernidade/colonialidade impôs o conhecimento do ocidente como universal, a única verdade, isso é o que Grosfoguel (2010) chama de egopolítica do conhecimento, que tenta negar a relação entre quem enuncia, produz o conhecimento com o lugar de onde fala. Os sujeitos subalternizados são forçados, mesmo sem que percebam, a pensar, se comportar e viver conforme o que é determinado pelo saber dominante, o saber produzido no lugar do dominante; o “lugar epistêmico” da modernidade/colonialidade não vai produzir uma teoria que liberte os subalternizados dessa condição, por isso é necessária uma teoria produzida por esses sujeitos.

Em outras palavras, o conhecimento produzido se relaciona com o local de onde o sujeito está falando, não só espacial, mas também o social, ligado a uma raça ou etnia, uma classe, um gênero, etc. Portanto, não é algo desvinculado desses elementos; mesmo teorias críticas não estão fora do eurocentrismo, essa é a crítica que autores pós-coloniais fazem, colocando que é necessário romper com os marcos eurocêtricos que constituíram a modernidade/colonialidade.

A negação de saberes não europeus, conforme Quijano (2005), faz parte do projeto de dominação; classificações como raça ou identidades raciais distintas como índios, negros, mestiços e o próprio europeu foram criadas associando-as às hierarquias de lugares, papéis sociais e também de conhecimentos, classificando o que não é europeu como inferior. Assim são “Uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo ‘pacote enredado’ a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu” (GROSFOGUEL, 2010, p. 65).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Como os projetos de emancipação continuam atrelados ao eurocentrismo, não conseguem tirar os sujeitos da invisibilidade e condição de subalterno, pois o lócus válido continua sendo o europeu. Por isso, para os movimentos que lutam por emancipação hoje é necessário pensar como a colonialidade se insere na dimensão da cognição, a construção de conhecimentos, assim criando formas de resistência que partem de diferentes visões de mundo. Assim, conforme Silva (2011) escreve:

É na análise do legado colonial que uma teoria pós-colonial do currículo deveria se concentrar. Em que medida o currículo contemporâneo, apesar de todas as suas transformações e metamorfoses, é ainda moldado pela herança epistemológica colonial? Em que medida as definições de nacionalidade e “raça”, forjadas no contexto da conquista e expansão colonial, continuam predominantes nos mecanismos de formação da identidade cultural e da subjetividade embutidos no currículo oficial? (SILVA, 2011, p. 129).

O surgimento dos cursos populares está relacionada à luta dos grupos que historicamente foram marginalizados do acesso à educação superior e, portanto à uma parcela significativa do conhecimento científico, já que no projeto de modernidade que vivemos é a universidade a detentora do saber, dos conhecimentos necessários para uma existência autônoma e melhor inserida. Os PVPs são, portanto, movimentos de educação popular, coletivos em sua maioria formados por sujeitos pertencentes a esses grupos populares que almejam construir projetos que sirvam a essas classes, contribuam para a sua autonomia, sua tomada de posição no mundo.

A colonialidade se constituiu ao mesmo tempo em que a colonização, mas não acabou, permanece nas relações de poder, no pensamento e no ser. As representações inferiorizantes continuam marcando os currículos e práticas pedagógicas, assim como outras instâncias da educação e da sociedade. Por isso acontece aquilo que Arroyo (2011) aponta; as reações em oposição à luta dos sujeitos inferiorizados, elas ocorrem porque a presença dos diferentes incomoda.

Os PVPs presentes nas universidades vivem esse dilema, sua presença no espaço da universidade incomoda àqueles que se apoiam nessas representações, eles se incomodam porque se sentem ameaçados, é o medo de perderem seus privilégios legitimados pelas desigualdades construídas a partir dessas representações. Por isso, a discussão dos autores



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

pós-colonialistas sobre a constituição da modernidade/colonialidade ajuda a pensar como as teorias pedagógicas olham para os “diferentes” e também como isso influencia os próprios cursos populares que propõem serem coletivos em luta por um projeto de emancipação desses grupos subalternizados.

Existe uma tensão central em movimentos de Pré-vestibulares Populares, que visam a busca pela conquista da emancipação dos sujeitos; não no sentido de emancipação financeira a partir de uma melhor colocação no mercado de trabalho, mas no sentido, já dito, de tomar posição no mundo. Significa que objetiva-se romper com toda a inferiorização instituída, educacional, racial, étnica, etc. que os sujeitos coloquem como projeto de vida superar essas representações, portanto, não reproduzi-las.

Por outro lado, o movimento trabalha pela aprovação desses sujeitos no vestibular, entendendo que a educação superior é um campo fundamental para tensionar por abertura a esses grupos populares, pois é onde se produz o conhecimento dominante, então a luta por reconhecimento tem que se dá também ali. A questão é que o vestibular é um mecanismo de exclusão, que para passar por ele é necessário justamente adquirir conhecimentos construídos nessas matrizes de ciências que abordamos como eurocêntricas, usadas para legitimar a dominação sobre os outros. Como construir esse projeto emancipatório ao mesmo tempo em que se trabalha com essa base?

Santos (2006) aponta que essa tensão se desenrola de diversas formas. É necessário pensar essa base de conhecimento a partir de outro lócus de enunciação, o olhar e a fala dos subalternizados; olhar para as existências que foram silenciadas pela modernidade/colonialidade; valorizar a multiplicidade de experiências e conhecimentos dos outros povos. Criar um currículo que reconheça esses sujeitos ignorados é também tarefa de um Pré-Vestibular Popular; o vestibular é feito para excluir esses sujeitos, é preciso, então, que eles se reconheçam no que estudam, no currículo, para entender que aquele espaço, a universidade também é para eles.

Portanto, as teorias pós-colonialistas se mostram um terreno fértil a ser conhecido pelos professores e educadores populares, em contato com o multiculturalismo se pode pensar propostas curriculares que visem a conquista da autonomia.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Com relação ao multiculturalismo, Candau (2011) escreve que para dar espaço a esses sujeitos, as diferenças culturais passaram a fazer parte cada vez mais das teorizações e práticas pedagógicas. De acordo com essa autora, as diferenças culturais formam o ponto central do multiculturalismo. Que ela classifica em três abordagens: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural e o multiculturalismo interativo, também chamado interculturalidade, que ela considera uma abordagem mais aberta, fundamental para a criação de uma sociedade realmente inclusiva, articulando políticas de igualdade e de identidade. Ela destaca características que demonstram o potencial dessa abordagem, como a promoção da inter-relação entre os sujeitos e grupos socioculturais diferentes e visa romper com as visões essencialistas das culturas; além disso, tem o conceito de hibridismo presente, considerando que as sociedades passam por processos de hibridização cultural que transformam as identidades permanentemente através da interação.

Nascimento (1999) traz reflexões importantes para o interculturalismo na educação e nos Pré-Vestibulares Populares. Como já dito, essa abordagem propicia pensar um projeto que abarque a diversidade cultural, debatendo todos os aspectos dos preconceitos e desigualdades presentes nas relações para a busca por superá-los; o reconhecimento do outro é o primeiro passo, reconhecer sua cultura, sua história; as pedagogias e currículos devem colocar os sujeitos subalternizados no centro. O projeto que se objetiva deve discutir as relações de poder nas culturas, raças, gêneros e classes, tendo como princípio combater os estigmas e propiciar a conquista da autonomia e autoestima dos sujeitos.

Candau (2005) pesquisando sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes propõe pensa-lo a partir do multiculturalismo citando James A. Banks, um dos autores que vem dando atenção ao multiculturalismo na questão didático-pedagógica, ela afirma:

Para Banks (1999), a educação multicultural deve ser entendida como um conceito complexo e multidimensional. Nesse sentido, propõe ele um modelo para seu desenvolvimento na escola, baseado em cinco dimensões inter-relacionadas. Afirma Banks que se costuma focalizar apenas uma das dimensões propostas no referido modelo, reduzindo-se assim o horizonte da educação multicultural. Na educação escolar, esta visão reducionista seria expressa pelo entendimento do multiculturalismo apenas como a inclusão de contribuições de diferentes grupos étnicos no currículo, como a redução do preconceito ou a celebração de festas relacionadas a diversas culturas. (CANDAU, 2005, p.49).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Se baseando no modelo de Banks, ela percebeu que nos núcleos que participaram da pesquisa as dimensões mais trabalhadas foram redução do preconceito e empoderamento. As menos trabalhadas foram integração de conteúdo, processo de construção do conhecimento e pedagogia da equidade. Ou seja, as maiores dificuldades se concentravam, na perspectiva epistemológica e na construção de uma dinâmica pedagógica flexível, coerente com a perspectiva multicultural. Um ponto fundamental e que autores como Oliveira (2001) e Santos (2006) já haviam apontado como dilema em muitos cursos, é que em vários deles se vê a discussão da emancipação, do empoderamento e luta contra preconceitos em determinados momentos, porém o processo de ensino ainda é de maneira tradicional. Assim, acreditamos que as discussões pós-coloniais e do multiculturalismo têm uma grande potencialidade de contribuições para os currículos e práticas de movimentos de PVPs.

Em seguida entramos na discussão sobre o ensino de Geografia e suas questões curriculares, já que nosso objetivo final é analisar embates nas ambiências políticas e mediações curriculares dos cursos da análise comparativa, tendo o ensino de Geografia como um elemento fundamental onde esses embates se refletem.

Conforme Moreira (2008) a geografia como ciência, ainda hoje é desenvolvida no padrão N-H-E, natureza, população e economia, que embora seja um esforço de não fragmentar mais o conhecimento geográfico, reproduziu a compartimentação do conhecimento e a redução dessas partes. A natureza como recurso, o homem como estatística e atópico, que está fora do lugar e da sociedade, e a economia de mercado como a lei que rege a sociedade. Assim se constituiu também a geografia na escola.

Portanto, conforme se percebe a Geografia tem um longo caminho a percorrer para se construir um novo projeto, que não reproduza o modelo N-H-E e dê conta da compreensão das transformações que o mundo passa. Não há dúvidas que a reflexão das teorias e práticas de ensino de geografia devem se fazer também no dia a dia do professor de geografia que participa de movimentos como os pré-vestibulares populares que visam à transformação da realidade dos discentes.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Embora, compreender a geografia como unitária seja importante para não se fragmentar mais homem e natureza, urbano e rural, ensino e pesquisa, é preciso ir além, torna-se necessário que a diversidade dos sujeitos seja reconhecida no currículo de geografia. Conforme Santos (2011):

A produção de um currículo (não só de Geografia, mas escolar) que contemple as diferenças dos alunos sem refleti-las de maneira hierárquica, sob uma roupagem pretensamente universalista, é o primeiro desafio. Com efeito, matrizes universalistas não raro oferecem em realidade, referenciais identitários de posicionalidade hierarquizantes, ao silenciar-se sob o manto da neutralidade em relação a princípios de dominação e exploração que estruturam violências no cotidiano das relações capitalistas. Como pode ser um currículo (e, em particular, um ensino de Geografia) que projete uma igualdade real entre diferentes? (SANTOS, 2011, p. 19 e 20).

De acordo com o mesmo autor há diversos trabalhos dentro da linha de ensino de geografia que vêm tentando de modo crítico romper com os currículos tradicionais e o modo como estes representam determinados grupos da sociedade, mas devem ser repensados todos os conteúdos e metodologias, inserindo discussões ausentes e revisando aquilo que os currículos trazem.

Santos (2011) aponta, por exemplo, como o ensino de geografia contribui para reforçar o racismo. A geografia, que tem o papel de pensar o espaço, muitas vezes serve para criar ou reforçar identidades geoespaciais que colaboram para a manutenção do racismo, são visões de mundo que se tornaram hegemônicas e são reproduzidas com a ajuda do ensino de geografia. Essas identidades geoespaciais, não só constituem as visões de mundo como também constroem a imagem do outro, o não hegemônico; é o caso de quando se fala em negros, se relaciona diretamente à África, também os brancos são associados diretamente a Europa; índios a América, etc. “Estas associações são, eminentemente, geográficas. Raça passa a ser, por esta ótica, um conceito geográfico, uma noção que se assenta sobre leituras espaciais.” (SANTOS, 2011, p. 8).

Então, de acordo com Santos (2011) essas associações entre espaço e raça dão base para que esse conceito, já não utilizado dentro da Biologia, continue sendo mecanismo de regulação e dominação como construção social. É o que apontou Quijano (2005), segundo ele a negação do conhecimento não europeu é constituída também pela hierarquização de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

lugares; inferioriza-se o local e o povo, assim se constroem as identidades geoculturais reproduzidas no ensino.

Esses são só alguns dos exemplos de como o ensino de geografia contribui com a manutenção de preconceitos. Outros discursos ou raciocínios que estão embutidos no ensino de geografia e contribuem para reforçar preconceitos, que Santos (2011) aponta são, por exemplo, a visão do mundo na contemporaneidade como resultado dos processos “econômicos, políticos, sociais, militares e culturais” (SANTOS, 2011, p. 8) oriundos da Europa, assim se inicia o currículo pela Europa, e quando se fala nos outros continentes e regiões do mundo é sempre através do referencial europeu; e por fim o autor critica a visão cartesiana do mundo, presente no ensino de cartografia. Se ensina uma forma de representação espacial como natural e verdadeira, mascarando que os mapas representam uma visão de mundo, visibilizando e ocultando conforme o intuito.

Considerações finais

Por isso, para romper com esses saberes eurocentrados é necessário um currículo, que busque a construção de projetos de autonomia por sujeitos que vêm sendo invisibilizados e subalternizados. Necessita que se busque outras visões de mundo, que não sejam eurocentradas, necessita-se entender que não há um sujeito universal, mas uma diversidade de sujeitos que não devem ser negados no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, sabemos que o cotidiano das escolas é marcado por situações de racismo e outros preconceitos, o ensino de geografia deve contribuir para reverter esse quadro e não reproduzi-lo. Se geografia é tomar posição sobre o mundo, ou seja, conhecer o mundo; sua posição nele e se colocar politicamente na construção desse mundo (Santos, 2007); uma das funções do professor de geografia é auxiliar os discentes a conhecerem sua posição no mundo



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011. 374p.

_____. Pedagogias em movimento o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, p. 28-49, 2003.

_____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012. 336p.

CANDAU, Vera Maria. **Os desafios pedagógicos na formação docente dos CPVCs** In: CARVALHO, José Carmelo; ALVIM FILHO, Hécio; COSTA, Renato Pontes. (Org.). **Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: Espaços de Mediações Pedagógicas**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2005, p. 46-55.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010, p. 455 – 491.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares**. 1999. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana**. 2001. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. Carta de Princípios. Rio de Janeiro: Mimeo, 2005. 11p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84 – 130.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes**. 2006. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, Ano VII, n. 1,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

jan./jul. 2011, p. 04-23. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/issue/view/190>>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 158p



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Implantação e organização do I Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE: o caso do Campus Baturité – Ceará – Brasil

Anna Erika Ferreira Lima¹ e Antonia Thayres Maciel do Nascimento²

Introdução

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - IFCE é constituído por grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais. Foi criado em setembro de 2014 com a missão de sistematizar e difundir conhecimentos que cooperem com a superação de práticas de racismo e fortaleça os Direitos Humanos e a Cultura de cada povo.

O processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Baturité consolidou-se em detrimento da Lei nº 10.639/2003 que reafirmou a inserção sobre temas como as contribuições da cultura negra para o Brasil junto ao fortalecimento da educação indígena já legitimada nacionalmente.

Na Região do Maciço de Baturité, a qual é composta por 11 municípios, foram desenvolvidos cinco projetos de extensão juntos as comunidades. Dentre eles destacamos o projeto de extensão que ocorreu durante cinco meses na comunidade quilombola da Serra do Evaristo, intitulado “Tecendo Redes: formando uma COM-VIDA na Serra do Evaristo” e a pesquisa “A Geografia dos Alimentos Tradicionais no Quilombo da Serra do Evaristo”. Na aldeia indígena Kanindé de Aratuba, foram desenvolvidos os Projetos a “Geografia dos Alimentos Tradicionais dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais do Maciço de Baturité-CE”, junto a esses povos também ocorreu a realização do Projeto “Cartografia Social” em parceria com o Laboratório de Cartografia (LABOCART- UFC).

Nesse contexto, a presente pesquisa está fundamentada em debates que norteiam a temática sobre os núcleos, especificamente o NEABI-Campus Baturité; seu processo de implantação e discussões sobre questões étnico-raciais e indígenas. Apresenta ainda em seu

¹ Doutora em Geografia/UFG, Professora do IFCE – Campus Baturité, Coordenadora do NEABI – Campus Baturité (Bolsista PROAPP – IFCE)

² Graduanda do Curso Tecnólogo em Hotelaria do IFCE- Campus Baturité, bolsista-PROAPP (IFCE) e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas- NEABI- IFCE



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

corpo depoimentos de estudantes que vivenciaram o campo durante todo esse circuito de atividades e ações nessas comunidades.

O processo ocorreu por meio de observação assistemática que segundo Rudio (1979) *apud* Lakatos; Marconi (2013) se caracteriza pelo conhecimento obtido pela experiência casual, sem que estejam definidos os aspectos que serão observados. Procurou-se mostrar de forma sistematizada como funciona o núcleo a partir da sua criação e a importância da experiência no campo. Onde a questão, “Como se deu o processo de implantação do I NEABI? Como essa experiência piloto têm contribuído para o processo de formação de outros Núcleos institucionalmente?”. Como vistas a responder tais questões, estruturou-se o artigo em três tópicos, no qual o primeiro se fundamenta no processo de implantação do NEABI – Campus Baturité; o segundo se detém ‘as experiências de ensino, pesquisa e extensão do Campus Baturité; e o terceiro ‘as Considerações Finais.

O processo de implantação do NEABI – o desenho de uma história

Nos últimos quinze anos, no que diz respeito ao tratamento da temática indígena e racial, têm ocorrido no Brasil mudanças relevantes que vêm produzindo o debate na sociedade e no meio acadêmico acerca da pertinência da adoção de políticas de ações afirmativas. Estas, estão equivocadamente limitadas apenas ao sistema de cotas nas universidades públicas. Embora o debate tenha se concentrado nesta questão, podemos elencar uma série de políticas afirmativas fortalecidas nos últimos governos.

Segundo Lima (2010), as principais políticas públicas de âmbito federal com recorte racial na educação estão organizadas tanto no eixo do reconhecimento identitário como no redistributivo. Entre elas, destacam-se a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas. Em termos de mudanças institucionais, destaca-se a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), criada



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

em julho de 2004, no âmbito do Ministério da Educação, responsável pela execução de diversos programas.

Ao que se refere à educação indígena, mesmo tendo sido um direito adquirido com a Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que indica o fato dos Povos Indígenas terem direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena, a exigência do debate sobre a cultura indígena, aliado à cultura negra no ensino básico, só foi incluída em 2008, com a Lei nº 11.645.

Conforme as supracitadas Leis, o ensino deve se fundamentar em três princípios: a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, e as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Os conteúdos devem ser ministrados de forma transversal, não se restringindo a datas comemorativas ou à criação de disciplinas; deve-se trabalhar na totalidade do currículo, em destaque nas áreas de artes, literatura e história.

Para Tatiane Cosentino Rodrigues, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em entrevista concedida à Revista Escola Pública (ed. 41, 2014), as duas alterações da LDB são complementares. "Ambas almejam pluralizar o currículo e possibilitar que dois grupos étnicos que até então estavam presentes apenas do ponto de vista do colonizador sejam vistos com outros olhos".

Entretanto, a implementação destas leis encontra uma série de dificuldades que não se limitam ao currículo, mas sim a formação do docente, dos gestores, sendo necessária a inserção de tal discussão nas Instituições de Ensino Superior (IES) e Ensino Médio, Técnico e Tecnológico.

Compreendendo a necessidade de serem formados profissionais sensibilizados com tal debate, desde a criação do Campus Baturité, no ano de 2010, as disciplinas do Curso Tecnológico em Gastronomia e do Curso Tecnológico em Hotelaria apresentam essa temática como pauta sob a perspectiva do Ensino, Pesquisa e Extensão.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

No processo de construção dos Projetos Políticos Pedagógicos, os temas com esse enfoque foram debatidos nas ementas para de disciplinas como: História da Gastronomia, Cozinha Brasileira e Cozinha Africana. O primeiro curso, que por si só já apresenta um viés que proporciona a discussão sobre a questão afro-brasileira e indígena, enquanto o segundo Curso, a Disciplina de Gestão Ambiental, discute os impactos ambientais dos Meios de Hospedagem, bem como do Turismo, para essas comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O semestre 2015.2, no Campus Baturité, foi iniciado pelo Projeto Político Pedagógico, no qual ocorreu uma palestra sobre a importância do ensino para a discussão da cultura afro-brasileira e indígena e o papel do NEABI neste processo (janeiro de 2016). Neste momento se encaminhou a fase de atualização dos PUDs de todas as disciplinas do curso Tecnológico em Hotelaria e Tecnológico em Gastronomia, para que estas prevejam em seus planos de aula a pauta supracitada. Até meados de fevereiro de 2016, cerca de 70% dos PUDs das disciplinas ligadas aos referidos Cursos já haviam sido atualizadas, mesmo aquelas que apresentam um viés mais exato como Química Culinária, Administração dos Meios de Hospedagem, Contabilidade, Matemática Financeira e Higiene de Alimentos estabeleceram o debate em seus planos na perspectiva de trabalhos de campo, visitas técnicas e avaliações, onde o foco são as comunidades da região do Maciço de Baturité.

Na perspectiva da Pesquisa e da Extensão, atividades junto à comunidades tradicionais foram iniciadas, com destaque o Curso de Segurança e Soberania Alimentar para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Maciço de Baturité no ano de 2013, onde foram escolhidas duas comunidades: a Agrovila Pesqueira (Capistrano-CE) e a Aldeia Indígena dos índios Kanindés (Aratuba), onde, por oito meses foi ofertado o Curso nas próprias localidades e cujas aulas práticas ocorreram no Campus de Baturité (IFCE).

A partir desse momento, a Coordenação de Pesquisa e Extensão do referido Campus foi convidada pela Reitoria do IFCE, via Pró-Reitoria de Extensão, a participar do III Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, o qual ocorreu de 25 a 28 de agosto em Brasília (DF). O Fórum, foi estruturado em cinco Eixos de Discussão, entre eles: Eixo 1: A Educação Profissional para as relações Étnico-Raciais; Eixo 2: A Educação



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Profissional para as pessoas com Necessidades Específicas; Eixo 3: A Educação Profissional e a questão de Gêneros; Eixo 4: A Educação Profissional e a Diversidade e, o Eixo 5: A Educação Profissional e a Pesquisa Aplicada à Pesca.

A representante da Coordenação de Pesquisa e Extensão (Campus Baturité – IFCE) participou do Eixo 1, onde diversas experiências, principalmente, referente à experiências de implantação de Neabis foram apresentadas e discutidas, a exemplo da pesquisa de Roberto Carlos Oliveira Santos (2014), do Instituto Federal da Bahia, campus de Governador Mangabeira, intitulada “Representações Sociais Sobre o Neabi” e a Educação para as Relações Étnico-raciais e do trabalho de Neilo Silva Vaz (*et. all*, 2014), cujo título foi “O Estabelecimento de Processos Reflexivos Sobre Etnicidade no Contexto Indígena e Afro-Brasileiro a partir do Neabi-Campus Rio Grande”. Vale ressaltar que tais experiências foram norteadoras para o desenho do processo de implantação do primeiro NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

NEABI e a experiência do campus Baturité e Cedro – caminhos que se encontram

O NEABI do IFCE - Campus Baturité foi criado em 15 de setembro de 2014 e está voltado para atividades na área de ensino sobre África, Cultura negra e História do Negro no Brasil, conforme expressa a Lei 10.639/2003, assim como abrange ações para as questões indígenas. Tais afirmativas foram efetivadas graças a Lei 11.645/2008 que prevê a inserção da história e influências dessas etnias para formação do país na base curricular educacional.

Devido a isso, sua implantação foi significativa para a instituição e a região do maciço, que abrange comunidades tradicionais das duas etnias supracitadas. Tem a missão de aproximar-se desses povos conhecer seus saberes e fazeres, a fim de contribuir com humanização dos seus direitos para a minimização e superação do racismo e outras formas de distinção não só a nível estadual, mas visando uma perspectiva nacional. Atualmente são mais de 20 NEABIs distribuídos por outros estados brasileiros com a mesma proposta de disseminação do conhecimento de outras culturas e para estudar questões étnico-raciais.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Atualmente o núcleo do campus Baturité possui quinze bolsistas sendo dois monitores para qualquer assunto ligado ao mesmo, o restante está dividido entre pesquisadores e monitores em projetos de extensão. Inicialmente os primeiros passos foram dados com os encontros firmados para debater as comunidades que receberiam os projetos. A relação do Instituto com a comunidade indígena de Aratuba já havia se iniciado com o projeto que fora desenvolvido em 2012 que propunha um curso de Segurança e Soberania Alimentar para os moradores da comunidade a partir de quinze (15) anos. Paralelo a isso a pesquisa “Alimentos Tradicionais: uma geografia dos alimentos tradicionais no maciço de Baturité” já começava a se desenvolver.

No Quilombo da Serra do Evaristo ocorreram duas reuniões, uma em junho e outra em julho de 2014 para a aproximação e conhecimento da comunidade, onde foi discutida juntamente com as lideranças e o corpo de apoio do Instituto em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) a proposta inicial dos projetos.

A segunda reunião aconteceu em oito (08) de agosto de 2014 que contou com a participação de algumas lideranças, gestores da escola e membros da associação da comunidade, com o intuito de apresentação do projeto “Tecendo Redes: formando uma Com-vida na Serra do Evaristo” e das pesquisas que seriam desenvolvidas como “A Geografia dos Alimentos Tradicionais dos Quilombolas da Serra do Evaristo” mostrando suas respectivas atividades. Na ocasião houve a aceitação e a definição do calendário a partir da disponibilidade da comunidade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



FIGURA 01: Primeiro encontro com a comunidade quilombola.

FONTE: Arquivo Pessoal (2014)

Em setembro de 2015, foi iniciado o curso de Extensão de 160h/a, intitulado Segurança e Soberania Alimentar para a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo – Baturité – CE”. O edital PAPEX – IFCE, foi essencial neste processo, pois a partir da aprovação do projeto, o NEABI – Campus Baturité, conseguiu atender três bolsistas de extensão que, acompanhados por cinco professores do Campus, têm desenvolvido os módulos do referido Curso (Quadro 1) - Cronograma – Serra do Evaristo: Soberania e Segurança Alimentar para Comunidades Tradicionais do Maciço de Baturité.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Módulos	Carga Horária
Higiene e Segurança de Alimentos / Boas Práticas	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Cultura Alimentar (Africana e Indígena)	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Empreendedorismo	01 aula / 04 h
Segurança Alimentar e Nutricional	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Empreendedorismo	01 aula / 04 h
Soberania Alimentar	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Empreendedorismo	01 aula / 04 h
Agroecologia	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Aproveitamento Integral de Alimentos (Frutas, Verduras e Legumes)	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Empreendedorismo	Total de 20h 05 aulas por módulo 04h/aula
Colóquio	Total de 20h 05 dias 04h/dia

Quadro 1: Cronograma – Serra do Evaristo: Soberania e Segurança Alimentar para Comunidades Tradicionais do Maciço de Baturité.

FONTE: Arquivo Pessoal (2014)

O caminho que já foi trilhado

O projeto Tecendo Redes é fruto de um trabalho coletivo, que faz jus ao título. Tem o intuito de tecer redes através de parceiros como a comunidade quilombola, o Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT- UFC), PRODEMA- UFC, o Instituto Ensino Superior (IES) do IFCE. O curso de Segurança e Soberania Alimentar, citado no Tópico anteriormente deu início em setembro de 2014, duas semanas após as reuniões e teve como missão formar jovens preocupados e atuantes na sociedade, formando uma COM-VIDA na escola 15 de Novembro do Quilombo. Contou com a participação de quarenta e oito (48) crianças e



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

adolescentes do quinto ao oitavo ano do Ensino Fundamental II, selecionadas pelo núcleo gestor da escola.

Com durabilidade de cinco meses o projeto aplicou um total de dezenove (19) oficinas, com temáticas ligadas ao meio ambiente, correlatas à vivência e histórico da comunidade.

O Neabi veio em minha vida como forma de crescimento, amadurecimento e como humano me sinto melhor e mais completo. Trabalhar com comunidades tradicionais é a certeza de saber que as pessoas lutam para que as tradições continuem vivas e perpassadas de pais para filhos. A nossa experiência nas comunidades tradicionais vem exatamente de forma importante para fortificar essa valorização e que essas tradições não sejam esquecidas [...] (Depoimento de um monitor do projeto de extensão em 27 de julho de 2015).

Além deste projeto ocorreu também à pesquisa sobre a Geografia dos Alimentos Tradicionais no Quilombo da Serra do Evaristo que deu início em 2014 e teve como objetivo principal mapear os alimentos identificados pelos moradores como tradicionais em seus limites territoriais. Segundo Zuin; Zuin (2008) são alimentos que propagam no tempo, ligados a uma definição e características de um grupo social, ou seja, são alimentos presentes na comunidade introduzidos e deixados como herança e que contam um pouco da história desse grupo. Conhecer o saber e o fazer desses povos foi levantado através do estudo etnográfico cerca de três alimentos comumente consumido e que transpassaram gerações como é o caso do mungunzá salgado.

Estudar essas comunidades foi uma experiência extraordinária, pois a aproximação de novas culturas e visão de mundo nos possibilita mudar tais conceitos já definidos pela sociedade. Adentrar na casa das pessoas e comer do mesmo alimento sabendo que ali está não só o sabor do tempero mais o orgulho de se reconhecer como quilombolas é de um valor imensurável, a vivência nos faz sair no nosso eu e conhecer outro lado, o humano. (Depoimento do pesquisador em 23 de julho de 2015).

A comunidade quilombola ainda tem em suas práticas tradicionais os remédios caseiros obtidos a partir de ervas medicinais e outros elementos, a partir disso, começou-se



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

desenvolver uma pequena pesquisa sobre as ervas medicinais, resultando em uma admiração pelo conhecimento vasto e empírico que perpassaram gerações.

A pesquisa sobre os alimentos tradicionais na Aldeia Kanindé de Aratuba, teve como objetivo fazer um levantamento dos alimentos em geral e os de caça, analisando suas potencialidades para garantia da segurança e soberania alimentar desse grupo e a probabilidade de inserção na merenda escolar.



FIGURA 2: Um almoço de caça na casa de um morador na aldeia dos Kanindé de Aratuba.
FONTE: Barroso (2014)

Estes trabalhos continuam sendo desenvolvidos, outras atividades foram consolidadas ao decorrer da formação do Núcleo na qual firmou parcerias com o Laboratório de Cartografia (LABOCART) da UFC. Buscou-se através dessa ferramenta levar para as comunidades um novo modo de delimitar e conhecer o próprio espaço, sendo construído de forma coletiva e dinâmica. A cartografia deu início em dezembro de 2014 com as primeiras reuniões para apresentar às comunidades as propostas, e, como os próximos encontros aconteceriam a partir disso em maio de 2015, as atividades foram retomadas. O primeiro dia



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ocorreu na aldeia Kanindé e o segundo no Quilombo da Serra do Evaristo contando com a participação de mais de 15 moradores do local.

Considerações finais

A partir do que foi apresentado pode-se afirmar que o debate sobre a implantação de novos núcleos continua acontecendo e ganhando força quando outras instituições veem que é possível uma educação para a além das paredes de uma sala de aula e poder oferecer aos docentes e discentes conhecimentos que ultrapassam as leituras presentes em um livro.

Os Núcleos vêm para multiplicar, fazendo com que a aproximação desses povos ocorra em parceria, firmando compromisso de ensinar e aprender, levando novas oportunidades com os projetos de extensão e pesquisa que de certo modo movimentam os moradores de tal espaço, proporcionando a eles um benefício coletivo.

Acredita-se a partir de um aspecto metodológico que “ver em loco” é diferente de “vivenciar o espaço como um todo” foi por isso que desde a chegada do núcleo no campus Baturité a realidade percebida por muitos jovens que foram convidados a vivenciar essas comunidades passaram a ser diferentes. Uma vez que o contato com outras culturas desmistifica os pré-julgamentos impostos pela sociedade e contribuiu com a troca de experiências. Segundo Paulo Freire (1987) já afirmava que o conhecimento de base educacional deve ser associado à realidade em que se vive, pois a experiência e construção do conhecimento são importantes para a interação social no meio em que vive.

Nessa perspectiva de estudar sobre os saberes de tais comunidades ou sobre a influência da sua etnia na construção da sociedade em sua totalidade e formação cultural como expressa a Lei 10.639/2003 percebe-se o grande espaço para uma educação continuada que possibilita o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo.

Assim, compreende-se que a articulação que ocorre entre os campi de Baturité e os demais, são de fortalecimento e complementaridade e não de repetição de ações e



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

atividades, tendo em vista que é preciso garantir a consonância entre a necessidade do campus, da comunidade escolar e do contexto no qual o campus está inserido.

A experiência piloto de Baturité, no entanto, tem sido fundamental no processo de incentivo, motivação, encorajamento e reflexão sobre o papel que cada um e cada uma pode desempenhar nesse importante debate proposto pela Lei N° 11.645/2008.

Referências

Escola da Vila. Trabalho de campo: aprendizagem além dos muros da escola. Disponível em: <<http://www.escoladavila.com.br/blog/?p=4662>> acesso em: 03 de Agosto de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas:** ações afirmativas no governo Lula. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002010000200005&script=sci_arttext> acesso em: 02 de Agosto de 2015.

PINTO, Deborah M; PEREIRA, Gino; LIMA, Anna Erika F. Tecendo Redes: formando uma COM-VIDA na Serra do Evaristo. **Extensão em ação,** Fortaleza, V. 2, n. 7, Jul/Dez 2014, p. 73-85

SILVEIRA JR., Edison Geraldo de Sousa. **O Estabelecimento de processos reflexivos sobre etnicidade no contexto indígena e afro-brasileiro a partir do Neabi-Campus Rio Grande.** Disponível em: <<http://ocs.ifb.edu.br/index.php/iiiforumepeti/iiiforumepeti/paper/view/174>> acesso em: 02 de Agosto de 2015.

Sistema Eletrônico de Administração de Conferências do IFB. **III Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.** Disponível em: <<http://ocs.ifb.edu.br/index.php/iiiforumepeti/iiiforumepeti/paper/view/129>> acesso em 30 de Julho de 2015.

ZUIN, Luís. F. S; ZUIN, Poliana. B. Produção de alimentos tradicionais: contribuindo para o Desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão de Desenvolvimento Regional,** São Paulo, v 04, nº 1, p 110-127, jan./abr. 2008.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Identidade, espaço, interferência: quem sou eu, um quilombola?

Bárbara Romeika Rodrigues Marques¹ e Leticia Bezerra de Lima²

*Se eu soubesse que cê vinha
Eu mandava te esperar
Mandava amarrar canoa no laço verde do mar
(Mãe Zeferina)*

Introdução

O presente trabalho apresenta percursos e experiências colhidas no desenvolvimento do projeto de extensão intitulado Quilombo São José da Serra: valorização da cultura e memória afro-brasileira em Valença (RJ). Procura evidenciar percepções e modos de se dizer e se reconhecer quilombola, a partir do cotidiano de vivências e dos relatos dos moradores de São José, sob a perspectiva de pesquisa qualitativa. Afinal, cabe indagar: de que modo o discurso legitimador é o ponto de partida para ser e querer ser quilombola? Que é ser quilombola?

A história do quilombo São José da Serra se aproxima de trajetórias encontradas em outros espaços de quilombolas: de terras ocupadas sob égide da subordinação senhoril ao reconhecimento de pertencimento e unidade territorial conquistada sob alcunha da identidade negra e direito conquistado. São José conheceu realidades distintas ao longo do processo de constituição quilombola: concessão inicial da terra pelo então fazendeiro aos negros a quem subordinava, tentativa de subjugar a mão de obra dos povos ali residentes – como se a condição de habitar a terra concedida requisitasse como moeda de troca a sujeição infinita dos corpos – a tentativa de expropriação póstuma, a articulação entre a comunidade negra pela construção de uma identidade e pela busca do reconhecimento quilombola, em decorrência da aplicabilidade do artigo 68 da Constituição federal de 1988.

¹ Professora do CEFET/RJ.

² Professora do CEFET/RJ.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A comunidade quilombola São José da Serra, está localizada na Serra da Beleza, no município de Valença (RJ). Em uma área de 476 hectares, o Quilombo São José da Serra abriga cerca de 150 pessoas, cujos ancestrais vieram de Congo, Guiné e, principalmente, de Angola, no período do tráfico de escravos entre os séculos XVI e meados do século XIX. Em mais de 150 anos de existência, o quilombo é o espaço de desenvolvimento social e de memória da cultura ancestral, onde mantém viva a história dos antepassados e recriam cotidianamente a sua própria trajetória coletiva.

Na figura do líder da Associação da Comunidade Quilombola São José da Serra, Toninho Canecão, é uma respeitosa e articulada figura na localidade. Nosso projeto de extensão só pode ser implementado com o conhecimento prévio de Toninho e após o aval da comunidade. Não há nada que possa ser decidido unilateralmente e nem imediatamente. Este seria o nosso primeiro aprendizado.

Para se chegar ao Toninho foram necessárias duas viagens pela região de São José e Santa Isabel, depois, outra viagem à São José para reunião coletiva. Tudo deveria ser tratado pessoalmente. Consideramos um aprendizado porque acostumados com a vida na capital do Rio de Janeiro e com fácil comunicação via internet e telefonia, percebemos que seria preciso “desacelerar” o nosso ritmo e estar disponível a uma nova forma de sociabilidade, caso realmente quiséssemos tocar o projeto a frente.

Estar em São José é vivenciar permanentemente a resistência em terra quilombola. Cabe ressaltar a experiência que tivemos no final do mês de abril quando todos os moradores receberam, finalmente, a posse definitiva da terra da localidade que é denominada de “fazenda”, ou melhor, a chamada “imissão de posse”. Um processo longo, que segundo Toninho, teve a duração de vinte anos de luta, entre o reconhecimento do governo federal como comunidade “remanescente de quilombo” (em 1999), o reconhecimento da Fundação Palmares (em 2006), a titulação da terra por parte do INCRA (em 2009), até a conquista daquilo que lhe é de direito, ou seja, a terra. Não foram poucas as retaliações que os moradores enfrentaram como a perda do emprego nos serviços agrícolas na parte da terra do antigo proprietário, as tentativas de cooptações para amenizar a situação legal e judiciária e até pouco tempo atrás “a restrição das terras para o plantio



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

imposta pelo fazendeiro”. O que os mantiveram fortes na luta foram certamente o compartilhamento dessa identidade cultural, os laços de solidariedade entre as famílias.

Objetivos

A partir do projeto de extensão “Quilombo São José da Serra: valorização da cultura e memória afro-brasileira em Valença (RJ)”, buscamos traçar uma perspectiva investigativa da expressão e construção identitária dos habitantes de São José, no contexto do ser e estar quilombola, em seus sentidos políticos, históricos, culturais, sociais – e em outros aspectos que possam convergir para a trajetória do autoreconhecimento. Assim, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa na busca por uma aproximação entre as realidades individuais e coletivas. No cotidiano com a comunidade procuramos desvendar através das falas dos sujeitos, os elementos étnico-raciais que lhes conferem identidade e força e investigamos de que modo a discussão sobre identidade se relaciona com a construção do território, e por quais vias as implicações no espaço e na memória dos povos se constituem nas relações estabelecidas, na produção de saberes e conhecimentos.

O projeto de extensão aqui referido é o ponto de partida para as considerações que se apresentam ao longo da presente proposta de comunicação. Desenvolvido por Bárbara Marques e Letícia Bezerra, professoras do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), campus Valença, localizado no sul fluminense, O projeto parte da possibilidade de fortalecer laços da instituição com a comunidade quilombola São José e desenvolver trabalhos no âmbito cultural, educacional e político.

Para que o desenvolvimento deste projeto fosse possível, realizamos em março de 2015 a primeira reunião com a comunidade de São José, onde nos apresentamos pessoalmente e explicitamos nossas motivações e objetivos do trabalho de extensão. Reforçamos nossa intenção em desenvolver com a comunidade um trabalho escolar com as crianças e jovens cujo principal objetivo seria prepará-los para a entrada na prova de admissão para o quadro discente do CEFET/RJ, campus Valença. Atualmente, oferecemos dois cursos em nível médio profissional: Curso Técnico Integrado em Alimentos e Curso



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Técnico em Química, conhecimentos que poderiam ser revertidos para a comunidade local, relacionado ao trato com a terra, alimentação e posteriormente, geração de renda por parte dos pequenos produtores.

Para o CEFET-Valença-RJ, Esta é a primeira oportunidade de se realizar um projeto de extensão desta natureza. Ao longo deste trabalho, vamos apresentar as primeiras reflexões sobre o desdobramento do tempo de trabalho semanal em São José da Serra, identificando a expressão da cultura quilombola, em sua identidade, seu modo de vida e espaço enquanto tradicional e permeado de riquezas, particularidades.

O projeto de extensão é desenvolvido na escola municipal que está localizada no interior da comunidade. Os encontros acontecem aos sábados à tarde (14h30 às 17h). Sempre preocupadas em não impor qualquer forma de pensar e nem desrespeitar os saberes tradicionais, semana a semana, trabalhamos a oralidade e a escrita. Uma questão balizadora perpassa nossas discussões: será que é desejo desses jovens estudar na instituição e fazer um curso técnico em área específica? Até que ponto estamos querendo ou não impor uma forma de agir e pensar dentro da comunidade?

Essas questões acompanham e balizam nossa prática, pois compartilhamos da noção de que nada do que for externo ao próprio desejo de cada um daqueles jovens de São José deve sobrepôr. Se o desejo do adolescente, já consciente da inserção cultural dos seus pares, for dar continuidade aos ensinamentos passados oralmente pelo legado das gerações e, portanto, se desejar prescindir do leque de conhecimentos acadêmicos e seguir o ciclo de engajamento local com a própria terra ou em alternativas locais, assim deve ser. O que nós, professoras, fazemos questão de apontar nessa troca com a comunidade é a familiaridade com outras perspectivas e modos de relacionamento com conhecimento, com outras formas de inserção no mundo, incluindo desde os aspectos técnicos do conhecimento até o fato de que munidos desse conhecimento a sabedoria atinge níveis políticos, bem como queria Paulo Freire em suas postulações educacionais. Emancipar o jovem de São José significa antes muni-lo da percepção de que ao se fortalecer culturalmente também os aspectos da política e da autonomia de cada um dos sujeitos estão garantidos.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Por esse viés, cabem a nós, professoras de Sociologia (Letícia Bezerra) e de Filosofia (Bárbara Marques) envolvidas na empreitada, as questões: por que o aluno quilombola precisa se munir, por exemplo, de um conhecimento acadêmico da Sociologia, da Filosofia, sabendo que estes campos conceituais estão permeados do caráter exclusivista do saber canonizado e tornado branco, eurocêntrico, distante léguas de um cotidiano mestiço, brasileiro, tropical? E a resposta se dá na mesma proporção que qualquer um de nós, habitantes desse Brasil de múltiplos saberes, nos apropriamos desse saber – e de tantos outros – como Oswald de Andrade nos ensinou: comendo-o, na mais irrestrita antropofagia, para que possamos aprender, com o legado de uma tradição, a reescrever nossa própria história e assim, por que não? Sejamos induzidos sem nenhum receio a popularizar nossos tratados sociológicos, nosso trato próprio com outras formas de filosofar. Por esse mesmo viés viriam as questões: o que implica ao sujeito o domínio das regras lingüísticas da produção textual? Dominar as verdades da matemática confere autonomia a um sujeito? Enfim, se temos algo a oferecer àqueles estudantes do São José, certamente não se encerra apenas no domínio de um sem-número de normas comuns ao conhecimento acadêmico, mas perpassa a convicção de que o envolvimento com o conhecimento nos fortalece para que cada um de nós chegue a ser o que se é.

Por isso a dimensão do nosso encontro se dá pelo escambo: a cada ida aprendemos um tanto com o modo de cada um pertencer à comunidade, de se relacionar com os pares, com os animais, com a terra, com espaços. Em troca temos a oferecer um leque – muito restrito – de conhecimentos que estão em livros, em manuais, em nossas vivências e que intencionamos tornar ato político, garantidor de direitos e propulsores da máxima autonomia aos sujeitos envolvidos. Temos também a apresentar a instituição CEFET/RJ e convidar a comunidade a usufruir o que é público e gratuito, para a com eles indagar: o que esta instituição tem a oferecer ao sítio São José? Como um curso técnico de Química ou em Alimentos, uma graduação em Administração ou em Engenharia de Alimentos (que são os atuais cursos oferecidos pelo CEFET/RJ, campus Valença) pode fortalecer economicamente a comunidade? De outro modo, o Cefet tem muito a ganhar na vivência com os jovens quilombolas. Nós, professoras, temos essa certeza a cada construção cotidiana, e a cada



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

semana em que estamos no Sítio São José fortalece em nós algo que nem sabemos exatamente como nomear, mas que nos convida a estarmos de volta, e querer estar.

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste trabalho, inserido em contexto de projeto de extensão, pretendemos trabalhar de modo qualitativo com a comunidade quilombola de São José. A nossa preparação para adentrar neste novo universo consistiu em fazer uma pesquisa bibliográfica sobre a história do Quilombo São José, com as principais referências na área, como MATTOS (2005-2006), que é professora vinculada ao Labhoi (Laboratório de História Oral) da Universidade Federal Fluminense. Além disso, ganhamos um livro da própria comunidade, que retrata a história do jongo e da comunidade – o livro acompanha um cd com registros das músicas jogueiras de São José. Posteriormente, para compreender as questões decorrentes do que é ser quilombola e a territorialidade daquela comunidade, fizemos um questionário aberto e aplicamos a dez pessoas: a secretária da associação de moradores de São José e jovens participantes do projeto.

Resultados

O projeto reverberou não somente na comunidade quilombola, mas também na comunidade acadêmica. Alunos do ensino médio, da graduação, pós-graduação se envolveram nas atividades de modo que também desenvolvessem suas próprias ideias e autonomia dentro do espaço do projeto. Dedicaram-se de maneira exemplar, proporcionaram momentos de criatividade e ludicidade para as crianças e jovens de São José. Contamos com algumas participações especiais de professores do campus e técnicos-administrativos, o que contribuiu para o fortalecimento do projeto de maneira interna. Na comunidade de São José, sempre contamos com a participação em massa das pessoas que ali moram e vez ou outra, parentes que visitavam a comunidade, assistiam as nossas aulas. Contando que as aulas aconteciam aos sábados à tarde, consideramos que a adesão coletiva



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

foi bem positiva. Quantificando a participação, de modo geral, contamos com 40 pessoas – vinte pessoas da instituição e vinte da comunidade quilombola. Sobre as metas propostas e resultados obtidos, acreditamos que em apenas um ano de existência conseguimos alguns êxitos em nossas atividades. A mais importante delas foi a aprovação de Vinícius Fernandes e Laiene Kelly na prova de seleção de novos alunos no CEFET-RJ, campus Valença. Os dois estão matriculados no curso técnico de Alimentos e estão morando com suas respectivas avós no município de Valença – distante 50 km do Quilombo São José. Além disso, ao longo do desenvolvimento do projeto, contamos com a aproximação com outras instituições como UFF e UFRRJ. Esta última instituição organizou conjuntamente com o Prof. Juliano Gonçalves, uma vivência no campo da agroecologia desenvolvendo atividades específicas que contaram com a participação de professores, discentes e moradores de São José.

Vale salientar que a comunidade quilombola de São José avalia positivamente a presença do projeto de extensão em São José. De acordo com a secretária da associação de moradores de São José, Luciene Estevão, o tempo provou que o projeto seria um sucesso e superou as expectativas iniciais. A troca de experiências, a confiança desenvolvida pelos dois “lados”, enfim, tudo o que aconteceu em quase um ano de projeto teve êxito, pois as duas partes conseguiram se engajar em um mesmo objetivo. A parceria foi desenvolvida de modo conjunto, sempre contando com a colaboração de todos.

Considerações finais

Se a luta pela terra permeia e potencializa a discussão do ser quilombola, é porque a existência de uma identidade se faz também nos seus modos de habitar, ocupar territórios físicos, naturais. Para os quilombolas de São José a relação com a terra sempre se deu na contramão do que aponta uma lógica capitalista, quer seja no modo como compartilham e trocam entre si os produtos oriundos da agricultura de subsistência, quer seja no respeito de cada um ao ambiente, suas vegetações, árvores tornadas sagradas, animais que convivem em espaços comuns. O sentimento de pertencimento ao território São José e não meramente o habitar, a posse coletiva da terra e busca pelo desenvolvimento do lugar,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sobretudo em aspectos culturais, garante a identidade quilombola e confere unidade aos que ali estão. A condição de território étnico implica e confere unidade entre os indivíduos ao mesmo tempo em que a união e o reconhecimento da identidade negra entre os indivíduos asseguram a condição espacial e territorial do ser quilombola.

O modo de vida camponês poderia se dizer de qualquer outro território de campo, mas alguns elementos mais específicos e determinantes conferem a unidade quilombola. Reafirmações cotidianas da cultura negra e religiosidade africanas e as implicações do sincretismo brasileiro concatenam sítio e quilombo, de modo que estar em São José tanto é o exercício de uma comunidade campesina que bem articula o convívio coletivo quanto a experiência de um aparato sócio-cultural de visibilidade do povo africano, no reconhecimento dos sentidos de ser e pertencer a uma identidade étnica essencialmente negra. Assim, a herança cultural e material cria em São José uma atmosfera de sentidos e pertencimentos caros aos processos de resistência cultural e da luta pela constituição identitária, que também é reparo da barbárie estabelecida historicamente contra o povo negro. A relação com a terra, o modo da convivência comunitária e a percepção das especificidades étnico-raciais que permeia as falas dos que ali habitam são suficientes para conferir o brio necessário às novas gerações, que vão se afirmando sob direitos antes escamoteados aos seus ancestrais.

Territorializar-se significa, sob este viés, a garantia da concentração dessas forças, o somatório das atividades para que se garanta autonomia cultural em determinados espaços e com a conquista da autonomia e o reconhecimento estaria também garantido a reprodução e continuidade material e simbólica deste modo de vida. Cada uma das histórias de vida de São José representa centelhas de resistência, força e luta. A memória passa a ser o escudo com o qual cada pertencimento se estabeleça como contraponto ao que a história de uma barbárie reservou ao povo negro, nas condições de vida impostas pelo sistema escravista.

Estar inserido nesta comunidade tem trazido um grande aprendizado pessoal e que apesar de todas as dificuldades que é fazer este tipo de trabalho, tem sido gratificante poder



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

repensar a prática docente. Para além de um ensino disciplinar, a Sociologia e Filosofia se fazem presentes de forma reflexiva e “transdisciplinar”.

Para além da aprovação de dois jovens na seleção do Ensino Médio no Cefet – Valença, o nosso trabalho logra êxito sobretudo pelo que não se escreve: nas entrelinhas de cada troca, nos cotidianos das experiências nossas de cada rompante de pertencimento a São José. Ademais, esperamos poder contribuir para a discussão da prática de ensino na educação quilombola através de projeto que tem a possibilidade de fortalecimento dos laços entre a comunidade de São José e os servidores da instituição (CEFET/RJ), bem como garantir de forma regional uma maior valorização da cultura e identidade negra.

Referências

ANDRÉ, Marcos e MENEZES, Luciane. **Jongo do Quilombo São José**. Rio de Janeiro: Associação Brasil Mestiço/Sesc, 2004.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, n.68, fev-dez, 2005-2006, p. 104-111.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A África no ensino básico: uma análise a partir da colonialidade do poder¹

Flávio Guimarães Diniz²

Introdução

O continente africano aparece como um ponto de conteúdo em diversos documentos oficiais³ ligados à área de educação básica em nosso país. Mais que um assunto a ser abordado em sala de aula, conhecer informações sobre a África é de suma importância para compreender uma parte da história, da cultura e da geografia do povo brasileiro. Entretanto, o continente africano é retratado, na maioria das vezes, como um território estereotipado marcado por diversas mazelas sociais e admirada pelo exotismo⁴.

Objetivo

O objetivo deste escrito é analisar as informações e os conhecimentos construídos sobre a África pelo eurocentrismo e problematizar seus desdobramentos no ensino básico a partir da colonialidade do poder.

A África no ensino básico

A África é um dos conteúdos abordados por diversas disciplinas escolares como Geografia, História, Educação Artística entre outras. Presente nos currículos das redes pública e privada, o continente é apresentado e estudado a partir de uma determinada

¹ Esse artigo é um desdobramento de um dos tópicos da dissertação de mestrado do autor intitulada “A formação contínua de professores de Geografia para implementação da Lei Federal Nº 10.639/03 a partir de um projeto de pesquisa-ação” defendida no ano de 2014. Ademais, esse escrito me permitiu revisar e transformar algumas ideias presentes em minha monografia de graduação intitulada “A utilização de obras cinematográficas que retratam o continente africano por docentes da disciplina de Geografia no ensino básico: uma possibilidade de aplicação da LEI Nº 10.639/03” defendida no ano de 2010. Portanto, não coloquei aqui resultados, pois pretendo desenvolver mais o tema nos próximos anos.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Professor de Geografia da Rede Municipal do Rio de Janeiro

³ Nesse contexto, podemos citar Lei Federal n.10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004.

⁴ Cabe lembrar que no núcleo do conceito de território o conflito é uma das marcas. Logo, na regionalização da África nega-se a diversidade e a diferença territorial de um continente multicultural e multiétnico para afirmar, unicamente, o conflito.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

estrutura que distorce, simplifica, estigmatiza e rotula essa porção do globo. Essas informações não são difundidas apenas nas salas de aula e nos materiais didáticos, pois os Meios de Comunicação de Massa também ajudam a reproduzir e consolidar uma série de elementos e imagens que levam as pessoas a conceberem a África de uma forma tendenciosa.

Dentro das salas de aula é 'comum' iniciar o estudo da África a partir de seus elementos fisiográficos como a vegetação, o clima, a hidrografia etc. Esses elementos da natureza são ensinados e levam os alunos e as alunas a terem uma noção da diversidade da fauna e da flora do continente. Em contrapartida, a supervalorização dos aspectos da natureza africana tem como um de seus escopos expor o continente como lócus do primitivismo. Tudo isso, leva a um desconhecimento da realidade e da História do continente, pois ao invés de informar em prol de uma assimilação das características e particularidades da África, essas informações conduzem a um desconhecimento desta porção da Terra. Essa falta de conhecimento que a maior parte das pessoas adquiriu a partir da experiência escolar e do contato com os Meios de Comunicação de Massa foi engendrada de forma intencional para colocar o continente europeu numa posição privilegiada, pois historicamente essa porção do planeta fez uso do monopólio do conhecimento para assumir uma posição dominante no mundo, ou seja, uma geopolítica do conhecimento produzindo *epistemologias que nos causam cegueira* (QUIJANO, 2000; SANTOS, 2014).

O "eurocentrismo" busca não só colocar cartograficamente a Europa no centro da Terra, mas como único conhecimento válido fazendo com que as pessoas internalizem a ideia de que tudo aquilo que é conhecido e que possui validação científica, política ou cultural foi construído a partir do contato que as demais partes do planeta tiveram com o continente em questão. A partir disso, é possível tecer duas reflexões relevantes: em primeiro lugar, os conteúdos oriundos da matriz europeia levam a uma simplificação da História que tem como uma de suas metas tornar dispensável a reflexão do monopólio europeu sobre qualquer tipo de conhecimento. Consequentemente, a não contestação leva a naturalização instantânea da superioridade europeia balizada pela sua histórica missão civilizatória, o fardo do homem branco.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Em segundo lugar, a posse sobre o conhecimento fornece uma gama de poder que, no caso europeu, transformou-se em uma doutrina que legitimou a dominação sobre diversos povos e culturas. É possível ter uma dimensão disso, a partir das elucubrações de Boaventura de Sousa Santos (2002) em seu artigo “O fim das descobertas imperiais” que mostra como o monopólio sobre o descobrimento permitiu aos europeus dominarem várias partes do mundo, impondo sua cultura e suas instituições:

Porque sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é descobridor quem tem mais poder e mais saber e, com isso, a capacidade para declarar o outro como descoberto. É a desigualdade de poder e de saber que transforma a reciprocidade da descoberta na apropriação do descoberto. Toda a descoberta tem, assim, algo de imperial, uma ação de controlo e de submissão. (SANTOS, B., 2002, p.1)

Ser o descobridor significa ter o “direito” de dizer o que se é e o que os outros são. O descobridor, nesse sentido, é o colonizador, o construtor do colonialismo, uma relação fundamentada no poder da Metrópole sobre suas Colônias que representam a expansão do poder, do modo de viver. As pessoas da colônia tem que saber, desde cedo qual é o seu lugar na relação entre Metrópole e Colônia, que apesar de possuírem configurações distintas, representam duas faces da mesma moeda, pois uma não existe sem a outra. Os europeus só conseguiram elaborar e operacionalizar seu poder e seus conhecimentos a partir da construção das inferioridades sobre outras pessoas e outros territórios.

Mas o que isso tem haver com o ensino de África no ambiente escolar? Pode-se dizer que essa produção da inferioridade ajuda-nos a compreender porque ao continente africano é reproduzido como o lócus das mazelas sociais. É importante entender que tudo que se aprende na escola é fruto de visões de mundo, que exercem grande influência sobre aquilo que pode ser ensinado.

Geralmente, aprende-se no espaço escolar a enxergar a África através da ótica eurocentrada que difundiu a ideia de que a dominação do continente fez parte de um projeto civilizatório que encobria o verdadeiro motivo da instalação de diversas relações de poder baseadas na desigualdade: a apropriação de culturas, pessoas e recursos naturais para a (re)produção do sistema capitalista.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Tudo aqui que se vê, se internaliza, se aprende (e se desconhece) reflete uma determinada visão de mundo. Hernandez (2005) oferece uma noção do poder da visão Ocidental:

Significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um 'olhar imperial' sobre o universo. Assim, o conjunto de escrituras sobre a África em particular entre as últimas décadas do século XX, contem equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. (HERNANDEZ, L., 2005, p.17-18)

Algumas imagens/equívocos sobre a África são extremamente comuns. Podemos citar a internalização da ideia que veicula a associação instantânea entre pessoas negras (sujeitos que apresentam cútis preta ou parda) à África, como se só esse grupo racial habitasse as terras do continente africano. Nesse caso, trata-se de uma imagem construída e difundida que simplifica e que, de acordo com a intenção, desqualifica o território e os povos africanos.

Quijano (2007) consegue explicar a gênese da associação automática dos negros à África a partir do conceito de identidades geoculturais que ligam as raças⁵ a determinadas porções do espaço terrestre:

Imposta como critério básico de classificação social universal da população mundial, de acordo com a ideia de "raça" foram distribuídas as principais novas identidades sociais e geoculturais do mundo. Por um lado, "Índio", "Negro", "Asiático" (antes, "Amarelos", "Branco" e "Mestiço"; por outro, "América", "Europa", "Ásia", "África" e "Oceania". Sobre ela se fundou o eurocentramento do poder mundial capitalista e a conseguinte distribuição mundial do trabalho e do intercâmbio. E, também sobre ela, se traçaram as diferenças e distâncias específicas nas respectivas configurações específicas de poder, com as suas cruciais implicações no processo de democratização de sociedades e Estados, e da própria formação de Estados-nação modernos. (QUIJANO, 2007, p.43)

⁵ Quijano (2007) compreende a raça como uma construção social engendrada para legitimar a dominação de povos e territórios. "a ideia de raça é, seguramente, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzida no início da formação da América e do capitalismo, na passagem do século XV para o XVI, nos séculos seguintes foi imposta sobre toda a população do planeta como parte da dominação colonial da Europa". (p.43)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Essas “identidades” não só visavam apenas diferenciar os povos, mas fundar hierarquias políticas, econômicas e sociais que são reproduzidas até hoje no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, essa categoria identitária, negro, foi inventada para destruir a historicidades a multiplicidade de povos. A luta contra a escravização na África e diáspora passou a dar um novo sentido político a ideia de negro. Os negros são apresentados nos materiais didáticos numa posição de inferioridade, pois são associados à pobreza, a escravidão, e a postos de trabalho subvalorizados. Nega-se as inúmeras experiências histórias de protagonismo negro como a rainha Nzinga Mandi que impediu a durante décadas a colonização portuguesa no interior do continente derrotando os exércitos europeus e também as experiências de emancipação como a revolução haitiana que utilizou dos brados da revolução francesa (igualdade, liberdade e fraternidade) para produzir uma das mais profundas noções de emancipação social na história da humanidade.

Quando se fala em escravidão, na maioria das vezes, só se pensa nos africanos escravizados, omitindo-se a escravização de brancos durante o processo de conquista de territórios pelo Império Romano. Isso tem como efeito a naturalização do negro na condição de escravo ao longo da História da humanidade, ou melhor, escravizado já que ninguém nasce escravo e sim é escravizado.

As visões difundidas por essas identidades geoculturais também transmitem visões gerais e limitadoras sobre os continentes. É muito comum os estudantes dos ensinos fundamental e médio falarem, primeiramente, sobre a África como a área que abriga as savanas, as florestas e os desertos. Exotismo e relegação a uma posição inferior são duas marcas negativas e transmitidas sobre o continente e os sujeitos africanos e afrodescendentes. Os estereótipos apresentados aqui, de forma superficial, podem ser usados para detonar uma série de questões e consequências. Com base nisso, pode-se pensar em quais são os efeitos que as imagens e as visões de mundo eurocêntricas podem gerar sobre o ensino de África e os sujeitos residentes ou ancestrais da travessia do Atlântico. Para isso, vamos recorrer aos conhecimentos oriundos da colonialidade, tendo como base a colonialidade do poder.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Uma visão sucinta da África a partir da colonialidade do poder

Em entrevista ao programa Salto para o futuro do Ministério da Educação, o autor e pesquisador da temática “currículo”, Tomaz Tadeu da Silva (2010), expôs que a escolha daquilo que deve ser ensinado depende de escolhas e que toda escolha é política. É a partir delas que o currículo é construído. Com base nisso, podemos interpretar que os componentes do conteúdo África presente nos diversos currículos escolares foram formados a partir da visão eurocêntrica. Essa matriz, ligada a teoria tradicional do currículo não tem a pretensão de problematizar o conhecimento. O próprio autor, durante a entrevista, faz uma divisão geral entre as teorias Tradicionais e as teorias Críticas do currículo. As últimas preocupam-se em problematizar o conhecimento de acordo com as ênfases que se pretende abordar.

Mas, por que realizar a discussão sobre o que ensinar dentro dos currículos para abordar o continente africano e as dimensões da colonialidade?

Entendemos que para compreender os desdobramentos gerados pelo ensino de África, é preciso buscar uma das bases que fundamenta a seleção dos assuntos que estrutura o referido conteúdo escolar. Percebemos aí como o *racismo epistêmico*, isto é, o racismo inscrito na produção conhecimento cria condicionantes na escolha dos conteúdos (MIGNOLO, 2005).

Tomaz Tadeu considera o currículo um importante campo de luta, pois está no centro de importantes lutas políticas e sociais. Tudo aquilo que se ensina e se aprende sobre África está atrelada a uma determinada visão de mundo. Então, é preciso disputar o currículo, tensionar as visões de mundo para conseguir iniciar uma reformulação do que pode ser ensinado sobre o continente africano (desvinculando-se da hegemonia da visão Europeia).

Nas Orientações Curriculares de Geografia para o Ensino de Geografia do 6º ao 9º ano (2013) da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, aponta que o conteúdo de África deve ser trabalhado no 1º bimestre do 9º ano do ensino fundamental. De acordo com o documento o continente africano está estruturado seguinte maneira:



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

- **OBJETIVOS:** Reconhecer a diversidade cultural, fisiográfica e econômica do CONTINENTE AFRICANO.

- **CONTEÚDOS:** Aspectos culturais, fisiográficos e socioeconômicos do CONTINENTE AFRICANO.

- **HABILIDADES:** Conhecer a diversidade de culturas que antecederam a chegada do colonizador europeu; Perceber as semelhanças culturais dos povos do CONTINENTE AFRICANO e do Brasil; Identificar a diversidade fisiográfica das regiões; Conhecer a diversidade sociocultural do continente. [...]

(Orientações Curriculares, 2013, p.25)

De maneira geral, a África é apresentada de forma vaga e superficial nas Orientações Curriculares. Os conteúdos praticamente seguem a divisão clássica do modelo N-H-E⁶ (Natureza – Homem – Economia) da maioria dos livros didáticos de Geografia. A parte dos “objetivos” em nenhum momento estimula o professor e o aluno a discutirem o estereótipo negativo engendrado sobre a África.

A identificação e o conhecimento da diversidade cultural do continente aparecem no documento, o que se pode considerar um ponto positivo. Porém, as sugestões para trabalhar o tema são limitadas.

As Orientações não incentivam um trabalho de desconstrução do continente africano, fato que indiretamente contribui para a perpetuação da visão estereotipada sobre a África. Entretanto, no tópico “habilidades” o ponto “Conhecer a diversidade de culturas que antecederam a chegada do colonizador europeu” chama atenção: primeiro, reconhece uma diversidade cultural antes da chegada do europeu, ou seja, a história da África não começa a partir da chegada dos colonizadores. Em segundo lugar, dependendo do objetivo do professor, existe a possibilidade em se problematizar a colonização do continente. Lembremos que segundo os arqueólogos a espécie humana teria surgido neste continente, logo, é o continente de mais longa ocupação humana marcada pelas mais antigas rugosidades (SANTOS, 1996)

Não temos o objetivo de nos aprofundar na história da colonização do continente, mas consideramos importante destrinchar os conceitos de colonialismo e colonialidade para compreender a construção da visão estereotipada atribuída à África.

⁶ Estudar-se-á a natureza pela influência que exerça sobre as atividades práticas da produção econômica, o homem pelo efeito do prisma demográfico sobre a demanda de consumo e a oferta de mão-de-obra e a economia por fim como a própria razão final dos estudos, num sistema de estrutura N-H-E. (MOREIRA, 2009, p.20)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O colonialismo⁷ que se aprende na trajetória escolar diz respeito a um poder institucionalizado onde um país forte política e economicamente (chamado de potência) é visto como Metrópole, aquela que toma as decisões, institui as ordens, pune, extermina e transborda sua visão de mundo para a Colônia. Esta por sua vez obedece, reproduz sua condição de inferioridade e subalternidade.

Durante o processo de ensino e aprendizagem enxerga-se a colonização do continente europeu, a partir da Conferência de Berlim (1884-85). Erroneamente, aprende-se que as colônias europeias na África surgiram neste momento, mas na verdade, essa reunião serviu para que os chefes de estado entrassem em acordo na hora da “partilha” do território que só ocorreu na década seguinte. (Fonseca, 2007). A colonização só ocorreu de fato, após a Conferência, mas não se ensina, por exemplo, como a articulação da raça e do poder foram utilizadas para dominar os territórios e povos africanos.

Após os processos de emancipação política, que conhecemos pelo nome de independência, as antigas colônias passam a “traçar” seus destinos. Mas, o que seria a colonialidade?

A colonialidade, por sua vez, seria a perpetuação da dominação construída durante o colonialismo, mas sem a legitimação jurídica da época da relação Metrópole-Colônia. Nesse trabalho trabalharemos uma das três dimensões da colonialidade: o poder.

Num primeiro momento, é preciso compreender que a colonialidade do poder é operacionalizada em conjunto com o eurocentrismo e sua visão de modernidade (Mignolo, 2005). O monopólio do poder permitiu a Europa a subjugar povos e culturas com o objetivo de se instituir como o detentor da hegemonia mundial e o padrão de civilização a ser seguido, ou seja, colocado para outras partes do mundo como universal.

O imaginário moderno/colonial apresenta-se de modo muito distinto de acordo com o ponto de vista do qual o olhamos: a história das idéias na Europa ou a diferença colonial, as histórias forjadas pela colonialidade do poder nas Américas, na Ásia ou na África, ou aquelas das cosmologias anteriores aos contatos com a Europa a partir do século XVI, como na constituição do mundo moderno colonial, no qual os Estados e as sociedades da África, da Ásia e das Américas tiveram que responder e responderam de distintas maneiras e de distintos momentos

⁷ Para Quijano (2005) o colonialismo seria “[...] forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles europeias sobre suas colônias.”.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

históricos. A Europa –através da Espanha– deu as costas ao Norte da África e ao Islã a partir do século XVI; a China e o Japão nunca estiveram sob o controle imperial ocidental, ainda que não tenham podido deixar de responder a sua força expansiva, sobretudo a partir do século XIX, quando o Islã renovou sua relação com a Europa (Lewis, 1997). O sul da Ásia, a Índia e diversos países africanos ao sul do Saara foram o objetivo dos colonialismos emergentes: Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha. A configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo (com exceções, por certo, como é o caso da Irlanda), foi a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa. (MIGNOLO, 2005, p.36)

De acordo com Quijano (2005) a ideia de raça ao conceito de colonialidade do poder para demonstrar como estes atuaram simultaneamente nos processos de conquista territorial e intelectual da Europa sobre a América, e conseqüentemente, sobre a África. Ao analisarmos o continente africano pela ótica da colonidade do poder, percebemos que a África ainda é concebida, dentro e fora da sala de aula, como um território inferior a Europa. Essa inferiorização ocorreu através da operacionalização do poder através do monopólio do conhecimento (onde também entra a colonialidade do saber) do continente europeu sobre os seus “outros”; a partir da imposição das instituições europeias e seus modelos políticos; o poder econômico através da manutenção da dependência da maior parte dos países africanos as economias das antigas Metrôpoles europeias.

A partir disso, os efeitos sobre o território africano e de seus descendentes (de dentro e fora da África) são o preconceito e a discriminação. O racismo é o desmembramento da desqualificação dos seres humanos a partir operacionalização do conceito de raça.

Essas reflexões atentam para a necessidade da desconstrução da África estereotipada para que seja possível a (re)visão desse conteúdo na educação básica. Conseqüentemente, pode-se lutar pela construção de um currículo que problematize esse conteúdo e que leve os educandos e os educadores a terem uma visão afrocentrista para confrontar a visão de África construída pelo eurocentrismo.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Disputar uma nova visão de África⁸ é mais que uma luta pela educação, e sim uma luta política. É assumir uma postura contra a marginalização e homogeneização do continente. Marcar território nessa disputa de interpretação tem haver com se “posicionar no mundo para nele atuar” como elabora Santos (2007) ao mencionar o sentido de se aprender/ensinar Geografia:

Buscando inspiração em tais formulações, propomos aqui a idéia de que o sentido do aprender e ensinar a Geografia é se posicionar no mundo. Quando falamos isso, estamos indicando na verdade uma dupla acepção do que chamamos ‘se posicionar no mundo’: (i) conhecer sua posição no mundo, e para isto o indivíduo precisa conhecer o mundo; (ii) tomar posição neste mundo, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução deste mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar. (SANTOS, 2007, p.27)

Se apresentar para participar da mudança do que ensinar sobre o conteúdo de África é importante para se conseguir um ensino que respeite às diferenças e desvende as omissões. Esse processo pode ser feito em todas as disciplinas do currículo escolar.

⁸ Durante minha atuação como bolsista de iniciação científica da FAPERJ no grupo de pesquisa “A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia” pude ter contato com ideias que estimularam professores a desconstruírem a visão europeia de África, a partir de um breve curso sobre o continente na disciplina de Geografia ministrado pelo Professor Denilson de Oliveira. No Relatório do Grupo de pesquisa confeccionado pelo coordenador do grupo, o Professor Renato Emerson dos Santos essa fica nítida a partir do seguinte comentário após a atividade: “Denilson sublinhou a necessidade de desconstrução do imaginário que se tem sobre África, que é correntemente associada a primitivismo, animalesco, incivilizado, feitiçaria, anotropofagia e escravidão. Mostrou que determinados canais de TV, como Discovery Channel e National Geographic têm um papel reprodutor destas visões. Estas visões, segundo ele foram construídas na antiguidade, antes do sistema-mundo moderno-colonial. Neste último período, estas leituras foram mobilizadas e reforçadas por pensadores como Hegel – na verdade, a matriz filosófica kantianahegeliana promove esta remobilização de matrizes antigas. Há, nesta, uma reinvenção da África, através da apropriação de seus recursos, sua história, sua capacidade de auto-enunciação, seus seres humanos, etc. A apropriação da história da África faz esconder o fato de que ela é uma invenção geofísica e geohistórica – assim como a Europa, o Atlântico, as Américas. Estas invenções escondem sistemas de organização sócio-espacial e territorial anteriores, que foram sendo destruídos para e pela apropriação da África. Mudar a visão sobre a África requer romper com o eurocentramento da narrativa de mundo e da África, reconhecendo uma outra regionalização e periodização para narrar o mundo e a África. Somente assim se poderá inverter o jogo de representações hegemônicas, as imagens, os estereótipos, por diversidades e especificidades. (SANTOS, R., 2009, p.53-54)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações finais

Diante disso, pretendeu-se aqui mostrar as principais informações difundidas sobre a África na educação escolar e como a colonidade do poder é uma das bases que estruturou a visão superficial e limitadora desse ponto de conteúdo.

A emergência por outra visão de África é necessária não apenas para acabar com as simplificações e preconceitos sobre o continente e seus descendentes, mas para estimular a busca por novas ideias e conhecimentos sobre o tema e para desenvolver métodos, metodologias e materiais didáticos que levem os estudantes a entenderem que estudar a África é uma das chaves para se compreender a História da Humanidade.

Referências

FONSECA, Dagoberto José da. As fronteiras móveis do continente africano: construções étnicas e estranhas à África. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 165-174.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005. 679 p.

MIGNOLO, Walter, D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 130p. (Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>)

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos; 48), 115p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 130p. (Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>)

_____. “O que é essa tal de raça?”. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p.43-51.

RIO DE JANEIRO. **Orientações Curriculares: Geografia**. Rio de Janeiro, 2013.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SANTOS, Boaventura de Souza. O fim das descobertas imperiais. In. OLIVEIRA, Inês Barbosa e SGARBI, Paulo (Org.), **Redes culturais, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 19-36.

_____. **A crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço** - tempo e técnica razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Renato Emerson dos. “O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639”. In: _____. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.21-40.

_____. **Relatório Narrativo do Projeto “A lei 10.639/03 e o ensino de Geografia”**. São Gonçalo, Março de 2009, 197 p.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 156p.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O espaço do não branco na leitura sobre o Brasil que se ensina nos livros didáticos de geografia: a dimensão do branqueamento da imagem

Gabriel Siqueira Corrêa¹

Introdução

Análises independentes de livros didáticos são cada vez mais recorrentes no campo de pesquisa da geografia. Porém, poucas dessas pesquisas são publicizadas. Diante disso, este artigo, tem como objetivo demonstrar uma análise de livros do sétimo ano de geografia, realizadas em 2012/2013, que tem como base o debate sobre o racismo e o branqueamento presente na leitura de Brasil.

Por fins analíticos, reduzimos a análise original, presente em CORRÊA (2013), e iremos expor apenas as interpretações das leituras resultantes da pesquisa, o que pode ocasionar a ausência de alguns debates² conceituais importantes sobre raça, racismo, colonialidade e branqueamento.

Dessa forma, buscaremos nesse breve espaço estabelecer pontos de compreensão sobre o projeto de território brasileiro difundido pelos livros didáticos, com o olhar sobre as narrativas de branqueamento que ainda influenciam na concepção de Brasil que se ensina hoje, com destaque para o branqueamento da imagem, e alguns de seus elementos³.

Ponderações da análise e procedimentos

É preciso destacar a existência de uma análise oficial de livros didáticos, organizada pelo MEC, que nos últimos anos passa a levar em conta a questão racial. Porém, a maior parte do que é feito veicula o tema apenas como uma mera inserção de conteúdos e não a problematizam dentro de um debate mais qualificado, revisando conteúdos já presentes. Logo há uma necessidade crescente de análises que visam sim, policiar os conteúdos nos livros, e a difusão de um imaginário colonial, vista com naturalidade por muitos autores.

¹ Professor do curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).

² A discussão desses temas, junto ao campo metodológico adotado ocuparia demasiado espaço, forçando a redução da análise das narrativas sobre o Brasil, contidas nos livros didáticos a apenas algumas páginas, o que mudaria o objetivo do trabalho de expor a leitura apresentada por estes livros.

³ Inserimos apenas três apenas como demonstração, mas na análise original outros elementos estavam presentes: imagem da mulher negra, o (a) negro (a) no mercado de trabalho e a questão da religiosidade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A escolha dos livros para a leitura foi baseada no recorte temático sobre a formação do território brasileiro. Entender como os não brancos – com foco em especial para a população negra, mas relacionando também a população indígena – e os brancos, estão inseridos na concepção de “Geografia do Brasil” transmitida por estes livros, no discurso e na narrativa de consolidação do território. Assim é possível enxergar se o branqueamento do território, na dimensão da imagem, está presente nesses manuais constituindo este projeto de Brasil, e se estes, dessa forma, são realmente vetores de difusão de sistemas de representação que não problematizam o racismo, dentro da formação do contexto nacional.

Dessa forma, as análises serão direcionadas aos livros do sétimo ano do ensino fundamental, que concentram a abordagem sobre território brasileiro, suas características, população e processos contemporâneos.

Já a escolha dos livros para a análise foi feita devido ao cruzamento de duas referências: todos foram aprovados pelo PNLD de 2011, portanto, estão entre os 10 livros indicados pelo MEC, e são posteriores a criação da Lei 10.639. Entre os 10 livros, foram escolhidos os 5 mais adotados⁴ em todo o Brasil segundo estatísticas do MEC.

Por último, a metodologia para a pesquisa foi baseada, assim como nas análises do PNLD, em questões⁵ norteadoras, procurando atentar para as relações de branqueamento do território. Cabe destacar que o branqueamento do território, se relaciona a exclusão e/ou subalternização e/ou invisibilização de populações não brancas do processo de formação do território brasileiro, logo, mesmo que o foco sejam as populações negras, a análise fará referências também a povos indígenas.

⁴O livro mais adotado no Brasil, no ano de 2012 foi o “Projeto Araribá”, hegemônico dentro do sistema educacional, que domina quase a metade das vendas no Brasil⁴. Praticamente a cada duas compras, uma delas é o Projeto Araribá. Os outros livros selecionados para as análises são: Geografia, Espaço e Vivência; Geografia Crítica; Para Viver Juntos; e Projeto Radix. Juntos, estes cinco livros representam 83% de todos os livros didáticos vendidos no ano de 2012.

⁵ **I)** Que populações são citadas nos processos detonadores da formação do território brasileiro?; **II)** A dinâmica e consequentemente a presença negra e indígena no período da escravidão é abordada?; **III)** Qual o motivo apresentado pelo livro para a entrada dos imigrantes europeus quando aborda-se este tema? **IV)** Como as populações não brancas aparecem ligadas a população brasileira? E as populações brancas? **V)** Há relações entre o processo de formação do território seu povoamento e a estratégia de branqueamento adotada pelo Estado? **VI)** Fala-se em racismo e/ou mito da democracia racial? **VII)** O movimento negro e as comunidades quilombolas estão presentes dentro dos temas ligados a questão racial ou movimentos sociais? E as populações indígenas?; **VIII)** Quais são as características das populações por região apresentadas pelo livro?; **IX)** Em que condições os negros são mencionados e representados?; **X)** Em que condições os brancos são mencionados e representados?



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

É a partir da reflexão sobre as respostas encontradas, discutiremos o branqueamento da imagem, como dimensão mais explícita de branqueamento do território(SANTOS, 2009) nos livros didáticos⁶.

Analisando o branqueamento da imagem nos livros didáticos

É presença quase comum nos livros de geografia o debate sobre o processo detonador da criação do território brasileiro, sempre a partir da entrada dos portugueses no território. A relação entre conquista, expansão e delimitação das fronteiras, bem como o povoamento são marcos de conteúdos nesse assunto.

O *Geografia espaço e vivência*, o *Projeto Radix* e o *Projeto Araribá*, têm no início de suas abordagens mapas com a provável ocupação indígena no momento anterior a chegada dos portugueses. Há uma menção sobre o número e a heterogeneidade de grupos, mas esse tema não é aprofundado.

Os dois primeiros livros trabalham a relação da dizimação do povo indígena, o *Projeto Radix* com um rápido comentário abordando a existência de comunidades indígenas durante a chegada dos europeus, e explicando o significado de genocídio. Em outro momento através de um quadro específico de conteúdo chamado “Saiba que...” é explicado como ocorreu este genocídio, através de doenças, escravização, conflitos e guerras com os colonizadores.

No livro *Geografia Espaço e vivência*, o mapa esta inserido em um quadro específico em destaque, que aborda a existência de quase três milhões de indígenas no momento da chegada dos portugueses a este território. Um problema deste quadro é a abordagem no passado das culturas indígenas⁷.

Quanto ao tema sobre o povoamento e alargamento das fronteiras, a abordagem é sobre um povoamento a partir dos portugueses, que transmite a imagem que os conflitos ocorreram apenas na chegada dos europeus, e não na continuidade e no fluxo das atividades

⁶ No trabalho original, dispomos de três eixos para análise: branqueamento da ocupação, branqueamento da imagem e branqueamento do território.

⁷ “Muitos desses povos indígenas mantinham línguas, hábitos alimentares e tradições religiosas distintas, o que constituía uma enorme diversidade cultural.” (BOLIGIAN et. al., pág.19, 2009)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

econômicas. O *Projeto Araribá*, por exemplo, destaca a ação dos bandeirantes e jesuítas, quando apresenta a formação e estabelecimento das fronteiras a partir das atividades econômicas, e não atenta para o conhecimento dos próprios indígenas e da ocupação das comunidades quilombolas.

Em uma leitura que abarque a totalidade dos livros, é possível falar de algumas características marcantes. A primeira é que praticamente todos os livros utilizam o termo povoamento a partir da necessidade da entrada de mais imigrantes, sem trabalhar uma melhor compreensão da ocupação indígena de grande proporção e diversidade. O território também é conhecido apenas a partir da chegada do imigrante, não abordando o que seria este território anteriormente.

Quanto à população negra, apesar de ser largamente presente no espaço brasileiro, e formar a maior parte da população ativa durante esse período, quase nunca é citada, apenas é apresentada em um ou outro momento, através da referência ao trabalho escravo nas imagens. Lutas, disputadas, tensões, são ocultadas nos ciclos econômicos. A invisibilidade é tanta que uma leitura desatenta poderia acreditar que a escravidão foi algo adjacente na construção territorial do Brasil, e não o motor central de toda a articulação formadora.

Logo após esse tópico, normalmente surge à geografia da população, que visa transmitir exatamente uma imagem da população brasileira. Porém, durante a maior parte do tempo, esse tema é tratado através do homem demografia, o homem estatístico (MOREIRA, 2006). Mas, ainda assim, em meio a estes conteúdos estatísticos surgem elucidações sobre como foi formada a população brasileira, buscando saber e entender os motivos da conformação populacional atual. Dessa forma são explicadas as dinâmicas que deram origem a diversidade de grupos que aqui vivem, e também aspectos sobre esta diversidade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Nas páginas que abordam este tema, o fato mais marcante é o componente de naturalização da miscigenação brasileira⁸, como se ela fosse fruto de um encontro pacífico entre indígenas, africanos e europeus⁹ (portugueses, alemães, italianos etc.). Mais uma vez, é evocada uma imagem para compor nosso sistema de representação, que desautoriza outras falas.

É fácil perceber como a leitura da miscigenação atravessa esse tema. A abertura dos capítulos ou tópicos sobre a população, sempre trazem questões¹⁰ e/ou imagens que remetem ao processo de miscigenação e pluralidade da população brasileira. (Figuras 1 e 2).

Figura I - Torcida de futebol representando a mistura da população



Fonte: Coleção Para viver juntos, pág. 36

Figura II – representando os diferentes grupos populacionais



Fonte: Coleção Espaço e vivência, pág.36

⁸É importante frisar que diferentes autores têm distintas concepções de povo brasileiro, e também do processo de miscigenação. Neste trabalho, parte-se da constatação de que a miscigenação se deu por um processo de violência contra negros e indígenas e de forma nenhuma resultou em igualdade, mas sim, em mais violência, tanto física quanto simbólica a estes grupos junto ao processo de negação do racismo. Assim, a omissão dos livros ao não abordar a violência em torno da miscigenação, pode ser considerada um componente que atua e é responsável na reprodução do racismo no cotidiano e que possuem uma relação íntima com o que é ensinado pela geografia, a narrativa geográfica do mito da democracia racial.

⁹ Alguns citam também a grande participação dos japoneses, mas nas leituras eles são acoplados sempre dentro do grupo de imigrantes, do qual os africanos estão sempre fora.

¹⁰ O Projeto Radix, apresenta uma poesia de autoria de um aluno: “Somos todos negros?/ Somos todos índios?/Somos todos europeus?/ Não! Somos brasileiros?/ Só temos uma cor?/ Não! Somos uma aquarela!/ Com muitas cores, que quando se misturam, ficam/ Cores Brasileiras? Então somos negros!/ Somos índios!/ Somos europeus!/ É isso, somos brasileiros/ Eu tenho muito orgulho do que sou!/ Brasileiro!” (SILVA apud GARCIA & BELLUCCI, pág. 60, 2009)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O livro *Para Viver Juntos*, antes mesmo do conteúdo sobre população, já adianta que a miscigenação foi uma das características centrais da formação do povo brasileiro¹¹. Esta presente a visão do português encontrando as terras desconhecidas e habitadas por indígenas, e a mistura dos índios, negros e europeus, originando o povo brasileiro. A passagem é semelhante ao que traz o *Projeto Radix* que pauta esse tema a partir da pluralidade cultural¹².

Na leitura dos textos, além de deixar claro o tema da miscigenação, também é abordado o encontro entre o europeu e o indígena que parte de uma narrativa sempre **do** português **para o** indígena, e não o oposto. Essa narrativa é reproduzida em todos os livros.

Em seu texto complementar da unidade sobre população o Projeto Radix consolida esta ideia. Na sessão “Algo a mais” existe um texto chamado “Você é brasileiro”, localizado na página 69. O texto aborda o fato de que mesmo com encontros e misturas, ainda são guardados traços físicos e heranças de distintos grupos que formaram a nação brasileira. O texto cita dois autores que tentaram entender o povo brasileiro como Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Fala de línguas “primitivas” que continuam sendo preservadas por indígenas. E os dois últimos parágrafos reforçam a tese de união e igualdade entre os povos¹³.

A ideia de alma comum, de uma essência brasileira, que mostra os laços de união nos cinco séculos informados pelo texto, parece ocultar que em quase quatro deles, um regime de escravidão foi mantido, e mesmo com o final dele, um padrão racista foi instaurado pela

¹¹ “Os primeiros europeus que aqui chegaram, no século XVI, se depararam com a exuberância da paisagem e com os indígenas que habitavam essas terras, cujos traços físicos e costumes eram desconhecidos por eles. A miscigenação de indígenas, negros africanos e brancos europeus resultou na mistura étnica e cultural que deu origem ao povo brasileiro. Ao longo dos séculos XIX e XX, a vinda de **imigrantes**, como os italianos, os alemães e os japoneses, contribuiu para ampliar a diversidade étnica e cultural da população. (SAMPAIO & MEDEIROS, pág. 15, 2009)”

¹² “Essa pluralidade da cultura brasileira tem origem na formação do nosso povo, que, como já vimos, acontece a partir do encontro de diferentes povos: os indígenas que habitavam essas terras há milhares de anos; os europeus, principalmente os portugueses colonizadores; os africanos. E diversos povos imigrantes, entre eles italianos, alemães, espanhóis, japoneses e árabes.” (Projeto Radix, pág.68, 2009).

¹³ “O brasileiro é isso: o resultado de uma mistura que, mesmo submetida a tantos contrastes históricos e geográficos, manteve-se unida por cinco séculos. E não só por causa da língua portuguesa que todos os brasileiros entendem, como se poderia supor. [...] O que temos no Brasil é, por falta de um termo mais apropriado, uma alma comum. Uma essência nacional que, apesar de tão sutil e difícil de ser capturada pelos estudiosos, conseguiu ser mais forte do que as nossas muitas e gritantes disparidades regionais”. (PIRES E BELLUCCI, 2009, p.69, Texto de Vinicius Romanini, “Quem somos, afinal?”)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sociedade brasileira, também que menos de 10% da população indígena sobreviveu ao massacre provocado pelos colonizadores portugueses.

Dessa forma é possível ver que o tema da miscigenação atua como um dos principais campos que explica a “essência” da população brasileira, o eixo central que atravessa os assuntos sobre a geografia da população, e se estabelece como matriz da unicidade brasileira perante todo o mundo.

No livro *Para Viver Juntos*, essa concepção aparece através dos exercícios tanto na página 34 como na página 64. Na primeira, é possível encontrar uma questão com um texto¹⁴ escrito por Darcy Ribeiro, que apresenta as características do massacre e da violência sofrida por negros e índios, aborda também a mestiçagem, e o traço climático ao chamar a atenção para o aspecto tropical e a ausência do inverno no Brasil.

Nas perguntas sobre o texto pede-se para falar qual o principal assunto tratado, que segundo o guia é o orgulho sobre a mestiçagem do povo brasileiro. A segunda é sobre um possível título para o texto, em que o professor deve explorar o conceito de mestiçagem e por fim, o porquê do texto presente no livro indicar que o Brasil tem orgulho de sua mestiçagem. Apesar da resposta ser pessoal, pode-se presumir que a resposta deva ir ao sentido da união e a essência brasileira a partir dos encontros “quase pacíficos”.

Na página 64, novamente há uma generalização e a concepção de uma harmonia racial, porém de forma ainda mais intensa, que remonta as afirmações de Gilberto Freyre, Joaquin Nabuco entre tantos outros, de que o Brasil é um país isento de preconceito diferente de outros países. A pergunta que abre esta atividade é: *“O Brasil apresenta uma população bastante diversificada étnica e culturalmente. Dê exemplos dessa característica da população e cite dois aspectos positivos decorrentes dela”* (pág. 64) A resposta sugerida pelo próprio livro¹⁵ indica uma concepção de Brasil de união e harmonia, um Brasil de povo

¹⁴(...) Isso é o Brasil, uma Roma melhor porque mestiça, lavada em sangue negro, em sangue índio, sofrida e tropical. Com as vantagens imensas de um mundo enorme que não tem inverno e onde tudo é verde e lindo, e a vida é muito mais bela ... E é uma gente que acompanha esse ambiente com uma alegria de viver que não se vê em outra parte. Esse país tropical, mestiço, orgulhoso de sua mestiçagem {...}. (RIBEIRO, disponível no site www.tvcultura.com.br apud SAMPAIO & MEDEIROS, 2009, p. 34)

¹⁵“A diversidade étnica pode ser percebida em qualquer aglomeração ou na própria escola, onde se notam traços físicos e culturais diferenciados. O principal aspecto positivo dessa diversidade é a miscigenação que produziu um povo único. Além disso, no Brasil, diferentes grupos étnicos, tradicionalmente rivais em outros países, convivem em relativa harmonia.” (SAMPAIO & MEDEIROS, 2009, p.64)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

único, colocando como parâmetro o racismo que ocorre nos Estados Unidos da América e África do Sul.

O *Projeto Radix* apresenta nas atividades da página 75, uma questão em que se pede para trabalhar quais grupos estão presentes no quadro (Figura VII), e quais as influências de dois deles na formação cultural do povo brasileiro.

A miscigenação também é tema quando o assunto é o sincretismo religioso. Ele é tratado em um quadro de conteúdo específico, do livro *Para Viver Juntos*, em que destaca como a miscigenação e as trocas culturais impactaram na formação da religiosidade brasileira, em que muitas crenças tiveram mesclas. Cita por exemplo a relação entre o catolicismo e a umbanda, em que muitos santos do primeiro são encontrados no terreiro do segundo. Porém, não problematiza o porquê da necessidade desse sincretismo por parte de muitos grupos que buscavam fugir da violência e das tentativas de branqueamento em uma dimensão cultural e religiosa.

É preciso ressaltar que a não abordagem de como essa estrutura de miscigenação se deu através da violência, e do branqueamento, chamado aqui em sua noção totalizadora de branqueamento do território, reforça a tese de que no Brasil, diferente de outros países, a escravidão foi amena.

Uma forma de problematizar a miscigenação é abordar a democracia racial como mito, problematizando também como a ideia de raça é construída socialmente, e serviu – e ainda serve – para sustentar um padrão de desigualdade na sociedade.

Porém a abordagem sobre raça e democracia racial aparece apenas no Projeto Araribá. A questão da raça é associada unicamente a questão biológica, sugerindo a sua substituição por etnia. Isso resulta na não discussão sobre a construção social da raça, estabelecendo o tema como um assunto inoportuno, inclusive guiado por uma nota no próprio livro, especificamente no livro para professores. Dessa forma, dissocia-se a construção da raça com o racismo, discussão fundamental para o fim do próprio racismo.

Já a discussão em torno do mito da democracia racial aparece a partir da página 45, com um tópico dedicado a esta questão, o único entre todos os livros.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Para contextualizar a situação em que o tema se insere, existe um gráfico (Gráfico I), segundo analfabetismo por cor, e um mapa temático demonstrando a população segundo cor e raça no Brasil¹⁶ (Gráfico II). Cabe problematizar que tanto no mapa quanto no gráfico o termo preto é trocado pelo termo negro, mas este não é associado a população parda, como a maioria das classificações utilizadas pelo IBGE e pelo Movimento Negro. Dessa forma, os negros aparecem como minoria dentro da população brasileira, apenas 6,9% segundo os dados de 2006.

Gráfico I- Analfabetismo no Brasil segundo raça ou cor.



Fonte: Projeto Araribá, pág. 45.

Gráfico II- População do Brasil segundo cor raça- 2006



Fonte: Projeto Araribá, pág. 45.

Ademais a troca do termo preto por negro, através de uma fórmula mecânica – dissociando pretos e pardos – significa o quê? Que o termo preto é uma conotação negativa? Isso não fica nítido no livro. Apenas existe uma nota para os professores dizendo que nessa obra o termo foi substituído¹⁷. Isso se configura como um grave equívoco do livro, em nossa interpretação, pois reforça o que acontece em muitas escolas, em que a falta de esclarecimento e de conversas sobre este tema com os alunos gera mais racismo, onde o termo preto é tratado como uma forma de ofensa em uma discussão entre os próprios alunos.

¹⁶ A coleção Para Viver juntos também apresenta um mapa em relação à população por cor, em que o termo preto e pardo aparecem também dissociados.

¹⁷ “O IBGE classifica a população em 5 grupos étnicos: brancos, pardos, indígenas, amarelos e pretos. Nesta obra, substituímos o termo pretos por negros como critério de classificação segundo cor ou raça” (PROJETO ARARIBÁ, 2009, p.45)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Ainda sobre o tópico do mito da democracia racial, o texto problematiza a afirmação de que a “mistura” da população transformou o Brasil em um país mais democrático e sem racismo¹⁸. Porém, como consta nas informações do livro¹⁹, essa ideia seria um mito, pois existe sim um racismo disfarçado contra negros e indígenas, que segundo o mesmo leva a maioria das pessoas a não se reconhecerem.

Mas porque essas pessoas fazem isso? O que seria o racismo? Quais são as práticas de racismos que geram esse pensamento de auto-negação (embranquecimento)? O livro não deixa isso nítido, apenas no parágrafo seguinte demonstra que o racismo pode ser visto no analfabetismo maior entre a população negra.

É importante atentar que inserir o tema sem realmente problematizá-lo, sem apresentar o que é e como se manifesta, não é suficiente para uma educação anti-racista. Este tópico dimensiona bem que a inserção sem uma real nitidez sobre o conteúdo, só naturaliza as situações. O exemplo de que o racismo é tão operante que faz com que negros se identifiquem como brancos, parece inverter a lógica, e reforçar uma ideia presente entre muitas pessoas, de que negros no fundo querem ser brancos. Não há real problematização e questionamento.

Assim, um tema que viria realmente subverter o que a geografia normalmente naturaliza, não faz nada além de apontar uma questão, sem trazer elementos para compreendê-la. Uma nota que poderia ajudar²⁰ está presente apenas no livro do professor, guiando de certa forma o mesmo a problematizar o tema. Porém, e se o tópico não for debatido pelo professor? E se a leitura do professor não for da existência do racismo?

¹⁸“Durante muito tempo acreditou-se que a “mistura” de povos fazia do nosso país uma democracia étnico-racial, isto é, um país sem racismo, onde todos seriam tratados da mesma forma e teriam as mesmas oportunidades”. (PROJETO ARARIBÁ, 2009, p. 45)

¹⁹ “No entanto, essa ideia constitui um mito, pois em nosso país há um racismo disfarçado contra negros e indígenas, levando grande parte da população a não reconhecer sua própria origem. Prova disso é que muitas pessoas que poderiam ser classificadas como pardas ou negras se autodeclararam brancas”. (EDITORA MODERNA, 2009, p. 45)

²⁰“Discutir com os alunos que a cor da pele não determina, por exemplo, o comportamento ou a capacidade das pessoas. No entanto, os órgãos oficiais do Brasil fazem pesquisas levando em conta esse critério, porque em nosso país ainda perduram muitas diferenças sociais e econômicas quando se analisa a população por grupos separados segundo a cor. Dessa forma, tal separação não exprime uma posição racista, mas a prova de que é necessário o aumento e a melhoria de oportunidades para determinados grupos étnicos.” (EDITORA MODERNA, pág.46, 2009)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações finais

Dessa forma, vimos aqui três características referentes ao branqueamento da imagem: os processos que detonam a formação do território brasileiro, a concepção de miscigenação e a o debate sobre democracia racial. Em todas as três características observamos, e descrevemos noções coloniais presentes nos textos. Não há problematizações sobre o branqueamento. Os livros, quando falam de conflito, partem apenas da ideia da desigualdade social, sem procurar entender a origem, e os diferentes tipos de conflitos existentes no território. As representações que predominam continuam sendo brancas.

Essa tendência não está presente apenas em um dos livros didáticos. Uma leitura atenta demonstra que todos os livros, acabam se baseando em fontes semelhantes, apresentando concepções muito próximas, ainda que, o façam através de títulos e subtítulos diferentes.

Esse resultado reforça a hipótese do início do trabalho. Os livros de forma geral seguem um padrão de leitura do território que se estrutura em uma narrativa racial branqueadora. Precisamos na verdade, trazer a crítica à leitura hegemônica de formação do território brasileiro.

Questionar essa leitura significa procurar fontes e documentos que demonstrem como outros grupos se apropriaram do espaço, e os organizaram, conforme suas matrizes de pensamento. É mostrar o padrão racista de formação da população brasileira, sem perder de vista, a necessidade de trazermos outros referenciais.

Essas considerações, não estão de forma nenhuma fechada a questionamentos e maiores discussões. Elas na verdade, apontam apenas um pequeno horizonte sobre a história da exclusão que populações não brancas sofreram durante os séculos passados, que, ao contrário de acabarem nos dias de hoje, encontram novas formas de se reproduzir.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Referências

CORRÊA, Gabriel Siqueira. **Narrativas raciais como narrativas geográficas**: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. Dissertação de Mestrado em Geografia. Niterói: UFF, 2013.

SANTOS, Renato Emerson N. dos. **Rediscutindo o Ensino de Geografia**: Temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2009. (mimeo)

Livros didáticos

BELLUCI, Beluci & GARCIA, Valquíria Pires. **Projeto Radix**: Editora Scipione, 2009.

BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves et al. **Geografia, Espaço e Vivência**: Saraiva livheiros Editores, 2009.

DANELI, Sonia Cunha de Souza. **Projeto Araribá**: Editora Moderna, 2009.

SAMPAIO, Fernando dos Santos et al. **Para Viver Juntos**: Edições SM, 2009.

VESENTINI, José William & VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. Editora Ática, 2009.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A diferença etnicorracial no espaço urbano: bandeirantes, indígenas e negros nos monumentos, edifícios e toponímia no Centro de Goiânia

Gabriel Elias Rodrigues de Souza¹ e Alex Ratts²

Introdução

O presente artigo é um registro preliminar de uma experiência construída a partir de vários trabalhos de campo elaborados no centro de Goiânia, em diferentes momentos e disciplinas como “Geografia Urbana”, “Formação do Território Brasileiro” e “Geografia da Arte”, no curso de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, e como atividade do Grupo de Estudos de “Espaço e Diferença”, do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades³. As temáticas espaciais observadas nos últimos cinco anos conectam-se à construção do território da capital goiana com as questões etnicorraciais brasileiras, tendo o espaço do centro histórico ou núcleo inicial da capital como objeto de análise e interpretação. Com base na leitura de historiadores/as, geógrafos/as e outros/as estudiosos/as buscamos compreender os elementos simbólicos e etnicorraciais do espaço-tempo de Goiânia.

O núcleo inicial, alvo desta reflexão, é o atual Setor Central, dividido na sua formação em Setor Centro e Setor Norte. Esse recorte espacial abriga desde 1933, data da fundação da cidade, um conjunto de monumentos, edifícios e ruas que marcam o espaço urbano com as representações discursivas da construção etnicorracial do território brasileiro, no qual Goiás e a sua capital estão inseridos com diferenciações regionais e locais.

A problemática que trazemos acerca dessas representações é a continuidade de símbolos que surgem no período colonial do país na cidade planejada, que é construída para ser significativa de um tempo de rupturas com uma antiga ordem social e ideológica presente no espaço brasileiro de então. No entanto, as marcas coloniais são recriadas como

¹ Graduado em mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás e professor temporário do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da mesma instituição.

² Antropólogo e geógrafo, professor dos cursos de graduação em Geografia e pós-graduação em Geografia e Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

³ Com exceção da disciplina Geografia da Arte, na qual colaboramos com a professora Valéria Cristina Pereira da Silva, as outras foram ministradas por Alex Ratts com colaboração de Gabriel Elias R. de Souza.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

discursos na paisagem da cidade, fornecendo significado para a operação política e econômica dos grupos dirigentes, que utilizam-se de tais dispositivos para a construção de uma consciência identitária e hierarquização social na nova cidade.

Os Monumentos no Núcleo Inicial e as marcas etnicorraciais

Os monumentos são expressões coletivas de uma memória espacial que significa determinados grupos no seu habitar, em seu existir (LEGOFF, 1990). Em Goiânia – “pedaço de modernidade cravado no sertão de Goiás” (CHAUL, 2009) – uma parte significativa das primeiras obras edificadas se relaciona com o passado colonial, em particular com a dimensão etnicorracial brasileira, que funda a nação a partir de três “tipos raciais” que são politicamente hierarquizados: o branco (europeu), o negro (africano) e o indígena (americano autóctone). As figuras do “bandeirante”, do “negro” (escravizado) e do “índio” (também escravizado) reaparecem nos edifícios e monumentos, assim como na toponímia. À semelhança de outras capitais, predomina a representação de homens brancos fundadores e gestores que planejam e transformam o território. Tal concepção política presente como discurso de vários grupos dirigentes nacionais amalgama-se no espaço construído. O espaço torna-se produto de ideologias e relações políticas diferenciadas e desiguais, étnica e racialmente marcadas.

Os monumentos como memória coletiva de determinados grupos, na área central de Goiânia, o “núcleo inicial”, significará o poder político desses em relação à população que migra como mão-de-obra trabalhadora e operária para o sítio da capital. Os monumentos observados são a “Estátua do Bandeirante” (obra de Armando Zago, 1942), os vitrais do Palácio das Esmeraldas (da autoria de Conrado Sorgenitch, 1936 ou 1937) e o “Monumento à Goiânia”, popularmente conhecido como “Monumento às Três Raças” (esculpido por Neusa Moraes, datado de 1967, em homenagem ao Batismo Cultural da cidade).

O Batismo Cultural de Goiânia foi uma celebração de porte nacional que apresentou a cidade para o país/nação com a presença de um Ministro da República, folcloristas, educadores/as (Congresso Nacional de Educação), geógrafos (do IBGE), dentre outros/as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

(NETTO, 1993). Tal gesto, enquanto um discurso, participa da construção de uma ideologia de nação brasileira unificada e coesa em torno de um projeto comum, o desenvolvimento, progresso e unidade nacional (VIDAL, 2002)

Localizado na Praça Attilio Correia Lima, entre a Avenida Anhanguera e a Avenida Goiás, o monumento ao Bandeirante, cuja construção foi protagonizada por campanha empreendida desde 1938 pelos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, com recursos dos governos goiano e paulista⁴, foi entregue em 1942, por ocasião do Batismo Cultural. O monumento estava previsto para se localizar em frente à Praça Cívica, onde está o atual Coreto (DINIZ, 2007; ARRAIS, 2010). A Praça foi planejada para ser um conjunto arquitetônico e artístico que centra edifícios administrativos do Estado de Goiás, funcionando como núcleo de gestão do estado, dotado de monumentos, sendo a praça enquanto um conjunto um monumento da cidade.

A Estátua do Bandeirante não foi erigida no local referenciado por Attilio Correia Lima, sendo instalada no centro comercial e urbano do núcleo inicial, entre a Avenida Goiás e a Avenida Anhanguera, na atual praça que leva o seu nome. A imagem do bandeirante propicia uma imagem a mais para a Avenida Goiás, porquanto ela nomeia o espaço conquistado, lhe dá a identidade. O interventor e proponente da cidade “moderna”, Pedro Ludovico Teixeira, muitas vezes, é denominado de o “novo Bandeirante”, o construtor de Goiânia, “fundador de cidades”, tal como teria sido o terceiro Anhanguera com a porção territorial que havia se tornado a Capitania de Goyaz, na segunda metade do século XVIII. Esta interpretação está presente na historiografia e no discurso civilizador, modernista brasileiro e goiano, do início do século XX. É possível observá-la no discurso proferido pelo representante do Ministério do Exterior do Brasil, Dr. Renato Almeida, em 1942, em celebração ao “Batismo Cultural” da cidade, no qual aciona a imagem do bandeirante para justificar a ação política e econômica de Pedro Ludovico, com apoio do governo de Getúlio Vargas, recriando a imagem do colonial brasileiro e goiano na nova capital do estado:

Para ser sincero eu devo saudar o ilustre Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, como um artista moderno, o criador de Goiânia, que oferece à admiração

⁴ <https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes>



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

do Brasil. E Goiânia é uma obra de arte, porque não é apenas uma formosa cidade que se edifica no coração do Brasil, mas contém uma sugestão profunda, que encanta e comove. O chefe do Governo goiano é um só plantador de cidades – (a vocação do Bandeirante é inevitável) – ele, é, sobretudo, um animador do Brasil moderno. Ele sabe ter fé e ter confiança e sabe que, com essas virtudes, germinam as melhores obras. (ALMEIDA apud NETTO, 1993, p. 20)

Os monumentos que evocam e recriam imagens coloniais na cidade não se reduzem ao Bandeirante. Posteriormente em 1967, por ocasião dos jubileu de prata do Batismo Cultural de Goiânia (CABRAL e BORGES, 2008), é edificado no centro da Praça Cívica, em frente ao palácio das Esmeraldas é edificado o “Monumento à Goiânia”, popularmente conhecido como “Monumento as Três Raças” da autoria de Neusa Moraes. Na interpretação de Cabral e Borges (2008) o monumento simboliza “os pioneiros da construção da nova capital. O monumento busca reforçar os valores da identidade local ao representar a miscigenação de três raças – o índio, o negro e o branco” (p. 518).

A nossa interpretação realizada nos trajetos do trabalho de campo se ancora em outros procedimentos e olhares, que não são apenas locais ou regionais como apontam as duas autoras, mas históricas e espaciais que permitem imergir na crítica à unidade simbólica de nação.

O procedimento metodológico para esta interpretação foi reconhecer, a partir do caminhar, do ler a paisagem, as marcas espaciais e etnicorraciais que formam uma imagem e uma “ideologia geográfica” nacional (MORAES, 1989) presente na cidade de Goiânia, anunciada e constantemente revista como uma cidade “moderna”. Como posto, a cidade formada a partir de um discurso de anunciada ruptura histórica, como uma utopia futurista denominada de moderna é uma contradição espaço-temporal. Por eleger símbolos em torno dos monumentos elencados, rememoram o passado colonial brasileiro e goiano, no qual Goiânia não é partícipe. É uma colonialidade sem colônia.

A noção de colonialidade advém da leitura de Quijano (2014) que defende que, após o término da colonização e do colonialismo, esta permanece nas Américas:

Colonialidad es un concepto diferente, aunque vinculado con el concepto de colonialismo. Este último se refiere estrictamente a una estructura de dominación y explotación, donde el control de la autoridad política, de los recursos de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad, y cuyas sedes centrales están, además, en otra jurisdicción territorial. Pero no siempre, ni necesariamente, implica relaciones racistas de poder. El *colonialismo* es, obviamente, más antiguo, en tanto que la *colonialidad* ha probado ser, en los últimos quinientos años, más profunda y duradera que el colonialismo. Pero sin duda fue engendrada dentro de éste y, más aún, sin él no habría podido ser impuesta en la intersubjetividad del mundo, de modo tan enraizado y prolongado (p. 285).

Goiânia, que obviamente não existia no período colonial, contém marcas recriadas da colonialidade, particularmente expressas na figura do bandeirante e também do índio e do africano escravizados. O mito das três raças (ou da “democracia racial”) reforça a situação ideológica e mesmo imaginária de não rompimento com o colonial como muitos/as historiadores/as, geógrafos/as entre outros/as intérpretes do espaço e do tempo de Goiânia consideram. Mesmo que no discurso situem a cidade como signo dessa ruptura de um Brasil “atrasado”, “regionalista”, na paisagem urbana os monumentos apontam uma recriação ora heróica, ora mítica desse colonial.

Tal celebração pode ser observada também nos vitrais do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica. Os vitrais foram elaborados e confeccionados por Conrado Sorgenicht, em 1936, e trazem imagens da mineração, da escravidão, da pecuária, da lavoura e do modo de vida rural em Goiás. O autor, de procedência russa, é da Casa Sorgenicht que também elaborou os vitrais do Mercado Municipal da cidade de São Paulo.

Nos vitrais teremos a memória. Por sua vez pode ser compreendido como uma homenagem a uma situação espacial que Goiás estava, e que os grupos construtores permaneciam, mas que Goiânia simbolizava o contrário, a ruptura. Um estudioso chama atenção para esta contradição:

Mais uma vez o idealizador de Goiânia surpreende com a escolha da temática para os vitrais do Palácio sede do governo estadual, as imagens remontam o passado que tanto se pretendia suprimir com a construção da nova capital do estado (COSTA, 2009, p. 216):

O próprio nome dado à sede do governo remete ao mito do encontro do segundo Anhanguera com as esmeraldas na primeira fase de mineração na capitania de Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A toponímia das ruas do Setor Central

As toponímias de ruas como da Avenida Anhanguera, Goiás, Tocantins e Araguaia, no Setor Central são compreendidas como artefatos e memórias formados processualmente na nomeação dos lugares e territórios de uma cartografia produzida no período colonial Brasileiro, momento que surge a Capitania de Goyaz, 1750-1822, posteriormente Província, 1822-1889 e atualmente Estado, a partir de 1890.

Inicialmente, para a nossa interpretação, percorremos o atual Setor Central seguindo trechos das avenidas Anhanguera, Goiás, Tocantins, Araguaia e Paranaíba a pé e também por meio do transporte público coletivo, o Eixo Anhanguera.

A nossa interpretação da toponímia segue a lógica relacional histórico-espacial que as associa com a origem dessas palavras no léxico da língua portuguesa do Brasil, atribuídas a funções e à semântica dos territórios indígenas conhecidos pelo bandeirantismo luso-vice-rentista-pernambucanas (paulista, pernambucana), bem como das entradas missionárias advindas principalmente do norte da colônia portuguesa, os atuais estados do Maranhão e Pará.

O traçado urbano dessas avenidas e seu ordenamento na cidade, rememora a cartografia imaginada de Goiás do período de 1930, compreendendo os atuais estado de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal. As avenidas Tocantins e Araguaia partem da Praça Cívica como referência aos rios que ladeiam parte do antigo estado goiano, tendo ao sul outro rio, o Paranaíba. A avenida central é denominada Goiás e a que lhe atravessa recebe o nome do Bandeirante já referido.

As toponímias dessas avenidas, por serem vias principais, sugerem que a memória colonial ainda permanece animada na paisagem projetada no espaço pelos construtores e primeiros gestores que, por sua vez, buscam amalgamar em uma única identidade, a goiana, uma pluralidade social e cultural presente desde o início da construção da cidade, com trabalhadores de todos os estados do País.

É curioso que a crítica ao regionalismo e a quase apologia ao nacional, à unidade dos entes federados em um único país, é contradita pelos interesses políticos que se



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

estabeleceram na direção do estado no período. De fato, a construção da capital goiana, tomada como prenúncio da Marcha para o Oeste, é um acontecimento espacial que se enquadra no reordenamento da organização territorial do Brasil desde a República, onde se verifica a criação de sedes de governos estaduais (Belo Horizonte, Goiânia e Palmas) e a transferência da sede do governo federal (Brasília).

Cabe lembrar que as ruas de parte significativa de Goiânia recebem números e não nomes. Uma exceção, além das mencionadas, é a Avenida Gercina Borges Teixeira que liga a Praça Cívica ao Bosque dos Buritis, em homenagem à esposa do interventor, fundadora de obras assistenciais, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia e do Asilo São Vicente de Paula (ABREU, 2012).

Os Edifícios com as inscrições etnicorraciais

Outras marcas etnicorraciais, não limitadas ao horizonte da colonialidade, além das toponímias, enquanto um espaço simbólico e político de Goiânia, se localizam em edifícios na Praça Cívica, particularmente no Museu Zoroastro Artiaga e no Mercado Central da Rua 3.

Esses locais são de diferentes temporalidades da cidade. O primeiro foi construído em 1942-43 e edificado por Kazimiers Bartoszevsky (MAGALINSKI, 1986), era denominado de Museu Estadual de Goiás e leva o nome de Zoroastro Artiaga, jornalista, bacharel em direito, “divulgador” de Goiás (TAVARES, 2010), sobretudo da mineralogia, indústria e geografia. O espaço do museu guarda em seu acervo artefatos e objetos da cultura indígena, referente aos Karajá e outros povos de Goiás e Tocantins e estados limítrofes. Essas peças referenciam a cosmologia, técnica e as formas sociais desses povos. Nos objetos referentes à expressão cultural afro-brasileira, há uma pequena sala com materiais referentes às congadas que trazem a imagem da religiosidade católica negra e popular.

O segundo edifício que identificamos com marcas etnicorraciais é o Mercado Central, da Rua 3, edificado entre os anos de 1986 e 1987, portanto, posterior à construção inicial da cidade; O primeiro mercado foi localizava-se no atual Parthenon Center, 1950, reconstruído para localizar-se definitivamente entre a Rua 3 e a Avenida Anhanguera.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Nesse local a temporalidade dos objetos está entre o mundo rural goiano, “sertanejo” e urbano da capital em diversos produtos rurais de gênero alimentícios, no artesanato Karajá e produtos utilizados nas religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda), a exemplo da palha da cotsa, do óleo de dendê e de esteiras.

O Mercado Central guarda marcas simbólicas da formação territorial de Goiás como o Museu Zoroastro Artiaga com funções e temporalidades distintas. Guardam marcas comuns referentes à formação etnicorracial desse mesmo território.

Considerações finais

Consideramos que a construção inicial de Goiânia foi dotada de monumentos, edifícios e toponímias que fazem menção às marcas etnicorraciais brasileiras de horizonte que podemos vincular à colonialidade. Tais referências contradizem com o discurso e a ideologia que a capital alimentou no Brasil, significante de uma ideia de ruptura com um passado regionalista e colonial presente no tempo do Império e no período que os historiadores denominam de primeira república.

A contradição se estabelece por diversos monumentos, pela toponímia das ruas e por monumentos e outras obras de arte. Transeuntes sensíveis e críticas são lembrados/as do passado colonial, da ação de homens construtores e gestores, com poucas referências femininas e nenhuma referência negra ou indígena reconhecida, além das genéricas.

Tais marcas espaciais carregam uma memória social do período colonial e ideologia política de identidade regional do estado e se projetam na sua nova capital. Consideramos que tal memória social formada sobre a reconstrução de elementos coloniais postula a não ruptura com esse passado negado. Na cidade pretendida moderna o espaço colonial é recriado nas edificações e monumentos.

Referências

ABREU, Mayra Regina Saraiva de. A questão de gênero a partir da experiência de Gercina Borges. Comunicação apresentada no **IV Seminário Trabalho e Gênero**. Goiânia, UFG, 26 a 28 de setembro de 2012.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ARRAIS, Cristiano Alencar. Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.-dez. 2010

CABRAL, Maria Madalena Roberto e BORGES, Maria Elizia. Monumento à Goiânia: outro olhar sobre sua trajetória. Comunicação apresentada no **Seminário de Cultura Visual**. UFG, FAV, 2009.

_____. Arte em espaço urbano de Goiânia: resguarda a memória histórica, artística e cultural da sociedade. **Comunicação apresentada no 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Florianópolis, 19 a 23 de agosto de 2008.

CHAUL, Nasr Fayad. Goiânia: a capital do sertão. **Revista UFG**. Ano XI Nº 6, Junho, 2009 p. 100-110.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Correia Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: UnB, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MAGALINSKI, Jan. Contribuição do elemento alienígena nos diversos campos de atividade humana no estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Volumes 4, 5 e 6. Nºs 1/2, 1984/1985, 1986, p. 127-137.

PIMENTA NETTO, José. **Anais do Batismo Cultural de Goiânia – 1942: reedição histórica**. Goiânia, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: _____. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 285-327.

SOUZA, Candice Vidal. O batismo cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 71-102.

TAVARES, Giovana Galvão. **Zoroastro Artiaga: o divulgador do sertão goiano (1930-1970)**. Tese de doutorado em Geografia. Campinas: IG/Unicamp, 2010.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Uma proposta intercultural de implementação da Lei 10639/03 no ensino de Geografia e História

Simone Antunes Ferreira¹ e Eleonora Abad Stefenson²

Introdução

Iniciamos a apresentação do presente trabalho partindo de uma reflexão sobre o nosso lócus de enunciação, ou seja, de onde produzimos nossa fala e, portanto, nossas inquietações, entendendo que este constitui-se parte significativa do trabalho. Neste sentido, primeiramente, nos apropriamos de Pereira (2006) na compreensão de que

as análises teóricas necessariamente partem de um posicionamento do autor, na medida em que este autor fala de algum lugar – cultural, social, territorial, temporal, etc. A própria escolha do tema e do objeto podem dizer a respeito das opções políticas do autor, como é recorrentemente lembrado pelos teóricos e antropólogos pós-modernos (p. 10).

Faz-se importante, portanto, apresentar o espaço e os sujeitos que compõem esta reflexão: o Colégio Estadual Guilherme Briggs (CEGUIB), os estudantes do Ensino Médio e os professores das disciplinas de Geografia e História.

O CEGUIB localiza-se no município de Niterói, no bairro de Santa Rosa, de classe média e que conta com muitas comunidades. Completou seu primeiro centenário em março de 2014 e tem como característica marcante ter recebido muitas gerações de uma mesma família. Este espaço esse que carrega múltiplos significados por meio de diferentes vínculos construídos pela convivência ao longo do tempo.

O público do colégio vem das comunidades do entorno (Viradouro, Beltrão, Souza Soares, Atalaia, Zulu, entre outras) e é majoritariamente negra. Essa realidade é marcada por diversos tensionamentos e conflitos que envolvem relações sociais e de poder/resistência, cuja questão racial, de gênero, geracional, religiosa, de crença as atravessam e sobressaltam

¹ Professora de Geografia da Rede Estadual do Rio de Janeiro e Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afrobrasileiras pelo IFRJ/SG.

² Professora de Geografia da Rede Estadual do Rio de Janeiro e Mestre em Educação pela UNIRIO.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ao longo do convívio. Além disso, o imaginário socioespacial e cultural que baliza algumas dessas relações torna-se visível no cotidiano da escola – e esta como um lugar de co-presença e co-existência. A necessidade de entender a pluralidade do lugar de onde se insere a comunidade escolar e as diferentes formas de concebê-lo e construí-lo como produto social e histórico em sua dimensão (e representação) da realidade, bem como sua dimensão material e simbólica é fundamental para contextualizar a vivência dos envolvidos nas práticas pedagógicas.

Ao abordar a produção do espaço, em diferentes escalas, o ensino de geografia pode contribuir para esse processo de (re) conhecimento individual e coletivo de referenciais afro-brasileiros, assim como na (re) construção de identidades e memórias sócio-espaciais. A leitura de mundo está relacionada com a leitura de imagens, cores, hábitos, pessoas, e as representações cartográficas podem ser compreendidas como instrumento pedagógico de reconhecimento do cotidiano vivido dos (as) educadores (as), dos (as) estudantes, reconhecimento de sua posição no mundo e das práticas dos lugares, pois oferecem elementos para ler e interpretar as relações sociais e de poder/resistência que produzem material e simbolicamente o espaço geográfico.

A partir de perspectivas sobre a descolonização da educação e ensino de Geografia, a problematização e elaboração dos conteúdos da atividade apontam alguns desafios que já vem sendo debatidos, principalmente a respeito das interpretações da Lei 10.639/03³ (complementada em 2008 pela Lei 11.645/08⁴) que se fazem necessárias para construção de novos referenciais sócioespaciais sobre o negro e sua participação na construção do Brasil.

³ A Lei 10.639/2003 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ou seja, trata-se de uma política curricular amparada por diversas áreas do conhecimento que visa combater o racismo e a discriminação contra a população negra brasileira. Esta propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, para interagirem na construção de uma nação democrática e para que uma educação étnico-racial seja implementada como contribuição para a cidadania (BRASIL, 2005, p.10). Por mais significativo que seja esta lei, o protagonismo do Movimento Negro no campo educacional não se resume a isto e deve ser ressaltado e lembrado como uma conquista diante de lutas históricas contra o racismo.

⁴ A Lei 11.645/08 que complementa a Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino de histórias e culturas afro-brasileira, africanas e indígenas visando destacar a importância do reconhecimento do negro e do índio como pilares da formação da sociedade e do território brasileiro.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Objetivos

O objetivo do trabalho é apresentar o desenvolvimento das atividades realizadas no COLÉGIO ESTADUAL GUILHERME BRIGGS – localizado no município de Niterói/Rj em turmas de 1º ano do Ensino Médio regular reinterpretando o currículo na tentativa de (re) conhecer marcas históricas da presença negra e a memória desses lugares que convivemos e transitamos no dia-a-dia. Os objetivos principais são apresentar a interculturalidade crítica e a interdisciplinaridade como fio condutor de nossas interpretações curriculares e elaboração de atividades e apontar algumas atividades realizadas.

Uma escola “sob suspeita”: as interlocuções teóricas que nos auxiliam a questionar a escola moderna e seus saberes

Uma das estratégias mais eficazes do projeto de dominação eurocêntrico é a intervenção pedagógica e seus mecanismos de controle e disciplinadores que por meio da institucionalização e adequação do conhecimento às escolas e universidades distorceu a sua função social, promovendo a reprodução de um sistema-mundo desigual. O projeto colonial de dominação garante-se na educação para perpetuar a (re) produção de *status* desiguais. Como ressalta Muniz Sodré (2012):

A escola é igualmente uma forma moderna, ao lado de outras, pela qual se incorporam os saberes e se promovem entre elas as conexões pertinentes, e sob as aparências de instituição voltada exclusivamente para a internalização de conteúdos técnicos e culturais, funciona de fato como uma máquina de adaptação cognitiva ao assujeitamento requerido pelo modo de produção dominante (p.81).

Faz-se importante, inicialmente, elucidarmos que trata-se de um trabalho de caráter qualitativo cuja construção do quadro teórico representa um grande desafio, uma vez que as escolhas e articulações entre as produções de distintas Escolas de pensamento devem ser orientadas no sentido de buscar possíveis respostas para as seguintes indagações, como



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

aponta Walsh (2009): “que teoria buscamos? De quem para quem? E qual é a relação entre a opção teórica e as lutas sociais, culturais e epistêmicas?”⁵(p.5).

Neste sentido, a composição do quadro teórico da presente reflexão tem como ponto de partida o debate em torno das transformações que vêm se apresentando para a escola e mais especificamente para o conhecimento escolar, a partir da emergência de demandas identitárias antes silenciadas, o que, segundo Gabriel (2010), nos situa em tempos de uma escola “sob suspeita”. É diante deste cenário de transformações, que adentram os muros da escola, que a questão étnico-racial – entendida como um aspecto importante na construção identitária dos sujeitos no Brasil – é incluída na pauta das políticas públicas educacionais do país, o que afeta diretamente o acesso a informações relevantes para a construção de narrativas de povos histórica e culturalmente subalternizados, principalmente os descendentes da diáspora africana, “negros”.

Cabe ainda destacar outra importante interlocução teórica para a presente pesquisa, as discussões em construção pelo grupo Modernidade/Colonialidade⁶, que contribuem de maneira significativa para a compreensão dos processos de subalternização de determinados saberes e sujeitos nas sociedades do “hemisfério ocidental”, assim como os diversos processos de resistência que se dão no âmbito local e representam um esforço em romper com a “colonialidade”, nas suas mais diversas esferas.

Portanto, esse grupo busca um novo projeto de epistemologia, que valorize saberes outros, que respeite a diversidade e o mais importante, contribua para a formação de uma identidade própria livre do estigma à europeia. “Um grupo que busca um mundo melhor e um projeto epistemológico novo. Trata-se, em síntese, de uma construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas” (CANDAU; OLIVEIRA, 2010, p. 3).

⁵ “¿Qué teoría buscamos? ¿De quien(es) y para quien(es) ? y ¿Qual es la relación entre la opción teórica y las luchas sociales, culturales y epistémicas ?”

⁶ O grupo Modernidade/Colonialidade, grupo formado por intelectuais de diferentes procedências, propõe, a partir da aproximação de diferentes movimentos sociais, como indígenas e negros, a construção de um outro projeto epistemológico, portanto político, que atente para a especificidade acerca da própria constituição da modernidade na América Latina. Construção esta, marcada pela própria experiência da colonização europeia que imprimiu no continente, mais especificamente, e no mundo todo, de maneira geral, uma nova lógica de poder racializada, eurocentrada, cristã, patriarcal, heterossexual, capitalista (GROSFOGUEL, 2008).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Esse movimento de deslocar o eixo narrativo da história proposto pelo Grupo Modernidade/ Colonialidade, em especial por Nelson Maldonado Torres (2005), é denominado de “giro decolonial” e surge com pensadores latino-americanos sobre a perspectiva da crítica à modernidade – colonialidade, num movimento epistemológico essencial para a renovação crítica das ciências sociais. O desafio de construir esse pensamento está na consciência da geopolítica do conhecimento, ou seja, na ruptura com o padrão histórica e culturalmente construído.

Outros tempos e outros espaços: uma experiência intercultural no ensino de geografia e história no Colégio Estadual Guilherme Briggs

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça. (Provérbio africano) ⁷

Assim é como iniciamos as aulas de História e Geografia, ministradas ao longo dos anos de 2014 e 2015, para as turmas do 1º e 2º anos do Ensino Médio do Colégio Estadual Guilherme Briggs, nos apropriamos, na última parte de nossa reflexão, deste provérbio africano por entender que o mesmo nos situa perante o atual contexto global, caracterizado pela contestação e, portanto, crise de paradigmas tão caros à modernidade como a verdade, a neutralidade e a universalidade. Tempos de transição, nos quais emergem demandas por outras histórias, outros protagonistas, outros espaços.

Nestes tempos são evidenciados a relevância da instituição escolar, de maneira geral e de seu currículo, em particular, enquanto espaços privilegiados de disputas por outras histórias, outras narrativas que emergem de demandas de outros sujeitos, antes marginalizados.

A construção, portanto, de um diálogo espaço-temporal se dá a partir de um olhar comum para os currículos escolares. Um olhar que, a partir da perspectiva intercultural crítica, busca descolonizar os conhecimentos legitimados, rompendo com os padrões de poder eurocêntricos que ainda se perpetuam. Encontramos aqui seu valor para o Ensino de Geografia e da História, como um importante conteúdo com uma linguagem peculiar e como

⁷ Provérbio africano retirado do livro “As confissões da leoa” do escritor moçambicano Mia Couto (2013).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

uma ciência que veicula um conhecimento histórico e cultural. Renato Emerson dos Santos apresenta alguns eixos que podem ser problematizados buscando visibilizar a presença e participação do negro como força motriz na construção do sistema-mundo moderno-colonial, o ensino sobre África, branqueamento da população do território; as comunidades remanescentes de quilombos; toponímias; marcas históricas da presença negra. Oliveira (2009 p.132) também aponta alguns elementos para reflexão sobre a Lei 10.639/03 que se destinem a romper com imaginários coloniais, tais como ampliação da leitura e interpretação da organização espacial nas diferentes sociedades, no sentido de compreender a participação de diferentes grupos “africanos” na formação sócio-espacial brasileira, assim como suas formas de conhecer (e produzir conhecimento), grafar e significar.

A proposta de diálogo entre as duas disciplinas é fundamental para contextualização do sujeito no mundo, pois compreendemos que tempo e espaço são elementos indissociáveis e indissociados. Sendo assim, no que tange as reflexões acerca da experiências/ vivências da diáspora africana no Rio de Janeiro, uma outra cartografia nos permite contar outras histórias; Histórias de resistências, as Histórias dos leões.

Destacamos algumas das experiências fruto deste esforço em construir, a partir de um diálogo interdisciplinar, outros olhares, outras memórias sobre as experiências diaspóricas negras no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. I) Leituras e Cartografias da Diáspora; II) Aula externa intitulada “(Re) existências negras no centro histórico do Rio de Janeiro” (Zona Portuária, - Pedra do Sal, Cais do Valongo e Instituto dos Pretos Novos) III) Aula externa na Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Rita do Bracuí e a Aldeia Guarani, em Angra dos Reis, região da Costa Verde.

Leituras e cartografias da diáspora

O projeto de leitura surgiu da necessidade de apresentar autoras e autores negras (os) que abordassem em suas obras a temática racial e possibilitasse o diálogo entre diferentes disciplinas. Carolina Maria de Jesus, Andreilino Campos, Milton Santos, Nei Lopes



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

e Muniz Sodré foram alguns dos autores trabalhados para contextualizar a realidade do negro ao longo do processo de formação do território fluminense e brasileiro.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia processo de alfabetização cartográfica deve introduzir conceitos, códigos, símbolos que levem ao aprofundamento dos conhecimentos de leitura e de produção de mapas, já que o objetivo não é simplesmente reproduzir outras representações. Isto é, a linguagem cartográfica precisa ser compreendida como um diálogo de saberes acerca das diferentes formas de representação do espaço criado pelos estudantes ao longo de suas vidas. À medida que o estudante consegue ler uma representação cartográfica do seu lugar de vivência, ele toma consciência do espaço que ele se insere como parte do grupo social local.

O ensino de cartografia foi direcionado para o reconhecimento do município de Niterói em suas diferentes representações e objetivou estimular noções cartográficas sobre o município onde o colégio se insere e os estudantes habitam e trabalham, relacionando lugares e acontecimentos que fazem parte da construção do mesmo.

Entretanto, o intuito não foi reconstruir a história da ocupação e formação do município de Niterói, mas sim localizar as toponímias que atualmente o compõem e possuem marcas históricas da presença negra devido ao processo de diáspora africana que envolveu todo o Estado do Rio de Janeiro. Por acreditarmos que as toponímias revelam os ocultamentos da história, a metodologia utilizada deu maior visibilidade à presença e à participação de negros na formação do município de Niterói, na tentativa de apresentar outros personagens importantes na construção da cidade. Mapas sobre os territórios quilombolas no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro também foram confeccionados, pois foram citados ao longo do projeto de leitura pelos autores trabalhados.

Todas as atividades resultaram da importância de refletirmos junto aos estudantes sobre as transformações políticas e culturais que marcam o espaço urbano e rural do Rio de Janeiro na transição do Império para a República, (re)construindo e (re)significando estes espaços a partir das diferentes práticas de resistência da população negra e, principalmente, atentando para o seu protagonismo na luta pela liberdade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A produção material e simbólica do espaço revela muito da história sociocultural de determinados grupos e por isso oferece múltiplas interpretações das relações sociais e de poder/resistência que o compõem. O intuito foi interpretar a participação negra na construção do território fluminense, atentando para a seletividade e conflitividade (material e simbólica) que grafam o espaço onde se encontram as diferenças e desigualdades (re) produzidas através de relações sociais e de poder/resistência inscritas nas práticas cotidianas. Ao longo da história, não só negras(os), mas também os espaços frequentados, ocupados e sacralizados por estas (es), assim como suas manifestações culturais e religiosas tornaram-se subalternizados, marginalizados e vítimas de estereótipos, desrespeito, preconceitos, perseguições jurídicas e ações violentas.

Em seu livro *Do quilombo à favela – a produção do espaço criminalizado no rio de janeiro*, Andreino Campos nos aponta diversos elementos que construíram a cidade e o imaginário de cidade cuja invisibilidade e subalternização de populações afrodescendentes foram essenciais para legitimar as relações de poder. Favelas, terreiros religiosos, escola pública, quilombos, ocupações urbanas e rurais, rodas de samba, jongo, capoeira, rap e hip-hop, baile funk são lugares/espacos de resistência, porém marginalizados e criminalizados pelas relações hegemônicas de poder.

Reinterpretar acontecimentos, lugares e personagens faz parte da construção da Geografia e da História, pois é a partir do momento que nos apropriamos dos lugares, de suas histórias e memórias que estabelecemos algumas relações de significados e sentidos com eles. A Geografia e História aparecem como um instrumento de leitura dos entrelaçamentos e configurações múltiplas, de histórias múltiplas.

Aula externa intitulada “(Re)existências negras no Centro Histórico do Rio de Janeiro” (Zona Portuária, Pedra do Sal, Cais do Valongo e Instituto dos Pretos Novos)

Nesse sentido as aulas externas são fundamentais para que os estudantes vivenciem o espaço a partir de suas experiências, conheçam as memórias ocultadas que os lugares carregam em si. As visitas à Zona Portuária do Rio de Janeiro nos auxiliam na reflexão sobre a chegada e distribuição da população africana escravizada (ou não) pelo Rio de Janeiro.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Conhecer o circuito denominado “Pequena África” reforça o poder da diáspora africana e dimensão histórica e cultural da presença negra no Rio de Janeiro.

Aula externa na Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Rita do Bracuí e na Aldeia Guarani em Angra dos Reis, Região da Costa Verde

Também visitamos duas comunidades originárias no meio rural, apresentando outras formas de compreender e estar no espaço. Conhecer populações indígenas Guaranis, sua aldeia, escola e toda estrutura organizacional foi algo diferente para os estudantes, que ainda cultivavam um pensamento estereotipado e preconceituoso. Ao conhecer o Quilombo de Santa Rita do Bracuí também romperam com visões folclorizadas e racistas, principalmente no que diz respeito à práticas religiosas.

Considerações finais

Cabe a reflexão de Paulo Freire (1985) sobre a leitura de mundo preceder a leitura da palavra. A leitura de mundo de cada um interfere na produção de sentido relacionada com o momento e a situação vivida, ou seja, o ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de cada sujeito.

Assim, a leitura de mundo está relacionada com a leitura de imagens, cores, hábitos, pessoas, e as representações cartográficas podem ser compreendidas como instrumento pedagógico de reconhecimento do cotidiano vivido dos (as) educadores (as), dos (as) estudantes, reconhecimento de sua posição no mundo.

Reunimos aqui algumas problemáticas ainda presentes no modelo universalista de educação que vem sendo reproduzido em nossa sociedade. É necessário desnaturalizá-lo, criar estratégias de ação capazes de produzir deslocamento, movimento. Para isso é imprescindível refletir acerca das relações que nós, enquanto profissionais envolvidos com as práticas de formação, estabelecemos com ele.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Referências

BRASIL. **Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003.** Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em 6 de abril de 2012.

CANDAU, Vera Maria; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. In: **Educação em Revista.** v.26,n.01, Belo Horizonte, abril de 2010.

COUTO, Mia. **A confissão da Leoa.** 7ª ed. Alfragide: Caminho, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

GABRIEL, Carmem Teresa. Conhecimento escolar, cultura e poder: desafios para o campo do currículo em “tempos pós”. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Org.) **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.* In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago Y GROSFOGUEL, Ramón (Ed.) **El giro decolonial.** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. Possibilidade de leitura do Continente Africano a partir do ensino de Geografia: Uma avaliação preliminar dos impactos da Lei 10.639/03. **ENPEG –** Goiânia, 2009.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Paulo da Silva e as relações raciais no Brasil:** Uma experiência sobre identidades construídas no espaço escolar. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Rediscutindo o ensino de Geografia:** temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação:** diversidade, descolonização e redes. Ed Vozes Ltda. Rio de Janeiro - RJ, 2012.

WALSH, Catherine. Estudios (inter) culturales em clave de-colonial. In: **Simposio “Estudios Culturales em las Americas:** compromiso, colaboración, transformación” Davis, California, 26-28 de outubro de 2009.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

PIBID e Geografia Escolar: possibilidades pedagógicas para o ensino de geografia da África

Venusa Tavares Lima, Laudiceia Santana de Souza Siqueira, Edmar Martins de Oliveira, Renata de Melo Paulino, Carla Rejane Ferreira Ribeiro¹ e Lorena Francisco de Souza²

Introdução

O ensino sobre o continente africano e Afrodescendência nas escolas como determina a lei 10.639 da LDB, tem encontrado dificuldades em questões metodológicas que superem a visão eurocêntrica embutida nos livros didáticos que são utilizados no processo de ensino-aprendizagem.

Os livros didáticos muitas vezes quando não trazem em seu conteúdo preconceitos disfarçados no mínimo traz uma visão de uma África pobre em que somente se encontra miséria e doenças. Além disso, o conteúdo referente a este continente é apresentado no final do livro, podendo nem chegar a ser trabalhado.

No ano de 2015 o PIBID de Geografia, do Câmpus Itapuranga teve como objetivo trabalhar com o tema “África e afrodescendência: possibilidades pedagógicas”. Acerca do tema proposto percebe-se que já há um arcabouço de informações disponíveis. Com isso passamos a trabalhar com leitura de textos, livros artigos, leis como a Lei 10.639 que estabelece que algumas disciplinas tenham que obrigatoriamente ensinar sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira.

Focamos nossos estudos, em obtenção de conhecimento acerca da História Africana, e foi escolhida a Escola Estadual José Pereira de Faria, como escola campo, e dentro da escola, trabalhamos com os alunos do 9º ano Ensino Fundamental. Analisamos como estava o ensino do continente Africano em sala de aula a partir do livro didático, considerando a importância da África na formação cultural Brasileira. Foi planejado um projeto de atuação na escola, tanto para inserir os acadêmicos de graduação no contexto escolar, quanto para proporcionar aos alunos da rede básica uma experiência diferenciada

¹ Graduandas em Geografia e bolsistas PIBID Subprojeto Geografia/ UEG- Itapuranga

² Professora do curso de Geografia (UEG/Itapuranga) e coordenadora PIBID Subprojeto Geografia/ UEG- Itapuranga



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sobre o continente Africano, procurando romper com as concepções eurocêntricas a respeito do continente. Podendo transformar sua visão em relação ao passado e perceber que a África foi de fundamental importância tanto no surgimento dos seres humanos, quando na ocupação das áreas terrestres. Contudo o foco maior de mostrar a importância da África e do negro, na formação cultural de nossa sociedade.

De acordo com a Lei 10.639 o ensino sobre o continente africano e afrodescendência passaria a ser obrigatório nos currículos escolares e é introduzido muito bem por Santos (2011) onde destaca que: “A Lei 10.639, promulgada em janeiro de 2003, é atualmente o principal instrumento de combate ao racismo no campo da educação”. (p.5). Mais a simples existência da lei não garante por que seja realmente efetivada, neste sentido *Gomes (2013)* coloca que:

Todavia, muito pouco ainda se sabe sobre o contexto nacional de implementação dessa alteração da LDB e demais orientações legais que a regulamentam na gestão do sistema de ensino e no cotidiano das escolas. Os pesquisadores que atuam no campo das relações étnico-raciais e educação concordam que, embora estejamos prestes a completar dez anos da referida alteração, ainda temos informações pouco precisas sobre o nível de sua implementação e o grau de enraizamento da mesma. O conhecimento desse processo, obtido até o momento, geralmente é produto de pesquisas qualitativas em nível local, na sua maioria produzidas na forma de dissertações e teses ou investigações realizadas com a ajuda de recursos advindos da aprovação em editais de fomento à pesquisa. Embora tenham a sua importância e nos ajudem a compreender local e regionalmente os processos políticos e a regularização da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em nosso país, essas pesquisas não nos ajudam a ter uma compreensão mais ampla, em nível nacional, do desenvolvimento da temática na gestão do sistema e da escola e no cotidiano das práticas pedagógicas realizadas pelos educadores e educadoras brasileiros. (Pág.22)

De fato a maioria dos estudos relacionados a lei da LDB 10.630 simplesmente analisam o local isoladamente sem ambições de partir daí para um geral e nacional.

O fato de pouco saber sobre a efetividade desta lei indaga saber se realmente basta se criar a lei. Os livros didáticos e o currículo imposto coloca os professores em condições de subordinação já que hoje o objetivo principal da escola é ensinar a ler e escrever e o pouco que vem nos livros de conhecimentos muitas das vezes reforça uma visão de raça que liga o negro a África mesmo sabendo que existe negros em outros continentes como coloca Santos (2011). Ainda Santos (2011) salienta que:



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Relacionamos “negro” a África mesmo sabendo que, há muito tempo boa parte da África é habitada (também) por grupos que, no padrão de relações raciais brasileiro, não são classificados como “negros” – a chamada “África branca”, que muitos autores também questionam. Sabemos também que indivíduos e grupos que no nosso padrão de relações raciais seriam classificados como “negros” estão presentes em populações antigas de outras partes do mundo – como alguns grupos aborígenes na Austrália e algumas castas na Índia. Mas, aqui, “negro” tem a ver com África, confundimos a origem dos fluxos de escravizados trazidos para cá como a única região do mundo onde habitavam homens e mulheres de pele escura antes do tráfico atlântico. (p.10)

Foi pensando neste sentido que o PIBID de Geografia do Câmpus de Itapuranga dentro da temática proposta do subprojeto viu em suas observações e diálogos com o professor da escola campo a necessidade de se trabalhar os conteúdos referentes ao continente africano além da estrutura do currículo educacional do estado de Goiás.

O trabalho de investigação na Escola Estadual José Pereira de Faria na turma do 9º ano C do ensino fundamental do período vespertino, tem como intuito informar e apresentar uma África rica em saberes culturais com seus ritmos musicais, a culinária, moda, dança, história e etc. diferentemente do que muitas vezes é veiculado nos livros didáticos e retratado pela mídia. Saber desta riqueza cultural em diversos aspectos motivou o PIBID de Geografia do Câmpus de Itapuranga a procurar outras leituras sobre a África e afrodescendência para procurar outras possibilidades pedagógicas que chamassem a atenção de uma grande maioria dos alunos da turma e ao mesmo tempo não reproduzir uma visão eurocêntrica que reforça preconceitos sobre a África.

O ensino sobre afrodescendência e sobre o continente africano no ensino de geografia e demais disciplinas escolares passou a ser obrigatória com a lei 10.639, deste modo como falar e dialogar sobre o continente africano fugindo de repetir as imagens negativas que muitas das vezes são realçadas pela mídia e reforçadas em sala de aula? Como falar do continente africano sem a visão do colonizador e repetindo seu discurso?

Importante se faz pensar na contribuição deste projeto com o ensino sobre o continente africano e afrodescendência sem reforçar o pensamento eurocêntrico. Compete-nos também avaliar a interação dos alunos da escola com as atividades realizadas na disciplina de Geografia, analisar como o conteúdo da África é trabalhado em sala de aula e como o professor de Geografia tem trabalhado este conteúdo.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Sobre as atividades

Esta pesquisa se utiliza de métodos qualitativos na medida em que analisa variáveis relevantes sobre o ensino do continente africano e afrodescendência no ensino de Geografia apontando alternativas e possibilidades para se trabalhar estes conteúdos em sala de aula. Está dividido nas seguintes etapas, as leituras e consultas bibliográficas sobre a temática do projeto que deu o suporte teórico para a construção e elaboração deste trabalho; as observações em sala de aula, discursões e reuniões onde foi definido o modo de se trabalhar na escola campo juntamente com os objetivos das atividades a serem realizadas; onde foram trabalhadas três atividades, a primeira foi apresentar para os alunos um pouco da cultura que os africanos trouxeram consigo e outras criadas no período escravocrata como a capoeira, as comidas típicas, e encerrando com uma apresentação de capoeira.

A segunda atividade trabalhou-se com a música da África do grupo Palavra Cantada, onde trabalhamos com um mapa africano demonstrando onde cada país citado na música estava. E na terceira atividade foi um documentário em que trabalha a história da África antes do século XIV desconstruindo a ideia que a Europa é o berço da civilização humana. A efetivação das atividades programadas juntamente com o relatório de cada uma delas e por último a redação do trabalho.

Possibilidades para o ensino do continente africano

Em primeiro momento foram realizadas observações para que identificássemos o perfil dos alunos. Dando sequência pôde-se realizar uma intervenção abordando aspectos culturais brasileiros com origem africana. Foi passado para toda a escola um vídeo que trazia a culinária, dança, moda e religião brasileira com origem africana, em sequência ao vídeo teve uma fala simples que não provocasse o desinteresse dos alunos e uma apresentação de capoeira com um grupo local. Destas intervenções não se teve um maior contato com os alunos, pois procurou primeiro chamar sua atenção. O objetivo da atividade proposta foi alcançado pois os alunos se encantaram com a apresentação proposta para este dia, mais como o objetivo inicial era só a atenção dos alunos ainda teria que vir atividades que lhes mudassem muito do que sabiam sobre a África e a afrodescendência.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Em sala de aula procuramos dar sequência a uma segunda atividade no mês de setembro que possibilitou um maior conhecimento do continente africano e suas riquezas, trabalhou-se a música “África” do grupo Palavra Cantada e a discussão de sua letra com os alunos. O objetivo desta atividade lúdica foi possibilitar aos alunos uma compreensão maior de que a África pode estar mais perto de nós do que se pensa e que sua história é conhecida por todo o mundo mesmo que muitas vezes não sabemos que se trata da África. Teve-se uma boa participação da turma e a avaliação continua e com as discussões realizadas notou que o objetivo da atividade foi alcançado. A figura 1 nos mostra a interação dos alunos com os bolsistas na atividade proposta.



Figura 1 - Atividade do PIBID – Geografia de Itapuranga na escola campo José Pereira de Faria para proporcionar um reconhecimento cultural dos povos Africanos

Fonte: Laudiceia Santana de Souza Siqueira

Esta atividade além de realizar uma maior interação dos alunos da escola campo com os bolsistas e da escola com a universidade propunha uma valorização de heranças culturais africanas no Brasil. Com esta atividade ainda houve questões de preconceitos da parte dos alunos em forma de brincadeira sarcástica sobre a parte de heranças de moda e beleza afro-brasileira se dirigindo ao cabelo da modelo do vídeo, demonstrando que impera



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

uma visão onde se tem um padrão único de beleza de acordo com os padrões europeus, pudemos dialogar sobre esta questão os bolsistas, professor e alunos da escola campo.

A terceira atividade que pode ser vista na figura 2 foi realizada com o objetivo de reconhecimento do continente, do ponto de vista das divisões políticas, mas destacando que estas nada respeitaram as identidades e aspectos sociais.



Figura – 2 – Atividade do PIBID – Geografia de Itapuranga na escola campo José Pereira de Faria, para um melhor conhecimento territorial do continente Africano).

Fonte: Laudiceia Santana de Souza Siqueira

Foi falado de alguns grupos étnicos e um pouco de sua história e do continente africano. Esta atividade provocou algumas indagações sobre a África que até então os alunos não tinham ciência.

Considerações finais

Reinterpretar uma temática a partir de uma opinião formada munida de preconceitos e tentar refletir sobre o assunto e desconstruir/reformular opiniões não é tarefa fácil, mas é o começo para uma transformação no campo educativo, no que tange ao



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

respeito e valorização das diferenças e um reposicionamento da importância de África para a formação social brasileira.

Mesmo que os estudos de investigação da efetivação da lei 10.630 juntamente com projetos de pesquisa intervencionistas atinjam apenas o local e não o geral, será a partir deles que poderemos ter uma visão geral de como a Lei 10.639/03 pode, de fato, adentrar a realidade escolar.

O projeto intervencionista mesmo tendo que lidar com opiniões já formadas muitas vezes ideal de sociedade conseguiu atingir o seu objetivo na medida em que possibilitou que os alunos se questionassem no que diz respeito aos seus conceitos e verdades até agora estabelecidos.

A escola pode ser o recomeço para novas opiniões e conceitos sem se alienar com “verdades” prontas e impostas. Diante disso, contribui-se de modo significativo ao possibilitar novos caminhos para estes recomeços e novas verdades além de contribuir para a formação de novos professores que possam em sua atuação futura ter uma dimensão maior de possibilidades e conhecedores de várias “verdades” sem se alienar e subjugar sem conhecer, sendo melhores educadores no caminho para a construção do conhecimento.

Referências

GOMES, Nilma Lino.; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**. Curitiba. n. 47, jan./mar. 2013, p. 19-33.

SANTOS, Renato Emerson dos. A lei 10.639 e o ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa ação. **Revista Tamoios**. Ano VII. N°1, 2011, p. 04-24.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

GT Territórios e lugares étnica e racialmente diferenciados



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O termo *quilombo* e seus significados territoriais

Fausto Gadelha Cafezeiro¹

Introdução

O termo *quilombo* vem ganhando novas acepções a partir de muitas construções de significados em torno dele. Ao longo do século XX e neste início do século XXI, movimentos sociais, intelectuais e até mesmo gestores públicos, principalmente ligados à área de cultura e proteção de patrimônio cultural, engajaram-se na quebra das definições coloniais racistas que o vocábulo ganhou quando referido fugas e à “incivilidade” que os discursos racistas atribuem aos afrodescendentes. Ocorre que este termo teve outras significações, com forte apelo político, territorial e histórico. Em África, denominava uma instituição religiosa e militar; no Brasil colonial significava o refúgio e (re)construção de uma vida comunitária e fraterna. Durante o século XX, o quilombo foi entendido pelo movimento negro como uma síntese das lutas antirracistas, ressignificando o passado quando substitui a ideia de fuga pela de resistência, constituindo uma projeção para o futuro. Pode-se citar, como um dos grandes intelectuais e militantes engajados neste ponto de vista, Abdias Nascimento, que, inspirado pelas lutas de libertação africanas e no ideal pan-africanista, nos brinda com a ideia do quilombismo, ao mesmo tempo um “método científico histórico-social” (NASCIMENTO, A., 2009, p. 204) de análise histórico das lutas anticoloniais e uma ideologia nacionalista, pan-africanista e antirracista.

Ponto de vista complementar pode ser encontrado no movimento ambientalista. Este, a partir das décadas de 1970 e 1980, buscou novas possibilidades para as relações sociedade-natureza, preocupado em solucionar os problemas da crise ambiental. Criticando o “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2000), este discurso enfatiza o modo de vida das chamadas comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu, caiçaras, faxinais...) como portador de um conhecimento sobre ambiente estruturado em uma relação de troca simbiótica entre ser humano e

¹ Mestrando em Geografia pela UERJ-FFP.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

natureza. Para esta análise, *quilombo* é entendido como comunidade tradicional, com conhecimento e modo de vida baseado numa harmonia para com o ambiente natural.

As lutas dos movimentos sociais, articulados à academia e à política institucional, resultaram em uma vitória para os indígenas e quilombolas: o artigo 68 do Ato das Disposições transitórias da Constituição de 1988, que garante aos dois grupos sociais o direito às suas terras. Com isso, Estado, movimentos sociais e intelectuais articulam-se para a definição normativa do que seriam quilombo e comunidade remanescente de quilombo. O Ministério Público convocou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para dar o parecer e auxiliar nessa definição (LEITE, 2000). A conceituação chegada com este processo centraliza-se nas ideias de etnicidade e de território.

Neste trabalho, objetiva-se: compreender as articulações em torno das semantizações do termo *quilombo*; contextualizar histórica e geograficamente estes diferentes significados, em termos dos sujeitos e movimentos envolvidos, seus interesses e ações; investigar a emergência do conceito de território nessas semantizações. A metodologia consiste em investigação bibliográfica e conceitual. Trata-se de parte de uma pesquisa de mestrado em andamento.

Quilombo desde África ao Brasil colonial

Podemos apontar os diferentes significados de “quilombo” situando-os histórica e geograficamente. Este termo, em cada contexto social, terá um sentido diferente. Quanto à etimologia da palavra, “quilombo” tem origem na língua umbundu, componente do tronco étnico-linguístico *bantu*, que engloba grande parte dos escravizados no Brasil colonial: *kilombo* (MILLER, 1976 apud MUNANGA, 1996: p. 58). Constituía de “instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação” (MUNANGA, *ibidem*, p. 63), ritual este que tornava seus iniciados guerreiros. Esta instituição era característica da etnia *imbangala* que se caracterizava por submeter os seus dominados a este processo iniciático e, assim, expandir-se territorialmente (NASCIMENTO,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

B., 2008). Segundo ambos os autores citados, o *kilombo* teve sua formação entre os séculos XVI e XVII, e foi importante na resistência contra os portugueses.

Contemporâneo a ele, no Brasil colonial do século XVII, onde hoje se localiza a Serra da Barriga, na fronteira entre Pernambuco e Alagoas, é formado um território por escravizados rebelados. O lugar era de difícil acesso e se constituiu como um refúgio para os que tentavam viver fora do regime escravocrata, não só africanos e seus descendentes nascidos em cativeiro, como a indígenas, mestiços e brancos socialmente marginalizados. A historiografia consagrou este lugar/território como Quilombo dos Palmares, mas a historiadora Beatriz Nascimento revela um nome auto atribuído para o território: Angola-Janga, e aponta que

(...) da mesma forma que o kilombo de Angola cortava transversalmente as estruturas de linhagem e estabelecia uma nova centralidade de poder em relação às outras instituições, Palmares também operava, no Brasil, esse corte transversal e nova centralidade ante o regime colonial. (NASCIMENTO, B., 2008, p. 79)

O nome é dual porque *Angola* é um aportuguesamento de *Ngola*, nome de um rei mbundu que emprestou seu nome a seus descendentes. *Janga* é uma variação de *jaga*, que significa campo de guerra para os imbangala africanos. Isso, segundo a mesma autora (NASCIMENTO, B., 2008, pp. 77-79) mostra que ambas as linhagens eram presentes tanto em Palmares quanto no controle do território mbundu em Angola. O vocábulo quilombo, aportuguesamento de *kilombo*, é, neste contexto, um nexos entre África e diáspora.

Após a derrota de Palmares – ou Angola-Janga –, em 1695, o termo vai ganhando um novo sentido, pejorativo, dado pelas autoridades coloniais, passando a constar em texto jurídico, a partir de 1740, no Conselho Ultramarino. Constrói-se uma ambiguidade em seu significado: o vocábulo inspirava, em uns, a esperança da liberdade, e em outros, medo e ameaça. O documento refere-se, por quilombo, a “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (apud ALMEIDA, 1999, p. 14).). De denominação própria a uma certa formação sócio-espacial em África, “quilombo” se torna também uma atribuição de terceiros, genérica, servindo a qualquer grupo de escravizados que fugissem ou que disto fossem acusados. Atribui-se, deste modo, uma conotação pejorativa e homogeneizadora à palavra: o lugar dos que amedrontam, dos que perturbam a ordem estabelecida, dos



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

animalizados e bestializados. Esta duplicidade é, também, territorial: para o arranjo espacial da colonial, baseado no tripé terra-território-senhorio, em que terra e território se confundem como objetos para a dominação expressas em termos de uma economia política da colonização (MOREIRA, 2011), “quilombo” é qualquer lugar que abrigue um grupo de escravizados rebeldes. Para os escravizados, o sentido é de uma reconstrução do território do qual foram desterritorializados, das suas linhagens, dos seus costumes, das suas práticas.

O Quilombismo: uma releitura antirracista da história

A partir do século XX, podemos verificar uma ressemantização do termo, no âmbito do ativismo negro brasileiro. Neste momento, se relê o sentido *imbangala* do termo, assim como o palmarino, dando ao termo um novo sentido político.

No contexto das lutas por independência na África, há uma movimentação de afrodescendentes na diáspora para criar novas leituras, novas possibilidades analíticas e novas estéticas em relação à África, aos africanos e a seus descendentes. Tratava-se de revalorizar as culturas africanas e suas continuidades nos outros continentes, principalmente a América. Estamos falando do Pan-Africanismo e de sua proposta de novos nacionalismos (LARKIN NASCIMENTO, 1981). Nacionalismo, para este movimento, não quer dizer exaltação ao Estado-Nação europeu, senão uma apropriação da ideia de nação na diáspora, de uma luta antirracista conectada à África e às culturas africanas; trata-se, na verdade, de uma continuidade de África na descontinuidade da diáspora. Seria o oposto ao racismo, e não, conforme Wallerstein & Balibar (1991), uma forma de propagar o pensamento e os símbolos do racismo eurocêntrico no mundo.

... o nacionalismo negro tem-se distinguido por três características: 1) uma formulação ideológica, isto é, uma redefinição, reclamação e reconstrução objetiva da história e da realidade; 2) uma estratégia social corretiva, contendo propostas e programas de reconstrução da comunidade dominada; 3) uma vocação coletiva e luta para coesão e fortalecimento da comunidade. (LARKIN NASCIMENTO, 1981, p. 35)

No Brasil, um grupo de intelectuais e artistas ligados ao Pan-Africanismo releu e pesquisou a história e cultura negra brasileira, tentando romper com as linhas de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

pensamento hegemônicas. Seus principais representantes foram Abdias Nascimento, Elisa Larkin Nascimento (sua esposa), Guerreiro Ramos, dentre outros. Sua proposta ideológica de nacionalismo negro era o “Quilombismo”. Na sua obra, Abdias Nascimento (2002) explora profundamente a temática da cultura negroafricana no Brasil e na América Latina, e propõe novas leituras e pontos de vista sobre isto. Um deles é sobre os quilombos, que passam a ser vistos de forma positiva: não eram mais os lugares dos selvagens incivilizados que não teriam capacidade para evoluir, senão o próprio símbolo da resistência ao sistema colonial dominador. As revoltas e insurreições negras são exaltadas e a formação territorial do quilombo empresta nome à ideologia Pan-Africana brasileira.

Este movimento recusava fortemente duas linhas de pensamento a respeito da questão racial no Brasil: (i) a de Gilberto Freire, pilar do que foi chamado posteriormente “mito da democracia racial”, que dizia não ter o Brasil problemas raciais, senão uma coexistência harmônica entre brancos, negros e índios; e (ii) a representada por Florestan Fernandes, que, baseado no marxismo, pensava que a própria dinâmica do capital e da modernização resolveria a questão racial (segundo o autor um arcaísmo, um resquício da colonização) e a tornaria uma questão de classe². Analisando as formas sociais e culturais legadas pelos africanos e afrodescendentes, Abdias Nascimento propõe o Quilombismo como, além de uma ideologia nacionalista Pan-Africana, um “método científico histórico-social” (NASCIMENTO, 2009, p. 204) que visibilizasse de maneira engajada a luta social e a resistência africana e afrodescendente à escravização, ao racismo e à exclusão social.

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer união fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. (...) Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manterem e ampliarem a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação de sua verdade. Método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, o quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que os africanos derramaram como pés e mãos edificadores da economia deste país. (NASCIMENTO, 2009, p. 205)

Nesse sentido, o termo “quilombo” é explicitamente ressemantizado, dotando o passado de um novo sentido e definindo possibilidades de um futuro diferente, fruto da luta social antirracista. Quilombo é metáfora: diz respeito a lutas pretéritas e à continuidade

² Sobre isso, conferir: FREIRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 (17ª edição) e FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

dessas lutas no presente. Quilombo é um imaginário, um ideal a ser conquistado através da mobilização. Quilombismo não é só uma ideologia nacionalista negra, é método para a análise do passado e do futuro, é uma forma de visibilizar sujeitos até então silenciados pelo racismo, sob as diversas formas que ele aparece na sociedade brasileira. É analisar, é compreender estas formas, é combater-las.

O Movimento Ambiental e os quilombos

Outra questão importante para a definição do que seja “quilombo” veio em grande parte do movimento ambiental: a questão da relação com a natureza. O movimento ambiental e intelectuais ligados a ele trabalharam com a ideia da desconstrução do paradigma do “mito moderno da natureza intocada”, para usar as palavras de Diegues (2000). O autor assim chama ao já citado paradigma cartesiano-newtoniano estruturador do pensamento científico moderno, em que ser humano e natureza são, respectivamente, dominador e dominado. Em contraposição a isso, Diegues chama atenção para comunidades a que chama “tradicionais” em que a cosmologia traz um conhecimento tradicional sobre o meio em que vivem. Desta maneira, ser humano e natureza constituiriam uma totalidade complementar, em que ambos se retroalimentam. Tais comunidades seriam os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco-babaçu, faxinais, seringueiros, etc.

Esta ideia, para o caso dos quilombolas, tornou-se complexa. Por ser uma denominação apropriada por sujeitos da ação social, muitas vezes a dinâmica do processo de criar e recriar significados faz com que, no campo analítico, tenhamos que estar atentos aos fatos, às narrativas e às reinvenções executadas pelos sujeitos que analisamos. Bom exemplo disso é o trabalho de Carril (2006) quando analisa um quilombo urbano em Capão Redondo (São Paulo) em que a auto afirmação como quilombo está ligada a uma questão de formação de uma comunidade urbana baseada em laços de solidariedade e de produção cultural em que pesavam mais as relações com o lugar em que moravam, as relações das pessoas entre si e da questão racial. A própria autora narra uma mudança de ponto de vista:



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

em outro momento havia trabalhado com uma comunidade quilombola rural do estado de São Paulo, em que a relação com a natureza era ponto crucial para a auto afirmação do grupo. Quando foi investigar a comunidade de Capão Redondo, conheceu uma realidade totalmente diferente, em que os quilombolas tinham hábitos marcadamente urbanos e não abriam mão da denominação “quilombo”.

Contudo, o paradigma de uma relação com o ambiente baseado em uma episteme e uma cosmologia em que ser humano e natureza são complementares foi um dos fatores citados nas definições jurídicas do que seja quilombo após a Constituição. A questão da relação sociedade-natureza também contribuiu para o entendimento da formação de comunidades étnicas no campo brasileiro, além de explicitar a importância das questões do território e da identidade para tais comunidades. As lutas sociais de tais comunidades também ganharam visibilidade no quadro dos conflitos sociais brasileiros.

No Brasil, essas construções identitárias diversas se acirram após a Constituição de 1988 e resultam nos movimentos sociais por território, cuja fundamentação da luta se dá articulando-se a reivindicação por terras ao discurso ambiental. A dimensão da identidade coletiva, da memória e das espacialidades étnicas ganha, então, sustentação na academia, na sociedade civil e no aparato jurídico. Estamos diante também de um elemento constitutivo da luta política: o que se reivindica, nesse caso, não é simplesmente o reconhecimento legal da posse da terra, mas sim o reconhecimento e a legitimação da identidade e da diferença, construídas não apenas com referência no passado, mas numa perspectiva para o futuro.

Considerações finais

Com a convergência de diferentes tradições discursivas (o da Reforma Agrária, da luta antirracista, do movimento ambiental) e resultado da mobilização dos movimentos sociais, a Constituição de 1988 garante o direito aos indígenas e quilombolas a suas terras. A partir daí, tem-se o processo de fortalecimento desta conquista em termos de legislação. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada para fechar uma definição do que



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

seria quilombo, quilombola, remanescente de quilombo (LEITE, 2000) Após isso, o número de processos em andamento para certificação e titulação cresceu vertiginosamente, ano após ano³.

Sobre o vocábulo “quilombo”, após a Constituição de 1988, sua definição, vem sendo normalmente dado pelo sentido da etnicidade (ARRUTI, 1999), de comunidade e de território. Ou seja: algo que converge tanto quanto o discurso ambientalista como o do ativismo negro, em que a relação homem-natureza, memória, identidade étnica, sentido comunitário da economia são os pilares. Nesse sentido, as práticas oriundas da resistência à escravidão, frontais ou não, passam a figurar como elemento de lutas e de afirmação identitária negra, e o patrimônio cultural mantido por esses povos e comunidades tradicionais, seus saberes e suas práticas espaciais, passam a ser objeto de interesse da academia e do mercado da diferença. Também as comunidades passam a apropriar-se do discurso dessa tradição ressignificada e usá-lo nas suas lutas. Por isso, a ideia de patrimônio cultural passa a compor o discurso quilombola, tornando-se elemento de composição das lutas.

É marcante o sentido territorial do termo: a referência primeira, de comunidades africanas do século XVI, já é a um recorte espacial e à prática nele executada. No Brasil colonial, o sentido pejorativo também diz respeito ao que se enuncia de e desde um lugar. No século XX, remete a um espaço e a um tempo de resistência à ordem, ressignificando o presente e o futuro. E após a Constituição de 1988, o próprio Estado reconhece os quilombos como territórios, usando institucionalmente dos dois termos, e as comunidades agenciam, junto às instituições,) seu reconhecimento como tal.

Isso conforma o que Haesbaerth (2014) expõe sobre o território como categoria analítica (para a compreensão da realidade), categoria normativa (para as políticas integradas dos Estados, grandes corporações e empresas) e categoria da prática (dimensão do vivido e do percebido, do cotidiano). No caso dos territórios quilombolas, território também tem sentidos diferentes. Para o Estado, trata-se de uma categoria normativa no sentido de determinar a quem pertence o direito. Para os movimentos sociais e seus

³ Segundo o INCRA, existem 1532 processos de titulação em aberto neste momento. Fonte: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/8797>. Acesso em 14/02/2016.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

integrantes, a ideia é a da reivindicação de um direito conquistado (ao território que é, ao mesmo tempo, dimensão afetiva e política). Para a academia, também ela engajada em lutas sociais de grupos distintos, trata-se de compreender e analisar as disputas pelo significado do termo. Essas dimensões às vezes convergem, às vezes divergem e, em cada instância em que a ideia de território é invocada, ele pode ganhar um sentido diferente. Isto é perceptível no caso dos quilombos devido a se tratar de um vocábulo com profundo conteúdo político, já apropriado e reapropriado por diferentes grupos sociais e usado com significado distinto, de acordo com os sujeitos, agentes, lugar e momento histórico em que o enunciam.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Propriedade ou território? **Tempo Presença**, v.21, 10-14, 1999.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, Território e Geografia. São Paulo: **AGRÁRIA**, Nº 3, 2006, p. 156-171.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec/USP, 2000

LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **Pan-Africanismo na América do Sul: a emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Vozes/IPEAFRO/PUC-SP, 1981

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354

HAESBAERT, Rogerio. **Viver no Limite – Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 (17ª edição)

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. In: **Revista USP**, São Paulo (28): 1996, pp. 56-63

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: LARKIN NASCIMENTO, Elisa. (Org.) **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 197-218.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: Larkin Nascimento, Elisa (Org.) **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 71-92.

WALLERSTEIN, Immanuel & BALIBAR, Etienne. **Raza, nación y clase**. Madrid: Lepala, 1991

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo, Contexto, 2011.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Espacialidades de drogadicção de jovens do sexo masculino e os afetos da 'Quebrada'¹

Fernando Gomes²

Introdução

O Brasil apresenta elevados índices de usuários de drogas ilícitas (BRASIL, 2014), porém, o foco do trabalho é analisar os jovens que estão na face violenta do circuito de tráfico de drogas, que no país, está territorializada nas áreas de baixa renda das cidades médias e grandes. Para tanto, esse grupo social será analisado sob a perspectiva da Geografia das masculinidades e a Geografia das emoções/afetos.

Conforme, Zaccone (2015), há no Brasil uma desigualdade penal na execução das leis anti-drogas que delimita formas de vidas indignas de serem mantidas. Essas ações jurídico-penais definem antecipadamente o jovem do sexo masculino, geralmente negro/pardo (ALVES, 2013) e morador de periferias pobres, como uma corporalidade 'legitimadora' de controles e repressões de exceção.

Objetivos

O seguinte trabalho tem o objetivo de compreender as trajetórias espaciais de jovens do sexo masculino, moradores de áreas periféricas pobres e práticas de drogadicção. Dessa maneira busca ressaltar quais são os agentes espaciais de socialidade e intimidade (afetos) que configuram as práticas de uso de droga do referido grupo social.

Procedimentos metodológicos

A relação entre esse grupo social específico e o uso de drogas ilícitas será analisada através das contribuições de três campos do conhecimento geográfico: i. Juventude; ii. Masculinidades; iii. e Geografia dos afetos/emoções. A análise tem como referência

¹ O termo 'quebrada' usado pelo grupo empírico da pesquisa para designar a vila demorada, referindo-se a uma área periférica de baixa renda.

² Doutorando em Geografia pela UEPG.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

empírica, nove entrevistas semi-estruturadas realizadas com meninos entre 15 e 17 anos de idade, todos moradores de vilas periféricas pobres da cidade. A maioria dos entrevistados já fizeram uso de crack, cocaína e maconha.

Como estratégia de acesso a esse grupo social foram entrevistados internos de uma comunidade de tratamento de dependência química da cidade de Ponta Grossa, Paraná. As entrevistas transcritas são analisadas articuladas com as minhas experiências nos trabalhos de campo e nas atividades de aproximação com o grupo entrevistado, que se referem a aulas de musicalização e práticas de campo em áreas naturais turísticas do município³.

Resultados

Masculinidade pode ser compreendida como uma maneira conforme homens se posicionam através de práticas discursivas (CONNEL e MESSERSCHIMIDT, 2013), o conceito torna-se um espiral de concentração e reprodução de performances masculinas espacialmente hegemônicas, portanto, simultaneamente a isso, hierarquiza/posiciona práticas, corpos e discursos dissidentes (PASCOE, 2014; HENNEN, 2005; SCHROCK e PADAVIC, 2009; WENTZELL, 2014). Rosso (2012), por exemplo, analisa um sítio online que agrega pessoas identificadas como 'pênis pequeno' e as dificuldades frente à referência masculina de valorização 'fálica'.

O conceito de masculinidade deve ser pensado na referência de um sujeito multifacetado, contraditório e em constante contestação. Dessa forma, algumas investigações geográficas buscam compreender as trajetórias de pessoas do sexo masculino interseccionadas a outros eixos identitários como racialidade (DAY, 2006; LESTER e DUSSART, 2009; HOPKINS, 2007; ASCHER, 2003), religião (WILKINS, 2009; HOPKINS, 2007), etnicidade e nacionalidade (ALEXANDER, 2000; MALAM, 2008) e juventude (MCDOWELL, 2003; NAYAK, 2003).

Trabalhos como de sociólogos como Krienert (2003) e Messerschmidt (2000) atentam para o fato de que criminalidade e violência encontram na masculinidade uma

³ As atividades foram realizadas pelo autor em parceria com integrantes do Grupo de Estudos Territoriais, GETE/UEPG.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

chave de compreensão eficaz. A formação de 'gângues' nas grandes metrópoles tem sido assunto de interesse para análise de jovens homens e práticas de transgressão das normativas contingenciais de espaços públicos, a exemplo, Alexander (2004) analisa gângues muçulmanas na Grã-Bretanha, ou ainda, Winton (2005) investiga gângues de jovens homens nas áreas pobres da cidade da Guatemala. O uso de drogas ilícitas por jovens homens também é representada pelo trabalho de Wilton *et al.* (2014) que investiga os espaços de tratamento desses usuários. Ainda sobre a intersecção: juventude-masculinidade-drogas ilícitas, Aitken (2012), através da noção de homossociabilidade de Sedwick (1985), argumenta que o uso de droga tramado em práticas de violência estão engendradas em uma trama de acordos, ou melhor, agenciamentos organizados por triangulação de desejos entre heterossexuais responsáveis por dar continuidade a coesão entre o grupo indentitário.

A complexidade dos fenômenos sociais demanda que reformulações conceituais e ampliações metodológicas sejam constantes. Assim como as teorias feministas contribuíram para compreensão de múltiplas formas de hierarquização e dominação dos indivíduos para além de relações de classe, Anderson e Smith (2001) argumentam que as emoções foram deixadas de lado nos processos de compreensão do prisma que são as relações sociais.

Na Geografia anglófona autores como Davidson e Bondi (2004), Parr (2005) e Sharp (2008) declaram que as emoções tomam força na Geografia Feminista, ainda que se possa afirmar, segundo Pile (2010), que estejam distribuídas nas abordagens da Geografia Humanista, Feminista e Não-representacional. Conforme Sharp (2008), a Geografia das emoções surge em trabalhos sobre metodologia, refletindo sobre o processo de investigação e as contradições e presenças explícitas das emoções no campo investigativo.

Elementos interseccionais aparecem também em trabalhos de Nayak (2010; 2011) que priorizam a racialidade, afirmando que as geografias das emoções e afetos contribuem para elucidar processos de racismo, dando visibilidades a práticas de dominação contraditórias e, por vezes, tácitas. A idade pode ser um eixo identitário priorizado nessa perspectiva, como é o caso do trabalho de Brown (2011) que analisa o sentimento de 'aspiração' de jovens para com a vida adulta.

Outros elementos para uma análise de um sujeito interseccional, a partir das



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

emoções/afeto, podem ser priorizados como drogas e emoção, Briggs (2011)⁴ afirma que existem poucas 'investigações de proximidade' com usuários de drogas, o autor ao analisar usuários de crack no sul de Londres, através de um projeto de 'etnografia visual', frisa que as emoções são inerentes ao processo de elaboração do trabalho de campo.

Emoção e afeto, de uma maneira ou de outra mantém proximidade com as geometrias do poder (MASSEY, 2009) que interessa a esse trabalho. Se a proposta é compreender a vivência espacial de adolescentes do sexo masculino, pobres e usuários de droga, há a necessidade de assumir que a territorialização do tráfico de drogas nas áreas pobres da cidade e a desigualdade penal do controle dessa droga ilícita estão presentes na geografia das emoções/afetos desse grupo social. Por outro lado, analisar a estética local e as emoções/afetos que circulam entre esse grupo identitário contribui para maior diversificação da análise de alianças e conflitos cotidianos que dão continuidade a prática de uso de drogas ilícitas⁵.

A circulação de drogas através do narcotráfico perpassa as diferentes instâncias do sistema-mundo moderno-colonial (MIGNOLO, 2000) e conforme afirma Castro-Gómez (2005) os dispositivos disciplinares da governamentalidade neoliberal desse sistema têm como característica que a matéria prima circule da periferia para o centro. Essa lógica inter-escalar que se estende para o espaço urbano, na medida em que prioriza que circuitos ilegais de substâncias ilícitas conectados ao tráfico de armas, se concentra em áreas periféricas pobres das cidades médias e grandes, produzindo um processo de territorialização da violência que concentra as quase toda parte repressiva de política anti-drogas. Segundo Alves (2013), o processo de territorialização da violência cria uma zona de morte 'justificada', as necropolíticas vitimam frequentemente jovens homens negros/pardos. Outra face desse

⁴ Pesquisador da área da Criminologia Crítica, artigo publicado na revista científica: *Emotion, Space and Society*.

⁵ A trajetória teórico organizada até aqui sobre masculinidade, juventude e afeto/emoção se refere, em grande parte, ao eixo anglófono bem estabelecido, principalmente na Geografia. Trata-se de uma narrativa situada no debate onde aglutina maior quantia e alcance de reflexão científica, entretanto, não exime os limites que esse mesmo campo de debate tem na 'aplicabilidade direta' ou se estenda homoganeamente a contextos de países latino-americanos. Para ir mais longe, há um movimento centrípeto que faz com que referenciais teóricos posicionados na realidade europeia ocidental e/ou de língua inglesa, se posicionem hierarquicamente frente a outras epistemologias (SILVA, 2011).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

dispositivo é a desigualdade penal (ADORNO, 1994) que prioriza esse mesmo grupo como alvo para efetuar ações jurídico-penais anti-drogas.

Segundo pesquisa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (BRASIL, 2014) o crack é predominantemente usado por pessoas bastante vulneráveis socialmente, jovens, homens, pouco escolarizados, que fazem uso em espaço público. Conforme, Rossi (2010), Rocha (2013) e Gomes (2013) esse grupo, na cidade de Ponta Grossa, geralmente fazem uso em 'carreiros', vertentes de arroios urbanos e 'mocós'. Aitken (2012) propõe que existem *assemblages* da adicção agregadoras de performatividades masculinas e através de 'homosocialidade' os participantes desse território das 'rodas de crack' (ROSSI, 2010) trocam e combinam desejos identificadores.

Connel e Messerschmidt (2013) afirmam que a construção da masculinidade hegemônica pode conter um caráter local, sua construção está tramada em espaços específicos e vincular-se ao *status* hegemônico local é fazer as coisas que seu grupo de pares define como masculina. Rose (1999) argumentando sobre o conceito de espaço performático, afirma que através das relações sócio-espaciais se instituem os sujeitos simultaneamente as normas regulatórias. Mas, além disso, há o 'desejo', não de ser o outro, mas de ser frente ao outro, produzindo trajetórias de 'fantasia' que colocam em cena os desejos do grupo que se instituem em relações 'corporificadas' de governo contínuo de produção de fixidez de si e dos outros.

Portanto, trata-se de uma estética local em que substâncias ilícitas estão agenciadas através de uma 'homosocialidade', na medida em que as enunciações dialógicas e performatividades de masculinidade hegemônica local exigem (ou seduzem) a noção de que o uso de drogas aumentará as conexões e alianças. Assim, as potências de afeto são elaboradas mediante a espacialidade vivida. Outro agenciamento é a própria droga ilícita que além de estar presente na estética da 'vida louca' (ROSSI, 2010; GOMES, 2013) não deixa de ser um chamariz, na forma de substância estimulante, capaz de produzir expansões emocionais e experiências em grupo, ou solitários.

Os entrevistados ao relatarem sobre a trajetória com as drogas, em sua maioria, afirmam que a droga sempre esteve presente desde sua infância entre as relações com seus



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

pares identitários. A justificativa para o uso sempre é ancorado no enunciado: *“os cara usavam, daí comecei a usar um ali e outro lá”*⁶. A oferta cotidiana se fazia como um elemento agregador entre o grupo e na medida em que se tornava frequente o uso, é comum a busca de evidenciar certa autonomia na economia da droga. Refletindo talvez uma característica entre o grupo, um eixo entre os entrevistados é representado pela afirmação: *“eu mesmo fazia meus corres sozinho”*⁷.

As emoções, conforme Anderson (2006), são expressões pessoais que estão relacionadas aos sentimentos que emergem individualmente certos padrões que derivam de fluxos heterogêneos de afetos entre corpos. Os entrevistados apresentaram padrões afetivos quando provocados a refletir sobre a necessidade do uso de droga: *“não sei, só usava”*⁸. Aitken (2012) afirma que *‘assemblage of addiction’* se manifestam como composições temporárias e não representam a vida integral de um dito ‘usuário’, entretanto, a frequência em que ‘rodas de crack’ (ROSSI, 2010) estão presentes no cotidiano de jovens homens pobres, ou ainda, a frequência que vivenciam o ‘espaço espiado’ (ROCHA, 2013), tem haver com a capacidade de afeto dos indivíduos. Portanto, os espaços de adicção são performados por jovens homens que vivenciam uma ‘claustrofobia’ emocional/afetiva. A eficácia da permanência das ‘rodas de crack’ não se institui apenas com um polo magnético que estimula, mas, pela potência afetiva restrita de usuários.

Considerações finais

O presente trabalho se ancorou em uma trajetória teórica sobre as Geografias das masculinidades jovens e a Geografia das emoções-afetiva. O campo de debate se mostra bastante diversificado e preocupado com diferentes identidades e espacialidades. Contudo, é necessário que a atenção científica se volte para formas de vida precárias e espaços contraditórios e historicamente subjugados.

A relação de jovens do sexo masculino pobres com as espacialidades de drogadicção

⁶ Enunciado símbolo do eixo estabelecido da seguinte questão feita na entrevista: “como foi sua relação com as drogas?”.

⁷ Enunciado símbolo do eixo estabelecido da seguinte questão feita na entrevista: “como você fazia uso e em quais ocasiões?”.

⁸ Enunciado símbolo do eixo estabelecido da seguinte questão feita na entrevista: “Por que você acha que usava drogas? Qual era sua necessidade?”.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

se estabeleceu através de dois eixos de agenciamento: i. as práticas de uso de substâncias ilícitas são estimuladas pela estética local da hegemonia masculina entre os pares identitários; ii. a precariedade cotidiana desse grupo social institui uma 'claustrofobia afetiva' que torna ainda mais frequente as espacialidades de drogadicção.

Referências

ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. **Revista USP**, Dossiê Judiciário, n.21, 1994, p.133-151.

AITKEN, Stuart. Young men's violence and spaces of addiction: opening up the locker room. **Social & Cultural Geography**, Vol. 13, No. 2, March 2012, p.124-143.

ALVES, Jaime Amparo. *From Necropolis to blackpolis: necropolitical governance and black spatial praxis in São Paulo, Brazil*. **Antipode** Vol. 00 No. 0, 2013, p. 1–17.

ALEXANDER, Claire. ***The Asian gang: ethnicity, identity, masculinity***. Oxford: Berg, 2000.

_____. Imagining the Asian gang: ethnicity, masculinity and youth after 'the riots'. **Critical Social Policy** 2004 Vol. 24 No. 4, p.526–549

ANDERSON, Ben. *Becoming and being hopeful: towards a theory of affect*. **Environment and Planning D: Society and Space**. 2006.vol.24. p. 733–752.

ANDERSON, Kay. and SMITH, Susan. *Editorial: emotional geographies*. **Transactions of the Institute of British Geographers** N. 26, 2001, p. 07-10.

ASCHER, Louise. ***Race, masculinity and schooling: muslim boys and education***. Maidenhead, Open University Press, 2003.

BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? BASTOS, Francisco Inácio e BERTON, Neilane (Org.) Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BRIGGS, Daniel. *Emotions, ethnography and crack cocaine users*. **Emotion, Space and Society** 7, 2013. p.1-12.

BROWN, Gavin. Emotional geographies of young people's aspirations for adult life. **Children's Geographies**, Vol. 9. N.1, 2011, p. 07-22.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, 2005. p.169-186.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas.** V.21, n.1, 2013, p.241-300.

DAY, Kristen. *Being feared: masculinity and race in public space.* **Environment and Planning A** 2006, volume 38, p. 569 – 586.

DAVIDSON, Joyce and BONDI, Liz. *Spatializing affect, affecting space: an introduction.* **Gender, Place and Culture** Vol. 11, 2004 p.373–74.

GOMES, Fernando Bertani. **“Cenas Embaçadas”:** a relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

HENNEN, Peter. *Bear Bodies, Bear Masculinity: Recuperation, Resistance, or Retreat?* **Gender and Society,** Vol. 19, No. 1, February 2005, p. 25-43

HOPKINS, Peter. *Young people, masculinities, religion and race: new social geographies.* **Progress in Human Geography,** v. 31, n.2, 2007, p.163-177.

KRIENERT, Jessie. *Masculinity and Crime: A Quantitative Exploration of Messerschmidt’s Hypothesis.* **Electronic Journal of Sociology,** 2003 - http://www.sociology.org/content/vol7.2/01_krienert.html (1 of 30)2/27/2007 4:02:01 AM

LESTER, Alan. DUSSART, Fae. *Masculinity, ‘race’, and family in the colonies: protecting Aborigines in the early nineteenth century.* **Gender, Place and Culture.** Vol. 16, No. 1, February 2009, p. 63–75

MALAM, Linda. *Spatialising Thai masculinities: negotiating dominance and subordination in Southern Thailand.* **Social & Cultural Geography,** Vol. 9, No. 2, March 2008, p.135-150.

MASSEY, Doreen. *Concepts of space and power in theory and in political practice.* **Doc. Anál. Geogr.** 55, 2009, p. 15-26

MCDOWELL, Linda. **Redundant Masculinities?** *Employment change and white working class youth.* Oxford: Blackwell, 2003.

MESSERSCHIMIDT, James. **Nine Lives: Adolescent Masculinities, the Body, and Violence:** Westview Pree, 2000.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

MIGNOLO, Walter. *Local Histories / Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

NAYAK, Anoop. Last of the 'Real Geordies'? White masculinities and the subcultural responses to deindustrialisation. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 21, 2003, p. 7-25.

_____. *Geography, race and emotions: social and cultural intersections*. **Social & Cultural Geography**, Vol. 12. N. 6, 2011, p. 548-562.

_____. Race, affect, and emotion: young people, racism, and graffiti in the postcolonial English suburbs. **Environment and Planning A**. Vol. 42, 2010, p. 2370-2392.

PARR, Hester. *Emotional geographies*. In: CLOKE, Paul, CRANG, Philip. and GOODWIN, Mark. (Ed.) *Introducing human geographies* (second edition), London: Arnold, 2005, p.746-759.

PASCOE, C. J. 'Dude, You're a Fag': Adolescent masculinity and Fag Discourse. **Sexualities**. Vol. 8. N.3, December, 2014, p.329-346.

PILE, Steve. Emotions and affect in recent human geography. **Transaction of Institute of British Geographers**, vol. 35, 2010, p.5-20.

ROCHA, Heder Leandro. "**Espaço Espiado**": O uso de crack como um elemento das espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa - PR. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

ROSE, Gillian. *Performing Space*. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip (Ed.). **Human Geography Today**. Cambridge, Polity Press, 1999, p. 247 – 259.

ROSSI, Rodrigo. "**Malucos da quebrada**": territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

ROSSO, Jared Del. *The penis as public part: Embodiment and the performance of masculinity in public setting*. **Sexualities** Vol. 14 N. 6, 2011, p. 704-724.

SCHROCK, Douglas. PDAVIC, Irene. *Negotiating Hegemonic Masculinity in a Batterer Intervention Program*. **Gender & Society**, Vol. 21 No. 5, October, 2007, p. 625-649

SEDWICK, Eve. *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. New York, Columbia University Press, 1985.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SHARP, Joanne. *Geography and gender: what belongs to feminist geography? Emotion, power and change*. **Progress Human Geography** Vol. 33. N. 1, Jul 2008, p.74-80.

WENTZELL, Emily. *'I help her, she helps me:!' Mexican men performing masculinity through transactional sex*. **Sexualities** 2014, Vol. 17. N.7, 2014, p. 856–871

WILKINS, Amy. *Masculinity Dilemmas: Sexuality and Intimacy Talk among Christians and Goths*. **Signs**, Vol. 34, No. 2. Winter 2009, p. 343-368

WILTON, Robert. DEVERTEUIL, Geoffrey. EVANS, Joshua. *'No more of this macho bullshit': drug treatment, place and the reworking of masculinity*. **Royal Geographical Society**. Vol. 39, 2014, p. 291–303

WINTON, Ailsa. *Youth, gangs and violence: Analysing the social and spatial mobility of young people in Guatemala City*. **Children's Geographies**, Vol. 3, No. 2, August 2005, p. 167–184,

ZACCONE, Orlando. **Indignos da vida: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2015.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Identidade e território na Associação Quilombola Urbana do Jardim Cascata – Aparecida de Goiânia - Goiás

Fernando Bueno Oliveira¹

Introdução

A presente pesquisa intitulada “Identidade e Território na Associação Quilombola Urbana do Jardim Cascata – Aparecida de Goiânia-Goiás” analisou, à luz das ciências sociais e, levando-se em conta as categorias de análise identidade e território, as experiências espaço-temporais dos sujeitos e os processos de produção do espaço da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC), entidade situada na região metropolitana de Goiânia, em Aparecida de Goiânia-Goiás, no bairro Jardim Cascata.

A emergência de comunidades quilombolas em áreas urbanas explicita como a cidade é configurada num emaranhado de trajetórias que instituem outros sentidos para a vida cidadina. A partir da constituição de identidades, os sujeitos veem a possibilidade de construir outra história para suas vivências no espaço urbano. Assim, constituem espacialidades através de aspectos não apenas de natureza material, mas também, de natureza simbólica. Forjam suas identidades estabelecendo territórios que rompem com a unidade e expõem a pluralidade em que configura a cidade.

As pesquisas realizadas junto à Associação Quilombola Urbana do Jardim Cascata nos deram bases para se pensar sobre sua dinâmica na configuração de movimento social urbano por meio da interpretação de seus aspectos político-organizativos e do seu papel no processo de fortalecimento daquela comunidade em níveis municipal, estadual e nacional.

Objetivos

O primeiro capítulo de nossa dissertação teve como proposta discutir as significações atribuídas ao termo “quilombo”, sendo que seus conceitos podem variar conforme certos componentes de análise; além de ressignificar quilombo, discutir a categoria “identidade”

¹ Professor da rede básica de ensino do estado de Goiás. Mestre em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado na Universidade Estadual de Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

também se torna importante para o entendimento da constituição identitária quilombola, sendo ela marcada por um emaranhado de significações, simbologias, laços de afetividade, de identificação e históricos, bem como pelo forjamento de grupos que encontraram o caminho do “tornar-se” quilombolas visando o alcance político e social, notadamente com a publicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

A pretensão do segundo capítulo foi a de elencar, partindo de contribuições geográficas, alguns estudos que tratam sobre a categoria território em diferentes perspectivas, com a finalidade de demonstrar a problemática que envolve os conflitos territoriais e, com maior foco, o demorado procedimento de titulação de territórios quilombolas pelo Brasil; depois, já com o olhar voltado para o espaço urbano, identificamos que diversas comunidades quilombolas vivenciam realidades de redução de seus territórios e, em alguns casos, até mesmo a sua eliminação ao serem “engolidos” por construtoras e incorporadoras; ou, ainda, existem casos que, mesmo as comunidades formadas após a constituição do espaço urbano em que se situam, vivenciam o contexto das periferias brasileiras, especialmente, os problemas de infraestrutura básica da vida urbana e da falta de moradia.

O terceiro capítulo teve por finalidade, compreender o processo de fundação da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC) e a sua dinâmica coletiva por conquistas sociais: para isso perpassamos pelo histórico de formação daquele bairro e, ainda, pela dinâmica migratória que culminou na chegada da família Francisco (família da atual líder quilombola) à “região” do Jardim Cascata e, posteriormente, na criação da AQUJC com vistas ao alcance de políticas de moradia aos associados.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados perpassam por levantamento e revisão bibliográfica e pesquisas de campo que contribuiriam para uma maior articulação e diálogo



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

entre os aspectos de ordem teórico-conceitual e aqueles de natureza empírica, configurando-se numa pesquisa participante.

O procedimento de levantamento e revisão bibliográfica foi feito, praticamente, durante todo o tempo da pesquisa, pois, além das leituras iniciais, as questões observadas em campo nos impulsionaram à busca constante de teóricos, os quais foram pavimentando os nossos caminhos de análise. Os momentos iniciais da pesquisa foram decisivos: as orientações regulares, a nossa participação em congressos científicos, em reuniões e grupos de estudos, tais como os promovidos pelo Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (laGENTE-Universidade Federal de Goiás) e pelo departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás permitiram que (re)pensássemos a temática, a metodologia empregada, algumas categorias de análise e os conceitos já previamente formulados à respeito do campo pesquisado, e, ainda, que (re)direcionássemos as nossas leituras.

As primeiras pesquisas de campo consistiram em conhecer a dinâmica cotidiana da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC) e a vivência de seus sujeitos, sem o emprego de questionários. Com o andamento da pesquisa, realizamos entrevistas semi-estruturadas, aplicamos questionários e fizemos visitas aos órgãos públicos que se vinculavam ao tema estudado.

As observações em campo e os depoimentos apanhados foram primordiais para interpretarmos diferentes situações-chave a respeito da constituição da AQUJC, de seu papel social e da atuação de seus sujeitos, o que ocorreu, por exemplo, ao constatarmos a não exclusividade da família Francisco nas mobilizações iniciais dos moradores do Jardim Cascata e na própria formação da Associação Quilombola. Entretanto, por ser a líder da Associação componente da família Francisco, ao debruçarmos sobre o histórico de formação do bairro Jardim Cascata e da própria Associação estudada, nos concentramos a compreender a trajetória desta família, as suas supostas origens e a sua primordial atuação para a constituição da AQUJC. Quanto às ações da família Caldas junto a Associação, ficam elas “em aberto” para as próximas pesquisas junto à comunidade que poderão apresentar um estudo etnográfico que lhe considere com maiores detalhes.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Resultados

Na análise dos territórios quilombolas urbanos, foi em Raffestin (1993, p. 144) que encontramos o aporte necessário para abarcarmos o espaço do qual os grupos étnicos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. Nas expressões adequadas desse autor, trata-se de “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

Estudos voltados ao espaço urbano permitem uma transitoriedade sobre noções de espaço vivido e de reprodução das relações sociais numa perspectiva em que se possam ser revelados “as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, enfim, vivem e fazem a vida caminhar” (CORRÊA, 2005, p.32). É na cidade que se configuram as relações sociais (CAVALCANTI, 2001), que se fragmenta a sociedade por meio de aspectos sociais, culturais, raciais e de gênero, portanto, a nossa pesquisa não pode se ausentar do espaço urbano para enfocar contradições, espacialidades vividas diferenciadas por quilombolas que se apropriam do território.

A partir do momento em que indivíduos, mesmo que inconscientemente, (re)pensam a lógica do ordenamento urbano, tem-se o desenvolvimento de condutas comunitárias da periferia em busca de melhorias sociais. Frente a isso, buscamos uma relação com as Ciências Sociais, nas quais há a abordagem do papel histórico das “massas marginais” na América Latina (CARDOSO, 2008, p. 314).

Assim, a luta dos grupos étnicos pelo reconhecimento perante o Estado brasileiro abre novas possibilidades de debates sobre a realidade social, evidenciando o confronto existente entre identidades étnicas geradas em torno de disputas territoriais. Essa situação questiona os limites espaciais tradicionalmente traçados pelas leis nacionais, como aqueles que definem a cidade ou os espaços no interior da própria cidade e direcionam as discussões teóricas na busca de um aprofundamento do debate sobre a produção física e simbólica do espaço, pois o espaço é também objeto de disputa.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O bairro Jardim Cascata, localizado na região metropolitana de Goiânia-Goiás, na cidade de Aparecida de Goiânia-Goiás, se constituiu o nosso campo de análise, em nível de mestrado (TECCER/UEG) ao longo dos anos de 2014 e 2015. Tal localidade, enquanto espaço gradualmente ocupado, se formou dentro de um processo de “pressão pela moradia”.

É importante ressaltar que a cidade brasileira é um lugar de conflitos, mas é também um *locus* de luta, lugar da constituição de movimentos organizados que querem transformar a sociedade, um lugar da construção da cidadania, esta conquistada a partir de experiências concretas de solidariedade e de elaboração de projetos alternativos. É na cidade que as populações mais empobrecidas criam entidades representativas, dentre elas, as associações de moradores. Sob o amparo de tais entidades, articulam suas lutas, estruturam suas práticas e pressionam o poder público no sentido desenvolver políticas públicas que garantam melhores condições de vida para os moradores urbanos.

As primeiras atas de reuniões da comunidade Jardim Cascata a que tivemos acesso nos possibilitou o entendimento acerca de sua dinâmica em prol de melhorias estruturais para o bairro, naquela ocasião, ainda em processo de formação. De acordo com os depoimentos colhidos, a área onde hoje se constitui o bairro se configurava, no segundo quinquênio da década 1980, com as primeiras ocupações, como “área de invasão”. Por conta disso, os problemas giravam, principalmente, em torno da posse de lotes. Frente a esses problemas, a população se mobiliza para a constituição de uma comissão provisória com vistas a compor uma representatividade oficial daqueles moradores junto a órgãos públicos e para as próprias decisões internas. Interessante notar que em diferentes Estados brasileiros, nessa mesma década, houve um aglutinamento das massas populares em torno dos grandes temas das cidades, com a elaboração de propostas de emenda popular em torno da reforma urbana, pressionando fortemente os legisladores.

Verificamos que, assim como ocorrem nos primórdios de diferentes comunidades de moradores da periferia urbana, a mobilização de uma população se dá pela atuação de certas pessoas que antevêm a sua liderança. Poderíamos falar em pessoas dotadas de um “espírito de liderança”, conforme as circunstâncias lhes exigem. O mesmo se pode falar das pessoas que estiveram à frente da formação da, então, Associação de Moradores do Jardim



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Cascata (AMJC). Esta, mediante a mobilização da população local junto às prefeituras de Aparecida de Goiânia e da capital, conquista benefícios básicos (e de direito) da vida urbana, tais como, a linha de ônibus, regularização da área ocupada pelos primeiros moradores do bairro, organização de 500 lotes numa área de 46 hectares; doação de lotes para famílias necessitadas, instalação de rede de energia elétrica e escrituração dos lotes.

Dentro da percepção de movimentos sociais urbanos, as comunidades quilombolas também têm se organizado em Associações Comunitárias para a conquista de direitos sociais e, de certa forma, de “empoderamento”, este aqui entendido como o fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Os movimentos sociais quilombolas existentes em meio urbano se configuram como grupos que, em meio a um contexto urbano multicultural, fragmentado e em eterna dinâmica, demarcam sua identidade mobilizando critérios étnicos.

Quando tratamos a respeito das (re)construções identitárias, podemos apreender que a auto-atribuição de um grupo como “remanescente de quilombo”, longe de ser a busca da preservação de um passado, é o reconhecimento das condições presentes de conquista política desses grupos. A autora Ilka Boaventura Leite (2010, p. 20), reforça que:

O conceito da identidade social a que me refiro, dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se auto-reconhecem a partir de noções de pertencas construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos embora decorrentes de dinâmicas e forças sociais em movimento. O direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então com reduzido grau de mobilização, mas esta era a situação de todos os demais, após duas décadas de regime militar. O que não quer dizer falsificados, ou ancorados em premissas infundadas. Se assim fosse estaríamos desconsiderando todos os fundamentos que instituem o social, e os próprios Estados-Nação não teriam qualquer base de sustentação como organizações humanas criadas com autênticos propósitos políticos e sociais.

Compreendemos, então, que a ideia de “busca pela origem”, o que pode ser verificado no estatuto social da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC), como quesito para a sua formalização, de início, traz uma busca do “ser negro” no Brasil, do “ser quilombola”, sendo que, inevitavelmente, encontrará complexos processos históricos e práticas segregacionistas. Veja-se, nesse sentido, a definição weberiana de grupo étnico enquanto aqueles que compartilham uma crença subjetiva em origens presumidamente



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

comuns, costumes que a distinguem e destinos comuns (WEBER, 1994). É o próprio Max Weber que identifica que as relações políticas são, muitas vezes, propulsoras do que denomina “comunhão étnica”. Em muitos casos, cita o autor, tal propulsão advém de diferenças étnicas preexistentes que ganham força diante de certas circunstâncias políticas.

É nesse campo de discussão que se situa a comunidade pesquisada. Na realidade, podemos afirmar que a chegada da família Francisco (família da líder comunitária), trouxe novas dimensões identitárias ao Jardim Cascata haja vista que a sua autoatribuição de quilombolas trouxe a possibilidade do reconhecimento oficial daquela comunidade pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 12 de fevereiro de 2007. Para a comunidade, a escolha de “ser” ou de “tornar-se” quilombola, além de demonstrar a lógica que permeia as ações reivindicativas dos integrantes de uma associação quilombola, permite uma maneira de pensar seu território como algo constituído por sujeitos que possuem trajetórias “semelhantes”, que não seja somente a ancestralidade africana. As identidades dos quilombolas do Jardim Cascata se aproximam em certos pontos, principalmente naquele que se dizem sujeitos de direito.

Antes, porém, de sua certificação pela FCP, e com a necessidade de “desenvolver programas e projetos voltados à raça negra e afrodescendentes” (constante na Ata de Fundação da AQUJC), e, talvez, como estratégia para que houvesse o reconhecimento pela FCP, o grupo decidiu pela criação da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC) oficializada em 21 de maio de 2006, com vistas a “solucionar e/ou amenizar os problemas socioeconômicos e as desigualdades” (constante na Ata de Fundação da AQUJC).

A AQUJC tem, em certa medida, adquirido visibilidade frente à atual gestão municipal e, inclusive, à nacional: por intermédio da articulação política, efetivada, principalmente por parte da liderança do grupo, setenta e três famílias de associados receberam, em fins do ano de 2015, casas advindas de políticas de habitação para famílias quilombolas pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) da Caixa Econômica Federal (CAIXA). Essas casas foram edificadas em território específico no Jardim Del Fiori (bairro vizinho ao Jardim Cascata).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Mediante a junção dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos 73 representantes das famílias que residirão nas 73 casas quilombolas e, também, por intermédio da análise das 90 fichas cadastrais da AQUJC, alcançamos a visão completa do perfil social dos filiados, sendo que, dessa forma, trataremos de 163 sujeitos. Esses dados apontam que a grande maioria reside no Jardim Cascata e bairros vizinhos, formando um “território abstrato”, ultrapassando os limites da sede da AQUJC e do bairro em que ela se situa; indicam que a grande maioria da população vinculada à AQUJC possui um nível financeiro dificultoso, com rendimentos mensais que não ultrapassam a um salário mínimo; quanto ao aspecto Cor e Raça/Etnia, a esmagadora maioria da AQUJC é negra (categorias preta e parda). Tal fato decorre de que na “região” do Jardim Cascata há a presença marcante (enquanto observação da “marca”/cor da pele) da população negra, e reflete a realidade do município de Aparecida de Goiânia que, conforme já dissemos, possui o maior quantitativo da população negra dentre as cidades do interior do Estado de Goiás.

Quanto ao aspecto religioso ficamos somente com os dados colhidos pelo questionário aplicado aos 73 representantes familiares das casas quilombolas, haja vista que nas outras 90 fichas analisadas inexistiu o campo que trata de tal aspecto: assim, dos 73 representantes das habitações quilombolas, 56,6% se declaram protestantes, 39,62% católicos e, ainda, 1,8% se declara espírita.

Poderíamos sintetizar que os quilombolas do Jardim Cascata são provenientes do Estado de Goiás (55,74%) e de outros Estados brasileiros (44,26%), com destaque aos Estados das regiões Nordeste (19,27%) e Norte (16,17%); residem, atualmente, na “região” do Jardim Cascata (83,35%); a grande maioria reside, hoje, em casas de aluguel ou cedidas (87,12%), possui renda familiar de até 1 salário mínimo (79,35%) e, se reconhece pertencente à categoria cor e raça/etnia preta (77,9%). Parte da AQUJC descende dos primeiros habitantes do Jardim Cascata, parte chegou após a consolidação do bairro e, outra parte, é residente em outros bairros (a maioria próxima ao Jardim Cascata). A fundação da AQUJC se deu pela necessidade da matriarca em resolver problemas relacionados à vida urbana, principalmente aqueles vinculados à questão da moradia, tal como foi o motivo de filiação da grande maioria de seus associados.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações finais

Acreditamos que desvendar a atuação de organizações sociais que lutam por direitos básicos de vida é (re)conhecer a importância da coletividade e, no caso das associações quilombolas, é, também, estabelecer relações com o passado histórico brasileiro em que o negro, forçosamente, assume posições subalternas, inicialmente como escravizado e, mesmo após a abolição da escravatura, marginalizado diante de uma sociedade segregacionista, característica que prevalece até o presente. A representatividade do espaço urbano no que diz respeito ao “pertencimento étnico-racial ao solo urbano” pode ser muito bem percebida ao se verificar que determinados espaços são marcadamente habitados pela população negra: as periferias urbanas ou, as áreas centrais, com menor valor territorial. Essa situação de subalternidade do povo negro que ainda se mantém não pode entendida sem que o fator “étnico-racial” seja levado em conta: não é por um mero acaso que a presença negra é protuberante em áreas habitacionais menos valorizadas e esquecidas pelas políticas públicas de infraestrutura urbana; que as favelas cariocas se constituem espaços de negros (CAMPOS, 2012); que a população negra se concentra nas periferias de Goiânia (FERREIRA, 2014); que a região do Jardim Cascata, área periférica de Aparecida de Goiânia, é composta, em grande maioria, pela população negra; e, também, não é por um mero acaso que a área escolhida por atores hegemônicos para a construção das 73 unidades habitacionais para os quilombolas do Jardim Cascata esteja localizada ainda mais às margens do espaço urbano de Aparecida de Goiânia, nos limites da cidade, inscritos no “desprezo periférico”. A realidade segregacionista presente resulta das “atrocidades sociais”, nas suas mais diversas formas de manifestação, cometidas contra a população negra do passado, estendendo-se, por meio de diferentes vestiduras, ao presente.

Julgamos que, o mais importante que evidenciar se os sujeitos estudados se assumem efetivamente quilombolas ou não, é admitir a necessidade do “reparo” social direcionado à população negra brasileira. Os órgãos governamentais devem garantir sim que políticas públicas quilombolas sejam implementadas; a Fundação Cultural Palmares deve



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

trabalhar sim a fim de que mais comunidades quilombolas sejam reconhecidas; os movimentos quilombolas devem se afirmar sim com vistas a conquistarem seus direitos, estes garantidos pela Constituição Federal.

A Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata nos concebe a ideia de que a atuação de um coletivo da periferia urbana ansioso por mudanças sociais e estruturais possibilita o empoderamento de uma entidade, a transição de uma condição de invisibilidade ao patamar de percepção e de aprovação, e a garantia de que quando a coletividade atua transformações positivas acontecem.

Referências

ARRAIS, Tadeus Arrais. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004. 166p.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo (Org.) **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 313-350. <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 10 fev. 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: _____. (org.). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia, Alternativa, 2001, 218 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 15-48.

CUNHA, José Marcos da. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. **Cadernos de Demografia**. Brasília, n.4, out. 1997. <<http://www.codeplan.df.gov.br>> Acesso em: 12 fev. 2016.

FERREIRA, Danilo Cardoso. **Diferenciação e segregação racial em Goiânia**: representação cartográfica dos dados de cor ou raça e renda. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais - Universidade Estadual de Goiás – UFG, Goiânia-GO, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) [et al]. **Cadernos de debates - nova**



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

cartografia social: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010, p. 17-40.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. A nova dinâmica demográfica recente da região Centro-Oeste. **Cadernos de Demografia**. Brasília, n.4, out. 1997. <<http://www.codeplan.df.gov.br>> Acesso em: 12 fev. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 214p. [1.ed. francesa:1980].

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Barbosa R, Karen Elsabe, 3 ed. v.1. Brasília: editora UNB, 1994, 340p.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Cultura: discursos de verdade, argumentos de poder

Isabela Barbosa Freire¹

Introdução

No meu trabalho de final curso ² foi proposto inferir como o poder, através dos discursos de verdade, vinculou ao longo das diferentes conjunturas políticas, históricas e sociais, conceitos/referenciais para a cultura nacional, entendidos como legítimos e valorados pelo Estado, o qual foi utilizado para a condução das políticas públicas culturais. Entende-se que o poder atribuiu um conceito para a cultura em cada contexto, e que através dos discursos de verdade vários saberes ficaram marginalizados, excluídos ou locais nas políticas culturais vinculadas às conjunturas políticas colocadas sob investigação.

O projeto analisou os referenciais de cultura dentro dos diferentes momentos políticos à nível nacional e foram tecidas relações da influência dessas com o Município de Goiânia. Tais relações do nível federal com o municipal não foram concluídas, sendo uma proposta do projeto; o que pretendo apresentar nesse artigo seria apenas aquilo que foi concluído durante o TCC, as propostas (que ficaram em aberto) não serão analisadas.

Não se tratou, no projeto, de averiguar a exata existência de cada modelo institucional oferecido à cultura. Usar a origem, a história oficialmente construída pelas instituições, seria construir uma verdade do saber. Outrossim, o projeto se preocupou em analisar como “a cultura” foi sendo construída enquanto um discurso de verdade, de como cultura e o poder operavam em constantes acordos. Para tal empreendimento tornou-se necessário conhecer a história em seus vários níveis de integração, de comunicação, de negociação – a história do sentido atribuído à cultura, em cada conjectura política, histórica e social. Fazer uma análise genealógica não seria lançar-se na difícil tarefa de delimitar o começo das instituições, dos poderes, da verdade; é, contudo, averiguar como esse começo se deu, avaliar os acasos e as relações de poder travadas nesta reconstituição. (FOCAULT, 1979)

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás e mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS-UFG.

² Parte do TCC apresentado em 2013 para obtenção do título de Graduação em Ciências Sociais, sob a orientação de Gabriel Osmar Alvaréz.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Foram analisados os discursos de cultura nacionais, por meio das ideologias presentes nas políticas públicas culturais, subdividindo-as em cinco conjunturas políticas: 1) Comecei a análise demarcando o final da Primeira República, onde em 1937 seria oficialmente intitulado de Estado Novo, contexto em que Getúlio Vargas foi o Presidente do Brasil durante aproximadamente quinze anos; nessa conjuntura as políticas públicas para a cultura adquiriram caráter e projetos nacionais/hegemônicos; também foi analisado a construção ideológica e material no Município de Goiânia, assim como pelo Batismo Cultural, evento no qual a nova capital do Estado de Goiás foi mostrada/discursada para o Brasil. 2) Contexto político da crescente entrada dos meios de comunicação de massa no Brasil, onde o referencial de cultura legitimado pelo Estado conotou-se de valores mercadológicos, tendo como referência a cultura estadunidense. 3) Ideologia conferida à cultura nacional, por meio das políticas culturais, no contexto da Ditadura Militar; 4) período considerado com a “redemocratização do Brasil”, onde a cultura foi marcada por ideologias neoliberais; e por fim, 5) analisei o referencial de cultura presente dentro da conjuntura política inserida nos dois Governos de Inácio Lula da Silva, onde a cultura vinculou-se à valores mais antropológicos, colaborando para uma descentralização das políticas culturais.

Objetivos

Análise crítica de como o conceito de cultura foi compreendido e articulado pelo Estado - a partir dos discursos de verdade - o qual direcionou o referencial cultural tido como legítimo, dentro de diferentes fases políticas e históricas nacionais, a partir de uma construção genealógica (Foucault, 1979) das políticas culturais nacionais.

Metodologias

A genealogia (FOUCAULT, 1979) permitiu analisar a o conceito de cultura tido como legítimo pelo Estado; um discurso que em cada contexto atribuiu um referencial hegemônico para a cultura, que pretendeu construir as identidades de paródias em paródias, no sentido



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

de atribuírem à nação uma identidade homogênea. Contudo, a identidade seria construída não por uma unidade, senão por várias realidades, dentro de vários tempos, dos vários saberes locais ou marginalizados. A identidade não seria como se pretendia, construída em uma unidade, seria um viés de descontinuidade, da agregação de vários em um indivíduo ou em um território, de várias histórias e temporalidades difusas. Tais discursos hegemônicos pretendiam dissociar a identidade, reuni-la, agrupá-la; porém, compreende-se, nesse texto, a identidade como caracterizada por elementos múltiplos, diversificados e heterogêneos, onde não se tornaria possível uma síntese.

Os conceitos e terminologias interpretadas e analisadas por Foucault (1979), à luz de Nietzsche, foram adotados como um procedimento metodológico – *Entstehung* ou *Herkunft*. *Herkunft* se insere no estudo da *proveniência*, e permite reencontrar como os acontecimentos proliferaram-se e vieram a tornar-se um conceito. Este tipo de abordagem não estaria preocupada com o que se acumulou, com o que se tornou legítimo; poderia ser exatamente o contrário, ela demarcaria as irregularidades, as oscilações, mostrando os contrastes e as dispersões que lhe são próprios. A *proveniência* mostraria as heterogeneidades naquilo que se considerava homogêneo. O *Entstehung* é o estudo da *emergência*; estudo do princípio de um surgimento. A emergência seria permeada por lutas simbólicas em busca do poder, um lugar de combate e de enfrentamento; não aconteceria em um lugar específico, mas no intervalo. Assim que se daria a dominação em cada momento histórico, através de um ritual – atribuindo valores, lembranças e marcas. A emergência seria responsável pela continuidade do poder, para que este não cesse, mas se regenere. As diferentes *emergências* ao longo da história não possuíram o mesmo sentido; mas atuaram na reprodução, operaram para fornecer as realocações do poder.

A proposta para a análise desses períodos seria a pesquisa documental, a qual não realizada. De acordo com Flick *apud* Scott (2009, p. 233), existem quatro critérios para se utilizar ou não algum documento, são eles: a autenticidade (compara-se documentos para que se verifique as diferentes versões de um mesmo episódio, e analisa-se possíveis inconsistências internas); a credibilidade (nesse caso verifica-se a confiabilidade da fonte produtora da informação), a representatividade (referente a tipicidade do documento); e a



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

significação (analisar o significado por parte de quem o escreveu, para quem o leu ou irá lê-lo e o significado social para quem é o objeto daquele documento). Segundo o autor, os documentos não constituem um esboço exato da realidade social, mas se instituem enquanto uma forma de representação, sendo assim, o projeto teria o cuidado de analisar as características e as circunstâncias em que tais documentos foram produzidos. Nesse sentido, o projeto propôs coletar documentos que consigam orientar e esclarecer as conjecturas políticas e culturais em poder em cada época.

O conceito de “cultura” (como discurso de verdade) foi o critério utilizado para a avaliação das políticas públicas culturais nacionais, em cada conjuntura política e histórica. Esse conceito serviria pra construir: *“um conjunto significativo, um sistema de representações que permite delimitar os sentidos das políticas, esses simultaneamente individuais e coletivos”* (BARBOSA DA SILVA E MIDDLEJ, 2011, P.15). A nível do discurso permitiria identificar diversas séries que serão agrupadas para caracterizar as diferentes posições/significados (FOCAULT, 1970). Os referenciais conseguiriam explicitar os valores e normas que orientam as políticas e que serviriam para legitimá-las; as explicações e as estratégias; e de como estas estratégias se institucionalizam, exercendo poder. O referencial, em políticas públicas é definido como um conjunto de significados, onde os indivíduos reconfiguram os elementos normativos para que haja produção de sentidos. O referencial – configuração de sentidos – influenciam as etapas das políticas culturais, também são influenciados pelo tempo histórico e pela posição hierárquica ocupada pelos indivíduos no campo sócio-político. Eles oferecem o contexto para que se possa averiguar as orientações valorativas nas quais as instituições se embasam.

Considerações Finais

Os discursos de poder, ao adotarem um conceito de cultura tido como legítimo pelo Estado direcionaram as políticas culturais de acordo com esses significados; esse processo permitiu com que os saberes locais, que não se encontravam em similaridade com os hegemônicos por parte do Estado, ficassem marginalizados, excluídos e desvalorizados pelas



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

políticas culturais, repercutindo na centralização das ações/políticas culturais. Foi analisado, com maior profundidade no texto original, as cinco etapas das políticas públicas culturais no Brasil. Essa análise foi subdividida em:

1) *“Cultura nacional: ideologias da Marcha para o Oeste”*: A partir do “Movimento Revolucionário”, em 1930, o conceito de nação vinculou-se à uma ideologia com caráter nacionalizante. Nesse período investigou-se as ideologias impressas no conceito e nos usos através das políticas culturais durante o período do Estado Novo (1937-1945). Nesse, a cultura seria o principal meio de divulgação da doutrina ideológica, a qual tinha como objetivo integrar o Brasil, centralizá-lo, onde o discurso de uma “cultura” brasileira unida se fazia constantemente presente. Os discursos nacionalistas presentes na Europa Ocidental se aproximaram das varguistas, conferindo ideologias para um novo Brasil nacionalista e autoritário. Nesse contexto, a modernização encontrava valor em si mesma. As políticas culturais visavam a construção da brasilidade, a harmonia entre as classes sociais e a valorização das características da população, entendidas como mestiça. As políticas culturais, tal como conhecemos hoje, começam com o regime político de Getúlio Vargas, onde há uma maior preocupação com a institucionalização. Os discursos de poder, dessa época, visavam construir uma nação moderna e poderosa. A Marcha para o Oeste foi um amplo projeto ideológico como forma de integração do interior (sertão) brasileiro ao litoral. Essa Marcha também significava colonizar culturalmente o interior do país. Dentro desta perspectiva era necessário integrar as várias regiões do interior no país; assim como a moral, a política e os valores culturais. Através dos meios de comunicação dessa época – jornais, livros, rádios e pela própria educação – a divulgação dos seus projetos e ideologias foram aceitas por grande parte da população brasileira. (CABRALE, 2005; ORTIZ, 1994; PEREIRA, 2002; RUBIM, 2007)

1.2) *“A construção ideológica e material do Município de Goiânia, a capital do Estado de Goiás”*: A ideologia Varguista contribuiu e dialogou com a construção de uma nova sede para o poder - mudança da capital do Estado de Goiás. O pós-1930 em Goiás foi marcado por discursos de modernização do Estado, de integrá-lo nacionalmente. O pertencimento de Goiás à nação tinha como prerrogativa ideológica/estratégia a construção de uma nova



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

capital para o Estado. A construção de uma nova capital significou, outrossim, uma alternância discursiva e ideológica. O cenário goiano, neste período, fora marcado por intensos conflitos políticos: os que apoiavam a construção da nova capital, aliados aos ideais de Pedro Ludovico, viam na construção de Goiânia um progresso para o Estado e uma estratégia para diminuir o poder dos Caiados – Oligarquia que mais tempo ficou à frente do poder na Primeira República em Goiás; Goiânia era discursada e referenciada com símbolo da modernidade, em oposição ao passado de Goiás, representado nesses discursos como decadente, atrasado e/ou sertanejo. A construção de Goiânia foi entendida como uma materialização das imagens e dos ideais contidos na Marcha para o Oeste. A construção da cidade em um espaço vazio, de forma rápida e técnica, dentro dos limites financeiros de um Estado modesto economicamente frente ao Brasil, foi considerado, pela população brasileira, quase que uma mágica do poder da civilização rumo ao progresso. O poder privilegiaria essa dimensão mítica da construção da cidade, frente a outros processos que ocorriam em conjunto com a construção: a situação de extrema pobreza dos operários; as grandes dificuldades de se viabilizar as obras; os problemas com o abastecimento de energia, etc. A inauguração oficial do Município de Goiânia para o Brasil, através do Batismo Cultural, encontra-se presente no discurso dos oradores da cidade, contendo as dimensões ideológicas e os discursos de verdade. Existem vários outros importantes aspectos na construção ideológica da cidade Goiânia, como a arquitetura do *Art Decó*; a intelectualidade goianiense da época, os jornais e livros que vinculavam a ideologia do Estado; as construções arquitetônicas da capital, etc. Dessa forma, construiu-se uma identidade goianiense legítima e prestigiada pelo Estado, frente às outras que ficaram marginalizadas durante este processo (FOCAULT, 1979; PEREIRA, 2002; VIDAL E SOUZA, 2002; COELHO, 2002) (ORTIZ, 1994; PEREIRA, 2002; VIDAL E SOUZA, 2002)

2) *“Os meios de comunicação de massa, emergência da indústria cultural no Brasil”*: De acordo com Ortiz (1994), a entrada dos meios de comunicação de massa no Brasil atinge maior amplitude no pós Segunda Guerra Mundial, período em que o Brasil fez acordos econômicos e políticos com os Estados Unidos. Foi uma oportunidade para os Estados Unidos expandirem seu mercado consumidor dos produtos e bens de consumos advindos da



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

indústria cultural; o processo de crescente modernização, industrialização e urbanização que o Brasil viveu na década de 40, tornou possível a abertura desse mercado para uma “sociedade de massa”. Nesse período, que não podemos demarcar em termos absolutos seu início, já que a entrada dos meios de comunicação de massa se deu de forma progressiva na sociedade brasileira, e de forma diferenciada entre os Estados da nação. Assim como também não podemos falar do seu término, já que esse processo de introdução dos bens de consumo de massa, socialmente, encontra-se em constante processo de crescimento e de diversificação dos seus produtos. A cultura de massa no Brasil, neste período, foi marcada pela ideologia do Governo de Juscelino de industrialização do país e desenvolvimento econômico. Os parâmetros culturais norte-americanos eram almejados dentre grande parte da população brasileira, assim como os bens de consumo advindos dessa indústria cultural, colaborando para a introdução de novos hábitos culturais no Brasil (ORTIZ, 1994). Segundo Cabrale (2005), neste período, a nível federal, houveram poucas iniciativas do poder público em políticas culturais, ficando caracterizado pelos expressivos incentivos e investimentos do setor privado. Foi um momento de investimento e capacitação, por parte do Estado, assim como pelas indústrias culturais estadunidenses, de desenvolver capacidades tecnológicas para a crescente sociedade de massa no Brasil.

3) *“Cultura nacional hegemônica: o período de Ditadura Militar”*: O contexto da Ditadura Militar, que conforme a história oficial inicia-se em 1964 e terminou em 1985, foi o próximo período de averiguação das ideologias hegemônicas e dos discursos de poder que se inserem na esfera cultural. A divulgação da ideologia hegemônica através da mídia – que, nesse contexto, operavam com maior representatividade, colaboraram para a divulgação dos discursos de verdade desse período. O Estado Militar reorganizou a economia brasileira, foi um processo de internacionalização do capital, onde o Brasil se consolidou, segundo Ortiz (1994), no *“capitalismo tardio”*. Neste período a economia viveu um momento de crescimento e desenvolvimento industrial, fortalecendo, assim, a indústria cultural e os bens culturais advindos desta. Entretanto, o Estado atuava reprimindo, censurando ou proibindo certos produtos e/ou ideologias que vinculam uma dimensão simbólica em desacordo com as ideologias do Estado Militar. Durante esse período, a censura foi usada como uma forma



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

de disciplinar a sociedade brasileira; ela não vetava qualquer produto ou manifestação cultural, a censura e a repressão atingiam os meios que não vinculavam os valores do Estado (ORTIZ, 1994). A ideologia vinculada à Ditadura Militar pode ser compreendida analisando o programa da Segurança Nacional – concepção estatal de que este possui o monopólio da coerção, utilizando da força e da tortura no intuito de impor a toda sociedade brasileira normas de conduta tidas como corretas. Uma sociedade nacionalmente integrada foi uma ideologia na qual o “centro” buscava integrar todas as outras partes diversificadas. Segundo esse pensamento, seria necessário que a sociedade tivesse coesão social; assim, as metas passaram a ser objetivos nacionais e não apenas planos de governo. Os discursos de verdade, dentro deste contexto, foram marcados por autoritarismo e repreensão, onde o Estado passou a ter o poder de punir todos aqueles que não agissem de acordo com as normas impostas. (ABREU E BARBOSA DA SILVA, 2011; BARBOSA DA SILVA E MIDLEJ, 2011; CABRALE, 2005; RUBIM, 2007; ORTIZ, 1994)

4) *“Cultura com o mercado: redemocratização e privatizações”*: O período no qual sucedeu o Golpe - onde houve a primeira eleição direta para Presidente da República - com o presidente eleito democraticamente José Sarney, passando pelo curto mandato de Collor Melo, a presidência de Itamar Franco e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foi o contexto no qual se mudou a forma do Estado atuar nas políticas públicas culturais. Seria um processo de o processo de “terceirização” das políticas culturais, onde os recursos orçamentários diretos para a área foram continuamente diminuídos. Durante este período de redemocratização, o Brasil não passava por uma boa fase econômica e uma das medidas de governo para recuperar os *déficits* orçamentários foi cortar vários investimentos e incentivos em políticas públicas. O Estado, nesse período, se inseriu dentro de uma tendência política mundial – o neoliberalismo político, diminuindo investimentos em setores sociais, principalmente no setor cultural. A partir da década de 90, várias leis de incentivo à cultura foram estabelecidas, se tornando o enfoque das políticas públicas culturais. A sociedade civil seria a responsável em captar incentivos culturais, esse processo marginalizou várias expressões culturais que não eram tidas como lucrativas pelas empresas. Esses se tornaram, mais uma vez, porém sob outra lógica ideológica, marginalizados e



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

excluídos. A ideologia e os discursos-verdade nesse período de redemocratização, dentro das políticas culturais e das suas instituições, foram vinculadas por um pensamento de pouca intervenção do Estado. (BARBOSA DA SILVA E MIDDLEJ, 2011; RUBIM, 2008)

5) *“Cultura como diversidade: as políticas culturais sob uma visão descentralizada”*: Outro período que podemos analisar em relação às políticas culturais no Brasil se configura a partir de 2002, sob a presidência de Lula. O paradigma desse contexto em relação às políticas públicas foi discursado enquanto um período de compreensão das identidades e da diversidade cultural. A diversidade passou a ser compreendida pela pluralidade de identidades e diferenças, no sentido de estender a compreensão de cultura (ABREU E BARBOSA DA SILVA, 2011). Gilberto Gil, assim como os gestores culturais deste período, estavam preocupados em utilizar um conceito de cultura abrangente para ser adotado pelo MinC (Ministério da Cultura); assim, o Estado assumiria um papel mais proativo nas políticas culturais. As mudanças em relação às políticas culturais, nesse período, trouxeram consigo reflexões na sociedade civil e no conceito – referencial - de cultura, encontrando-se em acontecimento (período em que escrevi o projeto). A leitura da cultura no plural, entendida com um conceito mais amplo e subjetivo – expressão simbólica, cidadania e economia – colaborou para maior descentralização das ações do Estado. Contudo, atualmente, os recursos oriundos para os projetos de incentivos do Estado não pode contar com orçamentos significativos (BARBOSA E MIDDLEJ, 2011; RUBIM 2008).

Resultados

A análise usando a abordagem da genealogia (FOCAULT, 1979) colaborou para que o projeto compreendesse como os conceitos de cultura – referenciais - foram construídos enquanto uma ideologia, com caráter valorativo, a partir dos discursos de verdade. Esses discursos permearam as políticas públicas culturais, e conduziram suas ações dentro do que, em cada conjuntura política, histórica e social, foi considerado como o referencial legítimo e adotado dentro das ações e interferências do Estado. As atribuições de um saber e de um discurso verdadeiro para a cultura construiriam, ao longo dos anos, uma forma de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

identificação e pertencimento, em vários níveis – internacional, federal, regional e municipal.

Não se trata de inferir aqui, um valor ideativo ou ideológico, escolhendo alguma abordagem dentro das políticas culturais como a mais legítima. O importante nesta análise genealógica seria a de construir uma crítica de como o poder influenciaria e conduziria a cultura, em todos os seus âmbitos, na história nacional, em busca de compreender como este poder se operacionalizou, onde ele encontrou aportes. O poder tem a capacidade de construir saberes legítimos e demarcar, assim, aqueles que seriam considerados como subversivos, excluídos e não oficiais.

Referências

ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda; BARBOSA DA SILVA, Frederico A. A novidade no antigo ou as muitas formas de representar o papel do Estado na cultura. In: ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda; BARBOSA DA SILVA, Frederico A. (Org.). **As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: IPEA, 2011, p. 17-47.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964**. 2001. 137f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás.

ÁLVAREZ, Gabriel. Indústrias Culturais no Mercossul. In: ÁLVAREZ, Gabriel (Org.). et al. **Políticas Culturais, mercado e espaço público regional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, p. 343 – 373.

BARBOSA DA SILVA, Frederico. A., **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: MinC, 2007, v.3. (*Coleção cadernos de políticas culturais*).

BARBOSA DA SILVA, Frederico. A.; MIDDLEJ, Suylan. **Políticas Públicas: a voz dos gestores**. Brasília. Ipea, 2011.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A.; CABRALE, Lia. **Pontos de Cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2011

BATISTA, Adriana Ferreira. **AGEPEL: Políticas Públicas de Cultura no Estado de Goiás – um intelectual no poder (1999-2006)**. 2010. 184f. Tese (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

BORGES, Barsanufio Gomides. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In: SERPA, Élio Cantalício et al. (Org). **Escritas da História: intelectuais e poder**. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p.223-248.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. **Revista UFG**. Goiânia, GO, 2009.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: Perspectiva, v. 15, n. 2, 2001.

CABRALE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: CABRALE, Lia Cabrale et al (Org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CASSIANO, Ricardo. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970.

COELHO, Gustavo Neiva. O Art Déco e a política modernizadora na Fundação de Goiânia. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et AL (Org.) **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

COORDENAÇÃO DE CULTURA. **Cultura Viva: as práticas dos pontos e pontões**. Brasília: Ipea, 2011.

DONDERS, Yvonne. Cinderela encontra seu príncipe: a especialista independente no campo dos direitos culturais. **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011, p.73-88.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. **Memória Cultural: ensaios da história de um povo**. Goiânia: 1985. 386 p.

LAAKSONEN, Annamari. O direito de ter acesso à cultura e dela participar como características fundamentais dos direitos culturais. **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011, p. 49-60.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Cegraf da UFG, 1990.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

MEYER-BISCH, Patrice. A centralidade dos direitos culturais, pontos de contato entre diversidade e direitos humanos. **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011, p. 27-42.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**: a cultura brasileira e a indústria de massa. São Paulo: Editora Brasiliense, 5. ed., 1994.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Eliane M. C. Mando. Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil. Goiânia: cidade pensada. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.) **Goiânia**: Editora da UFG, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula Gil: desafios e enfrentamentos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 31, n. 1, p. 183-203, 2008.

_____. Políticas Culturais no Brasil. In: CANELAS, Antônio Rubim e BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

_____. A cidade como o espaço privilegiado para os direitos culturais. **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

TEIXEIRA, Maria Dulce Loyola. **Mauro Borges e a crise político militar de 1961 em Goiás**: movimento da legalidade. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

TEIXARA, Coelho. **O que é indústria cultural**. Coleção primeiros passos. 35. ed. Ed. Digital Sourche, 1993.

VIDAL E SOUZA, Candice. Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de Marcha para o Oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al (Org.). **Goiânia**: cidade pensada. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

UWE, Flick. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Quem sabe o quê?¹

Jordana Cristina Alves Barbosa²

Introdução

Em 2011 tive meu primeiro contato com o Quilombo Kalunga. Lá conheci Lúcio Pereira Damasceno, hoje com 84 anos. Nele reconheci um exímio contador de histórias, um típico narrador que prede a atenção do ouvinte pelos seus gestos, olhares, tom de voz. Ele em menos de cinco minutos já conquista quem se aproxima e se o sentimento é recíproco, ganhou um amigo fiel para toda a vida. Muitas pessoas o chamam de Tio Lúcio, como diz ele “por amor e cortesia”, é uma demonstração de carinho e consideração a ele.

O ancião quilombola foi liderança política quando mais jovem, sua casa era um dos pontos de estadia da primeira antropóloga que esteve no quilombo e também foi base para o cartório montado pelos funcionários IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás) que fez certidões de nascimento, carteiras de identidades, certidões de casamento. Lúcio ainda fez parte de um painel no seminário “Fala, Calunga!” em Goiânia no ano de 1991, o seminário tinha como objetivo discutir a construção de uma hidrelétrica na Foz do Bezerra, dentro do território quilombola e que inundaria 80% deste território.

Minha pesquisa não aborda o território quilombola e as burocracias, dilemas e problemas que estão presentes e envolvem aquele espaço. É uma pesquisa centrada em um ‘personagem’, Lúcio é o fio condutor e aglutinador do estudo. Lúcio através de suas histórias conta segredos, coisas sagradas, coisas dos antigos, burocracias, vendas de terra etc., é ele que desvenda a sua forma o quilombo e as relações que estão ou estiveram lá. E por ser centrada nele, é impossível não passar pela memória, pelo envelhecimento, pelas categorias nativas, pelo tempo e espaço em que Lúcio transita a seu modo.

Além disso, outra discussão não deixa de aparecer, qual conhecimento é válido, porque os conhecimentos sobre a terra, os animais, o tempo e a vida de que Lúcio é portador não é válido como conhecimento científico. Como é possível com tantas

¹ Artigo faz parte da minha pesquisa de mestrado intitulada “Um homem e mil histórias” que está em conclusão no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás.

² Bacharela em Jornalismo, mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS-UFG.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

cosmologias e conhecimentos presentes no mundo apenas o acadêmico-ocidental é considerado ciência e tem valor de verdade? Esse é um dos grandes problemas da minha pesquisa, equiparar os conhecimentos de Lúcio com os conhecimentos científicos. E ainda como esses conhecimentos operam de maneiras totalmente diferente na academia e no quilombo.

Objetivos

Tenho como objetivo de pesquisa: fazer o registro das histórias orais contadas por Tio Lúcio; analisar as histórias e performance na e da narração; tentar des(res)construir preconceitos e conceitos que são necessários para minha dissertação.

O objetivo deste artigo é falar sobre os conhecimentos, as diferenças de valores e onde está o pesquisador nisso.

Procedimentos metodológicos

Primeiro, a orientação epistemológica é o respeito ao outro, mas esse respeito não fica restrito a pessoa, é necessário ultrapassar. Lúcio tem outro tempo, vive em outro espaço, está inserido em outra lógica, uma que não estou acostumada. Essa diferença é percebida facilmente e se não for respeitada, ou melhor, se eu não tentar uma aproximação com os sistemas e percepções de Lúcio, a pesquisa torna-se praticamente impossível.

Ainda Ribeiro (2005), sugere que para um trabalho com o outro é necessário a intromissão. “Não é a de um “go-between”, mas sim de um “get-between”, cuja tarefa não é levar e trazer, mas antes, literalmente, intrometer-se, meter se no meio” (DÖRING, 1995 *apud* RIBEIRO, 2005, p.81.). O espaço da intromissão permite abrir o campo das experiências e abre espaços de saber que permaneceram muito tempo fechados pelas epistemologias excludentes. Esse espaço é para o encontro e apara pôr em evidencia as diferenças.

Quando a gente vai aplicar o questionário careta, daquele em que tudo vem pronto, em que as pessoas têm de responder aquilo, a gente uniformiza diferenças. O sujeito pode ser tímido, desinibido, gago, bem falante, que ele tem de responder daquele jeito (BRANDÃO, 2007, p. 18.).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Pensando nisso, optei por uma pesquisa baseada em conversas e na observação participativa. O meu campo é a casa de Lúcio, ele e sua esposa me recebem em sua casa e enquanto estou lá escutando e registrando as narrações, brincadeiras, cochichos, também estou cozinhando, limpando a casa, ajudando nas tarefas cotidianas em geral. Optei por fazer parte da casa enquanto estou lá não apenas por interesses antropológicos.

Desenvolvi uma relação afetiva com os anciões donos da casa, também são meus amigos. Assim como Crapanzano e Tuhami ou como Griaule e Ogotemmêli, pesquisador e pesquisado eram pesquisados ao mesmo tempo. Eles se influenciavam, davam conselhos, um mudou a vida do outro a partir deste encontro antropológico, do respeito e da relação criada durante e para além de uma pesquisa acadêmica. Não é apenas para cumprir formulários acadêmicos, é um trabalho para homenagear um mestre do conhecimento.

Discussão

Num mundo tão diverso e cheio de possibilidades, é no mínimo etnocêntrico pensar que a linguagem científica e as estruturas acadêmicas são as mais adequadas para explicar o mundo “como se houvesse uma só linguagem possível para um mundo que contém tantos mundos”. (GALEANO, 1990, p. 45.) E vale ressaltar que não é apenas a linguagem, mas há tempos, pensamentos e cosmologias diversos presentes no mundo.

É evidente que existe uma hierarquia acadêmica/científica e escrita em detrimentos de outros conhecimentos, linguagens etc. Apesar do antropólogo Evans-Pritchard declarar que a antropologia é muito mais arte que ciência ainda é necessário seguir e cumprir com as estruturas epistemológicas e metodológicas tradicionais da academia e manter o rigor científico para se ter credibilidade. E por mais que se busque uma fuga da ciência colonial utilizando métodos que se afastam da ortodoxia, ainda fazemos, nós pesquisadoras, o exercício de dividir e categorizar, isso não seria também uma forma de perpetuar a ciência ocidental?

Somos mais uma engrenagem do sistema; formamos parte da ordem e colaboramos em sua reprodução. Como poderia ser de outra maneira? No entanto, mesmo que nosso ofício seja filho do ímpeto que agora se completa com o que foi chamado de “globalização”, é também verdade que a homogeneização planetária que inunda nossas vidas ameaça o perfil com que a disciplina se constituiu, ameaça



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sua própria sobrevivência (...). Eis aqui um aspecto do paradoxo que a antropologia encarna: seus sujeitos prosperam enquanto seus objetos tradicionais se despencam. (BRUMANA, 2008, P. 56).³

Será essa a eterna crise da Antropologia? Acredito que a Antropologia começou a sofrer mudanças com a troca de posições, quem antes era “pesquisado” torna-se pesquisador. Essas pessoas trazem cosmologias, teorias e métodos diferenciados, apropriados aos contextos em que pesquisam. Será essa a revanche dos grupos pesquisados/colonizados?

Fazer pesquisa antropológica implica refletir sobre o papel do antropólogo e o poder que a academia e o Estado exercem sobre os “objetos”, é analisar as interferências que a pesquisa causa no grupo durante sua estadia em campo e as consequências da pesquisa. É preciso refletir as diferenças que compõem os sujeitos, diferenças que envolvem o pensamento, religião, o tempo. Por exemplo, Tio Lúcio tem pressa ou agita-se quando se entedia ou se incomoda, do contrário, é lento, pensa muito antes de falar.

Pietrafesa de Godoy (1999) relata um dos dilemas de sua pesquisa de mestrado - uma de minhas angustias também – e se o trabalho virar um texto e nada mais que isso? Ela encontra alívio em Clifford Geertz:

“diz ele que a interpretação envolvida na descrição etnográfica consiste em tentar salvar o “dito” num discurso social (através da inscrição da ação e do dito, isto é, do conteúdo do falar), da sua possibilidade de extinguir-se e fixa-lo em formas pesquisáveis” (GEERTZ, 1978 *apud* PIATRAFESA de GODOI, 1999, p. 145).

É uma forma de contribuir para o campo científico e talvez trazer outros olhares sobre o debate. Pode ser a possibilidade de criar novas hipóteses, teorias e métodos, porém as chances de reprodução teórica são muito maiores que qualquer possibilidade de inovação. O que acaba não aliviando tanto as angustias que rondam minha pesquisa, mas as inquietações são pelo menos amenizadas com as reflexões sobre o exercício antropológico.

³ Tradução da autora. “Somos un engranaje más del sistema; formamos parte del orden y colaboramos em su reproducción. ¿Cómo podría ser de outra manera? Sin embargo, aunque nuestro oficio sea hijo del ímpetu que ahora se completa con lo que se há dado em llamar “la globalización”, es también verdad que la homogeneización planetária que inunda nuestras vidas amenaza el perfil con el que la disciplina se constituyó, amenaza su propia supervivência (...) He aqui un aspecto de la paradoja que la antropologia encarna: sus sujetos prosperan mientras sus objetos tradicionales se desploman”.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Por exemplo, como respeitar o tempo do outro se nós pesquisadores não temos o tempo a nosso favor? “O que me leva a refletir que talvez o próprio tempo seja um dos maiores patrimônios culturais intangíveis das comunidades indígenas e afro-brasileiras. Um tipo de patrimônio ameaçado justamente pela compreensão do tempo na indústria cultural do capitalismo contemporâneo” (CARVALHO, 2004, p.9.). E a academia anda no tempo da produção excessiva em pouco tempo desconsiderando os tempos em que os grupos estão inseridos.

Outro ponto que deve ser ressaltado é a dialogia na pesquisa. Crapanzano (1991) apontou que é o próprio antropólogo que se apropria da palavra, seja através da representação ou da contextualização e assim ele detém o poder sobre a palavra. “Essa é a tirania da citação. A escrita estendeu drasticamente o alcance da citação e o poder inerente à apropriação da palavra” (CRAPANZANO, 1991, p. 76). Ele ainda acrescenta que as circunstâncias econômicas e políticas não isentam o antropólogo de suas responsabilidades, e mesmo nas pesquisas dialógicas é o pesquisador que tem o poder e controle final sobre a palavra.

As pesquisas dialógicas podem ser uma saída para quem busca uma pesquisa sem as falsas objetividades, as falsas igualdades. Bauman e Briggs (2008) apontam:

Tais pesquisas, verdadeiramente dialógicas, não veem os falantes como tolos que não possuem a habilidade de refletir significativamente sobre suas próprias condutas comunicativas. Ao contrário, essas pesquisas os aceitam como parceiros que têm contribuições substanciais a fazer aos processos de desconstrução das visões ocidentais sobre a linguagem e a vida social, e de explorar uma faixa mais ampla de alternativas (BAUMAN e BRIGGS, 2008, p. 197).

É de extrema ingenuidade ou etnocentrismo crer que os sujeitos da pesquisa não têm teorias, conceitos e métodos próprios. Eles nos pesquisam todo o tempo, tem o poder de nos enganar, contar o que quiser e o que for conveniente, mudar o rumo da investigação, transformar os dados. Eles cobram e não se esquecem das posturas e promessas dos diferentes pesquisadores que apareceram no grupo.

Para Ribeiro (2005) não basta usar a palavra diálogo como mágica solucionadora das questões éticas e políticas da pesquisa. Nos contextos pós-coloniais é comum a oferta dos diálogos, mas sem a concreta disposição para efetivá-lo. “A oferta do diálogo, se não for



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

acompanhada da disponibilidade para pôr em causa os quadros de referência dominantes, acaba por não ser mais do que um exercício de poder” (RIBEIRO, 2005, p. 80).

Carvalho (2004), afirma que uma das posições importantes que o pesquisador pode assumir é a de devolução do material produzido, esse material coletado na comunidade tradicional ou num grupo urbano lhe dá ao pesquisador o título de mestre em uma “cultura”. O antropólogo passa dois meses no Quilombo Kalunga e torna-se especialista em sussa, uma dança feita pelas mulheres quilombolas. E as pessoas que dançam a sussa desde que são crianças que reconhecimento ganham? Elas não têm direitos a títulos acadêmicos por portar conhecimentos acumulados pelas experiências.

Por sorte, a ciência e a academia sofrem mudanças. As sabedorias indígenas, quilombolas e outras tantas começam a ganhar seu merecido lugar, em apenas algumas linhas teóricas, é claro, o lugar de ciência. Como diz Zumthor (2000), a sabedoria tradicional e a voz viva haverá de ter sua revanche e não será por outra forma que pelo grito, ou seja, a crítica contundente e a tomada de espaço e não a cessão de espaço para fala, para produção de ciência.

Por muito tempo a oralidade foi deixada nas margens acadêmicas por representar o popular, a não ciência, a não teoria, a pura imaginação. Brandão (1982), em seu livro Diário de campo, afirma que algumas vezes sentia que as teorias ressecavam a vida enquanto as conversas, músicas e pessoas a faziam e fazem fluir livremente. Com os estudos pós-coloniais, a sabedoria, a imaginação, as teorias, o corpo que sente agora estão na pesquisa e que por muito tempo não foram considerados pela hierarquia da escrita, pois apenas o conhecimento escrito era considerado fonte única de saber.

Esse saber que advém da experiência e centrada no desejo de conhecer é o que torna possível a vida prática e permite a união do real e do imaginário. Um imaginário que é real e está no real, é intrínseco a vida. Zumthor (2000) fala que a imaginação é um faculdade poética e essa imaginação des-razoa, mas não no sentido da loucura, ou seja, não segue a razão e busca outros sentidos e significados, ela faz funcionar em nossa mente o espaço lúdico. Não é possível fazer boas interpretações/análises se não estivermos dispostos a des-



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

razoar junto com as pessoas e para isso é necessário outra postura na pesquisa ou outros métodos.

Pensando numa epistemologia adequada, recorro a Bosi quando ela afirma que “uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa” (BOSI, 1987, p.38). Para ela não basta ter simpatia pelos sujeitos da pesquisa, é preciso se comprometer, trilhar um caminho sem volta. Fazem parte da pesquisa, pessoas, sujeitos portadores de conhecimentos que dividem os prazeres e riscos das pesquisas, têm sentimentos e fazer Antropologia só é possível porque essas pessoas aceitam serem interlocutoras. Então o primeiro passo é a destituição de poder que barra as possibilidades de autenticidade das pessoas envolvidas.

Quando um encontro entre eu-e-você existe em alguma medida uma intenção de amor ou, se quisermos, de aceitação do outro em-si-mesmo e tal como ele é, então é quando em sua maior transparência o eu do outro aparece em mim e para mim. O outro é, inicialmente, um semelhante a mim: fala a seu modo a minha língua, participa a seu modo de minha própria cultura, crê a seu modo no mesmo Deus que eu; e toma no cair da tarde de uma quinta-feira o mesmo chimarrão que eu (BRANDÃO, 2005, p. 4.)

É impossível dominar a vida, as pessoas, as comunidades não são laboratórios e os seres humanos não são amostras para análise. Só a técnica está sob o domínio, o resto é vida, incontrolável. As pessoas têm seu passado e suas memórias, tem sentimentos, pensam e transitam conforme sua vontade. E são a partir dessas pessoas desconhecidas que os conceitos, as técnicas e os métodos são postos em cheque.

São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2000, p. 13.).

São essas pessoas que nos fazem refletir sobre as teorias, as caixas teóricas que somos obrigadas a nos encaixar e ainda encaixar os outros. O interessante é observar e sentir na pele como os simples não precisam de nenhuma convenção ou enquadramento para a existência, para guardar memórias. Eles não separam a vida da teoria, a teoria só será útil se tiver presente na vida prática, caso contrário será apenas uma abstração.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações finais

É relevante pensar que esse é o momento para tornar as vozes, sempre ignoradas, audíveis. É o momento de “ouvir as vozes subalternas e de reconhecer nelas o seu potencial de crítica social” (LIMA, 2003, p.19). Tempo de conhecer a sabedoria ignorada, ter nas mãos a oportunidade de trocar experiências, escutar narrativas desinteressantes para a lógica da produção e consumo e viver o tempo que corre lento na vida dos velhos.

Sempre é tempo de buscar compreensão do que é a Antropologia, o que é este fazer antropológico. Entender como a Antropologia pode ser apenas mais uma engrenagem do sistema como afirma Brumana (2008). É ainda a busca por uma ciência baseada no ser humano (pode até ser utópica), repleta de sabedorias e experiências, não abstrata, mas fincada na vida prática e útil.

Referências

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis: UFSC/PPGAS. V.8, números 1 e 2, 2008, p. 185-229.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz - USP, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de Campo: a antropologia como alegoria**. Brasiliense: São Paulo, 1982.

_____. **A pesquisa participante na docência a busca do diálogo na construção do saber**. Escritos abreviados. Série pesquisa, 5, 2005.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1719>

BRUMANA, Fernando Giobellina. La palavra em antropologia: por uma antropologia-potlach. **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis: UFSC/PPGAS. V.8, números 1 e 2, 2008, p. 41-71.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento**. In: Série antropologia N. 354. Brasília: UnB, 2004.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

CRAPANZANO, Vicent. Diálogo. In: **Anuário Antropológico/88**. Brasília: Editora UNB (Tempo Brasileiro), 1991.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América** (que ainda não houve). 2ed. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1990, p.07-45.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo, Hucitec, 2000.

LIMA, Nei Clara de Lima. **Narrativas orais**: uma poética da vida social. Brasília: UnB, 2003.

PIATRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp (Coleção Pesquisas), 1999.

RIBEIRO, Antônio Sousa. A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-Colonialismo, Fronteiras e Identidades. In: MACEDO, Gabriela; KEATING, Maria Eduarda (Org.). **Colóquio de Outono**. Estudos de tradução. Estudos pós-coloniais Braga: Universidade do Minho/Centro de Hum., 2005, p. 77-87.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo, EDUC, 2000.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Noções de raça e eugenia na perspectiva geográfica na primeira república brasileira¹

Karina Araújo da Silva²

Introdução

A Europa, no século XIX, foi marcada por grande crescimento demográfico e por deslocamentos populacionais de enormes proporções, além do desenvolvimento urbano e industrial. Uma grande expansão econômica e a Segunda Revolução Industrial desempenharam um papel fundamental para que as nações industrializadas desenvolvessem novos impulsos colonialistas. Além disso, outros fatores estimularam a expansão imperialista para o envio de excedentes da população europeia para o crescimento das novas colônias e necessidade de novas áreas para aplicação de capital.

As questões raciais sempre constituíram um quadro emblemático sobre a formação da identidade nacional. É claro, o Imperialismo europeu deu-lhes substância para propagarem para o mundo. Aprimoradas, essas teorias científicas européias que eram: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. Segundo Ortiz (2012) esses conceitos eram distintos entre si, mas considerados sob um aspecto único, o da "evolução histórica dos povos". (ORTIZ, 2012: 14). Isso contribuía fortemente para afirmar as interpretações sobre a raça e defender o branqueamento da população dos países colonizados como solução para o problema do atraso sócio-cultural e econômico. Para os autores da época, o branqueamento traria melhoria das qualidades físicas, intelectuais e morais de um povo, seguindo, como exemplo, os povos mais civilizados do planeta, os europeus, ou seja, os próprios colonizadores.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, vivia o fim da escravidão e a construção de um novo modelo político e administrativo, o início do período republicano impunha uma

¹ Este artigo é parte integrante da monografia de final do curso de Licenciatura em Geografia, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), intitulada "O pensamento geográfico em Capistrano de Abreu e Edgar Roquette-Pinto na Primeira República brasileira: considerações sobre a Antropogeografia de Friedrich Ratzel", apresentada no ano de 2014, e parte inicial da pesquisa do Mestrado em Geografia, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).

² Licenciada e Mestranda em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

nova forma de pensar o território às aristocracias agrárias e colocava o desafio de manter a unidade do território nacional, diante de um Estado-Nacional ainda institucionalmente frágil. (MORAES, 2008).

Por isso, o governo junto com as instituições científicas brasileiras financiaram várias expedições, estrangeiras e brasileiras, no intuito de documentarem registros históricos e geográficos do país. A finalidade era de esquadrihar o território e a população nativa, de forma a proporcionar subsídios para formação de uma imagem de nação. As principais instituições científicas, antes mesmo da primeira república, que patrocinaram essas comissões foram o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Jardim Botânico, o Observatório Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o Instituto Politécnico e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (DOMINGUES 2000: 94).

São essas instituições, principalmente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ) tiveram um papel de agregadores dos esforços no sentido da construção de uma identidade nacional em bases geográficas, isto é, por referências ao território e não à sociedade que o habita a ideia de que o país não está feito, que urge ter como projeto nacional a própria construção do país, vista como seu povoamento e apropriação. (MORAES, 1991: 157). Tratam-se de espaços que alimentaram todo um discurso dos conceitos cientificistas racistas sobre a inferioridade do índio e do negro, posicionando-se através de uma ideologia que buscava legitimar um determinado projeto de construção de nação.

Essa é a época inicial das instituições divulgarem trabalhos e pesquisas que serviam de difusão e aprofundamento de polêmicas acerca das teorias racistas e dos modelos cientificistas. A construção de um projeto nacional hegemônico transformaria a cidade colonial em uma cidade do progresso científico, a forjar um novo homem e uma nova concepção de cidade asséptica, higiênica, eugênica e cordial.

No período republicano, as noções de raça e eugenia propagaram nos corredores dessas instituições como símbolo de modernidade para solucionar graves problemas sociais, como o saneamento, a higiene, a saúde pública e a educação. Centro de discussões com



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

intelectuais eugenistas estrangeiros e brasileiros, no intuito à divulgação das ideias eugênicas e à organização do movimento eugenista brasileiro montando uma ampla rede de interesses em torno das propostas eugênicas.

De maneira geral, como se dava esse debate sobre as ideias eugênicas no Brasil, já que o país era considerado como uma das nações mais miscigenadas do mundo. E como essas influências chegaram nas instituições, nos intelectuais e saber geográfico para a formação de nacionalidade, cujo o interesse era a construção de um povo com o "sangue branco europeu" e os negros e os índios seriam um atraso para o projeto nacional.

Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a construção de uma identidade nacional brasileira a partir do saber geográfico produzido em fins do século XIX e início do século XX (1870-1930). Para tanto, os objetivos específicos delineados compreendem:

- I. A análise do acervo teórico e empírico registrados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ), no que diz respeito ao debate dos conceitos de raça e eugenia no projeto republicano de nação;
- II. A identificação das categorias geográficas que se expressavam no discurso da eugenia e constituíram uma ideia de identidade nacional nos trabalhos publicados no IHGB e na SGRJ;
- III. A verificação de como tais categorias geográficas eram usadas nesses trabalhos científicos e quais os possíveis legados desse campo para o pensamento geográfico desse período para a fase seguinte, considerada a "institucionalização" da Geografia no Brasil.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa utilizada para tal mapeamento fica circunscrito à pesquisa bibliográfica, no campo da História do Pensamento Geográfico, e à pesquisa documental, onde são buscadas referências mais diretas que permitam esclarecer as correlações entre



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

obra e o legado teórico que ambos as instituições deixaram para as gerações seguintes. Para o desenvolvimento da pesquisa, está sendo feito os levantamentos de obras e acervos de referência nos arquivos físicos e digitais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional, onde encontra-se o acervo da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro.

Além disso, pretende-se fazer um mapeamento de fontes e selecionar os trabalhos mais significativos que permitam confrontar esse acúmulo com as hipóteses delineadas no partir do debate teórico. Os "Anais de Eugenia", organizados pela Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1919, e o volume I das "Atas e Trabalhos" com as conferências apresentadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, são bons exemplos de material a ser pesquisado durante a fase preliminar. Além desses, o "Boletim de Eugenia" completa o conjunto de fontes que ajudarão a estabelecer uma aproximação com as ideias e debates nos quais se envolveram os eugenistas brasileiros. Essa coleção está organizada e disponibilizada pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD-COC) e no IHGB.

Resultados

A construção desse trabalho busca demonstrar como as correntes filosóficas européias se estabeleceram no país e compuseram o discurso de modernização, incluindo a questão racial e as ideias eugênicas. O debate racial funcionava como um fator importante para os intelectuais brasileiros e representava a base de suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores. Sendo assim, um resultado inicial que coloca é desvendar como a eugenia foi introduzida no Brasil e como se pensava os intelectuais e cientistas que promoveram esse debate no país.

De acordo com Correa (2014), o sistema-mundo moderno-colonial deve ser entendido a partir da concepção de modernidade/colonialidade, que passa pela compreensão deste como um projeto que buscou – e ainda busca – a construção de mundo sob uma leitura universalista, a partir de uma matriz eurocêntrica baseada em: a) dualismos – primitivo-civilizado, atrasado– moderno, b) utilização da raça como classificação universal da população em hierarquias.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Os estudos, produções acadêmicas e círculo de afinidades nos quais as instituições brasileiras se insere, estão direcionados para uma construção de um pensamento social ligado à manutenção de um projeto ideológico de autoridades e das elites do país. Percebe-se, também, uma adesão às ideias de transformação da cidade colonial em uma cidade moderna, do progresso científico, sustentando relações de poder, ditando comportamentos e destruindo culturas e povos para a modernidade.

A partir de 1870, os Museus deixam de ser simples locais de armazenamento e classificação de objetos naturais e passam a ser considerados centros de pesquisa científica, embasada sobretudo pela entrada das teorias evolucionista e positivista no Brasil. Foi depois de 1870 que o Museu Nacional fundou o seu laboratório de Fisiologia Experimental. A coleta e classificação cede lugar a uma conceituação mais elaborada acerca da natureza e do povo brasileiro. A pesquisa científica no Museu torna-se, sobretudo, nacionalista, na medida em que começa a procurar a identidade nacional. É neste contexto que deve ser compreendida a tipologia dos brasileiros, criada pelo médico e antropólogo Edgar Roquette-Pinto – **Leucodermos**, **Faiodermos**, **Xentodermos** e **Melanodermos**³ – a qual alguns intelectuais, até hoje, julgam ser pioneira. (RIBAS, 1990: 114). Esses intelectuais dizem mesmo que a construção dos “tipos nacionais”, elaborada por Roquette-Pinto, foi uma iniciativa que abriu caminho para a compreensão antropológica e científica do povo brasileiro.

Vários intelectuais brasileiros utilizaram dois métodos para a construção dos tipos nacionais: a somatometria e a antropometria. Para desenvolver os tipos de estatura, curva de frequência do índice cefálico, altura da face etc. mais predominantes em cada tipo. Seguindo esse modelo, o país era dividido em três zonas: a zona cabocla na faixa norte; uma segunda zona, de influência africana, que compreenderia a faixa atlântica e as áreas de mineração do interior; e a zona de influência européia, ao sul do Rio de Janeiro e estudar cada grupo étnico em sua área geográfica precisa. (MACHADO, 2000: 21).

³ Leucodermos: brancos; faiodermos: brancos x negros; xantodermos: brancos x indígenas; melanodermos: negros. “Cafuzos” e demais mestiços eram considerados raros, estatisticamente insignificantes para Roquette-Pinto.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Fica evidente, portanto, que essas doutrinas raciais tiveram grande aceitação no meio intelectual e científico. Até porque falar sobre esses discursos raciais e eugênicos significava pensar em evolução, progresso e civilização. A ação do Estado brasileiro estava voltada para incentivar a imigração européia e para reprimir ou reduzir os povos considerados "raças inferiores" como fator explicativo do atraso do país (SOUZA, 2006: 179).

O debate sobre a eugenia foi introduzido nas primeiras décadas do século XX. No entanto, de acordo com Souza (2006: 21), na literatura nacional, o termo "eugenia" aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais "atualizado" na ciência moderna. Tratava-se de um elemento analítico que alimentava inúmeros debates e esforços para que a raça se tornasse um critério de seleção imigratória inscrito em lei.

Envolvidos com a tarefa de "reinventar" a nação e a identidade nacional, essa geração de intelectuais produziu um conjunto de ideias, especialmente as deterministas que condenavam o Brasil (SOUZA, 2008: 213). Era necessário civilizar o país como um todo para enraizar o progresso e a modernidade. As expedições científicas sanitaristas tiveram esses objetivos de "classificar, ordenar, organizar a sociedade entre os sãos e os anormais" (SCHWARCZ, 1993: 64). A mestiçagem e o clima eram vistos como as principais causas da degeneração racial (SOUZA, 2006: 26), demonstrando que o atraso do país estaria relacionado às doenças e à falta de saneamento.

Ainda na primeira década do século XX, começaram a surgir, na Europa e nos Estados Unidos, as primeiras sociedades eugênicas, como a *Sociedade Alemã para Higiene da Raça*, fundada em 1905, em Berlin; a *Eugenics Education Society*, de Londres, organizada em 1907; a *Eugenics Record Office*, criada em Nova York, em 1910; além da *Société Eugénique Française*, fundada em 1912, em Paris (SOUZA, 2006: 12). Estas organizações visavam, por um lado, realizar pesquisas genéticas de forma acadêmica e científica e, por outro, discutir e promover projetos, políticas e leis que incentivassem a implantação das ideias eugênicas (STEPAN, 2005: 36).

O Primeiro Congresso Internacional de Eugenia ocorreu ainda antes da Primeira Guerra Mundial, em 1911. Organizado pela *Eugenics Education Society*, de Londres, o



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

evento reuniu mais de 750 cientistas e intelectuais de diferentes nacionalidades. Do Brasil, houveram representantes, como o biólogo e então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, e o médico Edgar Roquette-Pinto (SEYFERTH, 2008: 148).

No Brasil, as ideias eugênicas surgiram na década de 1910 como “uma metáfora para a própria saúde pública” (STEPAN, 2005: 98) prometendo eugenzar e sanear todo o interior do país. Segundo Souza (2006: 28), a eugenia garantia a um grupo de intelectuais brasileiros, sobretudo aqueles ligados à medicina, um espaço de autoridade onde pudessem dar continuidade à efetivação de políticas de saúde pública. Para isso, esses cientistas documentavam teses acadêmicas, livros, artigos de jornais e revistas para “vulgarizar” este discurso.

Sendo assim, as ideias eugênicas ganham força e o país inaugura a primeira sociedade de eugenia da América Latina, que chegou a reunir 140 membros, que é a Sociedade Eugênica de São Paulo. Com o objetivo de estudar, analisar sobre os principais fundamentos da eugenia, hereditariedade, educação eugênica, higiene e saneamento (SOUZA, 2008: 226).

Esses debates serviram como aprofundamento da circulação de teorias científicas e a ação do Estado brasileiro em propagar as ideias eugênicas. Uma expansão imperialista de dominação como expressão da superioridade de umas raças sobre outras, além da afinidade com as ciências naturais, foi determinante para gerar um pensamento social brasileiro em torno da raça, da miscigenação e da cultura como fatores de formação social da nação.

O mapeamento dos conceitos e ideias políticas acerca da formação social brasileira aponta para a centralidade dos intelectuais e doutrinas baseadas nas noções de raça, nação e eugenia, com forte influência das ciências da saúde, naturais e da antropologia. Tal acúmulo teórico e epistemológico precisava, então, consolidar o projeto de nação de uma república nascente cujos rebatimentos sobre a formação espacial eram imediatos. Tanto na reorganização produtiva (industrialização, cafeicultura), quanto na consolidação do território (fronteiras, urbanização etc), tais ideias e teorias eram onipresentes.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Ao longo da pesquisa, serão desenvolvidas hipóteses que nortearão o enquadramento teórico e o refinamento da metodologia. Por ora, é importante ressaltar que a eugenia brasileira foi evidentemente um movimento científico e intelectual orientador do pensamento social, político e pelas tradições culturais mais amplas de sua época. Como lembra a historiadora Nancy Stepan, “as idéias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas” (STEPAN, 1991: 33).

Considerações finais

As questões raciais sempre constituíram um quadro emblemático na formação da identidade nacional. O mapeamento dos conceitos e ideias políticas acerca da formação social brasileira, na primeira República, aponta para a centralidade dos intelectuais e doutrinas baseadas nas noções de raça, nação e eugenia, com forte influência das ciências da saúde, naturais e da antropologia. Com todos os seus limites e dificuldades, essa pesquisa está em sua fase inicial contribuindo para história do pensamento geográfico e cumpriu seu papel na sistematização de parte das ideias em circulação no Brasil, no recorte temporal estudado.

O período da Primeira República está sendo percorrido e apresentado, nos limites de um trabalho introdutório de Pós-Graduação, como essas teorias científicas raciais chegaram ao país, quais foram as instituições que ajudaram a divulgar essas teorias e essa geração de indivíduos que pensaram um projeto de nação e uma identidade para a população brasileira.

É preciso reconhecer o discurso geográfico da primeira metade do Século XX, sua construção teórica e suas práticas e como isso precisa ser repensado e reconstruído. Precisamos contar a história do Brasil por brasileiros como um todo, e não como imagem e discurso escolhido por pequeno grupo dominante.

Esta pesquisa nos coloca relevância de analisar a nossa prática científica, que por



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

mais que se apresente e tente ser crítica, se apropria de discursos produzidos por uma matriz hegemônica de produção intelectual, a europeia. É claro que não se trata de desqualificar o discurso e o pensamento europeu, é preciso estabelecer e reconhecer que, em diversos momentos, identidades são construídas “de fora para dentro” e assimiladas conforme interesses hegemônicos.

Referências

CORRÊA, Gabriel Siqueira. "Raça como critério de di-visão de mundo: um deslocamento para o debate sobre as classificações sociais na geografia" **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos** – A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória – ES, 2014.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. A Geografia e o Exótico Brasileiro. **Terra Brasilis** – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, N^o 2 – Geografia e Pensamento Social Brasileiro, Rio de Janeiro, pp. 11-31, Jul/Dez, 2000, p. 93-110.

MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do Século XX. **Terra Brasilis** – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, N^o 2 – Geografia e Pensamento Social Brasileiro, Rio de Janeiro, pp. 11-31, Jul/Dez, 2000, p. 11-31.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais no Brasil.** Território e História no Brasil. 3^a edição. São Paulo: Annablume, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

RIBAS, João Baptista Cintra. **O Brasil é dos brasileiros.** Medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, São Paulo, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda de (Org.) **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, p. 147-177.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)** – Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; LIMA, Nísia Trindade. Memórias de um antropólogo na primeira metade do século XX – as “Notas e Opiniões” de Edgar Roquette-Pinto nas páginas do Jornal do Brasil. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, jan/abr, 2013, p. 247-275.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Ações afirmativas e dinâmica socioespacial na Universidade Federal de Goiás

Mariza Fernandes dos Santos¹

Introdução

Passados quinze anos após a implementação das primeiras iniciativas no campo das ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás (UFG), a instituição apresenta atualmente diversas transformações decorrentes desse processo. Criada em 1960, período de grande incentivo ao desenvolvimento, expansão e interiorização do Brasil, a UFG foi a primeira universidade pública e gratuita do centro-oeste brasileiro. Em 2008, após um longo processo que envolveu intensa participação de coletividades negras organizadas, a instituição adotou seu programa de cotas, o UFGInclui, de forma autônoma. Conforme abordaremos mais adiante, compreendemos que tal iniciativa decorre da anterior inserção, na UFG, de programas e projetos de ação afirmativa² com recorte étnico-racial focados na formação acadêmica e política de estudantes negrxs. Discutiremos neste artigo algumas manifestações desse processo no espaço da Universidade Federal de Goiás.

Historicamente produzido, o espaço pode ser considerado a expressão da história (MOREIRA, 1981). Para Porto-Gonçalves (2003), a sociedade constrói seu espaço no mesmo processo em que constrói a si mesma, o que implica em que as contradições sociais se materializem no espaço. Por isso, entendemos que as formas espaciais podem ser consideradas um instrumento de leitura da realidade e das transformações socioespaciais. Assim, pretendemos destacar neste artigo, alguns aspectos verificados no espaço da UFG que apontam para a hipótese de que a presença de coletividades negras organizadas no espaço acadêmico implica em mudança socioespacial.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás.

² Segundo Munanga e Gomes (2006), as ações afirmativas são mecanismos que buscam promover a igualdade de oportunidades, criando estratégias que permitam que as pessoas pertencentes a grupos socialmente excluídos ou discriminados possam competir em condições justas por melhores posições sociais. As ações afirmativas no Brasil foram criadas a partir do entendimento de que, no decorrer da história do País, alguns grupos sofreram processos de exclusão que ainda hoje influenciam diretamente no acesso à educação, à saúde, ao trabalho e a outros direitos básicos. Vieira (2003) destaca o que ela chama de “iniciativas de ação afirmativa”, que se originam principalmente por meio da organização da sociedade civil. Um exemplo citado pela autora é a realização de cursos pré-vestibulares com o objetivo de capacitar os jovens carentes a prestarem o vestibular.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

As reflexões apresentadas neste trabalho são parte da pesquisa de mestrado em Geografia realizada pela autora no Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE/UFG), ainda em andamento, intitulada “Trajetórias socioespaciais de estudantes negrxs na Universidade Federal de Goiás”. O estudo aborda trajetórias de estudantes que, durante seu percurso acadêmico, integraram projetos, programas, núcleos de pesquisa e grupos de discussão da temática étnico-racial. A pesquisa encontra-se em fase de entrevistas e alguns trechos das falas dxs estudantes serão apresentados aqui.

A universidade no centro-oeste brasileiro: da lei do boi ao programa UFGInclui

O centro-oeste brasileiro, onde se localiza a UFG, sofreu entre os anos de 1950 e 1970, um processo que o transformou no que hoje é descrito por Pelá e Castilho (2010, p.13) como um “Grande corredor produtivo de grãos, bois, energia, de matéria-prima industrial e mesmo de mercadorias fabricadas [...]”. Os autores destacam a participação do Estado nacional, de atores hegemônicos locais e grandes corporações nacionais na transformação que se convencionou chamar de “modernização da agricultura”, que demandou o desenvolvimento de uma lógica espacial voltada para tal projeto. Importante destacar que esse movimento que é tradicionalmente discutido pelo viés econômico, também produziu desigualdades espaciais³ que afetaram e ainda afetam os mais pobres, camponeses, povos indígenas, quilombolas e negrxs.

A década de 1970 é considerada um marco na formação do território goiano pelo crescimento demográfico acima da média do país. De acordo com Arrais (2007), ao mesmo tempo em que a população aumentava, ela também se deslocava do campo para a cidade. Sobre esse aspecto, é importante observar como o espaço urbano em Goiânia⁴ se organiza de forma desigual. Ao verificar os dados de cor/raça do censo 2010 por setor censitário e cruzá-los com variáveis como aglomerados subnormais e renda para analisar a diferenciação e segregação étnico-racial em Goiânia, Ferreira e Ratts constaram que, na capital, os “bairros

³ Ao tratar da diferenciação espacial, Ferreira e Ratts (2013, p.3) afirmam que ela se baseia em que, “no Brasil, as classes médias e altas, de composição branca influenciarão os espaços que certos grupos étnico-raciais poderão frequentar ou não”.

⁴ O tema também foi estudado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro por Rolnik (2013) e Silva (2006).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

elitizados estão onde a “branquitude” prevalece” (FERREIRA e RATTTS, 2013, p. 9). Quando analisados os dados referentes à população que se auto-identifica como preta, os pesquisadores constataram que esse grupo se concentra principalmente nas regiões Leste e Noroeste da cidade.

Outro aspecto destacado por Arrais (2007) como fator importante para a mudança do perfil regional do território goiano foi a intensa migração de trabalhadores do nordeste brasileiro que, além de uma imensurável riqueza cultural, forneceram mão-de-obra para a construção de Brasília e que, posteriormente, migraram para os municípios goianos, pois foram impedidos de habitar a cidade que ajudaram a construir⁵. Diante do quadro de desigualdade espacial em Goiânia exposto por Ratts e Ferreira (2013), podemos inferir que esse grande volume de trabalhadores nordestinos foi direcionado para as regiões mais periféricas das cidades. É o que aponta Arrais (2007, p. 5).

Em 2003, a região do Entorno de Brasília abrigava mais de 16% da população total do território goiano, sendo uma das regiões com os maiores desafios sociais e institucionais, especialmente pela complexidade dos arranjos políticos, que exigem políticas comuns entre os municípios, o Distrito Federal, Governo Goiás e o Governo Federal, dado o grau de mobilidade pendular da população daquela região.

Importante destacar que as transformações citadas ocorreram como parte do projeto nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Foi também no bojo desse projeto que surgiu a Universidade Federal de Goiás, em 1960. Na mesma década, entrou em vigor no Brasil a Lei nº 5.465, que ficou conhecida como Lei do Boi e reservava 50% das vagas em escolas superiores de agricultura e veterinária mantidas pela União para estudantes agricultores ou filhxs de agricultores que residissem no campo.

Segundo Cunha (2007), o objetivo da Lei era articular a pretensão das escolas de aumentar o número de estudantes com a política governamental de aumentar a produção de alimentos. À época, a UFG ainda não havia iniciado seu processo de interiorização e xs estudantes do campo precisavam migrar para a cidade para cursar a universidade, de modo que a Lei do Boi foi, na realidade, um benefício para xs filhxs da elite rural. Tal reserva de

⁵ Arrais (2007, p. 4) atribui a migração dos trabalhadores nordestinos de Brasília para Goiás às “condições econômicas e ao processo de disciplinarização e controle nos alojamentos”.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

vagas pode ser considerada a primeira iniciativa de cotas nas universidades públicas brasileiras.

Com os aspectos apresentados, buscamos demonstrar que a UFG surgiu e se desenvolveu em um momento em que se intensificavam as desigualdades espaciais em Goiás e que esse cenário de desigualdade permanece visível no modo como se organiza a cidade. Em âmbito nacional, no mesmo período, na década de 1970, Ratts (2011) identifica o surgimento do “movimento negro de base acadêmica”. Segundo o autor, apesar da presença pouco representativa de pessoas negras nas universidades brasileira, ocupadas principalmente por uma elite social, alguns(as) ativistas negrxs que estavam inseridxs no espaço acadêmico no período se organizaram em universidades. Ratts (2011) localiza as primeiras iniciativas na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de São Paulo (USP). A iniciativa desencadeou o surgimento de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) que se instalaram em diversas universidades brasileiras, configurando-se como espaços de discussão da temática étnico-racial realizada principalmente por e para pesquisadorxs negrxs nas instituições de ensino superior.

Segundo o autor, a intenção de muitxs intelectuais e ativistas negrxs nos anos 1970 e 1980 era levar a discussão racial para o espaço acadêmico considerando outros aspectos que não apenas a escravidão. Uma das pesquisadoras mais atuantes no período foi a historiadora Beatriz Nascimento, que participou da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) na Universidade Federal Fluminense (UFF). O grupo promoveu, na UFF, por mais de dez anos, a Semana Nacional de Estudos sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Ratts, 2011). Em texto publicado em 1974, a historiadora faz uma crítica às abordagens da história dx negrx no Brasil.

Não podemos aceitar que a História do Homem Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos sociológicos. Devemos fazer a nossa História buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. (Nascimento apud Ratts, 2007, p. 97)

A escrita de Beatriz Nascimento demonstra o objetivo de aliar a pesquisa sobre a questão étnico-racial feita por aquelxs que historicamente figuram como objetos de estudo a uma postura política. Como reflexo do processo iniciado nos anos 1970, os Núcleos de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Estudos Afro-brasileiros (NEAB's) se espalharam pelo país em diversas universidades brasileiras. Em 2002, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que realiza a cada dois anos o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE).

Na UFG, a presença do Movimento Negro de Base Acadêmica pode ser identificada a partir da chegada à instituição de alguns intelectuais acadêmicos negros militantes. Segundo Cirqueira, Gonçalves e Ratts (2012), as discussões sobre ações afirmativas na instituição começaram a se evidenciar em meados dos anos 2000, momento em que o então professor do curso de Ciências Sociais, Joaze Bernardino, discutia com estudantes aspectos de sua pesquisa de mestrado sobre a questão étnico-racial e as políticas de ações afirmativas.

O primeiro projeto de ação afirmativa, no entanto, surgiu em 2001, quando dois estudantes se interessaram por um cartaz do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCor), do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPPUERJ), e procuraram o apoio de professores para a construção do projeto, intitulado “Passagem do Meio: qualificação de alunos negros de graduação para pesquisa acadêmica na UFG”. A proposta foi aprovada em um concurso nacional do PPCor e implantada no segundo semestre de 2001. De acordo com Cirqueira, Gonçalves e Ratts (2012), o objetivo do projeto era oportunizar a permanência na universidade e a construção da carreira acadêmica de jovens negros. Ainda segundo os autores, o Passagem do Meio apresentou aos estudantes “outras referências no que tange à sua negritude, pois, as discussões proporcionavam um ambiente de construção identitária positivo e afirmativo” (Cirqueira, Gonçalves e Ratts, 2012, p. 249).

O projeto esteve ativo até 2004. A formação ocorria por meio de módulos temáticos em reuniões no Museu Antropológico da UFG, localizado no Setor Universitário. Em 2003, o Passagem do Meio realizou o “Seminário Universidade e Ação Afirmativa no Coração do Brasil”, na Faculdade de Educação da UFG, também localizada no Setor Universitário. O evento foi importante por colocar em evidência o debate sobre ações afirmativas em Goiânia. Com o fim do Passagem do Meio e a intensificação dos debates sobre a adoção de ações afirmativas pela UFG, os estudantes que integravam o projeto formaram, ainda em 2004, o Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento (CANBENAS), que não



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

possuía um espaço fixo, mas se reunia periodicamente em diversos lugares da UFG para discutir textos relacionados à questão etnicorracial, além de questões dxs estudantes negrxs na universidade. Acompanhando o momento nacional de espacialização do Movimento Negro Acadêmico, professorxs e pesquisadorxs negrxs ex-integrantes do Passagem do Meio constituíram o Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Descendentes (NEAAD-UFG)⁶.

Além da extrema importância para a permanência e formação acadêmica de estudantes negrxs na UFG, o Passagem do Meio, o CANBENAS e o NEAAD foram fundamentais para a atuação organizada de coletividades negras no processo de elaboração e adoção do programa de cotas denominado UFGInclui pela instituição, o que ocorreu em 2008. O anúncio de que o programa foi adotado ocorreu em um dos momentos mais marcantes do movimento negro acadêmico na UFG, o encerramento do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), que naquele ano foi realizado em Goiânia e organizado por integrantes do NEAAD, CANBENAS, Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE), entre outras organizações.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, o estudante Rogério, integrante do CANBENAS, relata a importância do momento: *“Uma das grandes bandeiras desse momento era o UFGInclui, então isso mobilizava muito a gente. A gente elegeu representantes do CANBENAS pro Consuni. [...] havia uma grande militância pra que o UFGInclui fosse aceito. Tanto é que isso aconteceu no meio do COPENE. Eu me lembro de um professor, acho que o Joaze, das Ciências Sociais, que leu na plenária do COPENE que nós havíamos, enfim, conseguido. Foi emocionante”*⁷.

⁶ Que funcionou no Museu Antropológico – Campus I – Goiânia de 2005 a 2010.

⁷ Os relatos colhidos em entrevistas serão apresentados neste texto entre aspas e em itálico.

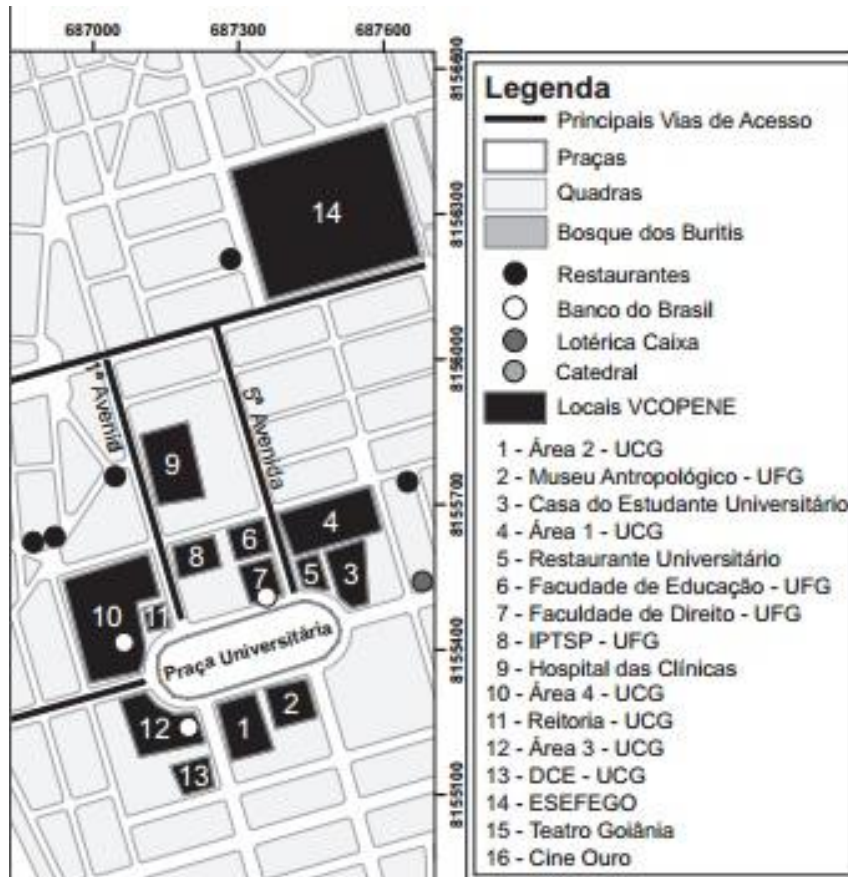


II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Figura 1: Recorte do mapa que indica os locais de realização dos eventos do V Copene, em Goiânia



Fonte: Material de divulgação da programação do V Copene

A aprovação do UFGInclui no período em que ocorria o evento confirmou um momento chave do movimento que se iniciou nos anos 2000 na UFG; a espacialização do Movimento Negro Acadêmico. A situação demonstrou o impacto espacial da presença de coletividades negras no espaço acadêmico. As atividades do V COPENE ocorreram em 16 pontos da cidade, sendo que a maioria foi realizada no espaço da UFG e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Setor Universitário, onde se localiza o Campus I da UFG e onde foram instaladas as primeiras universidades do estado (PUC e UFG). O evento aponta para novas formas de uso de um espaço majoritariamente branco e elitizado. O V COPENE não apenas ocupou a universidade e uma significativa parte elitizada e branca da cidade, mas também transformou aquele local em palco para a realização do debate sobre a



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

questão étnico-racial e as ações afirmativas. Durante os quatro dias do evento, a territorialização do Movimento Negro Acadêmico se afirmou naquele espaço, configurando o V COPENE como um “evento-território”⁸ (PINHO, 1996).

Atualmente, observa-se que o processo iniciado em 2000 culminou com a institucionalização das instâncias de discussão e acompanhamento das ações afirmativas na UFG. Após a aprovação da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, a UFG se adequou à legislação que reserva vagas para estudantes negrxs e oriundxs de escolas públicas em universidades federais e o Programa UFGInclui passou a contemplar apenas estudantes indígenas e quilombolas. A instituição possui uma comissão de acompanhamento do programa, ligada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Em 2015, a universidade criou a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF), que é coordenada por uma professora negra e possui um espaço localizado no Centro de Convivência do Campus II. No esmo ano, a UFG foi a primeira universidade brasileira a adotar cotas em todos os seus cursos de pós-graduação.

Entre as ações desenvolvidas atualmente pela CAAF e pela Comissão estão a promoção de reuniões periódicas com estudantes indígenas e quilombolas para discussão de demandas dxs cotistas, além do Seminário de Avaliação do UFGInclui. Por meio da CAAF e da Comissão, a Prograd tem desenvolvido ações de afirmação da presença negra, indígena, quilombola, LGBTT e de pessoas com deficiência na universidade, como a participação dessxs estudantes no material publicitário da UFG, principalmente nos períodos de matrícula de novxs alunos. Um exemplo é o material da campanha contra trotes violentos, racistas, sexistas, homofóbicos e transfóbicos realizada em 2015 pela UFG com a participação de estudantes negrxs, indígenas, quilombolas, LGBTTs e com deficiência.

⁸ De acordo com Pinho (1996), o espaço não é apenas uma derivação da sociedade, pois encontra-se ele mesmo envolvido nas reorganizações sociais. Citando Doreen Massey, o autor argumenta que além de compreender que o espaço é socialmente construído, é preciso compreender que a sociedade também é construída espacialmente. Em sua dissertação, Pinho (2006, p. 39) sustenta que identidades se territorializam no Pelourinho em “espaços que são socialmente produzidos como lugares de identidades”. O autor utiliza a expressão “evento-território” para discutir territorializações de identidades a partir de uma perspectiva não-substancialista.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Além do CANBENAS e do NEAADI, novos grupos e coletivos ligados à questão étnico-racial se formaram na UFG, como o Coletivo de Mulheres Negras Atlânticas, formado por estudantes de diversos cursos de graduação e pós-graduação, o Coletivo Ciata, vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Educação Química e Inclusão (LPEQI) e a União de Estudantes Indígenas e Quilombolas, que se organiza com o apoio da Comissão UFGInclui.

Considerações finais

Ao relatarmos o processo de mudanças socioespaciais ocorridas na UFG em decorrência da atuação do Movimento Negro Acadêmico, é importante destacar o papel das trajetórias individuais na constituição das coletividades. O Movimento se constrói e se espacializa por meio das trajetórias socioespaciais das pessoas que o integram. Em seus deslocamentos entre locais de lazer, estudo, trabalho etc, ocupam espaços que fazem a diferença em sua situação social, assim como também interferem na configuração desses espaços (RATTS e SANTOS, 2015).

Importante salientar também que apesar de este trabalho abordar principalmente os aspectos espaciais da atuação de coletividades negras organizadas no espaço acadêmico, uma questão que se destaca no decorrer da pesquisa é a influência dessas coletividades nas trajetórias individuais. Todos os estudantes entrevistados relataram a importância da participação em projetos, programas, núcleos e coletivos ligados à temática étnico-racial para o processo de formação identitária, o que envolve o ato de se reconhecer como pessoa negra, a elevação da autoestima e a formação do perfil profissional como pesquisadorxs.

Apesar dos avanços apresentados, o aumento do número de estudantes de escolas públicas, negrxs, indígenas, quilombolas e LGBTTs na instituição demanda adequação do sistema de assistência estudantil. Alguns(as) dos ex-integrantes do Passagem do Meio, CANBENAS, NEAAD estão atuando como professorxs em universidades, mas a inserção de um número representativo de professorxs negrxs nas instituições de ensino superior é um processo lento e, por enquanto, os estudantes ainda enfrentam a quase inexistência de referenciais identitários positivos. Outro desafio é levar o debate sobre ações afirmativas



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

para além dos grupos “interessados”, pois o preconceito contra cotistas e o desconhecimento sobre o tema ainda são bastante evidentes na UFG.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2007, Belém – PA. Anais.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; GONÇALVES, Carliane Paiva; RATTTS, Alex. As marcas da travessia: o processo de implementação de ações afirmativas e cotas na Universidade Federal de Goiás. In. SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. p. 259-284.

FERREIRA, Danilo Cardoso e RATTTS, Alex. A cartografia dos segmentos étnico-raciais em Goiânia: cor, raça e etnia e indicadores sociais na cidade. In. **X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2013, Campinas-SP. Anais.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 7. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PELÁ, Márcia e CASTILHO, Denis. Prefácio. In. PELÁ, Márcia e CASTILHO, Denis. Prefácio (orgs.) **Cerrado: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PINHO, Osmundo. **Descentrando o Pelô: Narrativas, Territórios e Desigualdades Raciais no Centro Histórico de Salvador**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In. **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003.

RATTTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2009, p. 81-108.

_____. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Paisagem, patrimônio e diferença: representações do 'negro' no Conjunto Monumental de Ouro Preto – MG

Patrício Pereira Alves de Sousa¹

Introdução

Este texto se refere a uma pesquisa de tese que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A investigação tem se pautado na análise das disputas simbólicas em torno dos significados das paisagens patrimoniais da cidade de Ouro Preto (Minas Gerais), a partir do exame das políticas de gestão e iconografia da paisagem e da interpretação do modo como os grupos de Congado *rasuram* os sentidos identitários normativamente impressos no conjunto monumental ouropretano pelas instituições de conservação da memória.

Os Congados, como definem Edimilson Pereira e Núbia Gomes (2003), se constituem em festejos de coroação de reis negros. Presentes no Brasil desde o período colonial, esses rituais se constituíram como locais de celebração nas irmandades negras onde grupos se reuniam para exaltar seus santos. Após a abolição da escravatura, as festas religiosas de devoção a N. S. do Rosário e aos santos negros, como Santa Efigênia, São Benedito e São Elesbão, continuaram com o mesmo fervor (MARTINS, 1997). Na atualidade, a dinâmica dos Congados reexamina, através de festejos públicos, o processo de sofrimento do negro no cativo e de sua participação subalterna na sociedade brasileira após a abolição da escravidão, para apontar alternativas para ressignificação da negritude e de suas espacialidades no Brasil (MELLO E SOUZA, 2002).

O estudo de caso está pautado na análise das disputas simbólicas em torno dos significados das paisagens patrimoniais da “cidade histórica” de Ouro Preto. Esse caso foi eleito pelo destaque que possui a referida cidade no panorama das políticas patrimoniais do Brasil, manifesto pelo volume de recursos públicos recebidos pela cidade para esse fim, pelo

¹ Professor do CEFET/RJ . Doutorando em Geografia – UFRJ



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

número de turistas e estudantes que a visitam e pela divulgação que ela possui nos diversos meios midiáticos.

Tensões simbólicas em torno da paisagem patrimonial ouropretana

Ouro Preto abriga o primeiro sítio histórico brasileiro a ser reconhecido pela UNESCO, em 1980, como Patrimônio Cultural da Humanidade. De rica arquitetura barroca colonial, a cidade figura no Brasil como importante cenário educativo e pedagogizante para a construção da identidade nacional, sendo alvo de inúmeras ações e políticas com esse viés. Tombada pela UNESCO até os dias atuais, a cidade de Ouro Preto, ao mesmo tempo em que é reconhecida como “palco” de um dos mais destacados movimentos políticos insurgentes contra as imposições do governo colonial português - a Inconfidência Mineira, figura também como cenário emblemático de um dos mais escandalosos episódios do período escravagista luso-afro-brasileiro. No imaginário brasileiro a cidade é tida, pois, como núcleo irradiador de dois dos principais pilares para construção da identidade nacional: um primeiro, de reconhecimento de um passado histórico marcado pela dominação colonial; e outro, de atitudes altivas de cidadãos brancos nascidos em terras brasileiras que encaminharam o país à condição de um Estado independente.

A versão oficial da memória de Ouro Preto guarda, entretanto, posições distintas para os grupos que a constituíram historicamente. Enquanto “monumento nacional”, Ouro Preto possui um conjunto arquitetônico e urbanístico que desempenha o papel de comunicar sobre um determinado passado. A seleção dos fatos históricos mais relevantes e a maneira de se conceber esses fatos acaba por criar uma hierarquia entre espaços memoriais, acontecimentos históricos e grupos socioculturais. Em detrimento a uma narrativa espacial desejada por grupos marcados pelo processo de subjugação colonial, nomeadamente as populações afro-brasileiras, o discurso privilegiado sobre a história e a memória da cidade se baseia nos valores com os quais a elite brasileira ao longo de sua trajetória vem buscando se identificar, quais sejam: os elementos da branquitude, da masculinidade e da burguesia. Foram nestes princípios que se pautaram as políticas



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

patrimoniais que desde a década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante o Governo Vargas, incidiram sobre Ouro Preto. Atualmente tais valores ainda fundamentam grande parte das políticas que visam construir, a partir da consagração de certos monumentos, uma determinada identidade nacional brasileira. Identidade que privilegia a manutenção de símbolos espaciais que embasam processos de exclusão socioidentitária e reproduzem relações de colonialidade.

O argumento que venho sustentando na pesquisa é o de que as políticas oficiais de gestão da paisagem em Ouro Preto vêm ao longo do processo de patrimonialização da cidade buscando criar uma narrativa espacial que pretende comunicar sobre um passado glorioso, altivo e de liberdade para o sujeito branco, representado na figura do Inconfidente. Entendo ainda que, numa medida complementar, uma imagem subalterna do sujeito negro vem sendo elaborada, reiterando uma representação da negritude exclusivamente a partir dos qualificativos de escravidão, sofrimento e dor, veiculada em cenas memoriais na cidade que perpetuam um imaginário de cativo.

Conjeturo, porém, ainda que reconhecendo a sofisticação e a eficácia dos instrumentos de fixação de significados utilizados pelos órgãos oficiais de conservação da memória², que os grupos negros de Ouro Preto não são passivos a esta estereotipização e redução dos significados de suas identidades. Proponho que os festejos de coroação de reis negros, efetuados por grupos de Congado, atuam como uma forma de os sujeitos negros formularem medidas para contestar os conteúdos identitários elaborados para e a partir das paisagens patrimoniais ouropretanas. Tais contestações, em minha concepção, se estabelecem a partir das políticas espaço-identitárias que a festa, como um drama social, permite formular, ao celebrar memórias, questionar estruturas sociais e reconfigurar sistemas simbólicos de significados.

² Por instituições oficiais de conservação da memória estou me referindo às instituições de âmbito municipal, estadual, nacional e supranacional que participam do processo de gestão da paisagem patrimonial ouropretana, quais sejam: o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Comitê Mundial da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Patrimônio e diferença: a memória em disputa

Myrian Sepúlveda Santos (2005), ao analisar a representação 'do negro' nos museus brasileiros, aponta que a imagem museal produzida sobre o africano e o afro-brasileiro recorrentemente relaciona esses sujeitos aos elementos de tortura gerados pela escravidão, não "resgatando" elementos de positividade da identidade dos sujeitos negros no Brasil. Quando concebida para além do episódio da escravidão, a imagem do negro geralmente está associada a práticas como o samba, o carnaval e o futebol. Essa medida, segundo a autora, restringe a representação do negro a uma contribuição muito específica e localizada para a sociedade brasileira.

A construção institucional dos espaços da memória nacional é efetuada, dessa maneira, através de políticas que visam formular determinado imaginário social sobre aquele *outro* que é representado. Como revela Luciana Sepúlveda Koptcke (2005), as composições dos museus são sempre elaboradas a partir do projeto criador de certa narrativa que se quer comunicar, através da escolha de peças, seleção de acervo, regulação do acesso e da definição e normatização do comportamento do público visitante dos espaços de memória.

No caso específico de Ouro Preto, em que os espaços de memória não se constituem em unidades museais isoladas, mas em um conjunto patrimonial que configura uma cidade monumento, cabe considerar a existência da produção de uma narrativa espacial que comunica - através da associação programada de casarões coloniais, prédios históricos, museus, obeliscos e equipamentos urbanísticos -, uma determinada versão de passado. A construção dessa versão se faz, por sua vez, a partir do enfrentamento político entre o grupo hegemônico que detém os instrumentos para fixação de um discurso oficial nos monumentos da cidade e as estratégias e esforços de grupos socioculturais que, ao se sentirem excluídos ou estereotipados pelas representações efetuadas pelo grupo dominante, buscam *rasurar* o conteúdo dos discursos oficiais. Nessa disputa simbólica em torno das representações de nação constitui-se a paisagem patrimonial, como uma



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

dimensão espacial das políticas culturais que concorrem pelo significado da identidade dos grupos publicizada nos monumentos da cidade.

Em Ouro Preto essa formulação ficcional do discurso nacionalista a partir dos monumentos começou a se estabelecer na década de 1930, quando, influenciados pelo apelo artístico modernista, os governos local e federal formularam as primeiras políticas de gestão da paisagem patrimonial que atingiram a cidade (GONÇALVES, 1988). A partir daí uma série de outras políticas de instituições oficiais de conservação da memória de âmbito municipal, estadual, nacional e supranacional formularam diversos documentos e realizaram reformas arquitetônicas e urbanísticas que produziram e normatizaram modelos de identidade para dar significado aos espaços e objetos de memória ouropretanos.

Nessa narrativa espacial elaborada pelos ideólogos do patrimônio e gestores da paisagem da cidade de Ouro Preto, como revela Manuel Ferreira Lima Filho (2010), o elemento edificado como possuidor de identidades positivas foi o sujeito branco, materializado na figura do Inconfidente, que no imaginário construído figura como sendo aquele que conduziu, a partir da bravura e coragem, o Estado brasileiro à condição de independente. Embora esse sujeito, vez ou outra, também seja representado a partir dos qualificativos de tortura e sofrimento, a estética da dor relacionado ao Inconfidente é exibida na narrativa paisagístico-patrimonial apenas como parte de sua história. A “moral da história” dessa narrativa Inconfidente tem por destino a liberdade, tendo a dor um significado sacrificial. A dor representada no discurso patrimonial direcionada ao afro-brasileiro, por outro lado, sintetiza a imagem de um eterno-presente da escravidão. “É como se a noção de liberdade de Tiradentes e dos Inconfidentes fosse maior ou mais merecida que a outra, ou seja, mais significativa para os brancos do que para os negros” (LIMA FILHO, 2010, p. 209).

De acordo com Lima Filho (2010) há, pois, um esforço das políticas patrimoniais em relegar as populações afrodescendentes no Brasil a uma condição permanente de grupo subalterno, passivo às imposições coloniais e relegado a um dilaceramento das possibilidades de vida grupal ativa, com vitalidade política e potência criativa. Para o autor, essa situação se torna uma realidade evidente especialmente em Ouro Preto. Haveria uma



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

tendência geral das ações de instituições da memória em construir um discurso ingênuo de vitimização das possibilidades patrimoniais relacionadas à cidadania de populações negras de origem diaspórica. Dessa maneira, toda uma política paisagística oficial relacionada a Ouro Preto ignora a presença africana e afro-brasileira como coparticipe da historicidade local para além da escravidão, desconsiderando os aspectos de vida social que estes grupos socioculturais inscreveram nos espaços da cidade, como a arte, a filosofia, a estética e a política. Mesmo as políticas para o patrimônio imaterial ouropretano, como é possível vislumbrar a partir da análise de Ana Luíza Guimarães (2011), privilegiam outros segmentos étnico-raciais que não a negritude. No conjunto monumental ouropretano é possível perceber ainda a periferização e secundarização das Igrejas relacionadas com grupos e irmandades de negros, casos das Igrejas do Rosário e de Santa Efigênia.

Tensionando com todos esses esforços de simplificação das memórias e identidades afro-brasileiras realizados pelos órgãos oficiais de memória, os grupos negros ouropretanos³ não foram e não são passivos às políticas patrimoniais. Estratégias e políticas espaço-identitárias têm sido produzidas de diferentes formas e em diversas instâncias e escalas a fim de reconfigurar e ressignificar os conteúdos ideológicos impressos nas paisagens patrimoniais da cidade de Ouro Preto. O que venho propondo na pesquisa é que os festejos de coroação de reis negros, efetuados por grupos de Congado, se configuram numa das principais formas dos sujeitos negros formularem medidas para terem suas identidades qualificadas de forma positiva, processual, viva e contingente nos espaços públicos de Ouro Preto.

Considerações finais

Os estudos sobre a realidade espacial ouropretana, embora em número reduzido, não são inexistentes. Teses e dissertações, como as de Costa (2011), Salgado (2010), Cifelli (2005) e Pereira (2003), ocuparam-se da análise da produção do espaço em Ouro Preto.

³ É necessário apontar que embora se constitua numa manifestação cultural que não se subordina e que não se coloca como dependente a nenhum movimento político, o Congado ouropretano se estabelece num espaço-tempo em que está constituído o Fórum de Igualdade Racial de Ouro Preto (FIORP), que congrega coletividades negras organizadas em manifestações culturais, como o Hip Hop, e em movimentos políticos com vinculação religiosa, universitária e artística.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Entretanto, apesar da relevância e qualidade dessas pesquisas, seus conteúdos versaram principalmente sobre o evento turístico. Esses exclusivamente considerados em sua dimensão econômica, seja na problematização da apropriação das paisagens patrimoniais pelo capitalismo ou na consideração do turismo como possibilidade para geração de renda. Nesses estudos as menções à multiplicidade e às relações étnico-raciais de Ouro Preto, bem como sua interpretação espaço-cultural, são bastante restritas. Os festejos de Congado aparecem nestes trabalhos em citações muito localizadas, pouco historicizadas e de forma não analítica. Os estudos que abordam a questão da patrimonialização em Ouro Preto, como os de Gomes Silva (2009) e Moura (2002), por sua vez, se concentram ou no apontamento do caráter técnico da preservação e gestão de bens imóveis ou no inventário e catalogação histórica destes bens. A proposta de pesquisa que venho desenvolvendo visa, dessa maneira, preencher uma lacuna de estudos em torno da temática '*paisagens patrimoniais e etnicidade*' na cidade de Ouro Preto.

Atenta e comprometida com as geografias constituídas pelos grupos e sujeitos negros ouropretanos, a pesquisa tem se orientado pelos preceitos da Geografia Cultural, mais especificamente em suas interseções com a perspectiva pós-colonial, que importantes transformações tem gerado na dinâmica teórico-metodológica da Geografia desde as últimas décadas do século XX. Antepondo-se às perspectivas normativas e excludentes de nacionalismo de grande parte das políticas patrimoniais oficiais, esta pesquisa busca se alinhar a um viés interpretativo pós-colonial. Seguindo as orientações Homi Bhabha (2013), Gayatri Spivak (2010), Edward Said (2007) e Ana Francisca de Azevedo (2007), compreendo que esta investigação pode contribuir em um importante ramo da pesquisa geográfica contemporânea. Ao analisar as consequências do colonialismo sobre as paisagens patrimoniais fundadoras da identidade nacional brasileira, atentando para as estratégias políticas de descolonização das ideias em torno das referidas paisagens, acredito estar contribuindo para a construção de versões pluralistas de geografias sociais. Geografias estas que apontam para um horizonte de emancipação da diferença e para paisagens políticas libertadoras, tal como proposto por Doreen Massey (2008).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O estudo dos festejos do Congado parte, portanto, da compreensão de que os sujeitos negros na contemporaneidade de Ouro Preto não são passivos aos processos de estereotipização de suas identidades, mas que disputam a partir dos elementos produtores da paisagem seu reconhecimento como agentes ativos, altivos e pensantes, logo, produtores de suas próprias histórias e geografias. Assim procedendo, esses sujeitos acabam por exarcebar sua condição pós-colonial, ao colocar em evidência os diferentes encontros entre as sociedades colonizadas e colonizadoras, bem como expondo suas posições sobre as relações coloniais responsáveis por elementos como o racismo e as diásporas. Esses sujeitos reclamam ainda suas participações nas políticas culturais, compreendo-as como concernentes aos processos de construção do conhecimento e que possui diretas implicações nas dinâmicas relacionadas às políticas econômicas (SHUMER-SMITH, 2008). Dessa maneira, concebo que esta pesquisa se soma em termos metodológicos a outras investigações que buscam descortinar os fundamentos doutrinários e excludentes de certos discursos sobre a nação, possibilitando a emergência de versões memoriais plurais para o Brasil que atendam aos interesses dos diversos grupos, como sugere a pesquisadora Ana Maria Daou (2001).

Ao tomar esse direcionamento, uma questão que tenho enfrentado é a de pensar as maneiras de se incluir um debate sobre as questões étnico-raciais na ciência geográfica. Em relação a essa disciplina, a bem da verdade, o tema das relações étnico-raciais não é uma ausência. Por longo período a Geografia tem se debruçado sobre as relações étnico-raciais. Como ressalta Alex Ratts (2004), o que pode ser requalificado, porém, são as maneiras que essas questões aparecem para a disciplina. Como pondera o autor, raça e etnia não são categorias estranhas à modernidade e como ciência geográfica forjou suas principais teorias sob a égide dos pressupostos científicos modernos, é de se esperar que um debate sobre as relações étnicas e de raça tenha sido amplamente estabelecido pela Geografia. Entretanto, como aponta Ratts, embora o quantitativo de pesquisas sobre a temática étnico-racial na geografia seja elevado, poucos são os trabalhos que buscaram denunciar a maneira como a ciência geográfica vem reproduzindo um discurso que reforça a superioridade de algumas raças e etnias sobre outras. Denuncia o autor que, equivocadamente, a Geografia



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

historicamente se dedicou mais em apontar a distribuição espacial dos segmentos étnico-raciais do que em efetivar uma análise que conceba raça e etnia como categorias estruturantes das relações sociais que possuem a espacialidade como um dos aspectos básicos para sua constituição. Nas suas intercepções com outras categorias da diferença - como gênero, geração e classe-, raça e etnia utilizam do espaço para balizar sua formulação, ao mesmo tempo em que possuem o espaço como aspecto fundamental para suas dinâmicas. Apropriando-me de uma noção crítica de raça em suas tensões espaciais, pretendo, portanto, proceder um estudo a respeito da negritude que esteja atento à emergência dos territórios e das paisagens que se constituem como etnicamente diferenciados e disputados (RATTS, 2003).

Referências

AZEVEDO, Ana Francisca. Geografias Pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. (Org.). **Geografias Pós-Coloniais: ensaios de geografia cultural**. Porto: Figueirinhas, 2007. p. 31-70

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013.

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto-MG**. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

COSTA, Everaldo Batista. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 427 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAOU, Ana Maria Lima. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 135-162

GOMES SILVA, Laurimar. **Irmandade dos Rosários dos Pretos de Santa Efigênia do Alto da Cruz: proposta de gestão de um arquivo em Ouro Preto (MG)**. 60f. Dissertação (Mestrado



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural). Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, PUC-Goiás, Goiânia, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, memória e Ideologia Nacionais: o problema dos patrimônios culturais.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GUIMARÃES, Ana Luíza. **Da festa ao espetáculo: um estudo sobre a relação entre políticas patrimoniais e as bandas civis em Ouro Preto-MG.** 91 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Coordenadoria de Geografia, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, 2011.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, p. 37-57, 2005.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Espelhos Patrimoniais em Ouro Preto. **Tomo**, n. 16, p. 197-220, 2010.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário no Jatobá.** São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO E SOUZA, Marina. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto-MG.** 476f. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG/UFRJ, 2002.

PEREIRA, Edmilson A.; GOMES, Núbia P. M. **Ouro Preto da Palavra: narrativas de preceito do Congado em Minas Gerais.** Belo Horizonte: EdPUCMINAS, 2003.

PEREIRA, Márcia Custódia. **Patrimônio Histórico-Cultural e Gestão Urbana: os casos de Ouro Preto e Itaúna.** 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-Minas, Belo Horizonte, 2003.

RATTS, Alex J. P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. P. (Org.) **Geografia: leituras culturais.** Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-48

_____. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 17-18, p. 77-89, 2004.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SALGADO, Mariana. **Ouro Preto**: paisagem em transformação. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SEPÚLVEDA SANTOS, Myrian. Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, p. 37-57, 2005.

SHURMER-SMITH, Pamela. Postcolonial geographies. In: _____. (Ed.) **Doing Cultural Geography**. London: SAGE, 2008. p. 67-77

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Formação socioespacial e cultural negra, a capoeira angola na cidade de Goiânia.

Regina Pereira Santana¹

Introdução

Capoeira, angola ou regional, esportiva ou acrobata, luta ou dança? O jogo da Capoeira é magia, onde nela somos todos atores. Reconhecida como cultura negra brasileira é praticada por pessoas de todos os pertencimentos étnico-raciais e tem caráter diaspórico, sendo item da cultura trazida do continente africano e recriada no Brasil. Teve seu início primário no estado da Bahia, em sua capital Salvador, obtendo expansão por todo o território brasileiro e mundial, com negros escravizados que foram trazidos do continente africano das localidades do Congo, Angola e Benguela, pelos colonos portugueses em meados dos anos de 1940, quando Vicente Ferreira Pastinha - Mestre Pastinha - fundou seu Centro de Capoeira Angola, no Largo do Pelourinho, “(...) a espacialidade e a temporalidade da capoeira angola foram definidos inicialmente em Salvador, Bahia, quando, nos anos de 1940, Mestre Pastinha fundou seu Centro de Capoeira Angola, no Largo do Pelourinho” (REIS, 2000, p. 111).

Minhas raízes / Toda ela é brasileira / Onde na terra do samba / Hoje nasce à capoeira / Falar da arte / Da luta ou da cultura / Onde tudo se mistura / Malícia e brincadeira / Meia lua e rasteira / Brincar de cair no chão / Ouvir o som / Do atabaque, do agogô / Da Biriba do pandeiro / Tudo um som tão brasileiro / Tudo isso é capoeira. (Cântico popular da Capoeira Angola).

Este é um dos cânticos que explica a originalidade da capoeira no Brasil, apesar do seu início ter a maioria de seus praticantes de maioria de origem africana e utilizando instrumentos trazidos do continente africano. *Malícia e brincadeira, terra do samba, ouvir o som dos instrumentos*, estas frases são de alguma forma uma tradução da simbologia que o Brasil consolidou como forma de representação cultural. Dando liga para que a capoeira de um ponto de vista das manipulações políticas tornou-se um componente eficaz na

¹ Graduanda em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais IESA/UFG.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

concepção das estruturas do pensamento racial no país, múltiplos grupos sociais a aproveitam para materializar o imaginário de uma divisão da cultura a partir das raças.

Metodologia

A pesquisa teve seu início em trabalho de campo, pois foi o lugar de onde era possível perceber o andar dos grupos e o relacionamento destes com as entidades das regiões onde atualmente os grupos estão localizados. Sobre marca inicial analisar a compreensão de como estes grupos faz a utilização do espaço público e privado, onde o espaço público seria a realização de algum evento em Praça, Parque, e outros segmentos, e o privado, o próprio espaço de capoeira e o espaço do outro grupo, existentes as possibilidades dos espaços de outras entidades (religiosas, educacional e social) serem também utilizados e de forma de espaço privado. Foi elaborado um mapa de localização onde atualmente os grupos estão na cidade de Goiânia utilizando o MUBDG (Mapa Urbano Digital de Goiânia) como fonte principal.

Historicidade: um marco para um país

O primeiro marco temporal foi realizado em meados do século XIX no que diz respeito os estudos de capoeira, alguns dos trabalhos e argumentos relacionam os estudos sobre a capoeira com a escravidão urbana, resistência escrava, a questão étnica entre a escravaria, relações entre escravos e senhores, as ações das instituições estatais entre outras discussões. Já na segunda metade do século XIX abrem-se várias possibilidades de ações sociais dos praticantes da capoeira, temos assim, como padrão histórico uma ampliação das práticas sociais destes grupos pela sociedade na Corte.

Diversas questões assinalam a historicidade da capoeira nesse período, como participações nos partidos político Conservador e Liberal do sistema monárquico e a participação dos praticantes da capoeira na Guerra do Paraguai, suas afinidades com os



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

movimentos pró e ante abolicionista, e diversas questões próprias ao regime escravista urbano na segunda metade do século XIX. Na mudança de século, múltiplas foram às discussões sobre os estudos sobre da capoeira. As questões relacionadas à presença negra na pós-abolição, a inclusão da prática da capoeira no artigo 402 do código penal de 1890, a contenção desencadeada pelo Governo Provisório Republicano contra os capoeiristas acabando na deportação de centenas de praticantes para Fernando de Noronha. Já no final do século XX, ocorreu uma densa mudança na prática da capoeira, com a produção da capoeira enquanto “cultura negra” e símbolo de nacionalidade, seu posicionamento no campo desportivo das lutas marciais, e com o surgimento das academias das vertentes primárias “Angola” e “Regional”, a partir dos praticantes de Salvador (BA), tendo seus precursores Mestre Bimba e Mestre Pastinha.

Um certo dia / Perguntaram a seu Pastinha / O que era Capoeira / E ele, mestre velho respeitado / Ficou um tempo calado / Revirando a sua alma / Depois, respondeu com calma / Em forma de Ladainha / A capoeira, é um jogo é um brinquedo / É se respeitar o medo / E dosar bem coragem / É uma luta / É manha de mandingueiro / É o vento no veleiro / Um lamento na senzala / É um corpo arrepiado / É um berimbau bem tocado / O sorriso de um menino / A capoeira / É o voo de um passarinho / O bote de cobra coral / Sentir na boca / Todo o gosto do perigo / Sorrir para o inimigo / E apertar a sua mão / É o grito de Zumbi / Ecoando nos Quilombos / É se levantar do tombo / Antes de chegar no chão / É o ódio / É a esperança que nasce / Um tapa explodiu na face / E foi arder no coração / Enfim, é aceitar o desafio / Com vontade de lutar / A Capoeira / É um barco pequenino / Solto nas ondas do mar / É um peixe, é um peixinho / Solto nas ondas do mar / É um barco peregrino / Solto nas ondas do mar. (Ladainha Mestre Toni Vargas)

Segundo documentos disponíveis sobre a marca das práticas da capoeira é relatado que a repressão policial por parte tanto dos governos monárquicos, como dos republicanos foram os responsáveis pela revolta e lutas contra a escravidão. A partir de sua liberação a capoeira cresceu enquanto símbolo de nacionalidade aparecendo constantemente na imprensa e expandindo-se por diversos países. A partir de então a capoeira ganha novas discussões sobre sua variedade que se coloca em categorias como Identidade, território, cultura e aparece constantemente sobre a formação da nacionalidade brasileira, já que está torna-se um símbolo cultural do país.

O espaço/território desta expressão cultural só foi ocorrer alguns anos mais tarde, quando no seu processo de consolidação histórica no Brasil, ainda não se obtinha qualquer



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

distinção sobre a mesma, o ambiente praticado eram praças, ruas, vielas, praias entre outros. O processo de distinção só ocorreu alguns anos mais tarde, quando seu espaço/território se consolida em ambientes fechados como academias, quadras esportivas e por último em escolas, com dois grandes mestres de suma importância para este processo histórico, Mestre Bimba e Mestre Pastinha, principais referências, respectivamente, da vertente Regional e a Angola da capoeira.

Hê quando negro vai pra roda / sinto o corpo arrepiar / é negro dando rasteira / pulando pra lá pra cá / dando uma cabeçada / e jogando sem parar / Capoeira é Capoeira / ai meu Deus que vontade que dá / já joguei a Capoeira em Pernambuco e Ceará / já joguei lá na Bahia / já joguei no Canadá / Capoeira de verdade / joga em qualquer lugar / Capoeira é Capoeira. (Cântico popular da Capoeira Regional)

Na maioria dos cânticos, quando eram escritos, tratava-se do negro e dos tempos de escravidão, a memória ancestral ainda é guardada até nos dias de hoje, onde *ladainhas*, *chulas* e *corridos*² são transcritos a partir da história e homenagens aos grandes capoeiristas.

Chama eu, chama eu, chama eu, Angola, chama eu: Geografando na cidade de Goiânia

Neste artigo apenas será abordado uma vertente da Capoeira, entendendo o recorte espacial que é a cidade de Goiânia, mas, não excluindo que existem outras vertentes. A capoeira Angola, que Araújo (2004) denomina de escola de Mestre Pastinha se manifesta no espaço urbano de Goiânia de forma peculiar, com uma breve observação podemos perceber que esta cultura que inicialmente é vista como marginal começa a se territorializar em regiões centrais da cidade estabelecendo relações com entidades (sociais, econômicas e/ou religiosas) destas localidades. A partir destas observações percebemos que se faz necessário uma abordagem geográfica deste fenômeno sociocultural no intuito de analisar a espacialidade dos grupos e a partir da Categoria geográfica *território* pode analisar a sua relação com o espaço apropriado.

² **Ladainhas:** canto usado para iniciar a roda de capoeira, onde o capoeirista narra uma estória ou período da escravidão ou enaltece algum capoeirista por seus feitos heroicos; **Chulas:** Pequenas canções de improviso que seguem a ladainha, geralmente é cantada para alguém que está na roda; **Corridos:** Aceleração do ritmo que o caracteriza juntamente com o verso do cantador que é curto e o refrão do coro que repete parcial ou total.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A categoria geográfica *território* também se encontra como um item de caracterização no processo de identidade e gênero, pois nela é possível identificar as relações individuais e coletivas de cada grupo estabelecido diante do seu grupo, além disso, no aspecto organizacional tem-se estabelecida uma hierarquia pelo Mestre ou a pessoa mais velha do local que indicam os afazeres para o grupo, a indumentária, instrumentos, higienização etc., são aspectos observados desde início até o fim ritualístico. A definição do território, para Haesbaert, (...) território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terratoritorium* quanto de *terreoterritor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005).

Para Mestre Pastinha, a conotação do território simbólico esteve muito mais presente, pois antigamente a Capoeira era marginalizada, com o advento de se colocar a Capoeira Angola em locais fechados e logo está conotação segue-se até hoje, já o território como forma material, perpassa por uma outra situação que é a de os grupos terem sua própria sede, como existem alguns casos em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, em Goiânia dos quatro grupos existentes apenas um, a Capoeira Angola passou a ser lúdica para se diferenciar não só da Capoeira Regional, mas como das outras lutas como as de nomenclaturas marciais, por isso a escola Pastiniana não se joga descalço, sem camisa, e nem faz uso de objetos cortantes e fez a proibição de alguns golpes classificados como perigosos para os seus praticantes, como troca dessas características Mestre Pastinha utilizou recursos religiosos para trazer uma Capoeira mais lúdica, como as religiões de matriz africana, assim hoje a Capoeira Angola é mais ritualística no sentido de fazer e ter um significado para o corpo (RATTS, 2009; SILVA, 2012), para a vida e para as relações humanas.

Quanto à compreensão do processo de inserção de cada grupo nos espaços utilizados para suas práticas é válido ressaltar que os grupos não são simplesmente existenciais para as suas práticas e muitas vezes satisfações individuais, se fazem presente no que se dizem respeito a ações culturais, audiências públicas e/ou participações em



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

movimentos negros na Cidade de Goiânia. As entidades (sociais, econômicas e/ou religiosas), são importantes para que o projeto sócio-histórico-cultural da Capoeira Angola tenha seus fundamentos difundidos com as tais entidades, visto que a maioria destas entidades são também manifestações negras ou relacionadas à educação, onde o que se visa é uma formação de seres humanos que contextualizam em si próprio uma visão histórica, cultural e política da Capoeira Angola.

O princípio da manifestação na cidade

Na historicidade da capoeira na cidade de Goiânia é mencionado que Mestre Sabú teria sido o primeiro a trazer a capoeira para o estado, assim, Manoel Pio de Sales mais conhecido como Mestre Sabú, iniciou sua prática na Capoeira, em Salvador-BA, para onde foi levado pela sua mãe e um tio, obtendo lá mesmo o título de Mestre, através de Mestre Caiçara.

“Foi onde eu tive a oportunidade de conhecer a capoeira. Isso através do Mestre Pastinha e do Mestre Noronha, mas, na verdade, sou formado com o Mestre Caiçara. Muita gente pensa que sou da Bahia, mas não sou da Bahia, sou de Goiás”.
Mestre Sabú. (BRITO, 2009)

Nasceu na Cidade de Goiás, conhecida também como Goiás Velho, um município que fica aproximadamente 120 km de Goiânia, no ano de 1940, em 1960 inicia suas atividades desportivas na cidade de Goiânia, onde aplicava o esporte de Vale e Luta Livre. Porque na época a capoeira era marginalizada (BRITO, 2009), seu endereço era o Setor Central da cidade em uma academia que tinha como alunos predominantemente policiais civis e militares, anos após Mestre Sabú obtêm sua própria academia nomeada ‘Terreiro de Capoeira Angola Mestre Sabú’, localizada na Vila Redenção, município de Aparecida de Goiânia que é pertencente à região metropolitana de Goiânia. Seus primeiros alunos foram ‘meninos de rua’ por volta do ano de 1968, lá fabricavam os instrumentos e praticavam a capoeira, com os instrumentos fabricados era feita a comercialização destes para a fim de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

obter-se lucro para dar continuidade ao projeto que Mestre Sabú havia começado a desenvolver com os ‘meninos de rua’.

Mestre Osvaldo de Souza chega à cidade para dar início as atividades da capoeira regional, em meados dos anos de 1962, a localidade de suas aulas era na Avenida Oeste, na academia da Federação Goiana de Judô, deu aulas em vários locais da cidade, mas, todos permeando o centro de Goiânia, em relatos surgem à ideia de que Mestre Sabú dava aula na periferia voltada para a população ‘negra e pobre’ e Mestre Osvaldo de Souza dava aula para a população mais elitista da época que era os ‘brancos e ricos’. Nascido em 1937, em Jequié-BA, obteve o nome de guerra³ do Mestre Bimba de dinamite, Osvaldo Rocha de Sousa, assim registrado, foi considerado na história por muitos alunos do Mestre Bimba como o Traidor. Mas, por outros como aquele que alavancou as fronteiras Capoeira Regional um dos pioneiros da Capoeira em Goiás, o mestre escreveu livros e formou muitos capoeiristas, deixando assim uma lacuna Capoeira de Goiás.

Outra personalidade da capoeira que tem marcos importante na construção da história da Capoeira na cidade de Goiânia é Manoel dos Reis Machado, esse era o nome de Mestre Bimba o criador da Capoeira Regional. Em 1973, Mestre Bimba, por motivos financeiros, deixou a Bahia, sob acusação de que os “Poderes Públicos” jamais haviam o ajudado. Faleceu em Fevereiro de 1974 em Goiânia, vítima de um derrame cerebral⁴.

Hoje eu canto um lamento / Hoje eu canto um lamento / Com uma dor no coração / Sinto um desgosto profundo / Foi tamanha ingratidão / Ele é amante desta arte / Cujo nome capoeira / Praticado na senzala / Beira da praia e na ladeira / Mas o destino foi cruel / Com o mestre considerado / Foi embora da Bahia / Solitário amargurado / Morreu longe de sua terra / Manoel dos Reis Machado / Que foi discípulo de Bentinho / De mestre Bimba foi chamado / Criador da regional / Angoleiro respeitado / Nas rodas de capoeira / Seu nome será lembrado / Lê, viva seu Bimba (louvação) (Ladainha de cunho popular).

Este cântico e assim como outros inúmeros foram escritos em forma de agradecimento, comprometimento e preservação da memória de Mestre Bimba, assim também foi o Mestre Pastinha, bem como outros mestres subsequentes. Os cânticos da

³ Apelido designado aos capoeiristas como forma de camuflagem.

⁴ Disponível em: <http://www.truenet.com.br/neto/mbimba.htm>, acessado em 27/08/2013.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

capoeira Angola são em inúmeros baseados na preservação da memória ancestral. De um modo geral, os cânticos de capoeira podem retratar as valentias dos heróis do passado, fatos do cotidiano, costumes, episódios históricos e outros sem qualquer importância, muitas das vezes com a utilização de metáforas. Muitos cânticos de capoeira refletem um desejo ou um desgosto do capoeirista que compõem em relação a algum procedimento ou fato do cotidiano. Tais cânticos constituem-se em instrumentos valiosos para uma análise mais profunda da realidade e do pensamento de quem os compõem.

Quem vem lá sou eu, quem vem lá sou eu, berimbau bateu, angoleiro sou eu: Um novo cenário da capoeira na cidade de Goiânia

Uma nova leva de capoeiristas surge na cidade de Goiânia, quando aproximadamente cinco capoeiristas passam um período de suas vidas a dedicar-se com a pratica da Capoeira Angola, foram ao berço buscar elementos que os contemplassem para dar continuação a prática, lá três deles tornaram-se Mestre, estes que hoje exercem um papel importante para a construção da historicidade da Capoeira na cidade de Goiás. Em Salvador-BA, o berço da Capoeira, nas mãos de Mestre Curió, Mestre Boca Rica, Mestre Moraes entre outros, foi onde hoje com seus respectivos títulos Mestre Guaraná, Vermelho e Caçador, compondo o grupo Valéria e Besouro, obtiveram seus conhecimentos/ensinamentos/lições, para que fossem transmitidos a seus futuros alunos a ancestralidade da linhagem desta capoeira. Outros capoeiristas também vieram para Goiânia dar continuidade a pratica entre eles cito Mestre Goyano e Mestre Mano, que logo depois deixou o estado.

Século XX, a continuação

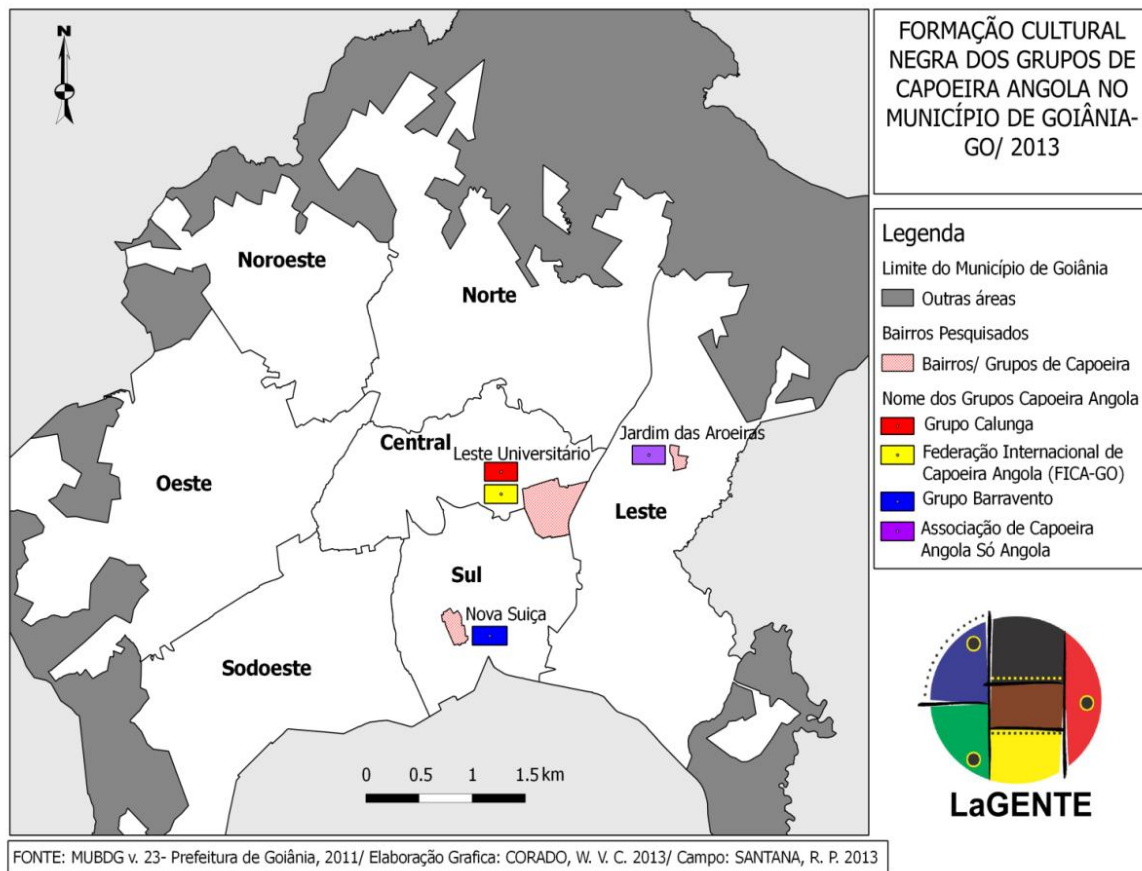
Hoje no século XX, a continuidade da história da Capoeira Angola na cidade de Goiânia, possui nome e endereço, quatro respectivos grupos dão há população goiana o prazer, a experiência, a filosofia de viver está pratica tão lúdica que és.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



Na região leste da cidade encontra-se a Associação de Capoeira Angola Só Angola, a primeira academia de Capoeira Angola da linhagem de Mestre Pastinha da cidade onde seus fundadores foram Mestre Vermelho, Mestre Caçador e Mestre Guaraná, alguns anos após Mestre Guaraná deixa o grupo e funda o seu próprio. Hoje em seu comando Mestre Vermelho e Caçador, mantém atividades com crianças de baixa renda na periferia da cidade como aulas de teatro, de percussão, de dança e fabricação de instrumentos.

Grupo Calunga de Capoeira Angola, assim chamado, fundado por Mestre Guaraná, hoje está localizado em um bairro na região central denominado de Setor Leste Universitário, após ter passado por alguns outros setores da cidade, o grupo possui aproximadamente quinze anos de fundação, sua linhagem segue a de Mestre Curió, discípulo de Mestre Pastinha.

Localizado na mesma região e bairro, a FICA (Federação Internacional de Capoeira Angola), comandada pelo contramestre Leninho de Sá, sua fundação foi feita pelo Mestre



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Cobra Mansa, que possui vários discípulos comandando núcleos espalhados por todo o mundo.

Mestre Goyano, fundou o grupo denominado assim por ele de Grupo de Capoeira Angola Barravento, localizado a região sul da cidade, no Setor Nova Suíça, hoje uma região mais elitista da cidade, onde quem reside nestas proximidades são pessoas com maior poder aquisitivo. Hoje Mestre Goyano realiza seu trabalho também com crianças em uma escola da rede pública como educador de educação física.

A identidade dos grupos não está implicada onde hoje é seu endereço, sua territorialidade é aplicada através da necessidade de manter um espaço para sua prática, dois destes grupos estão em endereços da comunidade, uma denominada Liga dos Moradores anos do Universitário a mais de cinco e o outro NAC, núcleo de apoio a comunidade há mais de seis anos, a FICA está no endereço da Universidade Federal de Goiás, localizada no DCE Campus I, possui o apoio da Universidade há quase dois anos. Desde sua fundação a academia mais antiga mantém seu mesmo endereço.

Um ponto a observar sobre a localidade dos grupos, é que além de estarem em endereços ditos populares e/ou de fácil acesso a população, três deles não possui local fixo, tem-se um apoio da comunidade, entidades para que se mantenha viva a cultura negra brasileira na cidade de Goiânia, por estes motivos, a comunidade capoeirística enfrenta um problema que está na categoria geográfica lugar. Quanto à compreensão do processo de inserção de cada grupo nos espaços utilizados para suas práticas é válido ressaltar que os grupos não são simplesmente existenciais para as suas práticas e muitas vezes satisfações individuais, se fazem presente no que se dizem respeito a ações culturais, audiências públicas e/ou participações em movimentos negros na Cidade de Goiânia. As entidades (sociais, econômicas e/ou religiosas), são importantes para que o projeto sócio-histórico-cultural da Capoeira Angola tenha seus fundamentos difundidos com as tais entidades, visto que a maioria destas entidades são também manifestações negras ou relacionadas à educação, onde o que se visa é uma formação de seres humanos que contextualizam em si próprio uma visão histórica, cultural e política da Capoeira Angola.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações Finais

A cultura negra chegou ao Brasil através de negros escravizados pelos colonos portugueses e que hoje ganha forte movimento/inserção na cultura brasileira, está presente nos mais variados estilos de nossa cultura, como a culinária, a música, a dança, o esporte e as indumentárias. Portanto o estudo da Capoeira é de suma importância no meio acadêmico, pois representa uma ampla manifestação histórica, social e cultural, e necessita ampliações em seus estudos. Nesse sentido, olhando para a particularidade dessa manifestação, que se apresenta no estado de Goiás, é observado que inicialmente está é vista como marginal começa a se territorializar em regiões centrais da cidade estabelecendo relações com entidades (sociais, econômicas e/ou religiosas) destas localidades.

Ao longo da história é perceptível que a Capoeira Angola, sofreu alterações em suas práticas não somente por causa da linhagem dos Mestres, mas, também pelo processo de aceitação em territórios regionais e posteriormente no território brasileiro. Visto que a capoeira foi por lei proibida desde a sua prática bem como as danças, músicas que estariam de alguma forma implicadas na mesma cultura, tida no momento como do capeta ou do diabo 'coisa ruim'.

Referências

ARAÚJO, Rosângela Costa. **Iê viva meu Mestre**: a capoeira angola da "Escola Pastiniana como práxis educativa". 2004. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 2004.

BRITO Elton P. **A História da Capoeira em Goiás contada por seus pioneiros**: Mestre Osvaldo e Mestre Sabú. Goiânia: Grafset – Gráfica e Editora Ltda, 2009.

RATTS, Alex. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. 2º ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

REIS, Letícia Vidor S. **O mundo de pernas para o ar**: a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher, 2000.

SILVA, Renata de Lima. **Corpo limiar e encruzilhadas**: processo de criação na dança. Goiânia: Editora UFG, 2012.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Espaço manicomial e narrativa barreteana

Sidnei Sousa Costa¹ e Sidney Barbosa²

Introdução

Afonso Henrique Lima Barreto, mais conhecido como Lima Barreto, é identificado por sua escrita de alteridade. Na literatura barreteana identifica-se o reconhecimento dos espaços e dos sujeitos que habitavam a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. O autor cria imagens de si e do outro sob a perspectiva literária como um escritor negro.

Lima Barreto tem na escrita o refúgio às dores que a vida impunha a ele. Porém, entre as suas amarguras está o uso excessivo de álcool. Esse consumo etílico acabou levando-o a internação compulsória por duas vezes no manicômio. O hospício no qual recolheram Lima Barreto era o Hospício da Praia Vermelha, mais conhecido como Hospício Pedro II. Essa instituição resguardava o papel de cuidar das pessoas com doenças mentais e com problemas com drogas à época.

Por sua situação era esperado a insanidade de Lima Barreto. Seus amigos impressionavam-se pelo seu estado de vexame, estava irreconhecível. Todavia, apesar da degradação pelo uso de álcool, o autor no recolhimento faz um exame sobre o que levou aquele espaço. Tece considerações sobre a forma na qual seus pares estavam sendo assistidos e as contradições do tratamento no manicômio. O autor demonstra uma sobriedade paradoxal, reconhece a necessidades de cuidado, mas não perde sua essência de crítico social, ao questionar por meio da escrita no diário e no romance os procedimentos que subtraíam a condição humana das pessoas reclusas no hospício.

O Hospício Pedro II foi uma das tentativas de realinhar a forma como as pessoas com problemas mentais estavam sendo tratadas no final do século XIX. Esse período coincide com a permanência de Lima Barreto na instituição. O espaço do manicômio passava naquela época por um conjunto de modificações, no tratamento dispensado aos pacientes. O Brasil

¹ Mestrando em Teoria Literária PosLIT UnB.

² Professor da UnB, Instituto de Letras e POSLIT.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

buscava inserir-se no contexto das reformulações da saúde, essas que são conduzidas pelo médico, psiquiatra negro Juliano Moreira.

Lima Barreto a partir de sua segunda internação nesse espaço dedica-se ao seu processo criativo: a escrita. O autor rompe os muros e revela o espaço manicomial, por meio dos escritos impressos no **Diário do Hospício** (1961) e no **Cemitério dos Vivos** (1961). A partir das percepções pessoais, o autor escreve sua rotina de forma literária em seu diário e abre caminho para o seu romance. Nas duas obras são representados os métodos, a estrutura física e criação do imaginário dos seres desumanizados que estão naquele ambiente opressor.

A nossa pesquisa teve como objetivo identificar as imagens de si e dos sujeitos que partilhavam da mesma experiência que Lima Barreto para ampliar a percepção da escrita literária do autor. Nesse percurso, foram identificados novos escritos que revelam o silenciamento imposto por forças que insistiam em diminuir o autor e o que ele escrevia. As representações e a linguagem barreteana causavam incômodo aos críticos, parceiros de jornal e editores que sobrepesavam suas penas ao se referir a criação literária de Lima Barreto.

No **Diário do Hospício**, o autor recria em tom pessoal no gênero de diário, suas impressões sobre o que passava no hospício. Apesar de alinhar as circunstâncias de seus dramas à escrita, marcado por um dos elementos que permeiam parte considerável de sua escrita, a biografia. Barreto cria o diálogo entre o campo real e a ficção. Consegue, preliminarmente, intrigar o leitor na composição sobre essa dualidade de gêneros em seus escritos: diário e autoficção. Por outro lado, esse exercício é materializado em seu romance, o **Cemitério dos Vivos**, no qual Lima Barreto eleva a escrita e reafirma as possibilidades de inspiração naquele espaço. São configuradas por sujeitos, o espaço manicomial e a própria biblioteca. Barreto, a partir de um personagem narrador Vicente Mascarenhas reencontra dramas de passagens de obras que configuram o cenário de restrição de liberdade, como a **Memória da Casa dos Mortos** de Fiódor Dostoiévski. O diálogo entre esses escritos permite ao autor relativar suas próprias angústias como sintetiza Alfredo Bosi (2010):



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Faz sentido registrar essa capacidade do intelectual que consegue relativizar o seu vexame comparando-o com afrontas suportadas por seus ídolos distantes, mas feitos próximos pela ação mediadora da memória. É por força dessa mesma disposição de pensar que o escritor Lima Barreto, jogado no meio de loucos indigentes, ora nu ora coberto de trapos, encara sem sombra de sujeição o médico do hospício, o homem a quem a sociedade atribuíra o direito de decidir da sua reclusão naquele depósito de seres... anormais.

É possível perceber que a obra de Lima Barreto rompe o espaço e tempo no qual foi escrita e traz dramas ainda presentes na contemporaneidade, o caso da saúde mental. Seus espaços que ainda tem uma institucionalidade questionável e em alguns casos ainda utiliza os mesmos métodos descritos no diário e referendados no romance de Lima Barreto. O autor cumpre distintos papéis na confecção de sua escrita, sobretudo, por discutir os dramas de um passado que ainda estão dentro da complexidade das pessoas e suas comunidades.

Objetivos

A proposição desta pesquisa foi analisar as obras: **Diário do Hospício** e **Cemitério dos Vivos** de Lima Barreto, servindo-nos do seu conjunto e do intertexto. A proposta, sobretudo, foi retirar das obras os contextos, a afirmação autobiográfica, a relação do autor com suas leituras como forma de busca por resíduos de uma verdade ou de uma ficção.

O foco da pesquisa aqui apresentada, foi o estudo da autobiografia dentro do espaço do hospício. Buscamos alcançar o olhar tanto dos personagens quanto o do narrador. Servindo-nos das características e do uso feito do personagem do espaço, especialmente, do espaço hospitalar e de sua utilização simbólica na Literatura. Pretendeu-se, por fim, entender como esses textos podem ser classificados no conjunto da obra do autor.

Procedimentos metodológicos

A proposta de pesquisa recobriu-se em uma análise bibliográfica sobre a obra do autor. Assim, o trabalho foi a análise das duas obras, apontando tanto para o contexto histórico no qual essas obras foram escritas e sua relação com a história que se desenrola dentro do enredo literário. Perseguiu-se também a forma, o conteúdo e sentidos da



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

contribuição de Lima Barreto para a Literatura Brasileira. A afirmação do autor como sujeito de escrita literária, que fez uma narrativa romanesca para além de uma limitação que tentavam colocar sua obra. Pretendeu-se relacionar essa análise aos questionamentos sobre a funcionalidade e à perda do personagem como figura humana dentro de uma instituição de permanência manicomial.

Resultados

A obra de Lima Barreto mostrou-se muito ampla, porém, reafirmou o papel quanto a uma escrita literária. Os dois textos, compõem-se, em uma realidade no final do século XIX, que se atualiza nos complexos ainda presentes na sociedade contemporânea. A obra com forte ligação no sujeito real, submetido ao complexo tratamento desumano em uma instituição manicomial, sobressaiu-se ao reconfigurar esses espaços à luz dos sujeitos de almas que os compõem: são os pacientes que estão esquecidos, os médicos, por vezes com humanidade por outras, frios a dor alheia, os enfermeiros que refletem o olhar comum e por vezes são violentos, em outros instantes recobrem-se de humanidade.

Lima Barreto permiti-nos verificar em sua escrita a constituição dos espaços: o físico e o literário. No físico, prende-se ao condicionamento brutal, psicológico que visa diminuir seus sujeitos. No literário revela, preliminarmente, os gêneros que compõem a escrita do autor, em um local novo que apesar de oprimir ascende a inspiração do escritor que está em seu meio.

Considerações finais

A proposta desta dissertação na primeira parte recuperou a identificação da narrativa de Lima Barreto sobre sua característica quanto ao gênero. Para isto, foi relacionado os elementos que compõem a escrita do **Diário do Hospício** e o **Cemitério dos Vivos**. A narrativa literária de Lima Barreto tem sido objeto de distintas pesquisas, entre as quais se revelam a percepção de Alfredo Bosi, Osman Lins Cuti e Joel Rufino dos Santos. Esses autores repaginaram a percepção sobre a escrita barretena, como autor literário, crítico de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

arte, cientista social e político. As impressões de Lima Barreto sobre o Brasil, as condições das pessoas, os caminhos do poder e da própria arte ultrapassam uma noção individual e se apresenta com diferentes vozes silenciadas. Sobretudo pelo fato de Lima Barreto trazer uma visão crítica sobre a burguesia que por vezes estava protegida pelo instante de reformas estruturais no país.

Na segunda parte da pesquisa foi discutido o caráter literário da obra do autor. Resgatou-se as subjetivações do que o autor escreveu e o diálogo acadêmico, a partir da reelaboração da leitura de seus escritos. São novas linhas a partir da tese de Osman Lins, com o livro **Lima Barreto e o Espaço Romanesco** (1976) que reafirma os aspectos literários na obra de Lima Barreto. Esse estudo que foi orientado por Alfredo Bosi (1994) que nos seus escritos posteriores recondicionou o lugar da obra barretina na literatura brasileira. Autores negros, a exemplo de Cuti (2005) reafirmaram considerações sobre o fazer literário de Lima Barreto, ao se autoafirmar como sujeito negro e, sobretudo, representar o outro, por meio de personagens que não estavam no imaginário burguês como sujeitos de representação. Esses estudos permitiram também apontar o diálogo literário e social, proposto por Joel Rufino dos Santos em **Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres** (2004), o formato de escrita e linguagem do novo intelectual, apesar da repulsa de Lima Barreto a essa designação. A escrita barretina segundo Santos (2004) permite um diálogo entre os “intelectuais e os pobres”, seja pelo efeito de sua linguagem seja por sua forma de estabelecer uma fonte referencial que outros sujeitos percebem-se na escrita.

As impressões das duas primeiras partes permitem perceber a escrita de Lima Barreto com a percepção de autoficção. Há na escrita aspectos que podem ser discutidos à luz da proposição de Lejeune (2008), no que se refere a autoficção. O diálogo de vestígios biográficos, a figuração do real e própria autoficção. Barreto recria as imagens e os referências que provocaram a repulsa ou despertam seu imaginário criativo. Podendo essas novas figurações serem reflexos das complexidades que afligem os sujeitos no mundo real.

As informações destacadas no estudo permitem abrir novos campos a serem complementados com novos estudos sobre a obra do autor. A proposição deste estudo



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

possibilitou ampliar a percepção literária da obra de Lima Barreto nos diferentes campos que autor escreveu.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O racismo na guerra às classes perigosas: o genocídio de jovens negros em São Gonçalo – RJ

Silvia Cristina de Sousa Carvalho¹

Introdução

A pesquisa em questão consiste na dissertação de mestrado no âmbito do programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem por objeto o estudo sobre o extermínio de jovens “negros²” em regiões periféricas, nesse caso, a cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ). Nossa percepção considera que esse segmento populacional encontra-se submetido a ações sistemáticas de repressão e violência estatais / societárias, conformando práticas que identificamos por “genocidas”. Nesse sentido, sinalizamos para a centralidade de se compreender o que é esse sujeito, nessa sociabilidade.

A partir de dados estatísticos – divulgados recentemente por instituições de letigimidade social como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – que expressam altos indicadores e mesmo incremento de mortes violentas neste universo populacional, consideramos que as mortes de jovens “negros” derivadas da genericamente intitulada “violência urbana” possui especificidade e raízes históricas no colonialismo/colonialidade³ elementos também constitutivos de nossa formação social e que adquirem traços específicos na Modernidade colonial.

Nossa hipótese considera que o alto índice de mortes da juventude negra e pobre do município de São Gonçalo, reflete o fruto de uma ação sistemática do Estado contra determinado perfil de sujeito social dentro dessa sociabilidade.

¹ Mestranda do PPGSS – Programa de Pós-graduação Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora – NEGRA.

² Optamos por manter o termo “negro” entre aspas, em todo o trabalho, por considerármos o termo como uma invenção perjorativa do homem, branco, europeu, com o intuito de legitimar a sujeição dos povos africanos na conformação da modernidade/colonial desenvolvido por Mbembe (2014).

³ De acordo com Quijano (2005) colonialismo refere-se ao controle de uma área geográfica, que para ser assegurada depende da colonialidade, processo que expressa um novo padrão de poder que se baseava na articulação dos novos sistemas de dominação social e de exploração do trabalho que se constituía e se configurava como um produto central da relação colonial imposta na América. Onde passou a classificar a diversidade humana em raça como forma de submissão e domínio.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Nosso trabalho consiste em discutir a formação da “sociedade” brasileira, na condição de relações sociais constituídas sob uma lógica de “desenvolvimento periférico e dependente” do capitalismo em um país marcado por relações de colonialismo, expresso nas práticas violentas, segregadoras que conformam a modernidade.

Para empreender tal tarefa, optamos por recuperar como se constrói o que identificamos como uma “invenção do negro” no mundo ocidental nesse era em que vivemos, iniciada em contexto especial do colonialismo/colonialidade.

Ainda que nos remeta a tempos históricos distantes, consideramos importante para pensarmos como essas determinações ou marcas contribuem para relações de dominação e de violação bastante naturalizadas em nossa sociabilidade. Essa leitura nos auxilia a compreender a construção do “negro” para além de uma categoria sociológica, porém como elemento central desse trabalho.

Pensar a construção do “ser negro” e de sua história, é, antes de tudo, pensar a origem das pessoas africana, retornar às nossas raízes e revermos como a História tratou os que produziram, sob coerção e violência, a ideia de “negro” a partir do colonialismo, afirmada na Modernidade e, em especial, nesse momento histórico no Brasil.

Considerar essa reflexão em torno do que nomeamos como “sujeito negro” representa desconstruir e reconstruir o pensamento hegemônico ocidental mistificado em nosso imaginário. Representa lutar, resistir ao processo de dominação iniciado no período colonial e de acumulação capitalista europeia.

Nesse sentido, temos o desafio de construir um trabalho que nos permita apresentar esse sujeito histórico social que é construído como “negro” a partir do colonialismo europeu, como primeiro grande genocídio negro, e pensar essas implicações nas formas de reprodução da violência de um mundo marcado por uma sociabilidade violenta sobre esse sujeito específico que são construídos como uma mercadoria⁴ produzida pela lógica de

⁴ Segundo Marx (1996, p. 81): “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.” Trazemos aqui a definição de fetichismo da mercadoria em Marx por entendermos que a relação de sujeito e coisas na sociedade capitalista se



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

acumulação de valor, como um objeto, produto de uma elaboração social, e como tal, carregado de valor de uso e valor troca⁵, que ao se tornar supérfluo deve ser descartado desdobrando-se, ao que entendemos como seu genocídio. Segundo Mbembe (2014) inventado como um jazigo, destituído de humanidade como forma de ser comercializado.

Pretendemos apresentar compreensões sobre o desenvolvimento do capitalismo a partir da constituição das relações sociais de produção e como tais relações possuem o racismo como um dos elementos estruturantes, permitindo compreender a formação das classes sociais e de suas contradições no Brasil a partir de outras especificidades. Dessa forma concordamos com Malcom X⁶ que “não existe capitalismo sem racismo” (Rodrigues, 2013, p. 135). Ele se desenvolve sob o argumento da supremacia de uma raça, no sentido superior e político. Para Mbembe (2014), a construção da discussão sobre racismo ocorre por meio de três dimensões da realidade: religiosa, científica e histórica. Sendo assim, consideramos fundamental apreender essas dimensões de forma integrada às determinações materiais.

Não há consenso em relação ao conceito do termo genocídio. Portanto consideramos relevante problematizá-lo. Nascimento (1978, p. 15)⁷ apresenta em suas páginas iniciais dois conceitos de genocídio: “recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas de seus sentimentos nacionais e religiosos”.

No entanto, encontramos em Arendt (1983) uma definição que ultrapassa a questão de extermínio étnico racial e religioso. Arendt (1983) define como um crime executado por um Estado totalitário contra a humanidade, por se tratar de atos de destruição e extermínio à diversidade e ao pluralismo humano, se tornando um crime contra todos. Arendt (1983)

apresenta de forma mistificada, onde seu segredo permite que sujeitos sejam manipulados conforme a vontade do capital.”

⁵ Entendemos o homem escravizado como uma mercadoria e de acordo com Marx (1996, p. 166) toda mercadoria é carregada de valor de uso e troca. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. O valor de troca aparece de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.”

⁶ Malcom X (1925-1965) foi um dos mais importantes ativistas “negros” dos movimentos de luta por direitos civis dos anos de 1960 nos Estados Unidos (RODRIGUES, 2013).

⁷ Nascimento (1978) extrai o conceito apresentado do Dicionário Escola do Professor, organizado por Francisco da Silveira Bueno, Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 580.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

constrói o debate em meados do século XX, a partir de reflexão sobre “direitos humanos” e reflete que, o que criou as condições para o genocídio foi considerarem seres humanos como seres humanos supérfluos, pela perda da cidadania⁸ em um determinado momento.

Para Arendt (1983) a “perda da cidadania” implica na impossibilidade dos indivíduos evocarem aos direitos humanos, tornando-os “sem lugar” em uma sociedade, impossibilitando-os de serem tratados como semelhantes, tornando-os, seres supérfluos e descartáveis.

Todavia, pensamos que a cidadania mencionada por Arendt (1983), fundamenta-se em referenciais da Modernidade burguesa. Sendo assim, questionamos se o povo africano e seus descendentes na diáspora, de fato, foram plenamente contemplados com a cidadania formal constituída como paradigma civilizatório.

A alta mortalidade entre jovens “negros” e pobres no Brasil não é um dado recente nem tampouco uma novidade em sua história. Contudo, vem aumentando de forma significativa no decorrer dos últimos anos a partir, especialmente, de ações do Estado. Waiselfisz (2014) expressa um aumento considerável e uma polarização entre as mortes por homicídios dos jovens “negros” em relação aos jovens brancos do ano 2002 (29.656 mortes) a 2012 (41.127 mortes) no Brasil. Notadamente, percebe-se que muitas dessas mortes estão relacionadas ao discurso de criminalização, justificadas como auto de resistência⁹.

Compreendemos que a “violência urbana” e seus impactos específicos contra um determinado tipo de população, em especial as que se situam nos bairros pobres periféricos

⁸ Segundo Coutinho (1994) a Cidadania e os direitos (civis, políticos e sociais) relacionados a ela, são determinações históricas. O autor conceitua como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou por todos, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, possibilitando a realização humana, abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado. A cidadania não é permanente, advém de uma luta permanente travada de baixo para cima, das classes subalternas, consistindo num processo histórico de longa duração. No entanto, Coutinho (1994), adverte de que não há possibilidade de exercer plenamente a cidadania em um Estado capitalista, mesmo na modernidade, período marcado pela promessa de universalização da mesma. Pelo fato da burguesia tornar os direitos civis como meios de consolidação de seus interesses. O autor cita o exemplo do modo como a doutrina de Locke (e as várias Constituições que ele inspirou) tratou a questão da propriedade como direito natural fundamental, do qual a garantia é a razão da existência do Estado. Não obstante, vemos como um direito universal torna-se um direito burguês, particularista e “excludente”, restrito aos proprietários dos meios de produção.

⁹ Auto de resistência está caracterizado no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) no “Artigo 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderá usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

e nas favelas, é um fenômeno intrínseco à lógica da expansão da acumulação capitalista. Para tanto, é importante investir em contribuições que pensam o desenvolvimento das nossas relações sociais. Nos chama a atenção, especialmente, a faixa etária e o perfil étnico racial daqueles que são mortos. As estatísticas de fontes oficiais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Mapa da violência 2014 - e não oficiais (meios de comunicação) demonstram o aumento da morte do número de jovens “negros” e pobres na faixa etária entre 15 a 29 anos.

Objetivos

A pesquisa tem por objetivo geral refletir sobre o alto índice de mortes da juventude negra e pobre do município de São Gonçalo problematizando-o como fruto de uma ação sistemática do Estado. Bem como denunciar de que modo o racismo se expressa em suas múltiplas dimensões, no qual, nos deteremos nos autos resistência como uma de suas expressões. Derivam daí os seguintes objetivos específicos: (i) relacionar as mortes violentas à reflexão sobre racismo e genocídio, dialogando com literatura de diferentes enfoques (ii) visibilizar a questão do racismo e da discriminação étnico-racial como estruturante das relações societárias (iii) desnaturalizar e denunciar a associação entre jovens “negros” e o crime, uma construção social expressa, inclusive em políticas públicas.

Procedimentos metodológicos

Metodologicamente apresentamos a construção do desenvolvimento do capitalismo a partir da constituição das condições para estruturar as relações sociais de produção. Pensamos o racismo como elemento estruturante dessa relação e a constituição do “negro” como elemento central da formação de classe social no Brasil. O racismo se inscrever por múltiplas dimensões, dessa forma apresentamos as diferentes abordagens. Procuramos dialogar também com essas reflexões por meio de disciplinas como a “criminologia crítica” para aprofundar a reflexão sobre a criminalização da juventude negra no Brasil.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Impulsionando essa reflexão, optamos por realizar investigação empírica em relação à cidade de São Gonçalo (RJ) entre os anos 2008 a 2014. Nosso recorte temporal considera o ano de 2008 emblemático por se tratar do momento em que o estado e o município do Rio de Janeiro estão se preparando para sediar grandes eventos internacionais¹⁰. Nesse sentido percebemos um aumento de práticas repressivas do Estado ao combinar políticas repressivas. Para fundamentá-la, recorreremos à literatura ampla sobre formação da Modernidade/Coloniadade, formação social brasileira, escravidão, racismo, violência, dialogando com produções no campo do que se denomina “pensamento descolonial”¹¹.

Analisamos como a Política de Segurança Pública define crime e criminoso. Tipificamos as mortes da juventude negra em São Gonçalo, para tanto, nos debruçamos em análises de dados referentes às mortes dos jovens em fonte oficiais como: IBGE, IPEA, Instituto de Segurança Pública – ISP e Mapa da violência, acreditamos na relevância de análise dos dados, especialmente do ISP, por representar a expressão da política de segurança pública.

A formulação da nossa dissertação reflete um processo marcado por uma gama inquietudes. Até chegarmos ao objeto, hipótese e objetivos atuais, percorremos um caminho de muitas reflexões, questionamentos e descobertas fruto das aulas assistidas nas disciplinas obrigatórias, eletivas e em grupos de pesquisas¹². Nesse sentido, consideramos a

¹⁰ Conferência Nacional das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável - Rio +20 – em junho/2012; Jogos Militares de 2012; Copa das Confederações realizada pela Federação Internacional de Futebol – FIFA – em junho/2013; Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica em julho/2013; Copa do Mundo da FIFA em junho/julho/2014 e o próximo será os Jogos Olímpicos de 2016.

¹¹ Segundo Lander (2000) o pensamento descolonial parte da iniciativa de criar alternativas ao eurocentrismo e colonialismo no pensamento latino-americano. Centra-se em construir uma perspectiva de saber não eurocêntrico. Seus questionamentos estão em torno de duas dimensões: Dar respostas ao pensamento hegemônico liberal e neoliberal, especialmente, pela naturalização das contradições e tensões das relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista emergente da conformação do Estado/sociedade moderno expressos nesse pensamento; E questionar como o desenvolvimento econômico dos países capitalista europeus favoreceu o acirramento as desigualdades sociais nos continentes Africano, Asiático e, especialmente, Latino-americano. Nesse sentido consideramos o diálogo com essa perspectiva como um aporte teórico metodológico importante para refletimos sobre nossa realidade enquanto “colônia” e a sua relação de dependência com os países ditos desenvolvidos, bem como, refletirmos sobre a escravização de povos africanos e ao extermínio de povos de origem indígena na América Latina no período colonial. Essa perspectiva será melhor desenvolvida no decorrer do trabalho.

¹² Participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE); e participação no grupo de estudos – A cidade no capitalismo: (re)produção do espaço urbano e (re)produção de relações sociais – vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI). O Núcleo de Estudos e Pesquisa em



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

necessidade de aprofundarmos nosso conhecimento sobre reflexões em torno da questão étnico-racial. Para tanto ingressamos no grupo de estudos “Negra” e participamos como ouvintes de duas disciplinas que tem a “questão racial” como centro de sua abordagem.

A inserção no grupo de estudos e nas disciplinas foi essencial para percebermos a rugosidade das abordagens sobre a colonização/colonialidade europeia. Em nossa concepção, várias abordagens demonstram que esta ultrapassou as barreiras materiais e consolidou-se no imaginário social, perdurou-se, na reprodução da vida material, na Educação, na Cultura e, sobretudo, na forma de ver o mundo. O genocídio do povo “negro” criado no contexto colonial forjou a ideia que nem mesmo quando “negros” morrem aos milhões isso gera comoção social – há uma naturalização da violência contra um determinado perfil de ser humano. Buscando coerência com as denúncias de naturalização do racismo e de subjugação política, econômica e cultural dos “negros”, optamos por dialogar com literaturas que nos permitam refletir sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista a partir de perspectiva não limitada a produções eurocêntricas.

Nesse sentido há o desafio de compreender a formação da sociedade capitalista para além da realidade da classe operária europeia dos séculos XVIII e XIX. Dessa forma, o ser humano “negro”, considerando suas diferentes inserções de classe social, ganham espaço na discussão da luta de classe em nosso estudo. No entanto consideramos a importância do recurso metodológico materialista histórico dialético¹³ balizado em três categorias centrais:

Geografia Regional da África e da Diáspora – NEGRA – tem por objetivo constituir em espaço de discussão, formação e diálogo plural com a finalidade de descolonizar pensamentos, saberes e práticas sobre África e a Diáspora. DISCIPLINAS: 1) Espaço Urbano e Relações Raciais; cursada como ouvinte no primeiro semestre de 2015 na Universidade do Estado do Rio De Janeiro; Faculdade de Formação de Professores; Programa de Pós-Graduação em Geografia; ministrada pelo professor Denilson Araújo de Oliveira. 2) Relações raciais e ensino de geografia (sociedade, espaço e etnia) cursada como ouvinte no segundo semestre de 2015 na Universidade do Estado do Rio De Janeiro; Faculdade de Formação de Professores; Departamento de Geografia; Professores: André Tinoco, Gabriel Siqueira, Denilson Oliveira E Renato Emerson. A disciplina tem como questão central o racismo, movimentos antirracistas e pensamento descolonial.

¹³ Para Konder (1981) a dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, do modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. Para Kosik (1976) a Dialética trata da coisa em si. Porém a coisa em si, não se manifesta imediatamente ao homem, portanto a essência não se dá imediatamente ao fenômeno, se manifesta em algo diferente daquilo que é. Todavia a essência se manifesta no fenômeno, sendo assim, revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva e por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é a atividade do fenômeno.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

totalidade¹⁴, contradição e mediação para apreensão da realidade. Para além de construir um trabalho acadêmico, objetivamos construir um trabalho que contribua politicamente de forma crítica no enfrentamento do racismo no Brasil.

As categorias centrais de nosso trabalho são: Estado, raça, racismo, mercadoria, escravidão, hegemonia, emancipação humana e política, criminalização e juventude.

Resultado

Estamos no proceso contínuo de apreensão da realidade da qual nos propusemos a investigar, no campo teórico e empírico: produção textual e levantamento dos dados necessários para comprovação de nossa hipótese.

Considerações finais

Como já mencionado, ainda não concluímos nosso trabalho. No entanto, de antemão, já podemos concluir que a modernidade e seus princípios emancipatórios de liberdade, fraternidade e igualdade, são no mínimo falaciosos. Seu caráter contraditório se expressa no universalismo particular eurocêntrico. Contudo, em nossa concepção, fazer a crítica aos princípios da modernidade e questionar seus atributos, não significa que concordamos com sua falência. Para os pos-modernos a modernidade acabou por que fracassou, ou seja, suas promessas não se concretizaram como a emancipação humana por exemplo. Entretanto, entendemos que se Modernidade é um projeto ideológico burguês, ou seja, se seus princípios são pautados numa racionalidade burguesa então essa era contraditória ainda não se esgotou, pois, o Estado e a sociedade são conformados por essa racionalidade, por essa razão. Logo nossa crítica à modernidade se estabelece em função da proposital contradição iluminista/liberal perpétua. Principalmente, se pretendemos uma análise das formas de relações de exploração, por meio do trabalho, considerado como fundamento do Estado/sociedade capitalista burgês.

¹⁴Totalidade concreta não representa um todo constituído de partes, mas uma totalidade inclusiva e macroscópica de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. A totalidade concreta e articulada da sociedade burguesa resulta numa totalidade dinâmica expressa no caráter contraditório de todas as totalidades, sendo assim as relações existentes entre elas não podem ser feitas de forma direta, devem ser mediadas, não apenas pelos níveis distintos de complexidade, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade NETTO (2011).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

E por quê afirmamos a falácia da modernidade? Pelo menos duas questões gostaríamos de explicitar e essas nos parecem essenciais para a nossa discussão acerca do genocídio Negro: o racismo e a escravidão edificada no racismo. Ambos foram exacerbados na pré-modernidade (no final do século XVI com as cruzadas marítimas e o sequestro de povos africanos para exploração das “conquistas” europeias) e na modernidade (período em que a metafísica perde lugar para “razão”). Uma razão violenta que fez e faz sangrar África e sua diáspora.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O lugar e a cartografia social das Festas do Rosário e Congadas na cidade de Goiânia

Wanderson Vinicius Carvalho Corado¹

Introdução

Este trabalho faz parte de uma abordagem geográfica cultural que pesquisa e estuda as Congadas em Goiânia, desempenhada no Laboratório de Estudos de Gênero, Etnorracial e Espacialidades. Assim, o entendimento sobre as Congadas de Goiânia, como fenômenos que produzem o espaço intraurbano, através do sujeito cultural, se relaciona com os seguintes bairros da capital goianiense: Vila Mutirão, Vila João Vaz e o bairro de Campinas.

Como perspectiva de análise geográfica, a categoria lugar possibilita uma compreensão dos fenômenos socioespaciais em diferentes aspectos, como por exemplo, a relação das experiências vividas que as(os) congadeiras(os) construíram e constroem na cidade, que, ao mesmo tempo, estão interligadas com a região metropolitana de Goiânia, bem como os municípios do sul do estado de Goiás e triângulo mineiro.

Um breve diálogo metodológico acerca do que alguns dos principais autores da geografia como Milton Santos, Ana Fani Carlos e Y-FuTuan faz se necessário. Pois os mesmos colaboraram para análise e compreensão espacial a partir do uso da categoria geografia lugar e assim, pensamos que o espaço urbano também é uma construção das relações sociais, culturais, simbólicas e afetivas, produzidas pelos sujeitos sociais, neste caso os(as) congadeiros(as) que a partir do seu “estar” no mundo também se tornam agentes que produzem o espaço geográfico.

Para este trabalho, procuramos nos aproximar ao máximo do que, podemos chamar de métodos participativos, isso para a realização de representações cartográficas, com (as)os congadeiras(os), uma vez que essa possibilidade se abre no campo metodológico da cartografia social. Os mapas apresentados no desenvolver deste trabalho revelam as localizações dos bairros, que são os lugares simbolicamente importantes para os(as) congadeiros(as) na Vila João Vaz, a exemplo da residência da rainha, residência dos capitães e mordomo, espaço da congada e igreja Nossa Senhora do Rosário.

¹ Graduando em Geografia na Universidade Federal de Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

As Congadas de Goiânia tem uma importância significativa enquanto fenômeno inteiramente urbano, ou seja, a partir desta ideia faz se importante o uso de algumas categorias geográficas que são importantes para uma abordagem das relações existentes entre os(as) congadeiros(as) e os lugares vividos por eles e elas na cidade e que também podemos compreender como espaços de experiências cotidianas instituídas pela ação dos sujeitos sociais.

Por ser o espaço totalidade, ele se constitui em uma multiplicidade de espacialidades que se articulam concomitantemente e são associadas por temporalidades – idênticas ou diferenciadas. Assim, em uma mesma cidade, em um bairro específico ou até mesmo em uma rua, várias espacialidades, em âmbitos escalares diferentes, podem conviver. É frente a esse contexto que encontramos no vocabulário geográfico termos como “espaço vivido”, “espaço urbano”, “espaço rural”, “espaço econômico”. (CIRQUEIRA, 2010, p. 31)

Desta forma começamos a entender as possibilidades que os estudos sobre as Congadas de Goiânia podem revelar sobre os aspectos do espaço urbano e os atores cotidianos que nele estão especializados, uma vez que essa percepção se encontra, em alguns momentos, com bairros historicamente importantes da capital, são eles: o bairro de Campinas, a Vila João Vaz e a Vila Mutirão a que me delimito, neste trabalho, como recorte espacial, que por sua vez, são espaços da presença dos(as) congadeiros(as).

As análises dos fenômenos do espaço urbano se relacionados com o cotidiano dos sujeitos que participam da festa. Estes, num outro momento se interligam com as trajetórias dos migrantes congadeiros(as) oriundos da região sudeste do território goiano e triângulo mineiro, em direção à cidade de Goiânia-GO.

As congadas na cidade de Goiânia existem há aproximadamente meio século, o momento exato ainda não é conhecido, mas segundo as narrativas orais dos próprios congadeiros, esses festejos chegaram a Goiânia por volta de 1950/60 trazidos por migrantes do Triângulo Mineiro, de cidades como Uberlândia e Araxá entre outras, e também do interior de Goiás, principalmente de Catalão. (SOUSA e RATTS, 2010, p. 2)

Segundo os(as) autores(as) consultados(as), há mais de 50 anos na capital goianiense são realizadas as festas de Congada nos meses de maio e setembro que, por sua vez, são manifestações religiosas com origem nas populações negras. Assim, as congadas apresentam devoção às(aos) santas(os) negras(os), especificamente, N. S. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

As festas de congadas, neste caso as da capital, estão intrinsecamente ligadas a presença de uma Irmandade e ao Reinado que são, essencialmente, responsáveis pelos símbolos e liturgias, que são características marcantes da realização da festa, desta maneira, afirma Damascena (2012):

O Reinado implica uma participação nos ritos simbólicos mais complexos, como a instauração do Reino e os respectivos atos litúrgicos e cerimoniais. Os ternos de Congo, apesar de acompanhar o cortejo do Reinado em suas funções de busca e entrega da coroa, não participa diretamente da coroação, papel que tradicionalmente é designado ao Terno de Moçambique. (p. 19)

A maneira como as congadas se manifestam na cidade é um símbolo que caracteriza a resistência e preservação da cultura afrodescendente no Brasil. Como continua a autora: “A congada aqui está sendo pensada como uma espécie de reorganização do passado no presente, e também para uma ressignificação da cultura negra tradicional no espaço urbano moderno” (DAMASCENA, 2012, p. 20).

Neste momento o uso da categoria lugar encontra elementos importantes e facilitam uma compreensão dos acontecimentos espaciais, pois possibilita compreender os fenômenos em escalas pontuais (re)criando o passado e até mesmo outros lugares na prática da festa ou no cotidiano dos(as) congadeiros(as).

O bairro de Campinas, especificamente, aparece neste trabalho como um lugar de encontro dos(as) congadeiros(as) e dos diferentes ternos, pois “Os ternos de Congo festejam a santa de uma maneira muito particular, com cantos que comportam temática de louvor aos santos pretos [...]” (DAMASCENA, 2012, p. 20). A memória espacial e histórica da presença da congada na cidade é marca da presença da população negra. Essa relação com Campinas ocorre, há primeiro momento a existência da Igreja Matriz de Campinas, onde sua construção é anterior aos anos de 1930 com a construção da capital planejada, mas que no segundo domingo do mês recebe os cortejos dos(as) congadeiros(as) em memória a abolição do período de escravização da população negra no Brasil.

Na cidade os ternos, quando em cortejos, cantam e tocam músicas de devoção aos santos e ao mesmo tempo realizando trajetos que perpassa por alguns locais dos bairros já mencionados anteriormente, casas dos(as) congadeiros(as) ou de famílias dos mesmos que participam da festa são como lugares que:



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. “Os ternos de Congo, apesar de acompanhar o cortejo do Reinado em suas funções de busca e entrega da coroa, não participam diretamente da coroação, papel que tradicionalmente é designado ao Terno de Moçambique.” (DAMASCENA, 2012, p. 19).

A partir da observação desses fenômenos podemos nos apropriar da concepção de Barbosa (2009) que diz: “O espaço é concreto, ele existe materialmente, todavia para compreendermos a materialidade precisamos de elementos subjetivos, de um pensamento organizado que nos façam chegar até o espaço [...]” (p.9). Realizar um estudo sobre as Congadas envolve uma série de observações a partir da subjetividade e da condição dos sujeitos, assim, possibilitando uma compreensão dos espaços experienciados e também espaços produzidos por congadeiros tanto no ato da festa quando no desenvolver do cotidiano.

No entanto essas experiências, uma vez que analisadas numa abordagem humanista nos mostram as diferentes escalas que os congadeiros transitam, no tempo e espaço. Assim fica apontada a relação rememorada e recriada com a África estabelecida pelo Atlântico. “o pensamento não obedece a fronteiras. Consequentemente, as distâncias não são obstáculos. Assim, do seu lugar vivido, o ser humano tem a capacidade de transitar em lapsos de segundo e pode viver, simultaneamente, em vários mundo/lugares” (MELLO, 2001, p.97).

Objetivos

Realizar o trabalho de campo através da observação, da leitura bibliográfica e da análise dos mapas, percebemos como os congadeiros (as) apropriam-se dos espaços vividos e experienciados os transformando de maneira simbólica e ao mesmo tempo concreta (re)criando as diferentes temporalidades do espaço geográfico.

Assim, Abordar a categoria geográfica lugar possibilita uma análise da relação dos sujeitos com a Congada, com o lugar na cidade de Goiânia, considerando os processos de formação da identidade dos congadeiros com foco nos bairros Campinas (e adjacências), Vila Mutirão e Vila João Vaz.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Construir um mapeamento participativo dos lugares, sobretudo os bairros que trazem um significado e que tem uma relação com a Congada em Goiânia.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido a partir de algumas leituras bibliográficas, estudo de material cartográfico e do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnicos Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG), onde vários estudos dos Reinados e Congadas foram realizados (SILVA & RATTI, 2010; SOUSA, L. & RATTI, 2010; SANTOS, M. & RATTI, 2012; e DAMASCENA, 2012).

Fizemos um levantamento bibliográfico da produção sobre Congada e Cidade, principalmente na área de Geografia, incluindo análise, reflexão e síntese dos relatórios e outros trabalhos de pesquisa.

Participamos de alguns trabalhos de campo e acompanhamento da Festa e dos ternos em Goiânia, nos bairros de Campinas, Vila Mutirão e Vila João Vaz. Visita às congadas de outras cidades, como por exemplo, Catalão, acompanhando os diversos festejos nos bairros, como participante de outros projetos de pesquisa.

Realizamos um mapeamento inicial e final utilizando o software Quantum Gis 2.0.1 e o MUBDG (Mapeamento Urbano Digital de Goiânia);

Realizamos igualmente mapeamento participativo com os(as) congadeiros(as) a partir da elaboração cartográfica inicial.

Lugar: uma breve discussão teórica

Duas das abordagens que permeiam os debates e que ao mesmo tempo fundamentam alguns conceitos no pensamento da categoria geográfica Lugar são influenciadas, respectivamente, pelos pensamentos da corrente Humanista e também da corrente Dialética:

Embora ambas as correntes possuam fundamentações filosóficas distintas, têm em comum o fato de terem surgido como reações ao positivismo então vigente, o qual permite a descrição da natureza a partir de leis e teorias assim como a dissociação Homem-meio (LEITE, 2008, p. 9).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Desta forma, pensamos que a compreensão dessa categoria não se limita, somente, aos autores da geografia, pois o que se percebe é que o lugar é uma categoria estudada em outras ciências, mas que, na Geografia sua utilização se apresentava a segundo plano. “A categoria Lugar sempre esteve presente nas abordagens geográficas clássicas, no entanto de forma secundária” (HOLZER *apud*, CIRQUEIRA, 2010, p.34). Este é o debate que Leite (2008) introduz ao citar e comentar trechos de obras de Aristóteles e Descartes que contribuíram para uma legitimidade da categoria lugar nas abordagens do campo filosófico.

A partir dos anos 70 alguns cientistas, a exemplo de Y-Fu Tuan e Buttimer trouxeram outras abordagens mais reflexivas em suas pesquisas, isso levando em consideração a subjetividade, a experiência, a valorização do sujeito e do objeto, sobretudo suas relações com o espaço vivido. Esses enfoques e formas metodológicas são chamados nos dias atuais de *Geografia Humanística*. “Para tanto houve um apelo às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica – que em essência encontram na subjetividade humana as interpretações para suas atitudes perante o mundo” (LEITE, 2008, p.9).

Nas obras “Espaço e Lugar: uma perspectiva da experiência” e “Topofília”, ambas do autor Yi-Fu Tuan, observamos a importância que o lugar recebe quando se considera as relações subjetivas e as experiências humanas com o espaço, ou seja, o lugar resulta da ação dos seres humanos e assim ele é construído por diversas maneiras, repleto de significados, símbolos e subjetividades: “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (LEITE, 2008, p. 9).

O lugar sem a presença humana é visto como um espaço vazio das relações, ou seja, somente “espaço físico”. A participação do ser humano, dos sujeitos e atores, no espaço geográfico é permeada por trocas que se dão pela experiência em uma determinada porção ou recorte do espaço vivido, que se distribui em diversas escalas, podendo ir da sua área de residência para uma relação com o bairro ou até mesmo a cidade.

A maneira como essas relações se especializam nos diversos âmbitos, como por exemplo: a cultura, a política, as emoções e até mesmo os símbolos que compõem o nosso cotidiano torna possível a criação e uma memória tanto espacial quanto histórica.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Pois o contato com o lugar para além de outras temporalidades que se torna algo possível, uma vez que podemos considerar a memória como elemento da produção espacial humana, assim o afeto ou até mesmo o desafeto podem causar o sentido de pertencimento que se constrói no espaço geográfico.

Nestes estudos destacamos Tuan, que qualifica esses espaços de pertencimento como espaços topofólicos, isso se deve a presença de um conjunto de símbolos e de sentidos que ultrapassam os campos da visão, do olfato e tato, uma vez que esses são extremamente importantes para o que está somente no abstrato se materializar.

O pertencimento, a memória contribui para formação do lugar geográfico como um espaço que é resultado das particularidades, nas palavras de TUAN, 1975: “o que a lareira, a loja de doces na esquina, a cidade, e a Estada Nação têm em comum? Eles são todos centros de significado para os indivíduos e grupos” (p. 39). Isso nos traz uma compreensão da dimensão dos sentimentos e dos sentidos de cada ser humano, cada grupo e cada lugar.

O lugar não necessariamente é, neste caso, uma centralidade, todavia podemos vê-lo em outras camadas e escalas. Os locais de residência, trabalho, lazer e estudos, por exemplo, são interligados por um fluxo que as pessoas realizam cotidianamente e essa ação remete ao mundo vivenciado, a partir das experiências com os lugares. Porém, relações tão abertas assim com os lugares podem torná-los desconhecidos, e até mesmo trazer o sentido de desconforto e medo, ou seja, uma relação “topofóbica”, fazendo com que os lugares percam ou alterem seus significados para determinados, que muitas vezes estão imbuídos de sensação de lar, abrigo, afeto e segurança.

Numa abordagem dialética o lugar é visto de forma singular e é entendido como espaços específicos, e por muitas vezes correspondente ao local e também ao mundial.

O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. (CARLOS, 1996, p.14)

De maneira que o lugar de é uma parte que integra as dimensões dos meios de vida, permeados pelas relações sociais que se dão pelos interesses e demandas do capital assim



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

representado um fragmento de uma totalidade. Porém, no nível local o lugar reage de maneira própria só que parte da totalidade esses lugares passam a serem locais representativos do global.

Podemos pensar que as mudanças ocorrentes em diferentes escalas e camadas podem diretamente atuarem nos lugares, pois desta forma podemos recorrer ao sentido de conexão. Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. “O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p. 97).”

Os lugares ao tempo que são representativos de uma totalidade deve-se pensar nele como uma representatividade de outros espaços, de forma que os fatos, por mais que sejam eventos pontuais, ainda assim são mundializados, pois estabelecem relações com outras populações e culturas de outras partes do globo. SANTOS (1994) reforça novamente a capacidade que os lugares tem de se relacionarem pelos processos de mundialização e de produção dos modos de vida. No entanto esses eventos não fazem com que a categoria lugar perca suas caracterizas singulares, e deixem de ser únicos.

Os lugares e os congadeiros

As Congadas da Vila Mutirão e Vilão João Vaz por mais que estejam em localidades diferentes da metrópole Goianiense (figura 1), estão ligadas a um passado comum, que perpassa por algumas culturas de matriz africana depois adaptadas ao catolicismo europeu instalado no Brasil nos primeiros séculos de colonização, que por vez sua espacialização, através do oceano atlântico, pela diáspora africana

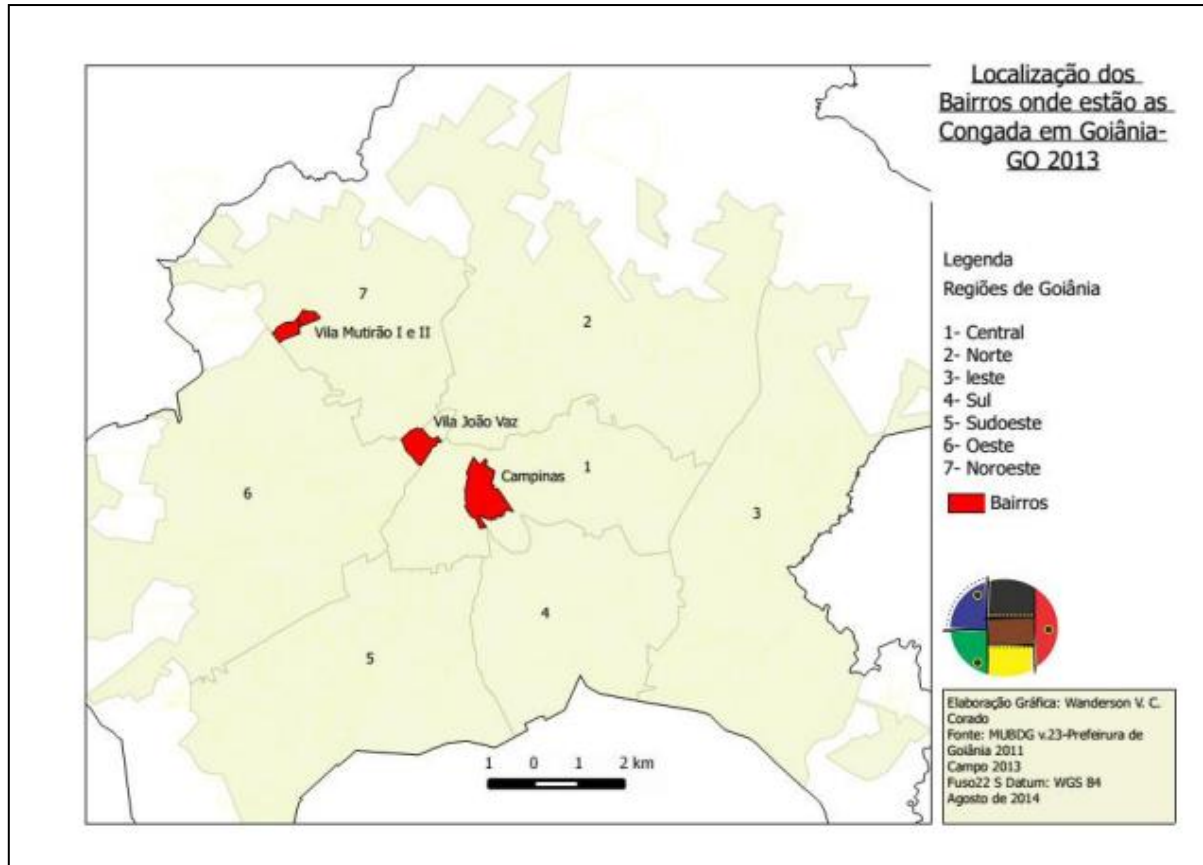


II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Figura 1 – Localização das Festas de Congada em Goiânia – 2013



Já no século XX, em sua segunda metade, temos a chegada dos primeiros congadeiros na capital goiana, uma vez que esses primeiros congadeiros vieram da região sudeste do Brasil. Em busca de trabalho se instalaram em alguns bairros tradicionais de Goiânia, envolvendo Campinas e região. A priori, a região do bairro de Campinas é onde estão os congadeiros mais antigos, uma vez que a Igreja Matriz de Campinas é um lugar simbólico dos mesmos, pois a fé religiosa dos santos católicos se encontra neste lugar.

Na Vila João Vaz o que se percebe são diferentes níveis de relações, ora construídas pela convivência dos sujeitos no bairro e com ele, ora construídas pelo parentesco entre o grupo, ao longo de várias décadas com os espaços/lugares do bairro. Alguns lugares são simbolicamente marcados na Vila João Vaz, como por exemplo, o espaço da congada, a casa da rainha, as residências dos capitães, do mordomo e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

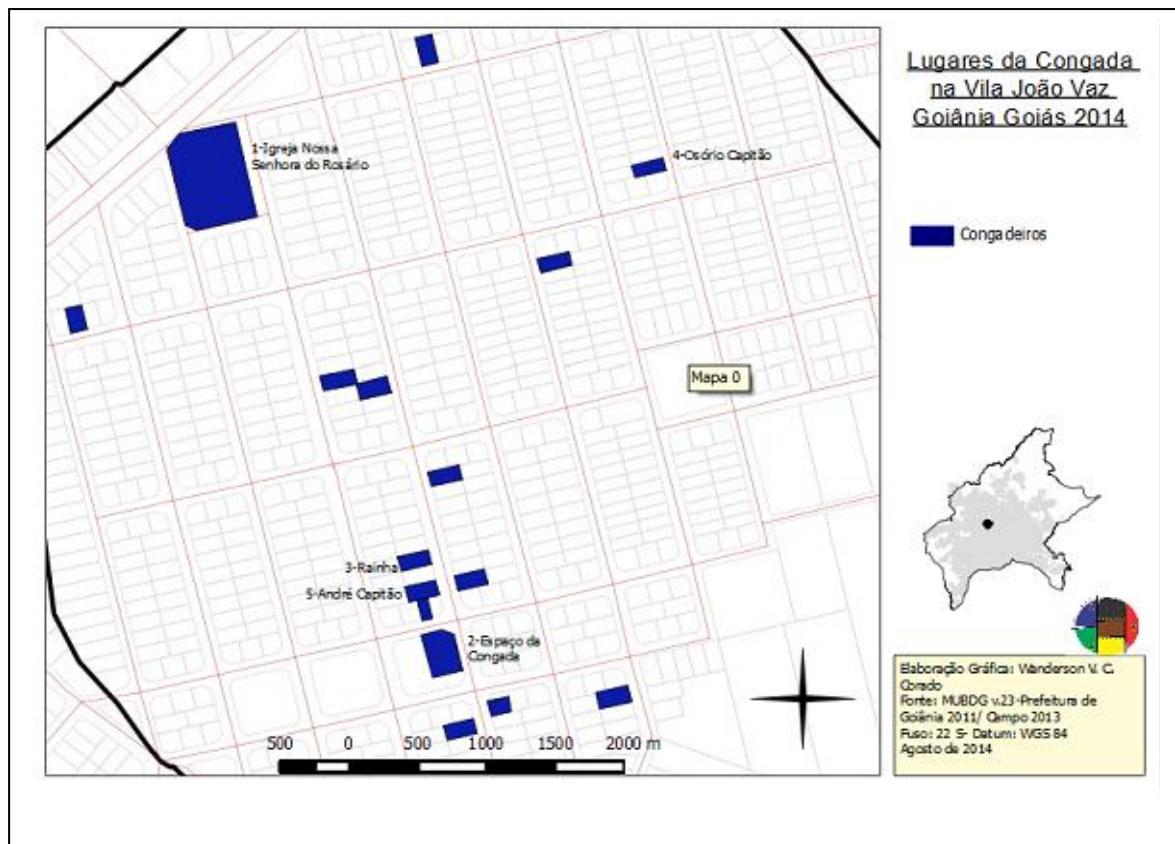


II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Figura 2



Isso pode nos revelar um tipo de organização espacial no bairro, mas que se explica pelos níveis de integração, organização social e cultural. Pois é nesses espaços vividos que se materializa a identidade do(a) congadeiros(a), pois podemos pensar que existe toda uma lógica formada em todo o bairro de maneira que os integrantes têm contato não somente uma ou duas vezes por ano, mas sim em período integral.

Reflexões Finais

Nos bairros da pesquisa, sobretudo na Vila Mutirão, a relação dos congadeiros com o bairro ocorre em escala reduzida, fato que não faz com que a festa tenha menor significado, ou seja, menos importante, pois para uma análise subjetiva das informações, na perspectiva Humanista a escala não se refere somente a fatores locais ou de recortes geográficos, mas sim por uma construção histórica que preservada pela memória dos congadeiros revelam suas respectivas relações para com o bairro, a cidade, o país e neste caso até



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

mesmo com a África. Ou ainda numa abordagem dialética, esses diferentes níveis de relações com outros tempos/lugares/culturas revelam uma “teia” capaz de criar e (re) criar, produzir e (re)produzir os mais distintos fenômenos no espaço geográfico.

Referências

BARBOSA, Túlio. Teoria do conhecimento geográfico. **EGAL 2009**. Acessado no dia 11/04/2013 as 23h e 11' em <
http://egal2009.easyplanners.info/area02/2016_Barbosa_Tulio.doc>

CARLOS, Ana Fani A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DAMASCENA, Adriane A. **Os jovens, a congada e a cidade**: percursos e identidades de jovens congadeiros em Goiânia. Tese de doutorado. Goiânia, IESA/UFG, 2012.

LEITE, Adriana. **Lugar**: duas acepções geográficas. In: Anuário do Instituto de Geociências. Rio de Janeiro. UFRJ, 1998, v. 21.

MELLO, João Baptista Ferreira de. **O rio dos símbolos**. Acessado no dia 10/08/2013 <
<http://neghario.files.wordpress.com/2011/02/o-rio-dos-sc3admbolos.pdf>

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUSA, Luciana. P. & Ratts, Alecsandro (Alex) J. P. **Temporalidade e espaço urbano**: as congadas de Goiânia nos Jornais da Cidade (1980-2000). Relatório Final PIBIC, Goiânia, UFG, 2011.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Imaginário nordestino a partir do forró de Gonzagão: uma conversa entre nordestinos (1950-1990)

Wilton Jonh dos Santos Silva²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo através da biografia do artista Luiz Gonzaga mapear as trajetórias do forró como gênero musical em movimento a partir dos anos de 1950. Portanto, inicialmente nos valem dos trabalhos de autores como (VIEIRA, 2000), que faz um estudo sobre a obra do artista, discutindo como suas composições tem um lugar de fala, e esse lugar é o sertão. “Embora suas composições falem do Nordeste, do sertão e de sua gente sofrida, pode se perceber que elas extrapolam o plano do local para se situar no nacional” (VIEIRA, 2000, p. 12). Para além dessa discussão buscaremos no trabalho de Albuquerque (2001), entender por que o autor usa a expressão “Invenção do Nordeste”, o mesmo aponta que essa ideia se construiu a partir de uma negação formalizada sobre os interesses da parte do sul. E para complementar, analisaremos a trajetória do forró da década de quarenta até os dias atuais com base em Silva (2003). Este autor nos apresenta por quais meios o gênero musical teve que passar para se tornar o forró que ganhou o asfalto, identificando-se com a própria musicalidade associada à identidade do nordestino “Ele é a expressão da identidade sociocultural desse migrante e podemos dizer que funciona também como um elo de integração de uma grande parcela dos moradores das grandes cidades” (SILVA, 2003).

Consideramos importante essa pesquisa pelo fato da mesma oportunizar um trabalho de análise sobre a obra e identidade do artista brasileiro através da música. Bem como é importante discutir em suas canções a crítica do que é ser nordestino. Existe a possibilidade com tal estudo de compreender as fronteiras que o gênero musical forró galgou. Nesse sentido, pretendemos não só apenas falar do Luiz Gonzaga, mas, apontar quais os elementos característicos que esta musicalidade apresenta. Por outro lado, permite-se falar do forró através deste cantor é inegável não se lembrar de outros

² Graduado em História – IF-Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

nordestinos gênios que representaram com maestria com e arte tal musicalidade, por exemplo, Noca do Acordeon, Sivuca, e o próprio Dominginhos um de seus discípulos.

Estudar parte da obra do Gonzagão é sobre tudo um desafio, pois, além de ser repleta de contradições, encontramos nas letras de suas canções a representação do nordestino em terras estranhas. Bem como, descobrir um “Sertão” desmistificado, e combativo a todas as formas de preconceito sobre sua cultura e sua dimensão. Para tanto, com base no estudo de Silva (2003), inicialmente buscamos apresentar por onde veio e quais são as principais características do forró, ou seja, traçar as distancia do tradicional ao mais novo momento deste gênero musical.

De fato, segundo Silva (2003), o forró passou do tradicional ao sofisticados, quando foi se notando os novos aparatos em sua composição, ele diversificou-se com novos arranjos utilizando baterias eletrônicas – e a partir desses artifícios principalmente meados da década de noventa, esta musicalidade incluiu novas estruturas técnica de áudio e promoção audiovisual através de grandes palcos, potencializando novas formas de interpretação. Este autor aponta que antigamente o forró era chamado também de baião³, depois, mais tarde, ao se aproximar da década de noventa, serviu de base para o forró universitário, bem como para outro estilo chamado forró eletrônico: “podemos dizer que a invenção e inserção do forró no universo do mercado musical ocorreu a partir da década de 1940, por iniciativa de Luiz Gonzaga – que começou sua carreira artista tocando nos bailes e rádios do Rio de Janeiro” (SILVA, 2003, p.71). O forró nasceu semelhante como aconteceu com samba, o nome designava encontros festejos que antigamente no norte eram oferecidos em bailes principalmente para operários que construíam o trio do trem, quer dizer, até se tornar um gênero musical, existia a expressão vamos no forró, tal qual se dizia vamos pro samba. “Como já foi dito, o baião é uma transformação dos batuques e maracatus africanos e, da Bahia para cima, recebe diversas denominações: baiano, baião, rojão, ou choradinho” (SILVA, 2003, p. 74).

Segundo Silva (2003), a terminologia de forró universitário se deu por conta de os novos consumidores serem mais jovens, ou seja, uma parcela de apreciadores universitários “O forró universitário surgiu a partir de 1975 (primeira fase), mas reestruturou-se durante a

³ Segundo Câmara Cascudo (1988), o baião tem raízes no maracatu africano, em danças populares do Nordeste, no fado português e na batida dada da viola pelos cantadores sertanejos (VIEIRA, 2000).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

década de 1990 (segunda fase), ao promover uma fusão do forró tradicional com a musicalidade do pop e do rock” (SILVA, 2003. p. 103). Compreendemos que o autor entende-se por tradicional aqui neste caso do forró como algo ligado às raízes sertaneja e ao regional. Embora seja importante a discussão acerca dos conceitos como regional, local e o nacional, daremos mais atenção ao factual, pois nosso tempo e espaço está limitado em virtude de ser um artigo.

A segunda fase é tão importante como a primeira pois como já mencionamos, o gênero musical adotou novos instrumentos como a “Guitarra, o baixo, os teclados, o saxofone, a bateria, mesclados com aqueles que já eram tradicionais no forró, a sanfona, o triângulo, e a zabumba” (SILVA, 2003). Para encerrar com essa parte, embora existir vários outros significantes nomes desta música ressaltamos os mais falados como da segunda categoria do forró, são eles, “Alceu Valença, Gonzaguinha, Elba ramalho, Zé Ramalho, Fagner e Geraldo Azevedo” (SILVA, 2003).

Eu, sendo nordestino, trago nas lembranças o final da década de 1980 vivências que envolvem o forró. Neste período, morando na cidade de Juazeiro do Norte no Ceará, presenciei alguns encontros de forrozeiros ainda desempenhados ao estilotradicional, dificilmente no bairro de qualquer parte da cidade, não se encontrasse um Sanfoneiro. Quase sempre presenciava um acontecimento que se dava, geralmente, no chão batido dos quintais ou, nos terreiros de barro molhado dos sítios, o levantar de poeira quando o povo começava a dançar, eram lugares ligeiramente arrumados para forrozear. Para se executar um bom forrobodó necessitava simplesmente de um triângulo, da zabumba e de uma sanfona. Esses três instrumentos como acima comentado reinava nos festejos em salões e, às vezes, palhoças.

O que fez o forró dos nordestinos

“Para compreendermos o forró é necessário procurar entender o migrante e seu imaginário, bem como a sua relação com a cidade grande e as pessoas que moram nela, sua busca de identidade” (SILVA, 2003, p. 76). Parece que falar de forró é identificar o nordestino tanto em sua terra natal como, identifica-lo em outros lugares seja em São Paulo ou, no Rio de Janeiro através desta música. Embora não presenciemos com frequência um



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

nordestino nessas cidades a caráter como se vestia o rei do baião, este gênero musical aponta o lugar de partida dos nortistas e os mesmos se se identificam com nostalgia ao lembrar-se de seus costumes, modos de vidas e como é contemplado isso tudo em suas cidades. Também constatamos esses dilemas nas próprias letras.

O baião ajudou a consolidar uma visão de identidade nordestina através das expressões, do sotaque regionalista e de toda a indumentária criada por Gonzaga, ao valorizar a cultura nordestina e imprimir no migrante nordestino um sentimento de autoestima (SILVA, 2003, p. 76).

Ao discutirmos o imaginário e identidade do nordestino migrante mapeamos a ideia de Nordeste. Segundo (ALBUQUERQUE, 2001), O termo Nordeste ficou marcado pelas obras da empresa (IFOCS), na década de vinte, uma vez que esta designava o trabalho na inspetoria da seca a constante estiagem em umas partes do norte. É verdade que se construíram muitos imaginários sobre o Nordeste a partir do Gonzaga, como, a vida do sertanejo seus costumes se apresentava numa paisagem de povo sofrido causado principalmente pela seca. Mas existe outro olhar sobre a vida dessa gente que não seja impregnado como o lugar do atraso de pessoas atrasadas analfabetas e de que seu destino sempre fora ganhar a vida em outras terras estranhas: “É a seca que chama atenção dos veículos de comunicação, especialmente dos jornais do sul do país, para a existência do Norte e de seus “problemas”” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 68). Então nesse sentido, concluímos que estas áreas conseguiu sua denominação de olhar que veio de fora principalmente do sul? De fato, sua construção é carregada de imaginário seja pela comida, pela música ou, pelas ações dos nortistas sempre em ambientes inóspitos. Quantos imaginários foram construídos incansavelmente até de forma pejorativa sobre os ‘nortistas’, assim denominados por serem da região do Norte ou do Nordeste, surge também o ‘nordestino’. Entretanto, quem é do sul não costuma ser chamado de ‘sulista’ ou ‘sudestista’, o que caracteriza a constituição de um imaginário pejorativo acerca dos dois primeiros.

É com essa argumentação que buscamos mais adiante por meio das canções e letras do Gonzagão contemplar algumas afirmações e desconstruir essas localizações de miséria e do flagelo: “O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno na rede de poderes, por aqueles que já não



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

podem aspirar ao domínio do espaço nacional” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 69). Sobre esse raciocínio, compreendemos que a imagem dos estados do norte projetada pela do sul manteve esse discurso rigoroso do atraso, do esquecimento e de lugar de gente sofrida para se alargar a exploração da mão-de-obra nordestina nas grandes capitais, quer dizer é um povo analfabeto, mestiço que ocupa lugares assolados pela seca mas serve pra ser sugado toda sua força de trabalho. “O Nordeste é, pois, uma região que se constrói também no medo contra a revolta do pobre, no medo da perda de poder para “turba de facínios que empestavam o sertão” (ALBUQUERQUE, 2001. P. 71).

Para não passarmos para o próximo tópico em falta, em relação a discussão sobre as raízes regionalista encontramos em (ABURQUEQUE, 2001), por onde se instala essa ideia do regionalismo. O autor esclarece que, as regiões do norte principalmente Pernambuco tendo Recife como polo, as oligarquias e parte dos intelectuais da época anterior ao período de 1930, mantiveram uma ideia de autonomia cultural e econômica em relação aos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Com base nisso conseguiram encontrar nos discursos da manutenção do regionalismo a argumentação de espaços e costumes pertencentes a determinado local.

A busca das verdadeiras raízes regionais, no campo da cultura, leva à necessidade de inventar uma tradição. Inventando tradições tenta-se estabelecer um equilíbrio entre a nova ordem e a anterior; busca-se conciliar a nova territorialidade com antigos territórios sociais e existenciais. A manutenção de tradições é, na verdade, sua invenção para novos fins, ou seja, a garantia da perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados (ALBURQUEQUE, 2001, p. 76).

Por que Luiz Gonzaga?

A obra deste autor nos propõe um vasto documento de análise, oferece um conteúdo cultural historiográfico impresso em toda sua vida, na qual podemos discutir questões sociais e de movimento de uma cultura localizada a outras distintas. Dentro das representações de sociabilidade entre um lugar e outro, por exemplo, identificamos o “Sertão” e o dilema das trajetórias do migrante.

As letras do seu cancionista marcaram toda uma época seja de fartura ou de apertos da vida nordestina. Por isso cada canção parece ter a própria vida do sertanejo cantado por Gonzaga. É uma poesia que as vezes se perde no meio a sua sofisticada musicalidade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Letra da canção: Xotes do cabeludo.

Nos sertão de cabra macho
que brigou com lampião
brigou com Antônio Silvino
que enfrenta um batalhão
Amansa burro brabo
pega cobra com amão
trabalha sol a sol
de noite vai pro sermão
reza pra padre ciso
fala com Frei Damião.

Veja, presenciamos nessa pequena estrofe uma serie de apontamentos, por exemplo, como se a dureza da vida e outros artifício do lugar, prontificasse sempre homem valente, destemido. Este mesmo homem está para a vida sertaneja como para religião. Gonzaga realmente levou consigo para o sul do país sua vivência e a vasta impressão do seu lugar. E essas impressões se transformaram num imaginário de todo seu povo.

Letra da canção: Suplica Cearense.

Oh Deus, será que o senhor se zangou
E por isso o sol arretirou
fazendo cair toda a chuva que há

Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno
Desculpe eu pedir para acabar com o inferno
quem sempre queimou o meu Ceará.

Nessa canção os versos anunciam a religiosidade do povo nordestino, bem como sua crença incansável de não poder se render ao destino de ir para terras estranhas. A natureza sempre pode dar um empurrãozinho pra quem chega a se desesperar na sua terra natal.

Letra da canção: A triste Partida

E assim vai deixando
Com choro e gemido
Do berço querido
Céu lindo e azul... meu Deus, meu Deus...
O pai, pesaroso
nos filhos pensando
E o carro rodando
Na estrada do sul



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Distante da terra
tão seca mas boa
exposto à garoa
A Lama e baú... meu Deus, meu Deus...
Faz pena o nortista
tão forte, tão bravo
Viver como escravo
No norte e no sul.

Essa canção trabalha parte triste do nordestino ter como destino a migrar para sul dos grandes centros. É verdade que houve grandes migrações do Nordeste, por isso expressão que diz, quem construiu a cidade de Brasília e a de São Paulo? O Nordestino.

Considerações finais

Com este trabalho sobre a vida e obra de Luiz Gonzaga foi possível entender o imaginário construído sobre Nordeste. Por tanto, compreendemos os significados acerca de uma cultura nortista impressa por nordestinos. Com base na leitura, diagnosticamos as principais características do forró tradicional a sua última versão. Encontramos respostas para se pensar uma determinada cultura em movimento por meio das representações contidas nas letras das canções de Gonzaga.

Com isso, tivemos a intenção de discutir, analisar e desconstruir o imaginário pejorativo sobre os nortistas e nordestinos mostrando que a ideia que tivemos de norte ou nordeste fora fruto de uma construção intencional partida de um olhar de fora, o do 'sulista' ou 'sudestino', indivíduos habitantes dos centros econômicos do Brasil que constituem-se a partir dessa negação do forasteiro, geralmente, os imigrantes oriundos do no Norte e Nordeste do país. Para tal, demonstramos a existência de um outro imaginário, desta vez partindo de indivíduos vindos de dentro, o próprio nordestino fala sobre sua representação fornecendo uma outra ideia dos mesmo, É o caso que pudemos observar no conteúdo de algumas canções de Luís Gonzaga, o rei do baião.

Referências

ALBURQUEQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2. ed – Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo, 2001.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SILVA, Expedito Leandro. **Forró no asfalto**: mercado e identidade sociocultural. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

VIEIRA, Sulamita. **O sertão em movimento**: a dinâmica da produção cultural. São Paulo: Annablume, 2000.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

GT Gênero, raça, sexualidade e espaço



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Trajетórias socioespaciais de pontos de cultura de gênero no Rio de Janeiro: uma perspectiva de educação em gênero e raça

Ana Beatriz da Silva¹

Introdução

Esta proposta de pesquisa acadêmica se justifica por comportar um viés contra hegemônico e concepções que sustentam a linha de Pesquisa: *Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologia* do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc(UNIRIO).

Pretende-se identificar de que forma as perspectivas e os processos educacionais em gênero e raça se entrelaçam nas trajetórias² socioespaciais de dois pontos de cultura de gênero³. Para tanto, abordaremos os espaços localizados no Estado do Rio de Janeiro e dirigidos por Organizações Não governamentais (ONGs) de Mulheres Negras que são o *Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher*⁴-CEDOICOM e a CRIOLA⁵. Na intersecção gênero- raça, pretendemos compreender quais produções são realizadas por esses pontos de culturas, que enredam e tecem saberes e fazeres que, segundo nossa

¹ Mestranda em Educação pela UNIRIO/RJ.

² Trajetórias socioespaciais – A utilização do termo “trajетórias” será entendida como diz, Certeau (1994), traçar e compreender os trajetos, os caminhos feitos e significados pelos sujeitos, buscando perceber como as organizações de mulheres negras representam o olhar a si mesmas e aos/às outros/as. Sendo assim, buscassem nas trajetórias socioespaciais das histórias de vida das organizações de mulheres negras que tem na sua origem, a condição de opressão e se caracteriza na interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade formando desigualdades e discriminações. No particular abarcando as dificuldades socioeconômicas, políticas e culturais e neste anteprojeto explorando a espacialidade de suas perspectivas nos processos educacionais em relação ao gênero e raça em seus pontos de cultura.

³ O ponto de cultura de gênero se insere na discussão de poder de uma sociedade machista em ter um marco emancipatório para a participação política das mulheres, tendo-as como sujeito. Debatendo o cotidiano, as relações familiares e/ou privadas, às relações institucionais da economia, da política e da cultura e suas dimensões objetivas e subjetivas simultaneamente. Este GT reúne os pontos de cultura que atuam na perspectiva da emancipação feminina, na luta contra a opressão e a violência contra as mulheres e pela afirmação da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

⁴ Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher-CEDOICOM-, fundado em 04 de Dezembro de 1994 por mulheres negras e feministas, tem por objetivo contribuir para eliminação de todas as formas de opressão sofridas por mulheres. A equipe de Coisa de Mulher é composta por mulheres negras oriundas de diversas áreas profissionais e de movimentos coisa, comprometidas na luta pela garantia dos Direitos Humanos das Mulheres. Sua visão em influir nas ações de políticas públicas que propiciem mudanças políticas e sociais para as mulheres, eliminando a forte combinação existente entre gênero, raça e pobreza na sociedade brasileira.

⁵ CRIOLA- Organização Não Governamental de Mulheres Negras fundada em 1992, sediada no Rio de Janeiro, com a atuação local, nacional e internacional. CRIOLA é uma organização da sociedade civil e define sua atuação a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. Visamos à inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

abordagem, rompem com a cultura de importação de conhecimentos “prontos” pela sociedade.

Dessa forma, o estudo acerca das *ONGs de Mulheres Negras* deve-se ao destaque que essas têm tido no cenário nacional e internacional e, também, no fortalecimento de suas intervenções e de comunidades negras na arena das políticas públicas visando a melhoria da qualidade de vida desses coletivos e lhes garantindo direitos sociais, econômicos e políticos (Werneck, 2006).

Para tal, será utilizada pesquisa bibliográfica, que embasará o percurso teórico-prático, dos trajetos das organizações de mulheres negras e como se configuram suas dimensões, a partir das políticas educacionais do Brasil sob a ótica de gênero, raça e seus desdobramentos sobre os sujeitos envolvidos dos pontos de cultura de gênero. Soma-se a esse contexto, considerar as relações entre gênero, raça e espaço (RATTS, 2003), pois, é papel da ciência geográfica em consonância com outras ciências preocupadas em investigar as relações sociais e suas manifestações no espaço.

Assim, pensar em educação pode ser entendido por diversos processos que denotam nossa humanização e se realiza em diversos espaços: na escola, na família, no trabalho, na comunidade, nos movimentos sociais, na igreja dentre outros. Há de se pensar que existem diferentes e diversas formas de modelo de educação e, nesse sentido, perceberemos que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem as/os professoras/os são os únicos e privilegiados por esta prática.

As escolas estão presas a várias normas, incluindo o binarismo nas relações de gênero, e o preconceito racial e onde cabe o esforço como professores e educadores em contribuir para uma formação crítica desta temática. Além disso, os preconceitos existentes como a homofobia, a lesbofobia, o sexismo, o racismo ainda estão muito presente em nesse espaço, sendo necessário desconstruí-los. Um pensamento de GOMES, (2002, pág.39), corrobora para essa perspectiva:

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Conforme o fragmento acima é possível supor que a dinâmica que atravessa e mobiliza associações e diferentes coletivos do Movimento Negro do Brasil, está marcada pelo reconhecimento da ausência/presença das expressões religiosas, artísticas, pedagógicas, científicas - entre outras manifestações – nos espaços de escolarização, de educação formal. Conforme Claudia Miranda,

Ganham centralidade os espaços não-escolares tendo em conta sua vocação para o diverso, para a multiplicidade de apreensões que nos remete a amplas formas de negociar nossos saberes. Notadamente, essas ambiências podem ser interpretadas como ambiências que apresentam amplas condições de recomposição epistêmica [...] Ao aceitarmos como relevantes essas esferas não-formais, poderíamos adotar eixos mais amplos e mais flexíveis para as mediações pretendidas, no ato de reconhecer e de autossensibilizar-se, no sentido dado por Muniz Sodré (2012). Isso porque se entende que o “paradigma cognitivo” chamado, também, de “paradigma do sensível” diz respeito a “força motriz da diversidade cultural” que está na sensibilização das consciências frente à emergência do Outro. Daquele “diferente” que a colonização produziu e que o sistema educacional deixa de fora (2013, p.103).

Nota-se uma mudança importante nas concepções sobre espaços de aprendizagens e o que de fato importa para a experiência de inclusão e de maior justiça nos sistemas educacionais. As abordagens aqui recuperadas nos inspiraram a pensar a pesquisa valorizando a experiência multidimensional das *Ongs de Mulheres Negras*. São outras pedagogias, outras formas de pensar os saberes e conhecimentos advindos dos movimentos sociais.

Nesse sentido, podemos dizer que a Constituição Federal de 1988, certamente, ofereceu a base para que as políticas de igualdade passassem a constar na pauta das políticas públicas, ao ressaltar a defesa ampla dos direitos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2001, Art. 3). Assim, a inclusão de uma perspectiva de gênero e de raça nas políticas públicas de educação é, portanto, mais recente e menos institucionalizada do que em outros campos como, por exemplo, nas áreas de saúde e do trabalho.

Identificaremos, portanto, os diversos espaços que trabalham com educação sejam eles as escolas, as igrejas, os movimentos sociais, pontos de culturas entre outros que tiveram e tem em seus processos educacionais formais -ou não formais -, esforços para mudanças. E também, que possibilitem as mesmas oportunidades e a plena participação na



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sociedade, independente, de gênero, raça, orientação sexual, ou qualquer outro marcador social das diferenças dos indivíduos fazendo com que se aproximem da democracia.

Cabe ressaltar, que os pontos de cultura de gênero aqui explicitados são parte do *Programa Nacional de Cultura, Arte e Cidadania- Cultura Viva*, instituída pelo Ministério da Cultura em 06 de julho de 2004. Eles se revelam fecundo, pois parecem assimilar o sentido de sustentabilidade cultural. Ao deslocar, no entanto, a cultura de uma posição subalterna para outra cultura de desenvolvimento e de periferia, só é possível por meio das experiências vivenciadas pelo direito, cidadania e economia dos seus realizadores (as).

Assim, esta proposta apresenta-se como “um programa flexível que não será o que o governante pensa ser o certo ou o adequado, mas o que o/a cidadã/o consegue tocar adiante” (BRASIL, 2004, p.9). E com a ideia de desenvolvimento entre o global e o local, da diversidade e identidade na perspectiva de respeitar as ações desenvolvidas e considerando-se como uma proposta de construção de uma nova política pública para a cultura da sociedade brasileira.

Como já foi salientada, a proposta aqui apresentada se pauta em um recorte para identificar e compreender as trajetórias socioespaciais dessas organizações não governamentais de mulheres negras com pesquisas qualitativas. Algumas questões são:

- Como são os processos de educação em gênero e raça?
- Como as ONG's se inserem nessa construção? Se, sim, como? Se, não por quê?
- Como são pensados os conteúdos desta temática para seus sujeitos?
- Quais são os tipos de produções (conteúdos) mais recorrentes? De que maneira esse público se apropria desse processo educacional gênero/racial?
- Esse processo educacional praticado pelo público em suas atuações faz o ponto de cultura pensar sua própria prática?

Entendendo, então, que as ONGs de mulheres negras têm papel diferenciador nesse processo, é possível compreender como se dão determinadas possibilidades de “deslocamentos” do sujeito em lugares, no espaço. Lugares esses que, muitas vezes, produzem novas “colocações” desses sujeitos nos espaços delimitados, conforme aponta Santos (2009, p.280):

As organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras. Essas organizações estão inseridas no contexto mais amplo do movimento social de ONGs no Brasil e na região latino-americana.

É nesse sentido que as trajetórias socioespaciais individuais mantêm relações coletivas indissociáveis e, também, produzem marcas no espaço a partir dos lugares por onde os sujeitos percorrem. Os deslocamentos e as colocações dos atores são produtores de “geo-grafias”, ou seja, formas de grafar, escrever, o espaço; de “territorializar” (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Justificativas

A relevância que norteia esta pesquisa surgiu a partir das nossas observações empíricas como educadora (professora) e coordenadora de projeto, além do trabalho de campo (no ponto de cultura de gênero da Coisa de Mulher por dez anos). Outro fator de contribuição foi, também, ter sido uma das anfitriãs de um colegiado formado pelos/as representantes de pontos de cultura do Estado de Rio de Janeiro entre os anos 2010-2014 em nível nacional. Além disso, os intercâmbios, seminários, encontros internacionais, nacionais, estaduais e municipais, com o projeto Teia Nacional em Brasília (DF) /2008, Fortaleza (CE)/2010, Natal(RN), 2014 e micro teias na região sudeste do país. Soma-se a isso, as diversas reuniões políticas pelo país para configuração de implementação de uma política pública de cultura e acesso para todos e todas e sem distinção de sexo, raça/etnia e idade.

Sendo assim, o olhar como “oficineira”, ativista dos movimentos sociais, educadora, assistente de pesquisa, pesquisadora e curiosa, justifica-se por toda essa inserção, mas também, porque os pontos de cultura, as *ONGs* de mulheres negras aqui inseridas, acabam por apresentar novos conteúdos que mesmo dentro da educação (formal) muitas das vezes, não seriam encontrados e acessados, sobretudo quando se trata dos temas que aglutinam educação, gênero e raça. Desse modo, acarretam novos conhecimentos, saberes, integração, e elevação da autoestima para sujeitos que estão em desvantagem sem que tenham acesso às informações necessárias para melhor qualidade de vida.

Diante disso, o Programa Cultura Viva solicita que as ações das suas práticas possam dialogar com os conceitos de “empoderamento”, “autonomia” e “protagonismo social”, pois



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

assim fazem com que esses conceitos possibilitem nossa vontade em querer pesquisar as dinâmicas das trajetórias, experiências, histórias e pensamentos dos sujeitos aqui referidos. Perfazendo, portanto, nossa experiência com as temáticas já discutidas e assim, identificando seus desdobramentos.

Para Pierre Bourdieu (1996, p.190), não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha antes disposto “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. Assim, esta proposta de estudo mostra-se relevante por apoiar-se na pesquisa teórica sobre trajetórias socioespaciais de sujeitos envolvidos, na intersecção gênero- raça, na ciência geográfica, perpassando a pesquisa empírica e estimulando novos estudos, bem como instigando demais sujeitos a repensar as temáticas aqui propostas. E também, produzir novas ações de histórias, experiências e pensamentos das mulheres negras.

Pensando com Miranda (2013, p. 104-105),

Admitimos ser urgente indagarmos sobre como poderíamos ensaiar percursos mais ousados para desaprendermos/reaprendermos indo além daquilo construído no cotidiano da educação escolar. Nesse caminho, a multidimensionalidade geográfica passa a ser um imperativo [...] Essas são conformações que revelam, sobretudo, como tem sido insuficiente o espaço/tempo das pedagogias concebidas como pertinentes ao mundo da vida, mas circunscritas aos territórios do sistema educacional. Por conta dessas apreensões afirmamos que “é urgente fomentarmos novos letramentos para recolocarmos a dimensão humana como ponta de lança para uma cultura, uma linguagem, um pensamento que abrigue “estratégias sensíveis” como “modos de aproximação” das diferenças.

Sob essa orientação, passa a ser imperativo considerarmos as pedagogias dos movimentos sociais e suas especificidades. Indagarmos sobre o papel das Ongs de mulheres negras, por exemplo, para analisarmos os modos de concebermos as relações sociais, nosso pertencimento e aspectos que atravessam as múltiplas experienciais de coletivos historicamente em desvantagem pela dominação colonial/patriarcal.

Não poderemos avançar sem enfrentarmos, na pesquisa em educação que se pensa progressista, crítica e emancipatória, esses quadros de inferiorização numa sociedade ainda pautada na heteronormatividade.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Objetivo Geral

O objetivo principal deste trabalho é:

- Identificar as trajetórias socioespaciais de dois pontos de cultura de gênero no Rio de Janeiro – ONGs Coisa de Mulher e Criola (dirigidas por mulheres feministas negras).

Também, objetivamos:

- Pesquisar como estes têm documentado e disseminado, através de ações socioculturais e educacionais em gênero e raça, as histórias, experiências, políticas e pensamento das mulheres negras nas comunidades e/ou instituições de ensino.

Objetivos Específicos

- Identificar e analisar como os pontos de cultura se organizam e se especializam através dos processos de educação em gênero e raça em suas atividades socioculturais e educacionais;
- Investigar se os sujeitos envolvidos nesses pontos de cultura são engajados socialmente em políticas que os reconheçam em seus pertencimentos de raça, gênero, faixa etária e classe;
- Compreender a formação socioespacial dos espaços urbanos inseridos os pontos de cultura aqui envolvidos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1996, p.183-191.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva**. Brasília- DF, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Apresentação. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

_____. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina. In: **Revista Lola Press** nº 16, novembro de 2001.

_____. Identidade Feminina. **Cadernos Geledés**. São Paulo, nº 4 [Mulher Negra], p.1-6.1993.

_____. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.544-552, 1995.

_____. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003. Quadrimestral.

Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e a violência e pelo bem viver. **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015**. Brasília. In: <http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/>. Acesso: em 10 de agosto de 2014.

DÍAZ, Natalia Quiroga & COREAL, Diana Gómez. **Qué tiene para aportar una economía feminista decolonial a las otras economías?** In: <http://www.viva.org.co/cajavirtual/svc0339/articulo18.html>.

GOMES. Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo. V.29.n.04, p. 167 – 182. Jan/Jun. 2003.

MIRANDA, Claudia. Frantz Fanon na formação de professores: teorias e outras práticas para os currículos a partir da Lei n. 10639/2003. In: SOUZA, Maria Elena Viana. **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei n. 10639/2003**. Rio de Janeiro: Ed. Rovellet, 2013.

_____. Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10.639/2003. **Revista da ABPN**. v. 5, n. 11, jul.– out. 2013, p. 100-118.

PORTO GONCALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In publicação: **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p.

RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no **XX- Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu-MG, out. 2003.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de Mulheres Negras o Brasil. **Sociedade e Cultura** nº Vol. 12 N. 2. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2009, p.275-288.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

WERNECK, Jurema. **Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnicas nas ações de combate à pobreza e à desigualdade: a visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.** Rio de Janeiro: AMNB, 2006.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Gênero e raça como geografias da cidade: uma análise do romance *Becos da memória* de Conceição Evaristo

Ana Maria Martins Queiroz¹

Introdução

O conhecimento geográfico tem se constituído ao longo de sua história a partir de diversos interesses que se relacionam com os processos de produção do espaço, seja no urbano ou no rural. Entre estes interesses cito aqueles referentes aos estudos que vem inserindo as questões de gênero e raça no âmbito da geografia. Tais estudos têm procurado, a partir de uma perspectiva interseccional, pensar a produção do espaço como um processo que também é marcado pelas diferenças raciais e de gênero. Para além da diversidade de temáticas que tem se constituído como interesse da ciência geográfica também há uma variedade de formas pelas quais podemos compreender os processos de produção do espaço. Apresento aqui como umas destas possibilidades o diálogo da geografia com a literatura. Estes dois campos do saber têm se aproximado desde as primeiras décadas do século XX (BROSSEAU, 2007), permitindo à geografia uma ampliação das formas de se compreender o espaço.

A proposta deste texto é pensar as questões de gênero e raciais no espaço urbano através do diálogo com a literatura. Para tal empreitada me baseio no romance “*Becos da memória*” da escritora Conceição Evaristo. Esta obra tem como alguns de seus elementos centrais a mulher negra e a sua presença na cidade. *Becos da memória* narra a história de uma favela que se encontra em processo de remoção e ao longo da narrativa podemos encontrar os processos que marcam a vida da mulher negra na cidade, como o racismo e o sexismo². As discussões que serão apresentadas integram minha pesquisa de doutorado que tem como foco pensar a relação entre corpo e espaço a partir da análise do romance citado

¹ Doutoranda em Geografia pelo PPGEO/IESA/UFG.

² Ressalto que estes processos, racismo e sexismo, não são exclusivos da vida da mulher negra na cidade, mas diante da proposta deste trabalho é a cidade e os processos e dinâmicas socioespaciais deste sujeito em tal espaço que me interessam. Mesmo que estes processos possam aparecer no campo eles se distinguem quando ocorrem na cidade que se configura em um espaço fortemente marcado por processos segregacionistas e até mesmo higienistas e eugênicos.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

anteriormente³. Desta maneira, os apontamentos aqui apresentados são breves reflexões sobre como pensar o espaço urbano considerando marcadores étnico-raciais e de gênero através do diálogo com a literatura.

Gênero, raça e cidade: possibilidades para uma análise interseccional

Os estudos sobre a cidade são muito presentes no conhecimento geográfico, apresentando enfoques variados como, por exemplo, os processos de ocupação e segregação social que marcam muitos espaços urbanos. Essa diversidade de análises da cidade se deve à dinamicidade social e espacial que nela se encontra, uma vez que muitos são os processos envolvidos na sua produção. A presença de vários grupos sociais na cidade também influencia na sua produção, na medida em que estes imprimem distintas marcas no espaço, como é o caso da população negra que constitui espacialidades diversas através de suas dinâmicas identitárias e sociais. Este é o caso dos espaços das religiões de matriz africana, dos territórios quilombolas e também das favelas, onde há um predomínio de população negra.

Os estudos sobre o urbano sob uma perspectiva étnico-racial e/ou de gênero ainda são recentes na geografia, mas já é possível encontrarmos geógrafas/os interessados em analisar a cidade a partir de um viés racial e/ou de gênero (CAMPOS, 2010; COSTA, 2005). A partir destas novas maneiras de ler a cidade através de aspectos raciais e de gênero a geografia vem reconfigurando seu escopo teórico-metodológico, já que a inserção de novos sujeitos na compreensão da produção do espaço exige de geógrafas/os uma reformulação das análises. Ao encarar que a cidade pode ser produzida a partir das dinâmicas de outros sujeitos torna-se necessário o uso de teorias e metodologias que nos permitam compreender como estes sujeitos constituem suas espacialidades.

A cidade enquanto um espaço marcado pela multiplicidade de trajetórias e narrativas deve ser apreendida considerando-a como um espaço no qual se cruzam identidades e culturas diversas, como aquelas da população negra. Trazer para os estudos urbanos na geografia a intersecção entre gênero e raça nos permite construir uma análise espacial

³ Além de “Becos da memória” também analiso o romance “Ponciá Vicêncio” da mesma autora.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

distanciada dos universalismos que desconsideram a múltiplas identidades e sujeitos presentes na cidade. Sobre este aspecto, me baseio nas proposições de Donna Haraway (1993) acerca dos problemas de uma análise universalista. Para a autora é necessário se romper com a ideia de pensamento único que se ancora nas dinâmicas sociais do sujeito branco, masculino e heterossexual. Deste modo, a proposta deste trabalho é buscar uma análise que nos permita construir esta ruptura com este pensamento universalista para pensar a cidade considerando as dinâmicas socioespaciais da mulher negra a partir da leitura de “Becos da memória”.

Irllys Alencar Barreira (2007, p. 166) aponta que a cidade não deve ser pensada de forma estática e uniforme, mas sim considerar a sua dinamicidade e as múltiplas identidades em processo de formação que a constituem. O cotidiano e as dinâmicas socioespaciais de mulheres negras não se constituem dos mesmos processos que aqueles nas quais as mulheres brancas se encontram inseridas. Estas distinções entre estes dois grupos geram outros sentidos da cidade para as mulheres negras, na medida em que elas vivenciam este espaço a partir de suas identidades de mulher e negra e das opressões que se relacionam a estas identidades.

Susan J. Smith (1995) aponta que a geografia urbana ainda precisa integrar as questões raciais e de gênero em seus estudos. Para a autora, em alguma medida a categoria raça aparece em alguns estudos urbanos, porém mais como um dado a ser considerado na produção e organização do espaço urbano do que como uma questão que deveria ser entendida como parte da própria constituição das espacialidades urbanas. Smith aponta, entretanto, que as questões de gênero ficaram à margem dos estudos urbanos e poucos foram os estudos produzidos sob esta perspectiva. Deste modo, Smith (1995, p. 257) ressalta que

Em resumo, o desafio feminista e antirracista à geografia urbana nos obriga a desenvolver novos meios analíticos para conciliar não apenas uma reestruturação espacial da economia política, como também a importância do espaço na reprodução do patriarcado e na perpetuação do legado do imperialismo.

A partir das discussões desenvolvidas por Smith (1995) compreendo que mais do que inserir as questões de gênero como aspectos a serem abordados nos estudos urbanos é preciso entender de que modo o espaço interfere na reprodução do sexismo e do racismo. Além de se buscar a compreensão destes aspectos é preciso considerar as práticas de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

opressão de forma conjugada, procurando apreender como as múltiplas identidades do sujeito se relacionam com as espacialidades urbanas.

As discussões sobre raça em algum momento chamaram a atenção de geógrafos, como é o caso de Friederich Ratzel em seu livro *Antropogeografia* (RATTS, 2004), porém ela ainda constitui uma categoria pouco acessada pelo conhecimento geográfico, especialmente aqueles referentes ao espaço urbano. Quanto a gênero, a situação não é diferente, já que essa é uma questão com a qual a geografia pouco tem se envolvido. Para Joseli Maria Silva (2005), a desmotivação para incluir a mulher nas análises sobre o espaço se deve, em alguma medida, à falta de geógrafos/as que se interessem por essa questão.

Os estudos sobre raça e gênero vem se constituindo em temáticas de interesse da geografia, como abordado anteriormente, entretanto as pesquisas que encontramos muitas vezes tratam somente de raça (CAMPOS, 2006; QUEIROZ, 2012; GOMES, 2010; MACHADO e RATTS, 2012) ou apenas de gênero (COSTA, 2005; SILVA, 2003, 2009). Ainda são escassos os trabalhos que abordem ambas as categorias de forma interseccionalizada, estabelecendo uma conexão entre os processos que cercam gênero, raça e espaço (RATTS e SOUZA, 2008; SOUSA, 2011)⁴. Mais escassos se tornam quando abordamos estas categorias de forma interseccional a partir do espaço urbano.

Alex Ratts (2011) nos chama a atenção para a presença de um pensamento espacial presente em trabalhos de mulheres negras como é o caso de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. A análise realizada por Ratts nos estudos destas mulheres nos ajudam a compreender como se dá a intersecção entre gênero, raça e espaço. O autor também pontua, em trabalho publicado em 2003, que determinados espaços são pré-concebidos como próprios à mulher negra e suas trajetórias socioespaciais são, portanto, limitadas a estes possíveis espaços. Em decorrência dos discursos e práticas racistas, o espaço doméstico, por exemplo, é destinado como próprio da mulher negra e é a este espaço que se vincula sua trajetória. A partir deste aspecto, uma mulher negra que rompe com esta perspectiva está estabelecendo outros sentidos para sua trajetória socioespacial. As

⁴ Na Geografia já encontramos alguns estudos pautados em uma perspectiva interseccional, entretanto a interseccionalidade apontada nestas pesquisas consideram outros aspectos para além do racial cruzando com a categoria de gênero, como ocorre no trabalho de Gill Valentine de 2007 que trata da relação entre espaço, sexualidade e necessidades espaciais (mulheres surdas).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

espacialidades em que estes sujeitos estão presentes são marcadas pela discriminação e pelos discursos que procuram desqualificá-las.

Tratar das dinâmicas socioespaciais das mulheres negras na cidade nos permite compreender que para este sujeito o espaço urbano não se apresenta do mesmo modo que para as mulheres e homens brancos/os e homens negros, uma vez que negras não podem vivenciar certos espaços devido ao fato de serem negras e terem suas trajetórias marcadas pelos discursos que procuram inferiorizá-las por seu pertencimento racial e sua condição de mulher. Teresinha Bernardo (1998) ao pesquisar as memórias de mulheres e homens negros/os e italianas/os na cidade de São Paulo no início do século XX nos mostra como a mesma cidade se apresenta de maneiras distintas para diferentes grupos sociais. Para as mulheres negras São Paulo é vista a partir de um olhar de um sujeito que circula a pé por ela e possui moradias em condições precárias (os cortiços). Apesar de não tratar aqui do período relatado pelas interlocutoras de Bernardo, compreendo que as distinções entre o cotidiano de mulheres negras e mulheres brancas, por exemplo, ainda se mantêm. São estas dinâmicas e trajetórias distintas que irei analisar no romance “Becos da memória”.

Espacialidades da mulher negra em becos da memória

O romance “Becos da memória” narra a história de moradores de uma favela, que não é identificada. A história se dá em torno do processo de desfavelamento que está prestes a ocorrer e que provoca muitas mudanças e angústias na vida das personagens. No romance as personagens têm suas vidas marcadas pela segregação social, racial e espacial e ao longo da narrativa as elas explicitam sua relação com aquele espaço e as dificuldades que enfrentarão ao saírem da favela. “Becos da memória” em vários trechos nos remete às discussões que apresentei anteriormente em relação ao cotidiano da mulher negra na cidade. A narrativa nos permite compreender de que maneira se manifestam as diferenças entre a vida de diferentes sujeitos na cidade.

A segregação racial narrada no romance é marcante nas histórias das mulheres negras que se veem obrigadas a conviver com o contraste entre a moradia confortável da patroa, a qual elas têm a responsabilidade de manter limpa e organizada, e a sua própria habitação localizada na favela e que se encontra em condições precárias e que devido ao



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

trabalho, muitas vezes, não é possível mantê-la limpa e organizada. Este dilema é vivido pela personagem Ditinha, como relatado nos trechos a seguir.

Não era grande a distância entre a mansão da patroa e o barraco de Ditinha. O bairro nobre e a favela eram vizinhos. Ditinha, em poucos minutos, estaria em casa e isto a contrariou um pouco. Resolveu dar uma volta pelo quarteirão antes de tomar o rumo da favela. E assim fez. Adiou um pouco seu encontro com a miséria. No barraco de Ditinha, moravam ela, seus três filhos, sua irmã e o pai paralítico. Dois cômodos, a cozinha e o quarto-sala onde dormiam todos. (EVARISTO, 2006, p. 94)

Ditinha estava cansada, humilhada. Olhou seu barraco, uma sujeira. As roupas amontoadas pelos cantos. Olhou as paredes, teias de aranha e picumãs. Um cheiro forte vinha da fossa. [...] Tirou o pai da cadeira de rodas e o colocou na cama. O pai fedia a sujeira e a cachaça. Lembrou-se da patroa tão limpa e tão linda como as joias. Pensou que o dia de amanhã seria duro. A casa estaria de pernas pro ar depois da festa. Seriam tantas louças! Na certa sobriariam doces e bolos. A patroa haveria de dividir com ela, com a cozinheira e com a babá. Traria para casa e seria a vez de os olhos dos filhos brilharem mais que qualquer joia. Ela seria um pouquinho feliz. (EVARISTO, 2006, p. 96/97)

A personagem Ditinha se via obrigada a conviver com este contraste todos os dias. Além do contraste entre os espaços, o da favela e o do bairro nobre, Ditinha e sua patroa também se contrastavam em relação aos seus corpos e a forma como este era encarado por Ditinha. A personagem sentia-se feia e desconfortável diante de sua patroa. Olhar para D. Laura era motivo de constrangimentos para ela, como explicitado no trecho abaixo.

Ditinha olhou para a patroa e sentiu o ar de aprovação no rosto dela. Como D. Laura era bonita! Muito alta, loira, com os olhos da cor daquela pedra das joias. Ditinha gostava muito de D. Laura e D. Laura gostava muito do trabalho de Ditinha. Olhando e admirando a beleza de D. Laura, Ditinha se sentiu mais feia ainda. Baixou os olhos envergonhada de si mesma. (EVARISTO, 2006, p. 94)

Duas mulheres vivendo na mesma cidade, no entanto marcadas pelas diferenças raciais. Estas diferenças também estão presentes nas histórias de outras personagens que se encontram em condições semelhantes à de Ditinha, morando na favela e trabalhando como empregada doméstica para as mulheres brancas do bairro nobre próximo de onde viviam, como é caso relatado no seguinte trecho “Maria-Velha e Joana encontraram no fogão, no tanque e nas casas das patroas modos de sobrevivência. Aos poucos foram se acostumando com as coisas da cidade.” A forte presença destas mulheres no trabalho doméstico é um reflexo dos discursos que estabeleceram o espaço doméstico como próprio para as mulheres negras, como já discutido neste texto. Sobre esta relação, espaço doméstico e mulher negra,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Lélia Gonzalez (1984) aponta que há uma reprodução da condição das mulheres negras enquanto mucamas no período escravista.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; por que está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. (GONZALEZ, 1984, p. 230)

Ao mesmo tempo em que encontramos estas mulheres marcadas por discursos que as desqualificam e objetivam a dominação, também podemos observar em “Becos da memória” a presença de personagens que, de algum modo, procuram romper com os lugares pré-estabelecidos para as mulheres negras. Maria-Nova é uma menina que circula pela favela observando o cotidiano e as dinâmicas socioespaciais daquele espaço. A personagem se mostra questionadora da condição em que ela e os demais moradores/as se encontram. Compreendo que o olhar questionador de Maria-Nova sobre a vida na favela revela que existem outros lugares os quais as mulheres negras podem ocupar. Os questionamentos da personagem nos permitem observar que os discursos impostos para a mulher negra não são aceitos de forma passiva, revelando que estes sujeitos podem estabelecer outros discursos sobre si e os espaços em que se encontram.

Todos sabiam que a favela não era o paraíso, mas ninguém queria sair. Ali perto estava o trabalho, a sobrevivência de todos. O que faríamos em lugares tão distantes para onde estávamos sendo obrigados a ir? Havia famílias que moravam ali há anos, meio século até, ou mais. O que seria a Lei Usucapião? Eram estes pensamentos que agitavam a cabeça de Maria-Nova, enquanto olhava o movimento de tratores para lá e para cá. (EVARISTO, 2006, p. 68/69)

A personagem Maria-Nova, em outro momento da história, também destaca as dificuldades de se ocupar determinados espaços, como a escola, por exemplo. Maria-Nova em um certo momento na sala de aula observa que apenas ela e uma outra menina eram negras em sua turma. Esta observação da personagem, em uma aula sobre a escravidão, a fez relacionar o espaço da favela e do bairro nobre com a senzala e a casa grande, respectivamente.

Duas ideias, duas realidades, imagens coladas machucavam-lhe o peito. Senzala-favela. Nesta época, ela iniciava seus estudos de ginásio. Lera e aprendera também o que era casa grande. Sentiu vontade de falar à professora. Queria citar como exemplo de casa grande, o bairro nobre vizinho e como senzala, a favela onde morava. Ia abrir a boca, olhou a turma, e a professora. Procurou mais alguém que pudesse sustentar a ideia, viu a única colega negra que tinha na classe. Olhou a menina, porém ela escutava a lição tão alheia como se o tema da escravidão nada tivesse a ver com ela. Sentiu um certo mal-estar. Numa turma de quarenta e cinco



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

alunos, duas alunas negras e, mesmo assim, tão distantes uma da outra. Fechou a boca novamente, mas o pensamento continuava. Senzala-favela, senzala-favela! (EVARISTO, 2006, p. 70)

As histórias das mulheres apresentadas em *Becos da memória* trazem duas possibilidades de discursos sobre as mulheres negras. Em determinados pontos das narrativas estes sujeitos aparecem expondo as práticas racistas e sexistas que se encontram em seus cotidianos na cidade, como apresentado na história sobre Ditinha. Em outros momentos, emergem narrativas que procuram questionar os discursos sobre as mulheres negras, como aparece nas falas e pensamentos de Maria-Nova ao questionar a presença de apenas duas alunas negras na sala de aula e relacionar a senzala com a favela.

Considerações finais

As discussões que apresentei neste texto são breves reflexões sobre como se dá a relação entre gênero, raça e cidade. A realização das análises a partir do romance *Becos da memória* nos direciona para uma rota de pesquisa já consolidada na geografia, que é o diálogo com a literatura. Entretanto, os estudos que aproximam a geografia e a literatura tratam, em sua maioria, de narrativas literárias canônicas sendo, ainda, poucos os trabalhos que tem como foco a literatura negra (GUIMARÃES, 2010). Esta perspectiva analítica da geografia ao se aproximar da literatura reflete os interesses mais consolidados no âmbito desta ciência, pouco se atentando para os processos relacionados a sujeitos marcados pela subalternidade e dominação. Neste texto procurei pensar a cidade a partir da análise interseccional entre gênero e raça utilizando a literatura, mas também procurei apontar como alguns estudos já nos permitem visualizar outras possibilidades para o conhecimento geográfico, uma vez que tratam de questões consideradas a margem desta ciência.

Becos da memória nos traz interessantes narrativas para pensarmos sobre o lugar da mulher negra na cidade. O romance nos permite, ainda, construir uma ruptura com um pensamento universalista que engloba as diferentes identidades de gênero em uma única categoria. As mulheres negras apresentadas no romance vivenciam a cidade de modos diferentes, pois suas trajetórias são balizadas por processos e discursos que lhes impõe determinadas condições e espaços, como no caso do trabalho doméstico. Mas o romance



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

traz também a perspectiva de ruptura e construção de novos sentidos e representações do cotidiano da mulher negra no espaço urbano.

Referências

BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Revista Análise Social*, VXLII (182), 2007, p.163-180.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC, Ed. UNESP, 1998.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 17-77.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, 392f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, Benhur. Pinós. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, p. 79-113.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana**: terreiros, quilombos, quintais da grande BH. Belo Horizonte: UFMG, 2009, 272f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências sociais hoje**. ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geoesias: as geografias africanas da poesia. **Cadernos Cespuc**. Belo Horizonte, n. 19, p. 141-154, 2010.

HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. **Revista Estudos Feministas**, vol. 1, no. 2, 1993, p. 277-292..

MACHADO, Talita Cabral; RATTIS, Alecsandro J. P. Trajetórias socioespaciais dos militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v.6, n.2, p. 202-221, ago. 2012.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

QUEIROZ, Ana Maria Martins. **Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango** – Belo Horizonte/Minas Gerais. 2012, 201f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RATTS, Alex. Gênero, raça e espaço. In: **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**. 2003, Caxambu/MG. Anais do XXVII Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=449%3A%20anais-do-encontro-gt&catid=1044%3A270-encontro&Itemid=316>. Acesso em: 10/10/2013.

_____. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, n. 17/18, dez 2004, p. 77-88.

_____. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidades e (des)igualdade**. Salvador, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História regional**. Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

_____. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, p. 173-189.

_____. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista a geografia eurocêntrica. In: _____. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 55-90.

SMITH, Susan J. Geografia urbana em um mundo em mutação. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 248-268.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. **Corpos em drama, lugares em trama: gênero, negritude e ficção política nos congados de São Benedito (Minas Novas) e São José do Triunfo (Viçosa) - MG**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, 300f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

SOUZA, Lorena Francisco de. RATTS, Alex. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.28, n.1, p. 143-156, jan./jun. 2008.

VALENTINE, Gill. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. **The professional geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Mulheres, discurso e ocupação do espaço nas manifestações de rua

Cláudia Peixoto Cabral¹

Introdução

A ocupação do espaço urbano além da circulação diária e seu apoderamento como mecanismo de participação política, insurgência e contestação é um dos pontos referenciados da pesquisa sobre as manifestações de rua que aconteceram em junho de 2013, estudo que realizei junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Durante o percurso de investigação e do trabalho de campo surgiram novos elementos significativos que apontavam para a necessidade de uma ampla reflexão sobre o que aconteceu nas manifestações públicas da ação coletiva de junho de 2013. A participação feminina se apresenta nesta reflexão como parte importante e integra o esforço de entendimento sobre a maior mobilização popular do século XXI no Brasil.

Neste sentido, desde o início da pesquisa em março de 2014, optamos por buscar relatar os acontecimentos de junho de 2013, seus desdobramentos e consequências não por meio de um olhar reducionista, mas por um raciocínio expandido, em que não fossem somente consideradas as categorias que dizem respeito à classe, as relações de trabalho e de mercado, ou ainda as relações políticas e institucionais. Logo, diante de uma proposta em que se buscava observar elementos e dados que ensejavam maior valor etnográfico, surgiram duas questões pertinentes à pesquisa sobre os protestos de junho de 2013 que tratarei neste artigo: a ocupação do espaço urbano e a questão de gênero sobre a participação feminina nas manifestações de rua.

Durante os protestos de junho de 2013, foram realizadas várias estratégias de controle para tirar as pessoas das ruas e deslegitimar as manifestações públicas que se proliferavam em todo país. Neste intuito, entre os mecanismos de contrainsurgência popular se destaca uma ação realizada pelo Estado, que compreendemos como uma estratégia presente no discurso oficial e da mídia para criar uma imagem estereotipada pejorativa discriminatória da ação coletiva e dos manifestantes. Nos dias em que aconteceram as manifestações públicas, por meio do exercício de uma observação e um olhar mais crítico às

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

declarações de representantes das instituições públicas, abordagens jornalísticas e midiáticas era notória a criação de uma imagem pejorativa das manifestações de rua e seus integrantes como manobra de dominação e controle. A criação de imagens estereotipadas pejorativas, que estabelecem marcações de diferença e discriminação pode ocorrer em qualquer processo relacional individual ou coletivo e atua de forma particular e universal em processos de submissão, dominação, ou exclusão seja de sujeitos, atores ou grupos sociais e até mesmo, como aconteceu nos protestos de junho, pode vir a controlar uma multidão.

São extensos os exemplos do direcionamento, do foco da informação e da construção discursiva produzida pela grande mídia e pelo discurso oficial das instituições públicas em junho de 2013 que ajudam a explicar como era realizada essa estratégia de controle das manifestações de rua em junho de 2013. Os conteúdos dos pronunciamentos de autoridades e das informações veiculadas na grande mídia evidenciavam a utilização do mecanismo de personificação de manifestantes construídos, totalmente homogêneos se referindo aos manifestantes como “vândalos”, “baderneiros”, “criminosos” e depredadores do bem público e privado.

No contexto dos protestos de junho de 2013, fundamento as reflexões sobre a criação do estereótipo pejorativo discriminatório a partir da teoria crítica pós-colonialista e a noção de Homi K. Bhabha sobre a construção da identidade, da representação e o do discurso como operação de dominação, subordinação de indivíduos, grupos sociais e territórios. Mecanismos que se repetem e podem ser utilizados em processos como o utilizado para deslegitimar a ação coletiva de junho de 2013. O princípio de controle e dominação advém de uma estratégia que executa a criação de uma imagem estereotipada discriminatória pejorativa, que passa a ser percebida pelo imaginário coletivo. Por meio dessa imagem, se instaura uma identidade e uma representação desses atores sociais, construída dentro de um discurso em um contexto histórico específico.

Assim, ao realizar pesquisas exploratórias sobre o discurso oficial e da mídia sobre os protestos de junho de 2013 foram verificadas alterações e adequações em busca de se atingir o cenário social pretendido de passividade, promover a formação da opinião pública do “senso comum” de desaprovação e contra os protestos e a realização de um processo discriminatório, criminalizador, de fixidez pejorativa exacerbada para estabelecer como verdade a construção da imagem do sujeito manifestante e da ação coletiva como



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

potencialmente ofensiva e como ameaça à segurança da sociedade. O protesto não como fato político, cultural e a livre manifestação da insatisfação popular, mas como caso de polícia e de segurança nacional.

Na perspectiva da construção do discurso como representação e de entendimento do processo de criação de uma imagem discriminatória estereotipada do sujeito manifestante e da ação coletiva no contexto histórico de junho de 2013, utilizo ainda o conceito de representação de Stuart Hall entendido como o processo em que os membros de uma cultura produzem, compartilham sentidos e interpretam o mundo. Para Hall, a teoria de representação de Foucault, de enfoque discursivo, foi significativa para os estudos culturais por sua vertente crítica e sua aplicação, que vai além da percepção semiótica de Saussure, engessada na linguagem, no signo e na apresentação simbólica. A proposta de Foucault de representação de enfoque discursivo amplia o enfoque semiótico e linguístico e alcança uma abordagem dinâmica. A representação foucaultiana, portanto, é percebida como um processo construído no discurso, em um contexto histórico determinado, com enfoque mais nas relações de poder do que nas relações de sentido.

Em junho de 2013 estratégias discursivas, repressivas e violentas foram utilizadas para tirar a qualquer custo as pessoas das ruas, evitar que as manifestações públicas acontecessem e que a população continuasse a participar dos protestos. A ação coletiva deveria ser disseminada e controlada. Mas, em um determinado momento a sociedade foi tomada por uma efervescência não esperada em que vários segmentos, faixas etárias de idade, gêneros e etnias se juntavam e ocupavam o espaço urbano em forma de protesto. E as mulheres também foram às ruas, muitas, várias, estudantes, jovens, adultas, idosas, brancas, negras, indígenas. Apesar de entender que as estratégias de controle das manifestações de rua física e de repressão do Estado vitimava um referencial diversificado de manifestantes. Foi durante o levantamento e a análise de dados da pesquisa que a questão de gênero e a violência policial emergiu de forma significativa.

Objetivos

O artigo busca, portanto, refletir sobre repressão como mecanismo de exclusão da participação feminina nas manifestações de rua e ação coletiva de junho de 2013. A questão



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

de gênero e das mulheres como alvo preferencial da violência policial, em um momento específico, foi determinada como recorte da pesquisa, pela percepção de que as mulheres nas ruas deslegitimavam o discurso homogeneizador oficial e da mídia de que os manifestantes que participavam da ação coletiva de 2013 eram “vândalos”, “baderneiros” e depredadores do bem público e privado.

Pelo contrário a presença das mulheres de diferentes faixas etárias nas ruas trazia mais força, credibilidade e aumentava a probabilidade de que mais pessoas viessem a participar. Se a criminalização e a deslegitimação das manifestações de rua de junho de 2013 pelo Estado e a mídia se apoiavam na estratégia discursiva do estereótipo pejorativo discriminatório, que criava uma imagem violenta dos integrantes do protesto, a presença massiva de mulheres nas manifestações de rua de 2013 fazia com que esse argumento fosse apenas e de forma nítida uma construção discursiva como estratégia de controle, que não se confirmava. O argumento dos autores de Feminismo e Política é que as relações de gênero são sempre reguladoras dos processos sociais e no contexto das manifestações de rua de 2013 esse pensamento se concretiza, uma vez que a maioria dos policiais que atuavam nas ruas eram homens, principalmente os que integram a tropa de choque e que portam armas não letais nos protestos. “As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos à mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social” (MIGUEL, BIROLI. 2014:8).

O recorte da ocupação do espaço urbano e das relações de gênero que se estabeleceram nas manifestações públicas de junho de 2013 também têm como referência de análise a noção de limpeza de Mary Douglas que aborda as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo. Foi nítida a estratégia de limpar, de tirar as mulheres da rua como estratégia de legitimar a criminalização da ação coletiva, homogeneizar e criar uma imagem pejorativa e discriminatória dos integrantes das manifestações de rua. Nesta perspectiva, as concepções que definem o corpo como um modelo é interessante para refletir sobre a limpeza do espaço público e as relações com a sociedade e pode ser aplicado em qualquer sistema estruturado, pois aborda as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo e são formulações pertinentes para pensar o processo de “purificação” das ruas no contexto dos protestos de junho de 2013. “Pois, acredito que as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressores têm como função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada” (DOUGLAS, 1966:15).

Procedimentos metodológicos

O levantamento de relatos de integrantes das manifestações públicas de junho de 2013 foi que apontou para o recorte de relações de gênero, ocupação do espaço e repressão no decorrer da pesquisa sobre a ação coletiva. No momento da análise de dados coletados em arquivos fotográficos e audiovisual, surge a questão da limpeza das ruas como estratégia de controle da ação coletiva, mas foi no momento específico da qualificação da dissertação os dados mostraram que no contexto dos protestos de junho de 2013, sobretudo em São Paulo, as mulheres eram alvos constantes de balas de borracha em momentos em que participavam pacificamente das manifestações públicas. Foi utilizado, portanto, a técnica de pesquisa em dados existentes, fotografias da mídia e relatos de manifestantes em produções independentes publicadas no site you tube e ainda relatos do filme Junho, documentário produzido pela Tv Folha sobre as manifestações de rua de junho de 2013.

A observação etnográfica de como as relações e a dinâmica das expressões e formas simbólicas se estabelecem na ocupação do espaço também foram significativas para definir a questão da relação de gênero e do espaço como elemento significativo da pesquisa. Na visão de David Harvey, a temática do espaço e tempo são fontes de poder social. O domínio do tempo e do espaço são considerados nessa abordagem, seja pela definição de mensuração de tempo e dos espaços, territórios, mapas e pela própria definição de ocupação, como elementos primordiais de aquisição e manutenção de poder econômico e político. “Essa questão geral envolve uma outra: considerar como práticas e “discursos” temporais e espaciais bem estabelecidos são “usados” e “trabalhados” na ação social (HARVEY, 1992:207).

Resultados

A ocupação do espaço urbano além da circulação e a insurgência popular fez com que a estratégia de limpeza recaísse preferencialmente, em um momento determinado, sobre as mulheres. Suponho, portanto, que na concepção das instituições de vigilância e



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

controle, seria mais difícil instaurar o discurso da imagem estereotipada pejorativa da ação coletiva e do manifestante como “vândalo”, “baderneiro” e “criminoso”, com a presença das mulheres nas manifestações de rua, já que para justificar os argumentos de que os protestos eram criminosos deveriam estar nas ruas manifestantes que realizam ações diretas nos protestos e integrantes da tática Black Blocque são predominantemente homens. Convencionalmente, dá a entender que a ideia do Estado e que a tática demanda de força física que grande parte das mulheres não tem.

Desta forma, a questão do corpo emerge como significativa e várias correntes de reflexão sobre gênero poderiam ser elencadas para o debate sobre a participação dos flufysvsspikes (fofos vs espinhosos) nas manifestações de rua (DUPUIS-DÉRI, 2014:103), mas esse é um assunto demasiado complexo que em si somente gera contendas e conjecturas diversas. No entanto, não se trata aqui de discutir a diferença e as teorias de construção de gênero, mas sim como esse corpo, a presença das mulheres foi percebida nas relações sociais que se estabeleceram nas manifestações de rua de 2013 e neste contexto histórico específico de ação coletiva e de ocupação do espaço urbano. A opressão masculina exercida em nome do Estado que descrevo, no caso específico dos protestos de junho de 2013, é mais uma evidência dos processos de exclusão, dominação e de controle da participação feminina nas esferas pública e política e vai além da violência simbólica e da representação mental (BORDIEU 1995). As mulheres que participavam das manifestações de rua em junho de 2013 deveriam ser retiradas, intimidadas e vitimadas para que o discurso criminalizador pudesse ser legitimado. Como acusar e homogeneizar uma ação coletiva de criminosa e de vândala e baderneira se nela há várias segmentos, faixas etárias e gêneros? A ordem das instituições de vigilância e controle era limpar, higienizar as ruas do que era inconveniente, mesmo pela execução de formas violentas, qualquer um que estivesse na rua era considerado alvo, mas chama a atenção o número de mulheres escolhidas como um ponto a que se mira. Neste momento de ocupação do espaço urbano é que questão diferença e a participação das mulheres que chama atenção e toma vulto devido à violência sofrida pelas manifestantes nas ruas em junho de 2013.

A perspectiva de espaço como fonte de poder social é um elemento significativo e uma das questões que foram primordiais desde o início da pesquisa. Nesse aspecto de recorte de espaço, há detalhes e configurações que não se limitam às linhas e definições



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

arquitetônicas e urbanísticas. De acordo com Akhil Gupta e James Ferguson, o entendimento da antropologia “é que a experiência do espaço é sempre socialmente construída” (2002:37). Nas manifestações de junho de 2013 a ocupação do espaço urbano estabeleceu relações de poder que se manifestaram na vigilância e controle da cidade e nas ações de repressão que realçaram marcações de diferença e fronteiras. No contexto e na ocupação do espaço, a impressão é que essas marcações da diferença são suavizadas cotidianamente, mas a cidade as revela de forma enfática no momento de insurgência popular e de efervescência da sociedade.

Suponho que o resultado pretendido por este artigo é apresentar uma das verificações empreendidas pela pesquisa: descrever a ocupação do espaço urbano pelas manifestações de rua e a ação coletiva como significativa, incômoda e simbólica em que instauram formas diversificadas de opressão. A questão do recorte antropológico do espaço como elemento simbólico é pertinente, pois onde há imposição de controle de ocupação de um espaço pela força suscitam fronteiras e pululam marcações de diferenças. Observo, portanto, que para o Estado e as instituições de vigilância e controle o uso do espaço urbano e da rua é planejado e construído, primordialmente, para circulação, e com o intuito que essa imposição seja mantida os corpos, mulheres e homens que participam de ações coletivas de ocupação e de insurgência devem ser contidos para que a imposição da função coletiva de circulação do espaço urbano e da rua e seu ordenamento não sejam modificados. No espaço público somente em casos específicos e determinados é autorizada a ocupação e a livre manifestação de expressão na cidade. Essa imposição de diferença em relação à ocupação do espaço também pode ser compreendida como uma estratégia de dominação (GUPTA; FERGUSON, 2000).

Considerações finais

A situação de militarização das manifestações públicas e as questões de fronteiras impostas para a ocupação do espaço urbano, assim como a marcação da diferença da participação das mulheres nas manifestações de rua foram contratempos constantes durante o trabalho de campo. A realização da pesquisa em um campo de conflito e confronto em que se mesclam a solidão do trabalho de investigação e uma dinâmica em que



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

circulam expressões e formas simbólicas de força bruta e violência; policiais com armaduras e escudos; cavalaria; cassetetes; armas; prisões; assédio moral e físico, inclusive presenciado no campo, fez com que como pesquisadora eu sentisse medo e tivesse dificuldades de estar no campo. Na verdade, a impressão é que a questão de gênero me colocava em uma posição de fragilidade, assim como outras mulheres que foram alvo de agressões gratuitas e inusitadas eu poderia ser mais um ponto de mira aleatório da repressão. Entre os relatos mais impressionantes está o de Dona Maria, uma senhora que participava da manifestação de rua em São Paulo. No dia 13 de junho de 2013, ela foi alvo de um tiro de borracha durante o protesto. Ao falar sobre o que aconteceu, mostrou estar extremamente abalada. “Eu levei um tiro de borracha, vou fazer uma ocorrência”. O relato foi filmado pela Tv Folha e enquanto ela falava sobre o que tinha acontecido, ouve-se barulho de helicópteros e no meio do tumulto um manifestante grita “Eles vão atirar pra cá”.²

Em outro relato sobre as manifestações públicas de junho de 2013, a cena que mostra outra mulher sendo ponto de mira, atingida por bala de borracha da Polícia Militar do Estado de São Paulo enquanto participava do protesto.³

Entre as duas já mencionadas, outra situação comprova a preferência dos policiais que participavam das ações de repressão em intimidar, mirar e fazer das mulheres alvos aleatórios de armas de tiros de borracha, qualificada como não letal. Também no dia 13 de julho de 2013, durante a manifestação, a repórter da Tv Folha, GiulianaVallone, foi atingida no olho por uma bala de borracha. Não perdeu a visão, conseguiu se recuperar, mas levou vários pontos no olho. O comando da Polícia Militar identificou o atirador e disse que ele se defendia de manifestantes que jogavam rojões e pedras no momento que os integrantes do choque entravam no ônibus da corporação. O policial, autor do disparo, disse que atirou no chão para dispersar os manifestantes e afirmou que a bala bateu no chão e atingiu a repórter. A versão do policial militar que mirou e no rosto da jornalista foi contestada por GiulianaVallone que descreve a situação em que levou o tiro na cara e afirma ter sido atingida propositalmente.

² Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=FxGm02YwPKA>. Acesso em junho de 2013.

³ Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=xsBff36o-Nk>. Acesso em 15 de junho de 2013.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Eu estava subindo a Augusta e dei de cara com o choque, eu fiquei parada, com o crachá da Folha no pescoço, sem o celular, pois já tinha acabado a bateria e sem falar uma palavra para qualquer um deles. Foi quando um desses policiais do choque veio um pouco mais para frente de onde estavam as pessoas com o escudo e ele apontou a arma pra mim. Aquilo tinha acontecido algumas vezes aquele dia, então eu não imaginei que ele fosse atirar em mim, mas ele disparou. Eu vi ele mirando em mim, mas jamais achei que ele fosse atirar, já tinham mirado em mim outras vezes naquela noite, mas ninguém tinha atirado. Eu tava fazendo o meu trabalho, eu sou mulher, enfim. Você não imagina que um cara fardado com uma arma vai atirar na sua cara.⁴

Contudo, há entre os relatos semelhanças o que apontam para a preferência dos policiais escolherem como ponto de mira e se empenharem em atingir o rosto de mulheres de diversas faixas etárias. Essas são as que temos conhecimento, mas sabe-se lá quantas mais Anas, Marias, Joanas pelo Brasil afora não foram alvo preferencial dos integrantes das instituições de vigilância e controle.

Para finalizar este artigo descrevo a ocorrência de outro fato que mostra o desrespeito em relação à participação das mulheres nas manifestações de rua e ao direito de ocupação do espaço público, os casos de assédio moral e violência verbal relatados por mulheres que participavam dos protestos. Em São Paulo em uma manifestação contra a Copa 2014, um policial agride verbalmente uma mulher que passava em frente a um cordão de isolamento com as seguintes palavras “vai dar sua puta”. Em outro relato que ocorreu no Rio de Janeiro, o policial chama a manifestante de “gostosa”, a mulher reclama da atitude do funcionário público e é imobilizada por dois policiais que vieram defender o colega, é algemada, presa por desacato à autoridade e levada para a 17ª Delegacia Policial.⁵ ()

“Eles gritavam: Putas! Vadias!” Os gritos eram de policiais que invadiram, em 1968, o local onde cerca de 150 mulheres estavam reunidas para preparar o XXX Congresso da UNE (União dos Estudantes). A lembrança é de Beatriz Abramides, militante feminista e integrante do movimento estudantil. Na publicação *Revoltas Populares no Brasil* (2015:43), ela que era delegada do congresso, conta que durante a abordagem policial todas as mulheres que estavam na reunião foram revistadas e que ao encontrar pílulas anti-concepcionais, que eram consideradas sinônimos de promiscuidade, os policiais deram início ao constrangimento verbal.

⁴ Disponível em 14:38 <https://www.youtube.com/watch?v=vhAPWD8hXk8>. Acesso em agosto de 2014.

⁵ Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=CmqVNUDIUXM>. Acesso em 8 de outubro de 2013.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

No entanto, atualmente o substantivo depreciativo “vadia” que constrangeu as mulheres no século XX, e constrange até hoje, possivelmente, por ser tão utilizado em agressões verbais às mulheres, dá nome a uma das maiores ações coletivas feministas que ocorre no Brasil, a Marcha das Vadias, como uma resposta sarcástica, bem-humorada, audaciosa e de luta contra a opressão de gênero. Fica uma pergunta, até quando ocupar espaços impostos e determinados como não autorizados para as manifestações públicas e a ação coletiva ou participação nas esferas pública e política será motivo para mais uma ocorrência de violência simbólica, moral ou física contra as mulheres? Chamar as mulheres de putas ou vadias parece ser uma prática antiga da polícia. Lamentavelmente, a história se repete.

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG .1998.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Educação & Realidade, n.20 (2), p.133-184, jun/dez 1995.

Revoltas Populares no Brasil. Coleção Editora Caros Amigos. 2015.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora perspectiva. 1966.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Bloc**. São Paulo: Veneta. 2014

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 1997.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.30-49. p.32

HALL, Stuart. El trabajo de La representación. In: _____. **Sín garantias**. Trayectorias y problemáticas em estudios culturales. Popayán/ Lima/ Bogotá/ Quito: Envió editores/ Instituto de Estudios Peruanos/ Pontificia Universidad Javeriana/ Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 1992.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

_____. **O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou:** 12 de junho de 2015. Jornal El País. Entrevista concedida à Talita Bedineli. (Disponível: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html - acesso jun.de 2015).

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia.** México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

As Identidades homossexuais percebidas pelas geografias feministas e queer na territorialidade tradicionalista

Edipo Djavan Dos Reis Göergen¹ e Flávia Rubiane Durgante²

Introdução

A Geografia desde sua gênese convive com conflitos teóricos, epistemológicos e metodológicos que abarcam grande parte da sua estruturação enquanto ciência. A ciência, historicamente, intensificou seus estudos de acordo com os fenômenos que mais chamavam a atenção acadêmica em cada período. Gomes, analisando o processo de transformação epistemológica da Geografia afirma:

A principal vocação da epistemologia é pois, desde o início, constituir um campo de discussão, de questões sobre métodos e limites de validade, sua inclinação não é normalizar nem restringir as iniciativas. *Podemos, de forma muito geral, dizer assim que a epistemologia é um campo crítico de discussões sobre as formas de pensamento científico.* Isto quer dizer que essas discussões epistemológicas dizem respeito antes de mais nada aos métodos, aos objetivos e as finalidades de um conhecimento científico [grifo nosso] (GOMES, 2009, p. 14-15).

A ciência, em concordância com a sociedade, ainda é fortemente alicerçada em ideais tradicionais e conservadores. Os geógrafos, em sua grande maioria, tendem a compreender as relações homem-natureza através de suas concepções mais tradicionais, sendo as novas temáticas marginalizadas no campo científico. Quem nos ajuda a pensar a respeito, por exemplo, é Cesar e Pinto (2015, p. 121), trazendo à discussão os trabalhos que tratam das relações de gênero na sociedade, assim como, os que abordam as sexualidades. De acordo com o trabalho destes nota-se que, através de uma análise de artigos científicos, por suas palavras-chave, concluíram que, de um total de 13.999 trabalhos acadêmicos apenas 167, ou seja, 1,2% destes, tratavam de questões de gênero, e 49, equivalentes a 0,3%, equivalentes a temática das sexualidades.

A geografia na contemporaneidade, por exemplo, é muito mais que uma desenfreada busca pela descrição do espaço, ou até mesmo uma crente adoção às concepções metodológicas de interpretação espacial (SPOSITO, 2001, p. 101). Ela ultrapassou os antigos

¹ Licenciado em História pela URI - Santo Ângelo. Mestrando em Geografia pela UFSM - Santa Maria.

² Mestranda em Geografia pela UFSM - Santa Maria.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

paradigmas, vindo ao encontro das novas interpretações de realidade, da mesma forma que traz ao meio científico indivíduos historicamente invisibilizados, tanto pela sociedade quanto pela academia. De acordo com Silva:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultam a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante (...) Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da geografia. (...) A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidade (SILVA, 2009, p. 25).

Para tanto, os trabalhos relacionadas ao gênero e a sexualidade tem sido, com certa relutância, objeto de interesse da geografia em diferentes esferas e em todos os cantos do globo. No Brasil ela ainda é incipiente e conta com poucas publicações relacionadas à esta temática. Ainda é um campo dentro da ciência geográfica a ser explorado, e que oferece uma gama de interpretações com relação ao espaço. Ainda que haja inúmeras possibilidades de se verificar e analisar, no que se refere ao gênero e suas espacialidades, a geografia pouco se utiliza deste campo para compreender o espaço sob a perspectiva de relações sociais, justificando a importância de discussões acerca desse campo na ciência geográfica. No caso deste trabalho, dar-se-á ênfase nos indivíduos portadores de identidades homossexuais, que se fazem presentes na territorialidade tradicionalista, ou seja, nos territórios de prática das atividades desenvolvidas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, e como tais identidades se manifestam frente a uma espacialidade, paradoxalmente, tão conservadora e heteronormativa.

Territorialidade Tradicionalista e respectivos territórios

As compreensões do que são Território e Territorialidade no campo da ciência geográfica, em muito tem mudado no transcorrer dos tempos, e obviamente, na mudança da maneira de se interpretar a realidade. De acordo com Claval:

Os geógrafos dos anos sessenta atribuíam tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete em parte os debates epistemológicos internos à geografia. Ela é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

compreendê-lo. [...] a partir de agora é aos lugares e àquilo que os diferenciam que muitos se referem para dizer o que eles [os territórios] são e em que se distinguem uns dos outros (1999, p. 7).

Dessa forma, buscamos em Sack (1986) referencial para compreendermos o que seria territorialidade. Esta, para o referido autor, é entendida como territorialidade humana, como uma forma espacial de comportamento social. A territorialidade está intimamente relacionada à utilização da “terra” por um determinado grupo, ela está diretamente relacionada à organização de um dado no espaço tempo. Portanto, a territorialidade é um componente geográfico central para entender como a sociedade e o espaço estão intimamente relacionados.

Contextualizando-se ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, este, com o passar dos anos, conseguiu ultrapassar as “paredes” delimitatórias do 35 CTG (primeiro Centro de Tradições Gaúchas, criado em 1947), e de seus demais Centros de Tradições Gaúchas, manifestando-se nos mais variados âmbitos sociais. Conforme Brum, o movimento se expande por todo o Brasil e mundo “sendo lá cultuado por gaúchos, descendentes e também por simpatizantes” (2006, p. 3). Eventos, programas de rádio, televisão, jornais, sites e livros carregam consigo a “marca” do tradicionalismo e, sem contar os mais de 2.700 núcleos de difusão e culto ao tradicionalismo cadastrados, de acordo com o site da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha.

Sack (1986) ainda complementa argumentando que, como intenção de indivíduos ou grupos de produzir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, isto se dá através da delimitação e defesa de uma determinada área geográfica. Essa área, então, pode ser entendida como um território.

O MTG tem sua gênese em 1954, e com o passar dos anos, novos Centros de Tradições Gaúchas, ou demais núcleos difusores, se formaram na espacialidade gaúcha. Ou seja, o MTG não se enquadra mais em um único ponto de difusão de ideias, como, inicialmente se deu, com a fundação do 35 CTG. Com o passar do tempo, novos núcleos foram se formando, “produzindo, influenciando ou controlando” indivíduos, e então, melhor fortalecendo e alicerçando suas normas sociais, de grupo, de conduta, identitárias.

Somente no Rio Grande do Sul estão em prática 30 Regiões Tradicionalistas, agregando a todos os municípios do estado. Cada uma dessas, assim como o próprio MTG,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

existe uma estrutura de poder rigidamente obedecida. Da mesma forma, cada entidade tradicionalista tem sua estrutura erguida obedecendo à determinadas regras estruturais. Há controle físico e comportamental. De uma forma muito reduzida, o próprio Movimento disponibiliza sua estruturação em seu site:

O MTG é administrado por um Conselho Diretor composto de trinta e três (33) membros efetivos e dezesseis, chamados Conselheiros, eleitos em Assembleia Geral eletiva realizada anualmente no Congresso Tradicionalista. O mandato do Conselheiro efetivo é de dois anos, os quais escolherão, dentre si, um Presidente, um Vice-Presidente de Administração e Finanças, um Vice-Presidente de Cultura, um Vice-Presidente Campeiro, um Vice-Presidente Artístico e um Vice-Presidente de Esportes Campeiros, estes com mandato de um ano. Juntamente com os titulares, são eleitos dezesseis (16) suplentes, com um mandato de um (1) ano (MTG).

Dessa maneira, percebe-se a construção de uma estrutura de poder, que Raffestin (1993) e Souza (1995) podem nos assegurar, enquanto se encara os Centros de Tradições Gaúchas, assim como as demais festas e eventos proporcionados pelo MTG, como territórios. Porém, vale-se lembrar que Souza (p. 87) acrescenta a Identidade como termo ilustrador de uma configuração territorial. Quem nos auxilia a engrossar essa possibilidade teórica é Saquet, o qual afirma que:

As identidades são produzidas historicamente por relações identitárias, coletivas, grupais [...] Há uma construção do território que produz identidade e, no nosso entendimento, uma construção de identidade que produz o território; este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais (2005, p. 13872).

De forma semelhante, Ritter afirma que:

[...] 'poder' e 'identidade' não se opõem, pelo contrário tendem a se complementar e a se integrar, uma vez que toda identidade é socioculturalmente construída e permanentemente reconstruída pelos contextos, nas mais diversas escalas, a partir de valores herdados e da ação das forças hegemônicas, cujo objetivo principal é aglutinar, mobilizar, criar sinergias para a aceitação e para a legitimação das imposições coletivas e demais faces do poder (2011, p. 99).

Complementando, unindo território à identidade, Claval argumenta dizendo que “o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade” (1999, p. 16). Para tanto, “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (1999, p. 16).

No meio tradicionalista é possível perceber a crença de partilha de um senso identitário único. Para os tradicionalistas, crer na possibilidade de que os gaúchos são



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

“filhos” de um povo autóctone do solo sul-riograndense é uma lei. Não seria tamanho equivoco se se levasse em conta a já citada colonização heterogênea, porém, se é pelo fato de que o povo autóctone, para os seguidores do MTG, ser um possível grupo portador de bombachas, a muitos séculos. O Movimento Tradicionalista Gaúcho criou, e persistem em reafirmar, um personagem mítico para o Rio Grande do Sul. Conforme comenta Golin,

No estágio atual da cultura rio-grandense, encontram-se elementos cujos valores sociais foram esterilizados pelo gauchismo. Foi preciso desarmar toda a historia real e construir uma outra história, que, antes de ser entendida como manipulação, deve ser compreendida como a criação de um complexo arcabouço cultural que colocou a história humana em uma inversão. (1983, p. 23).

Logo, ao se pensar no “gaúcho”, remete-se não mais ao habitante do Rio Grande do Sul mas sim, a um ser quase mitológico e apenas presente na literatura e nas práticas do Movimento tradicionalista Gaúcho. Este porta bota e bombachas, e suas “companheiras” um vestido colorido, e falam, se comportam e manifestam-se como se estivessem num tempo passado historicamente inexistente. É como que ao adentrar os “limites” da territorialidade tradicionalistas, os indivíduos fossem “possuídos” por específicas atitudes e modos de agir.

Levando-se em conta as pós-modernas concepções de identidade de Stuart Hall, nota-se que não se tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, ela se tornou uma “celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Ainda para o autor,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente [grifo nosso] (HALL, 2005, p. 12-13).

Assim sendo, se percebe que cada indivíduo pode “possuir” várias identidades, variando ela de acordo com a situação vivenciada, o espaço visitado, ou então, a territorialidade em que faz parte. Em tempo, adere-se a ideia de performatividade, que Butler utiliza para caracterizar das identidades de gênero. De acordo com a autora,

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performáticos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2008, p. 194).

Logo, notando a tamanha afinidade, ou consequência, entre identidade e performance, pode-se concluir que, para cada territorialidade existe uma performance em específico. Ao “adentrar” a espacialidade tradicionalista a adesão do indivíduos de um modo de agir característico. Logo, porque não se dizer de performático, ou então, uma performance tradicionalista. Esse modo de ser e se portar refletem um comportamento fortemente conservador, machista, elitista e heteronormativo. Levando em conta que cada território não é composto homogeneamente, e sim, também por disputas internas de poder, permitindo notar assim porções espaciais centrais e marginais (ROSE, 1993), nota-se também que esta performance não é hegemônica. Da mesma forma, através dos escritos de Hall (2005), vem-se a crer que todos os indivíduos componentes dessa territorialidade possuem outras tantas identidades, e consequentes performances, manifestas em demais espaços-tempos.

Percebendo a grande quantidade de homossexuais, ou então, indivíduos que se auto-denominam não-heterossexuais, habitando a territorialidade do MTG, e que sua sexualidade não se encaixa no propagado pela referida entidade, vem-se questionar, de que maneira tais indivíduos convivem nesses espaços tendo suas identidades (HALL, 2005) em constante conflito. (ORNAT, 2009, p. 203-204).

Objetivos

Objetiva-se com este trabalho identificar como se constroem, paradoxalmente, as identidades homossexuais dos indivíduos que constituem, ou fazem parte, territórios da territorialidade tradicionalistas, levando em conta quão conservador e heteronormativo é tais espacialidades.

Para tanto, faz-se necessário analisar como se construiu os padrões culturais conservadores e heteronormativos na territorialidade tradicionalista. Da mesma, conhecer a forma como a heteronormatividade vem sendo disseminada na/pela territorialidade tradicionalista.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Se faz preciso investigar a existência dos homossexuais, nos territórios (Centros de Tradições Gaúchas e eventos) escolhidos e demais espaços da territorialidade tradicionalista. Assim como, perceber de que maneira se configuram as identidades homossexual e tradicionalista dos indivíduos pesquisados.

Procedimentos metodológicos

Para melhor chegar ao objetivo proposto neste projeto será feita, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas geográficos e históricos levantados. Como base principal para a efetivação da pesquisa, se usará a pesquisa qualitativa. Esta, de acordo com Angrosino, trata-se do método que busca “abordar o mundo ‘lá fora’ (...) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’”, podendo ser desenvolvido: “analisando experiências de indivíduos em grupos (...) examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo, (...) investigando documentos (...) ou traços semelhantes de experiências ou interações.” (2009, p. 8). O mesmo autor complementa, ao afirmar,

Devido à existência de diferentes maneiras de se trabalhar através da pesquisa qualitativa, torna-se consequente perceber que, existem também variadas metodologias derivadas desse método. À medida que se pretende ir ao encontro do território tradicionalista, e seus respectivos espaços e territorialidade, busca-se o amparo dos teóricos da etnografia e principalmente da observação participante.

De acordo com Angrosino a etnografia executa-se através da pesquisa de campo, levando em conta, entre outros fatores, a inserção do pesquisador no meio a ser pesquisado. Conforme argumenta Peirano, é como se fosse uma “imersão no universo social e cosmológico do ‘outro’” (1992, p. 4), que nos permite estudar “pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades” (ANGROSINO, 2009, p. 16). Ou seja, a etnografia é “a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (2009, p. 30). Ou até mesmo, como diria Gil (2008, p. 16) “o método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

curiosos (...) como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”.

Tratando, de uma forma mais objetiva à observação participante, Queiroz afirma que este,

(...) é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. (QUEIROZ, 2007, p.278).

Gil complementa dizendo que o “registro da observação é feito no momento em que esta ocorre e pode assumir diferentes formas. A mais frequente consiste na tomada de notas por escrito ou na gravação de sons ou imagens” (2008, p. 105). Para Angrosino, “As entrevistas são costumeiramente registradas em gravadores de som. A gravação é um modo de assegurar a exatidão do que é dito e, no caso de histórias orais/de vida, é essencial ter a fala verdadeira pronta para ser ouvida novamente” (2009, p. 69).

Dessa maneira, pretende-se entrar em contato com aqueles indivíduos a quem o autor deste projeto foi indicado, seguido, se possível, de uma visita à entidade tradicionalista ou até mesmo eventos que o entrevistado frequentar. Como ressalta Angrosino “no papel de *observador-como-participante*, o pesquisador faz observações durante breves períodos, possivelmente visando a estabelecer o contexto para entrevistas ou outros tipos de pesquisa”, assim como “o pesquisador é conhecido e reconhecido, mas relaciona-se com os “sujeitos” da pesquisa apenas *como* pesquisador” (2009, p. 75). Também se buscará, a partir de cada contato, novos possíveis interlocutores para novas observações e entrevistas.

Adentrando-se o campo da entrevista, vale-se ressaltar que, de acordo com Gil, “as entrevistas podem ser classificadas em: informais, focalizadas, por pautas e formalizadas” (2008, p. 111). Levando-se em conta que se fará, durante a “observação” conversas informais, e também, de forma particular para com o entrevistado, entrevistas previamente organizadas, se usará a primeira e terceira opções listadas pelo autor.

Para analisar tais entrevistas, pensa-se em utilizar a técnica da Análise do Discurso. Essa prática foi desenvolvida na área da linguística, na escola francesa, ainda na década de 1960. De acordo com Iara Bemquerer Costa,

A criação dessa nova área de estudos está associada a dois intelectuais que tinham formações diferentes e compartilhavam o interesse pela política e as convicções



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

marxistas sobre a luta de classes, a história e o movimento social. O primeiro é o linguista e lexicólogo Jean Dubois; o segundo, o filósofo Michel Pêcheux, preocupado com questões de epistemologia, Marxismo e Psicanálise (2009, p. 138).

Para Iara Bemquerer Costa, a qual apresenta Pêcheux como um dos principais autores, o qual assegura que “a significação não é da ordem da língua (do sistema), mas da fala (do uso). A significação das palavras sofre variações conforme a posição política, a vinculação ideológica, a instituição a partir de onde o sujeito produz os enunciados” (2009, p. 111).

De uma forma semelhante, Orlandi argumenta:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (...) Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (...) A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 2012, p. 15).

Para tanto, munindo-se da Análise dos discursos dos indivíduos entrevistados que se pretende encontrar dispositivos que evidenciem a existência e a instauração dessa configuração espacial paradoxal nos Centros de Tradições Gaúchas e eventos do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Resultados

Trata-se de uma pesquisa em andamento, logo, até o momento deu-se a pesquisa bibliográfica e parte da coleta dos dados. Pesquisou-se temas a respeito de Território e Territorialidade, assim como a construção do Movimento Tradicionalista Gaúcho e Sexualidade. Referindo-se à análise de dados, tem-se pesquisado a respeito da Análise de Discurso.

Quanto à coleta de dados, foram feitos encontros com dois indivíduos e entrevista. Objetiva-se entrevistar mais alguns sujeitos, os quais, já se manteve contato.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações finais

Ao se pesquisar sobre a evolução histórica da sociedade, e o conseqüente despontar de novas identidades, performances e grupos de indivíduos, nota-se o lento, mas gradual, amadurecimento e aperfeiçoamento do campo científico para com tais “novidades”. Dentro de cada disciplina científica, não é diferente, vindo a surgir novas correntes de interpretação de realidade, com o transcorrer dos tempos.

Seguindo-se a mesma lógica, nota-se que, no caso da geografia, as suas diferentes categorias de análise também mutaram e se aperfeiçoaram com o percorrer da sociedade. No caso do território, como se foi possível perceber no texto, passou por graduais aperfeiçoamentos interpretativos, à medida que novos agrupamentos humanos foram surgindo, e novas concepções de realidade se desenvolvendo.

Portanto, conclui-se que, para melhor se compreender a(s) realidade(s) de uma forma científica, deve-se levar em conta a sua constante mutação, indo ao encontro de novas possibilidades teóricas e metodológicas, desde que as comumente usadas encontram-se saturadas ou improdutivas. Ao se estudar os grupos de indivíduos historicamente, socialmente e espacialmente marginalizados, deve-se buscar amparo nos segmentos teóricos que os perceba e os valide.

Referências

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUM, Ceres Karam. **“As (re) configurações do gauchismo” pensando as relações entre o movimento tradicionalista gaúcho e a escola**. In: Disponível em <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/019e3.pdf>>. Acesso em 24 de junho de 2015.

CESAR, Tamires Regina de Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, ago. / dez. 2015, p. 119-132.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: **GEOgraphia**, ano 1, n 2, 1999, p. 7-26.

COSTA, Iara Bemquerer. **Linguística III**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa sociais**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SHR, Cícilia Luiza; SILVA, Marcia da (Org.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, p. 13-30.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MTG, site. Disponível em <www.mtg.org.br>. Acesso em 24 de junho de 2015, às 18:50 horas.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 10ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORNAT, Marcio Jose. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 177-210.

PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da etnografia**. Brasília: Série Antropológica, 1992. Disponível em <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Peirano_a-favor-da-etnografia.pdf> visitado em 26 de outubro de 2013, às 20:27 horas.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. In: **Revista Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro: EURJ, abr/jun. 2007. p. 276-283.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RITTER, Carl. **Reflexões epistemológicas sobre os "territórios de identidade"**. In: Revista Geografar, Curitiba, v. 6, n. 1, jun. 2011, p. 95-109.

ROSE, Gilian. **Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

SACK, Robert David. **Human Territoriality – Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SAQUET, Marco Aurélio. Território e identidade. In: **Anais do X encontro de geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, São Paulo, mar. 2005, p. 13869-13881.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidade. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25-54.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et. al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 7-116.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Raça e diferença: aspectos relacionais entre negros africanos e afro-brasileiros¹

Eufrásia Nahako Songa²

Introdução

Esta discussão inicia com a proposta de leitura do relato sobre o que sucedeu em maio de 2013, durante a realização da Oficina de Tranças, uma atividade constituinte da programação da *Semana da África* na Universidade Federal de Goiás (UFG):

A Oficina de Tranças da 5ª edição da Semana da África na UFG albergou mulheres africanas e brasileiras e também homens africanos e brasileiros - tanto estudantes, quanto residentes na cidade de Goiânia e/ou também convidados de outras cidades para o evento -, como é de costume. A cobertura da atividade foi feita por mim – enquanto estudante de Jornalismo, matriculada na disciplina-laboratório Jornal Impresso I, que produzia notícias para o **Jornal Samambaia**. Durante o evento, imagens das/dos participantes, e do ambiente de forma geral, foram captadas por câmeras fotográficas, para posterior seleção, edição e publicação das mesmas no Jornal supracitado. Da cobertura do evento, não somente da Oficina de Tranças, duas matérias jornalísticas nasceram: um artigo de opinião sobre a Semana e um ensaio fotográfico da Oficina de Tranças. O ensaio fotográfico intitulava-se **Africanidades**. No entanto, o ensaio gerou uma grande polêmica quando a versão digital do jornal foi publicada nas redes sociais e após o início da circulação do jornal impresso pelos arredores da Universidade. A razão: como destaque estava uma foto de duas estudantes negras brasileiras - apresentando o penteado feito durante a Oficina de Tranças em seus cabelos crespos, quando para algumas estudantes africanas e alguns estudantes africanos o evento era supostamente africano e não afro-brasileiro. Na visão de algumas africanas que fizeram parte da atividade, o evento havia sido mal interpretado pela jornalista que cobriu a atividade. Afinal, as fotos em que negras africanas se faziam presentes não haviam sido destacadas – o que, segundo essas pessoas, acabava fugindo da proposta da semana -, quando na verdade o objetivo era evidenciar as tranças feitas em cabelos crespos, característico em pessoas negras, quer sejam africanas ou afro-brasileiras. É a partir dessa leitura experiencial, ou melhor, de minha trajetória entre os continentes africano e latino-americano enquanto mulher e negra que, agora já no Mestrado em Antropologia Social na mesma Universidade, pesquisei a questão da resignificação do cabelo crespo e das tranças em Angola e no continente africano de forma geral. Isso justamente no Brasil, onde as discussões sobre cabelo estão há muito afloradas, o que permite pensar as narrativas já existentes e apresentar novas e outras realidades.

¹ Artigo apresentado à disciplina Relações Raciais do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e adaptado para apresentação ao II Colóquio Nacional Espaço e Diferença do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE) do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) da UFG.

² Graduada em Jornalismo (UFG) e mestranda no PPGAS/UFG.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A Semana da África é um evento realizado anualmente por estudantes africanos, de graduação e pós-graduação, em parceria com alguns departamentos da Universidade, a exemplo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec) e do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE), para celebrar a unidade e as culturas africanas dentro e fora do continente, além da afirmação de suas diferenças para o coletivo acadêmico em que se encontram.

A semana, que vem se consolidando na Universidade, anualmente recebe um número maior de participantes. Estudantes africanos(a) de outras Universidades, inclusive privadas, como a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC) - onde também se encontram estudantes do PEC-G³ e do PEC-PG⁴ provenientes de países africanos -, se engajam na quebra de paradigmas e estereótipos acerca do continente africano.

Através de palestras, rodas de conversas, mesas redondas, oficinas de tranças e danças africanas, jogos de futebol e uma festa (com danças, comidas, músicas e trajes propriamente africanos) – entendida como “o pivô da articulação dos diferentes grupos dentro do processo de integração” (PEDRO, 200, p. 83 apud GUSMÃO, 2011, p. 198) -, são defendidas a soberania e a integridade dos povos africanos. A semana tornou-se ainda um espaço para debates sobre diversos assuntos relacionados ao continente e seus variados povos.

A partir do relato exposto é possível ver que apesar de a relação entre o Brasil e a África serem históricas, pelo fato de várias pessoas terem sido trazidas do continente africano para o Brasil e terem contribuído para a formação do povo brasileiro, ainda existe resistência na relação com o Outro - cidadão nacional brasileiro. Sem nos esquecermos de que também existem tensões relacionais na relação com o Outro quando se trata de africanos provenientes de países diferentes. Conforme nos lembra Neusa de Gusmão (2011):

(...) é bom não se enganar: as relações entre povos africanos e povo brasileiro, apesar das similitudes culturais e históricas, não constituem relações entre países irmãos como muitas obras, mesmo de estudantes africanos, sugerem. Do mesmo modo a união entre africanos em solo brasileiro não é tão fraternal, como se imagina (GUSMÃO, 2011, p. 197).

Afinal, existem várias diferenças e diferenciações de nacionalidade, língua, cultura etc. O fato de virem de um “mesmo lugar”, o emblemático continente africano, não significa,

³ Programa Estudante Convênio de Graduação, regido pelo Decreto nº 7.948.

⁴ Programa Estudante Convênio de Pós-graduação.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

como muitos evocam, que se comportam da mesma maneira ou têm os mesmo princípios de vida. Enfim, essa visão homogênea que a maioria dos brasileiros tem dos povos africanos é uma questão que, por enquanto, foge da proposta de discussão em pauta que é a complexa relação entre estudantes negros africanos e estudantes afro-brasileiros.

Africanidades

É possível notar no relato exposto que a reação adversa das africanas e dos africanos extrapola a proposta apresentada por aquela página do jornal, que seria a “circulação de sentidos” (BENETTI, 2007) que imprimem certa lógica no mundo africano e afro-descendente, ou seja, de imagens que retratam – conforme o título do ensaio fotográfico – as identidades africanas presentes no evento, as *africanidades*. Logo, nada melhor que problematizar o conceito para maior compreensão.

No texto *África negra e a formação da africanidade*, Dantas (2010) afirma que o antropólogo afro-brasileiro Kabengele Munanga apresenta uma ideia de africanidade que vai além da cultura e da arte, uma vez que abrange características como a língua e as instituições sociais. Segundo Munanga (2007), citado por Dantas (2010), a africanidade é formada por um conjunto de traços culturais que compõe centenas de sociedades da África subsaariana, também conhecida por África Negra.

Na África Negra a africanidade apresenta como um ente essencial do comportamento e da forma de viver da população. Diferentemente dos africanos, as africanidades brasileiras vêm sofrendo um processo de elaboração há quase cinco séculos. (DANTAS, 2010. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/2376211>. Acesso em: 16 ago. 2015).

No Brasil, o conceito de africanidades trata, de forma geral, da valorização da cultura africana, por meio do reconhecimento, da significação e da ressignificação das práticas africanas. O debate em torno dessa temática tem sido fundamentado em diferentes áreas do conhecimento, como na História, na Antropologia, na Comunicação etc. e abrange diferentes categorias de análises.

Segundo Gonçalves e Silva (2003, p. 26) “a expressão *africanidades brasileiras* refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana”. É também uma forma de se “reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprio dos negros brasileiros e,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia”.

Africanidades brasileiras, pois, ultrapassam o dado ou o evento material, como um prato de sarapatel, uma apresentação de rap. Elas se constituem nos processos que geraram tais dados e eventos, hoje incorporados pela sociedade brasileira. Elas se constituem também dos valores que motivaram tais processos e deles resultaram. (GONÇALVES E SILVA, 2003, p. 26)

As africanidades aqui, no Brasil, são encontradas em certos alimentos consumidos pela população, em monumentos que retratam as três principais raças que contribuíram para a construção do Brasil, na música, na dança, na religião, no vestuário, em penteados, nas tranças e muito mais. Tudo em prol do fortalecimento das raízes africanas trazidas e implantadas pelos negros africanos que vieram como escravos durante o período colonial.

As tranças, por exemplo, são usadas por brasileiras e brasileiros como “técnicas corporais”, isto é, como um instrumento pelo qual o povo afro-brasileiro, de geração em geração, de uma forma tradicional, vem se servindo de seu corpo (MAUSS, 2007). As tranças são usadas por mulheres e homens brasileiros, na maioria das vezes, como forma de afirmação da identidade da pessoa negra. Elas retratam a busca de soluções para a manutenção de um dos principais padrões de beleza africanos e a lembrança de práticas trazidas pelos ancestrais.

Então, estudar Africanidades Brasileiras significa estudar um jeito de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e lutar por sua dignidade, próprio dos descendentes de africanos que, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências, e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles. (GONÇALVES E SILVA, 2003, p. 26)

Hierarquização e negação

“Negro” ou “negra” são palavras usadas em sistemas de classificações raciais. Geralmente, os dois termos referem-se às pessoas com fenótipo biológico de pele escura, cabelo crespo e traços físicos mais evidentes, como o nariz e a boca. Estes dois “signos”, e mais alguns como o cabelo, a pele, os seios, as nádegas etc. são os mais usados para a representação visual da pessoa negra, só que na maioria das vezes, infelizmente, de forma “jocosa” (INOCÊNCIO, 2001, p. 195-198).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Estudiosos há que afirmam que o termo negro enquadra apenas pessoas que foram nascidas na África subsaariana, ou seja, nos países africanos majoritariamente habitados por pessoas de pele escura. Verdade ou não, há que se perceber que o continente africano não é apenas rico em biodiversidade, mas também em diversidade humana, pela infinidade de tipos existentes.

Algumas dessas pessoas foram trazidas ao Brasil desde meados do século XVI. Ao passo que outras têm vindo por diversas razões. Quer seja para se qualificar acadêmica e profissionalmente, como também para morar ou fazer turismo. “O que os move de um lado a outro do planeta resulta da busca por algo que ainda não é possível obter em seus lugares de origem em razão dos processos recentes de construção das novas nações africanas, até pouco tempo assoladas por guerras e lutas” (GUSMÃO, 2011, p. 193). Como é o caso dos estudantes do PEC-G que integram um projeto nacional de desenvolvimento dos respectivos países de origem dos mesmos.

Muitos são os brasileiros que pensam a África como um “lugar distante, desconhecido e indistinto” (GUSMÃO, 2011, p. 194), mas o racismo, a xenofobia, os estereótipos e outras formas de depreciação do Outro estão sempre presentes no dia a dia da pessoa negra africana. A situação da maioria desses imigrantes – temporários ou não - é, muitas vezes, caracterizada pelo preconceito, racismo, xenofobia e discriminação, às vezes, igual à maneira como o próprio negro afro-brasileiro é tratado. Afinal, o significado de raça na realidade brasileira é bastante evidenciado pela cor da pele.

O preconceito racial, normalmente “velado”, apontado pelos vários estudantes africanos em universidades brasileiras, dentro e fora do contexto acadêmico (MORAIS E SILVA, 2011, p. 6), por pessoas brancas e inclusive por pessoas da mesma cor, reproduzem-se em relatos, muitas vezes, noticiados pelos meios de comunicação social. Da exclusão enfrentada em sala de aula a quando da formação de grupos ou duplas para a realização de algum trabalho acadêmico - para não falar do dia a dia em outros segmentos da sociedade -, até aos atos de violência física como é o caso do ataque⁵ sofrido por estudantes guineenses na Universidade de Brasília quando outros “estudantes” brasileiros atearam fogo em seus dormitórios pertencentes ao alojamento dentro da Universidade.

⁵ Disponível em: <http://www.secom.unb.br/unbclipping2/2007/cp070330-06.htm>. Acesso em: 19/09/2015.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considera-se preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Estas atitudes, infelizmente, se refletem no comportamento desses estudantes estrangeiros. Alguns tendem a provar o tempo todo que têm condições financeiras suficientes para, por exemplo, morar nos melhores “cantos” do Brasil ou usar a roupa mais cara do mercado, o que é diferente de vestir-se bem no sentido, leia-se mania, africano de ser⁶. Outros e outras procuram demonstrar que atendem àquilo que a sociedade acadêmica espera de qualquer pessoa negra: ser tão “inteligente” quanto qualquer outra pessoa que se dedica aos estudos. Existem ainda aqueles que se abstêm das humilhações e preferem ficar em casa nos horários livres.

Aqueles, entretanto, que tendem a provar que também são inteligentes acabam cometendo um erro apontado por Franz Fanon, que eu chamaria de *pseudo-salvação*. Afinal, para o autor, a inteligência nunca salvou ninguém. Segundo ele, “se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio.” (FANON, 2008, p. 43).

Enfim, por conta do racismo, do preconceito e da discriminação racial e social que o(a) estudante negro(a) africano(a) enfrenta no dia a dia, e por vários outros aspectos - alguns deles até subjetivos -, nem sempre as relações entre negros africanos e negros brasileiros se efetivam de uma forma conivente. Além das aproximações existentes entre a pessoa negra africana e pessoa negra brasileira, em forma de cor de pele, textura do cabelo, história sociocultural e muito mais, os distanciamentos são patenteados e a negação do Outro toma lugar.

Não obstante ao racismo oposto, ou seja, do negro africano para o negro brasileiro, existe também aquela velha história da superioridade racial africana onde muitos afirmam serem a elite da raça negra, pois são negros puros, do continente africano - criando assim formas de distinção em relação ao negro brasileiro (GUSMÃO, 2011, p. 201).

Foi exatamente o que aconteceu na *Oficina de Tranças* citada no relato exposto. O mesmo fenótipo biológico não foi suficiente para que a foto das duas meninas negras

⁶ Supõe-se que gastar dinheiro com roupas bonitas e, muitas vezes cara seja uma característica de jovens angolanos e africanos de forma geral.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

brasileiras fosse aceita como a imagem principal da matéria jornalística. Afinal, são “filhas do continente sul-americano” e não do continente africano. Sequer o tema da matéria, *africanidades* - que emite essa ideia da pluralidade de identidades africanas ou provenientes do “continente berço”-, amenizou a situação.

Do mesmo modo quando duas pessoas, de grupos étnicos e/ou raciais diferentes, pertencentes ao mesmo país, se relacionam afetivamente. Apesar de possuírem a mesma nacionalidade, ainda enfrentam conflitos interiores durante o namoro e/ou casamento, posto que um deles pode ou não ser rejeitado pela família do Outro pelo simples fato de não pertencerem ao mesmo grupo, o que infelizmente extrapola as atuações dos direitos humanos.

A negação da afirmação das identidades étnicas, e os conflitos resultantes da manipulação política e ideológica das diferenças culturais entre populações que convivem num mesmo território geográfico, constituem sem dúvida uma negação dos direitos humanos.” (2004, p.19) (DANTAS, 2010)

A reação das estudantes africanas citadas no relato é, neste trabalho, entendida como uma tentativa de negação daquele que, embora semelhante, é diferente. Trata-se, praticamente, de um dilema vivido o tempo todo por pessoas de origem africana que vêm ao Brasil, uma vez que embora dentro do continente “não se pensavam como tal” acabam assumindo a “designação africano, de modo a constituir uma identidade própria, capaz de unir o diverso que representam e estabelecer a solidariedade possível entre diferentes que, em terras brasileiras, são feitos iguais” (GUSMÃO, 2011, p. 194).

(...) os próprios sujeitos ao falarem da vida que se vive na terra brasileira, de como se unem e de como se distanciam nas singularidades de suas histórias pessoais e coletivas, nas histórias das muitas Áfricas que o brasileiro desconhece revelam os pontos que marcam os modos de se ser e se estar no Brasil (GUSMÃO, 2011, p. 195).

No relato, chama a atenção o fato de serem pessoas negras reivindicando contra outras, também negras, num evento onde se comemora a unidade africana e negra de forma geral, dentro e fora do continente africano. Numa atividade onde se discute e se apresentam diferentes formas de pensar negritude.

O problema da situação exposta não está, ou ao menos não deveria estar, no fato de a foto de duas mulheres negras brasileiras ter sido a foto principal do ensaio fotográfico. Afinal, se é verdade que o evento discute africanidades, nenhum negro é titular do mesmo.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A questão centra-se na classificação, aproximação e distanciamento de pessoas da mesma raça num contexto onde a unidade desse grupo seria a palavra de ordem. Assim, encerro essa reflexão com a pergunta: precisa(va) ser negro(a) africano(a) para representar pessoas negras numa página de jornal que retrata um evento que discute *africanidades*?

Considerações finais

Mergulhar na complexa relação entre pessoas negras de diferentes países e acabar discutindo a relação negro-branco, à princípio, pode parecer confuso. Em todo caso, é inviável não falar da relação entre negros sem citar a relação com os brancos dos quais as pessoas negras, tanto das sociedades africanas, quanto da sociedade brasileira herdaram atitudes que contribuem para a hierarquização de pessoas de um mesmo grupo racial. Afinal, graças a influencia colonialista hoje existem “peles negras com máscaras brancas”.

Não obstante, se conforme Souza (1990, p.77), citada por Nilma Lino Gomes (2002, p. 3), “ser negro no Brasil” seja realmente “tornar-se negro”, alguns questionamentos podem ser levantados a partir da posição adotada pelas estudantes negras africanas da *Oficina de Tranças* e também de pessoas brancas que se servem de “apropriações culturais”: O que seria, afinal, “tornar-se negro”? Seria naturalizar as diferenças e “cometer outros erros” por meio desta?

É sabido que as experiências e situações que originam arranjos identitários de pessoas negras africanas no Brasil, de brasileiros brancos e afro-descendentes, não terminam com simples atos de exclusão, repressão, diferenciação ou algo relacionado. Do mesmo modo que não iniciaram com ações ou propostas de inclusão, que no presente estudo foi a presença de pessoas africanas em Universidades brasileiras.

Referências

DANTAS, Poliana Pereira. **África negra e a formação da africanidade**. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/2376211>. Acesso em 16/08/2015.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2002.

GONÇALVES E SILVA, Petrolina Beatriz. Africanidade: esclarecendo significados e definindo. **Revista do Professor**. Porto Alegre, v. 19, n 73, jan./mar. 2003, p. 26-30.

GUSMÃO, Neusa Maria Mandes de. “Na terra do outro”: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. **Dimensões**. São Paulo, v. 26, 2011, p. 191-204.

INOCÊNCIO, Nelson Odé. Representação visual do corpo afrodescendente. In: PANTOJA, Selma (org.). **Entre Áfricas e Brasis**. São Paulo: Marco Zero, 2001, p. 191-208.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2007, p. 399 – 439.

MORAIS, Sara Santos; SILVA, Kelly Cristiane da. **Estudantes africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras**: tensões de sociabilidade e dinâmicas identitárias. Disponível em:
http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1322154637_ARQUIVO_ConlabSaraKelly.pdf. Acesso em 27/08/2015.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**. São Paulo, v. 19, n. 1. Nov. 2006, p. 287-308.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A cultura do estupro e as relações de gênero no espaço da escola Nelson Horostecki em Chapecó, Santa Catarina

Flávia Rubiane Durgante¹ e Edipo Djavan dos Reis Goergen²

INTRODUÇÃO

Apesar dos inúmeros estudos sobre o assunto relacionados à educação e dos debates sobre a desigualdade entre homens e mulheres, é visível que, na realidade, pouco se avançou. A violência contra a mulher continua em ritmo alarmante, os papéis de gênero continuam sendo opressores e a autonomia da mulher é constantemente cerceada. Por isso, cada vez mais, é necessário que se discuta como a escola, os professores e as práticas nas salas de aula têm contribuído (ou não) para mudar essa realidade.

Historicamente, a sociedade espera que as mulheres sejam obedientes, submissas e castas, que devem usar roupas adequadas e se comportar bem. Quando uma mulher destoa desse comportamento ela é repreendida e, caso sofra algum tipo um abuso/violência, ela será automaticamente culpada, pois não se comportou bem, não se vestia adequadamente, etc.

O paradoxo é que ao mesmo tempo, o corpo dessa mulher é considerado público. Ou seja, a sexualidade feminina não pertence à mulher, ela só existe para a reprodução ou para satisfazer os homens.

Na cultura do estupro, a violência contra a mulher é relativizada e há sempre a culpabilização da vítima, seja porque ela usava uma roupa provocante, seja porque ela estava na hora errada e no lugar errado. E a perpetuação desse sistema acaba, também, por contribuir com a violência contra a mulher, pois ao invés de estarmos ensinando os homens a não estuprarem, ensinamos e exigimos um determinado comportamento feminino para que as mulheres evitem serem vítimas de agressões.

Em regra, o espaço escolar segue a lógica de um modelo de hegemonia masculina e de submissão do feminino. Como um exemplo disso, são muitas às vezes em que meninas têm interrompido um dia de aula para obrigá-las a trocar de roupa ou para mandá-la para

¹ Mestranda em Geografia pela UFSM - Santa Maria.

² Mestrando em Geografia pela UFSM - Santa Maria.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

casa porque o shorts que ela usa é curto ou a alça do sutiã está aparecendo. Além disso, as regras dentro das escolas, no quesito vestuário, são sempre direcionadas às roupas femininas, com a proibição de decotes, minissaias, entre outros. Para os meninos, quando existem regras, a maioria se refere à proibição do uso de bonés.

Apesar do sexo biológico ainda permanecer como um aspecto definidor do gênero e da sexualidade dos sujeitos, Louro (2008) lembra que muita coisa mudou desde o final dos anos 1940 quando a filósofa Simone de Beauvoir publicou o seu livro “O Segundo sexo” e propôs que o gênero não tem nada de natural, nem é dado e que o processo de ser homem e ser mulher vão se constituir no âmbito da cultura.

Da mesma forma que o gênero, as relações de gênero também são produtos dessa construção sociocultural e a escola é um dos espaços institucionais que constrói e é construída pelas relações de gênero. Como explica Massey (2009), precisamos entender aqui o espaço como um produto das inter-relações, que é constituído através das interações.

Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência de pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção (Massey, 2009, p.29)

Admitindo que o espaço escolar é produto das inter-relações e que abarca, num primeiro a diversidade de sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles, é preciso também salientar que o espaço escolar possui um aspecto normatizador, vinculada a uma tradição heteronormativa e a um modelo de hegemonia do masculino e submissão do feminino, como sugere a teoria do Patriarcado.

O patriarcado é compreendido pelas geógrafas feministas como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (Silva, 2009, p.33)

Junqueira (2010) afirma que a escola brasileira está estruturada a partir de normas, valores e crenças que desvalorizam a figura do “outro” que não se encaixa nas definições do masculino, branco, heterossexual, burguês, cristão, física e mentalmente “normal”.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A escola tornou-se um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, crença, capacidade físico-mental etc. Assim, classismo, racismo, sexismo e homofobia, entre outros fenômenos discriminatórios, fazem parte da cotidianidade escolar como algo cotidianamente cultivado na escola e que produz efeitos sobre todos. As marcas permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim a situações do dia-a-dia vividas no seu interior (LOURO, 1999, p.18-19). As marcas que nos fazem lembrar, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais e os processos de edificação de complexas hierarquias. (Junqueira, 2010, p.2)

Por outro lado, dentro desse espaço escolar também existem as expressões das feminilidades e masculinidades transgressivas que geram conflitos, pois são situações de mudança nas posições de poder, causando um mal-estar nessa estrutura heteronormativa do espaço escolar, pois implicam posições marginais e centrais nesse espaço que passa a se configurar como um espaço relacional.

Esse conceito de espaço relacional é trazido pela geógrafa feminista Gillian Rose, que afirma que o padrão de gênero é mantido pela força dos sujeitos que apresentam maior poder e maior força de mobilização para se manter na posição de poder.

Para ela, não há uma universalidade da conquista pelo poder. Há a transgressão do poder instituído que desenvolve táticas desconstrucionistas à ordem estabelecida. Ela nega a ordem de 'nós' e os 'outros' e cria as categorias centro e margem. É na concepção de uma construção social do sujeito que Rose (1993) fundamenta a sua tese do espaço paradoxal e abre as possibilidades de transformação e resistência dos sujeitos dentro da estrutura de dominação masculina. Atos humanos não são reproduzidos e dependem de uma série de elementos que influenciam na performance, como tempo, espaço e contexto grupal. Nesse sentido, a performance de gênero permite a criação do novo porque nunca se repete o padrão idealizado. Isso é a subversão do ideal de gênero e também a sua própria condição de sobrevivência. (Silva, 2007, p.122)

É a geógrafa Joseli Maria Silva que vai trazer para o debate da Geografia brasileira a discussão da teoria de Gillian Rose trazendo o conceito de Espaço Paradoxal, como um espaço de luta.

O espaço paradoxal é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção metodológica na geografia. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre 'nós' e os 'outros' devido à sua plurilocalidade no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidades de masculinidades tanto quanto existem de feminilidades e que não se configuram como blocos homogêneos, pelo contrário, são construídos por significações repetidas na ação, e toda ação é passível de variação. A realidade



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sócio-espacial assim construída é um campo contratual, através do qual é redesenhada, redefinida e, também, transformada. Através da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço podeseir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação. (Silva, 2007, p.123-124)

Dessa forma e tomando a escola como um espaço relacional e paradoxal, em que há processos que desconstroem a submissão do espaço e das relações sociais que são impostas pelo patriarcado, acabam gerando conflitos e tentativas de retomadas das posições conservadoras dentro da escola, pelos agentes do poder escolar. Nisso, estão colocados os professores que se vem a todo momento tendo que lidar com esses conflitos.

É nessa perspectiva que Louro (2004) afirma que o assunto merece atenção dos educadores, pois não se trata apenas de assumir que as relações de gênero se multiplicaram, mas a complexidade está na instabilidade e contínua transformação.

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Escolas, currículos, educadores, educadoras, não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição imediatista e prática leva a perguntar: o que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas. (Louro, 2004, p.28-29)

Já o termo “cultura do estupro” tem sido usado com frequência para resumir todas as pequenas manifestações sociais cotidianas que banalizam a violência contra a mulher, como, por exemplo, considerar que assédio na rua é um elogio ou que as imagens de homens apalpando mulheres contra a vontade delas são humorísticas e inofensivas.

Nessa perspectiva Buchwald, Fletcher e Roth (2005) afirmam que a cultura do estupro é um conjunto de crenças que incentiva a agressão sexual masculina e apoia a violência contra as mulheres. Para os autores, a tomada de consciência de que as mulheres, em sua maioria, sofrem violência por parte de pessoas conhecidas é que se começará a



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

entender as questões de poder, sexualidade e as relações de gênero que estão em torno da violência sexual.

A rape culture condones physical and emotional terrorism against women and presents it as the norm. In a rape culture, both men and women assume that sexual violence a fact of life, as inevitable as death or taxes. This violence, however, is neither biologically nor divinely ordained. Much of what we accept as inevitable is in fact the expression of values and attitudes that can change (Buchwald, Fletcher e Roth, 2005, p.11)

Objetivos

O objetivo principal desse trabalho é investigar se os discursos dos (as) professores (as) da escola pública Nelson Horostecki, no município de Chapecó, contribuem na construção de um espaço escolar heteronormativo e sexista que impede a livre expressão das mulheres e de sexualidades que não se encaixem no padrão, reforçando a cultura do estupro.

Além disso, tem-se como objetivos conhecer como o espaço escolar pesquisado, através do seu plano político pedagógico, trata as questões de gênero; desenvolver ações com os(as) professores(as) da escola pesquisada de modo a compreender como são suas condutas pedagógicas e discursos no que se refere as relações de gênero; desenvolver ações com os estudantes de ensino médio da escola para identificar possíveis conflitos ou percepções sobre os discursos e as práticas dos professores (as) sobre as questões de gênero no espaço escolar e analisar se as práticas pedagógicas contribuem com o combate ou com reforço à cultura do estupro.

Procedimento metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa a metodologia utilizada será a pesquisa-ação que segundo Michel Thiollent (1986, p.14) consiste em uma “pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”. Ainda segundo o autor (1986, p.14), na pesquisa-ação “os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

De acordo com Engel (2000, p.182), um dos pioneiros da pesquisa-ação foi o psicólogo alemão Kurt Lewin. “Na década de 1960, na área de Sociologia, rapidamente ganhou terreno a idéia de que o cientista social deveria sair de seu isolamento, assumindo as consequências dos resultados de suas pesquisas e colocá-los em prática, para interferir no curso dos acontecimentos”.

Dessa forma, a pesquisa-ação deve ser diferenciada da pesquisa-participante. Para Thiollent (1986) a pesquisa-ação implica na participação, mas nem todas as participações se constituem em pesquisa-ação.

Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessário. No entanto, tudo o que é chamado de pesquisa participante, não é pesquisa-ação. Isso porque a pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante no qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado. (Thiollent, 1986, p. 15)

Na educação, segundo Tripp (2005, p.445) “a pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos [...]”.

Para isso, a pesquisa vai desenvolver ações com professores do Ensino Médio da escola pública Nelson Horostecki, no município de Chapecó – SC. Serão realizados 12 encontros com os professores, sendo um encontro por mês. Também serão realizados 12 encontros com uma turma de estudantes do ensino médio

A pesquisa, seguindo a metodologia da pesquisa-ação, desenvolverá atividades com os professores e as alunas se utilizando de instrumentos como textos para debates, fotografias, documentários, dinâmicas de grupo, rodas de conversa. Além disso, também serão realizadas a leitura e levantamento bibliográfico sobre o tema; análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Para realizar a análise de todo o material coletado dos encontros realizados, tanto com professores e estudantes, utilizaremos a Análise do Discurso. Em seu esquema simples,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

uma mensagem poderia ser constituída de um emissor, um receptor, um código, um referente e uma mensagem.

Para a Análise do discurso, a mensagem não é apenas uma transmissão de informações em que o emissor e o receptor atuam de forma separada. Para EniOrlandi:

[...] o que propomos é pensar o discurso. Desse modo diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informações”. (ORLANDI, 2003 p. 21).

Dessa forma, a análise do discurso tem como objetivo mostrar que nem um texto é neutro, que nada do que é dito é dito por acaso. O indivíduo passa a ser um sujeito e como sujeito, de acordo com Orlandi, ele diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem em sua fala. *“O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”*. (ORLANDI, 2003 p 32).

Nesse contexto a análise do discurso não trata da língua e nem da linguagem, apesar dessas questões estarem relacionadas e interessarem para a análise. Na análise do discurso é que se pode observar a relação entre a língua e a ideologia e que o discurso vai muito além do texto, trabalha-o. Sempre observando que há uma ideologia por trás que compromete quem está falando e tem conseqüências com causas e efeitos. Pêcheux citado por Orlandi afirma que:

Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. (ORLANDI, 2003)

Na análise do discurso procura-se levar em conta, não apenas o que está sendo apresentado naquele momento, mas também o que foi dito antes, ou seja, a história. Além também de considerar todos os tipos de discurso que estão presentes em uma fala.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Resultados

Como a pesquisa está andamento, ainda não há uma análise dos dados já coletados até o momento. Já foram realizados cinco encontros com os professores do ensino médio e um encontro com os alunos.

Alguns dos temas discutidos foram gênero, orientação sexual, homossexualidade, machismo, escola, transexualidade, condição da mulher.

A continuação da coleta e análise dos dados da pesquisa terá continuidade durante o ano de 2016.

Considerações finais

Esse trabalho busca investigar quais são os discursos dos professores sobre as questões que envolvem gênero e sexualidade e se esses discursos podem vir a contribuir ou não com a cultura do estupro. Além disso, fazer uma reflexão e demonstrar como as relações de gênero são parte da composição do espaço, tornando-se uma categoria de análise útil para a Geografia. É importante perceber que apesar de a Ciência e a Geografia, normalmente, não assegurarem ou validarem, há uma relação entre espaço e as relações de gênero e sexualidades.

Da mesma forma, o espaço escolar é permeado pelas relações de gênero e, muitas vezes, são essas relações que estabelecem paradoxos dentro da escola. O período escolar agrega a fase da vida dos indivíduos em que a sua sexualidade passa a ser aflorada e “construída”, e esses estando em um espaço que não percebe e muito menos assegura a possibilidade de uma manifestação sexual “adversa”, estigmatiza e os coloca à margem também na construção desse espaço.

A tentativa de relacionar gênero, espaço com o espaço escolar é para demonstrar que o espaço importa, pois as vivências das pessoas são permeadas pelas vivências espaciais. A localização não é meramente a de um indivíduo ao solo, mas sim, algo que reflete nos elementos que fazem um fenômeno acontecer nesse local e não no outro.

O espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

idades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros".(MASSEY, 2009, p.92).

O espaço escolar, que normalmente é um disciplinador de corpos, também se constrói através das relações, tornando-se um espaço relacional e paradoxal. Por isso, é possível, e talvez urgente, que a Geografia dê espaço para essas correntes que procuram dar visibilidade para essas temáticas que incluem os estudos de gênero e sexualidades.

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina, conforme tem declarado McDowell. Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político - institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos. (SILVA, 2005, p. 33).

Ou seja, o gênero consegue dar sentido a organização e percepção do conhecimento geográfico, pois tanto o tempo, como o espaço, importam na constituição dos fenômenos, já que todas as nossas experiências tem relação com tempo e espaço. E se homens e mulheres tem suas especificidades, então suas geografias são diferentes e devem ser levadas em consideração por essa ciência que é a Geografia.

Referências

BUCHWALD, Emilie; FLETCHER, Pamela; ROTH, Martha. **Transforming a rape culture**. Minneapolis, Minnesota: Milkweed Editions, 2005.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba, n. 16, Editora da UFPR. 2000, p. 181-191.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo, Cotidiano Escolar e Heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. **Fazendo Gênero 9** Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 2010.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008, p. 17-23.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP. Pontes, 5° edição, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007.

_____. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

THIOLLENT, Michell. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez; 1986

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Educação profissional e percepção de gênero: uma investigação entre alunas e alunos do serviço nacional de aprendizagem comercial SENAC de Porto Velho - RO

Hellen Virginia da Silva Alves¹

Introdução

O século XXI possui como características a globalização e a emergência de uma nova sociedade chamada sociedade do conhecimento que é marcada por transformações sociais que incluem a dinâmica das relações trabalhistas em função do gênero. Neste contexto, surgem polêmicas relacionadas às políticas públicas, às condições e oportunidades de trabalho e emprego para mulheres e homens, contexto em que as instituições de ensino assumem papel fundamental, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC que desenvolve a formação profissional de mulheres e homens em diversas áreas relacionadas ao comércio e à prestação de serviços.

A fundamentação teórica da pesquisa reside nos estudos de Santos (2011) que define o espaço geográfico como o espaço social responsável por impor a cada indivíduo um conjunto de relações, incluindo as relações de poder. Silva (2007) define gênero como um conceito e representação de uma construção social dinâmica, diferenciada espacial e temporalmente e que possui três categorias: sexo, gênero e desejo. Neste contexto “(...) o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomada de posições” e “(...) a cada classe de posições corresponde uma classe de habitus – princípio gerador de práticas distintas e distintivas – (...) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente... (BOURDIEU, 1996, p. 96)”. Hirata (2003) corrobora com a ideia ao apontar como um dos principais motivos para a maior qualificação dos homens a menor possibilidade de acesso de mulheres aos cursos de conteúdos técnicos, motivo pelo qual existem nichos profissionais masculinizados e feminizados. Leszczynski (1996) afirma que os cursos mais técnicos e com maior status social são cursos onde há menor número de mulheres. Neves (2011) e Daune-Richard (2003) concordam ao afirmar que a sociedade divide-se em atividades virtuosas que são geralmente masculinas e atividades menos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

virtuosas desempenhadas por mulheres, sendo que Daune-Richard (2003) acrescenta que a ascensão profissional feminina é limitada por um “telhado de vidro”.

Objetivos

Os objetivos da pesquisa são; criar um perfil socioeconômico do alunado do Curso Técnico em Informática e analisar de que forma alunas e alunos percebem as relações de gênero e oportunidades de trabalho no meio científico-técnico do curso Técnico em Informática.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolve-se com cinco alunas e seis alunos do curso Técnico em Informática do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, unidade Centro, do Município de Porto Velho, estado de Rondônia. A mostra corresponde a 37% do universo pesquisado. Os sujeitos responderam à um questionário composto por quatorze perguntas, aplicado no mês de julho de 2015, nos horários vespertino e noturno. Os dados coletados foram tabulados e originaram gráficos.

Resultados

Perfil socioeconômico das alunas e alunos

Constatou-se a predominância de mulheres e homens jovens, sendo a menor faixa etária encontrada, tanto para mulheres quanto para homens, de 16 anos e a maior faixa etária encontrada foi entre as mulheres (33 anos), conforme dados apresentados no gráfico 1:

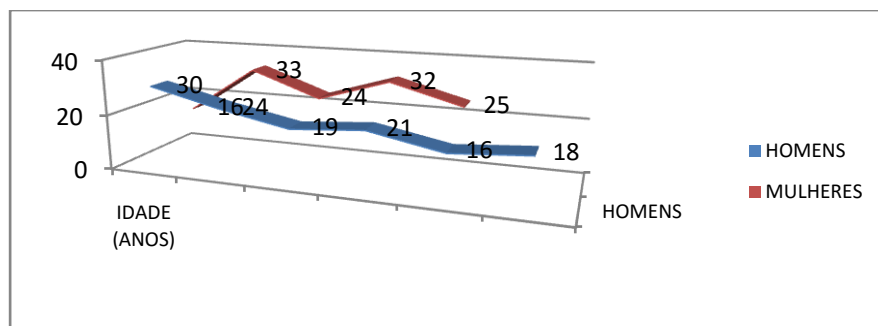


II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Gráfico 1: Faixa etária das alunas e alunos



Fonte: ALVES, 2015.

Os dados demonstram que as mulheres realizam uma busca tardia pela profissionalização na área técnica em informática. Este fenômeno relaciona-se à variáveis como as barreiras existentes em determinados nichos profissionais que excluem a figura feminina (Schiebinger, 2001). Outra possibilidade para o fenômeno é o acúmulo de funções do cotidiano feminino, pois exclusivamente à mulher atribuem-se atividades relacionadas ao cuidar da família e os afazeres domésticos que geralmente são acumulados com as atividades profissionais, havendo a sobrecarga de tarefas diárias (Nascimento Silva e Silva, 2014).

Em relação ao estado civil, houve predominância de mulheres e homens solteiros. Duas das cinco alunas pesquisadas declararam-se casadas, enquanto três afirmaram ser solteiras. Entre os homens, apenas um declarou-se casado, enquanto cinco afirmaram ser solteiros. Os dados reforçam a teoria de que o acúmulo de tarefas no cotidiano feminino pode ser um fator responsável pela busca tardia da qualificação profissional, pois dentre as participantes da pesquisa duas declararam-se casadas. Já em relação aos homens, apenas um dos participantes declarou-se casado. Considerando que a faixa etária é maior entre as mulheres, constata-se que os homens buscam a qualificação técnica ainda jovens e antes de constituir família, diferente das mulheres que acabam agregando às atividades domésticas e aos cuidados da família a busca pela qualificação profissional.

Em relação à localização do domicílio das alunas e alunos, houve a predominância de residentes da Zona Leste da cidade, havendo a percepção de que o alunado deste curso está distribuído em todas as zonas do município, como observado no gráfico 2.

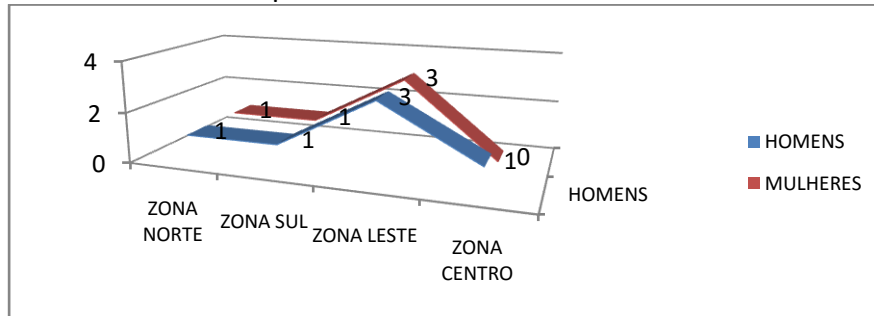


II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Gráfico 2: Zona em que reside



Fonte: ALVES, 2015.

Metade dos homens e mais da metade das mulheres (60%) afirmaram residir na Zona Leste, uma região estigmatizada por aspectos como a violência e ausência de urbanização. Um dos motivos para tal estigma é a grande cobertura que a mídia local dá aos crimes cometidos nesta região, causando na consciência coletiva a percepção de que a zona leste da cidade conta com o maior índice de criminalidade (Mestre e Leite, 2014).

No caso específico das mulheres, é possível afirmar que as alunas que residem na Zona Leste constituem o que Nascimento Silva e Silva (2014) denominam de interseccionalidade, pois vivenciam várias facetas identitárias, neste caso o gênero, a busca pela qualificação profissional tardia e o fato de residir em uma região marginalizada pela sociedade.

Verificou-se que a maioria das alunas (4) e alunos (5) pesquisados são originários da escola pública, sendo a quantidade de egressos de escolas particulares iguais para homens e mulheres (1 indivíduo). Considerando que a turma pesquisada foi ofertada através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) constata-se que quanto à origem da escolarização o programa em questão consegue alcançar seu público alvo, já que visa a formação profissional de pessoas de baixa renda e pessoas em situação de desemprego (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011).

Também constatou-se que as mulheres apresentaram um maior nível de escolaridade e o menor nível foi encontrado em igual proporção entre mulheres e homens, fenômeno demonstrado no gráfico 3.

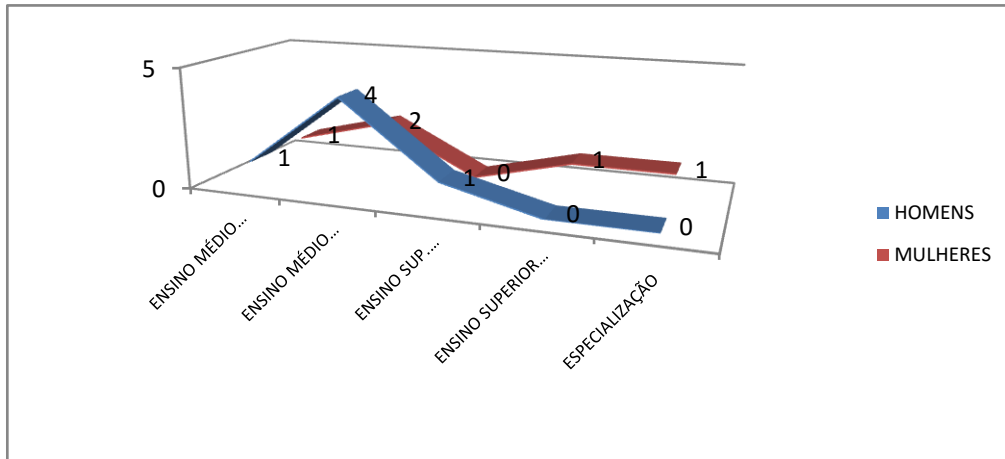


II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Gráfico 3: Nível de escolaridade

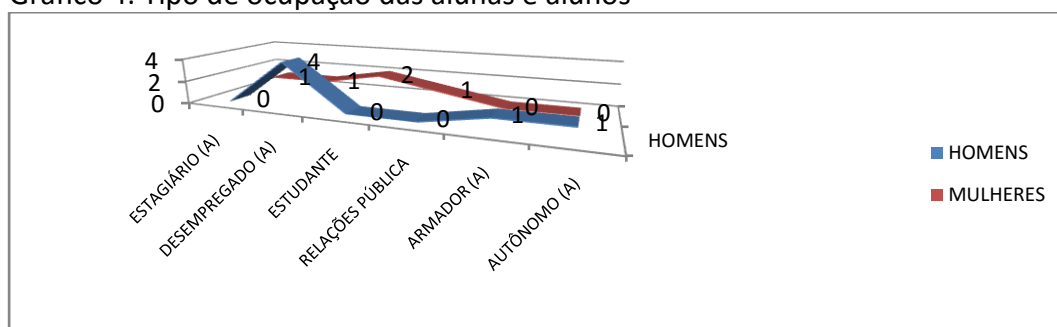


Fonte: ALVES, 2015.

Apesar das mulheres terem um nível de escolaridade mais elevado elas ainda estão em busca da profissionalização para posteriormente pleitear uma vaga no mercado de trabalho. Para as que já exercem alguma atividade remunerada, a qualificação profissional significa a possibilidade de melhoria salarial ou o início de uma nova carreira. Esse fenômeno está relacionado à diversos fatores, dentre eles a necessidade de complementar a renda familiar, a escolaridade elevada das mulheres e o menor número de filhos (NASCIMENTO SILVA E SILVA, 2011).

Em relação ao tipo de ocupação dos entrevistados, foi constatado que a maioria não possui uma ocupação remunerada, sendo que entre as mulheres este índice é menor, porém estão ocupadas na forma de estágios ou como estudantes, como demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4: Tipo de ocupação das alunas e alunos



Fonte: ALVES, 2015.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

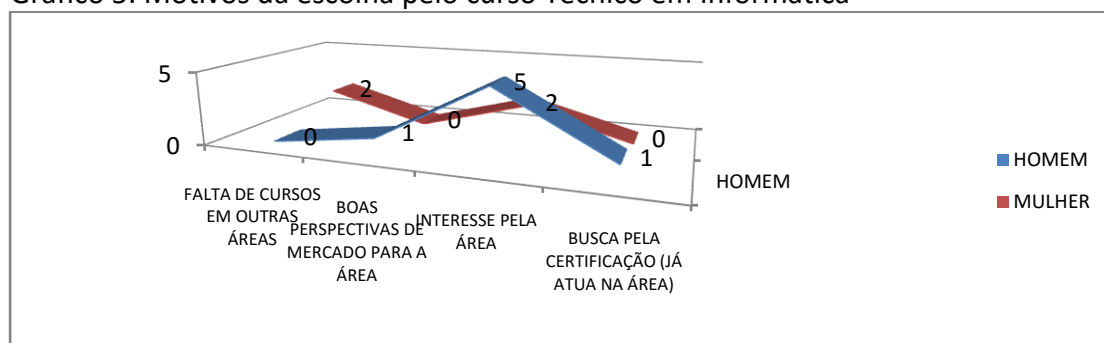
Goiânia, IESA/UFG

O nível de desemprego foi constatado entre quatro dos seis homens que colaboraram com a pesquisa. Já entre as mulheres apenas uma declarou estar desempregada, porém estes dados não significam que as demais mulheres encontram-se empregadas, significa que elas ainda não pertencem a este universo. Dentre as pesquisadas, duas declararam-se estudantes e uma afirmou ser estagiária. Apenas uma dentre as cinco mulheres que participaram da pesquisa declarou exercer a atividade remunerada (relações públicas). Tais dados apontam para a condição de subemprego ou atividades informais que costumam caracterizar a área de atuação feminina, confirmando os estudos de Neves (2011).

Gênero e o meio científico-técnico

Em relação ao meio científico-técnico e as percepções relacionadas aos gêneros, investigou-se os motivos que levaram homens e mulheres a escolherem o curso Técnico em Informática, havendo diferenças significativas entre os gêneros. Parte das mulheres pesquisadas (2) alegou indisponibilidade de outras opções contra a mesma quantidade que afirmou interesse pela área, enquanto todos os homens demonstraram interesse ou atuação profissional na área, como pode ser visualizado no gráfico 5:

Gráfico 5: Motivos da escolha pelo curso Técnico em Informática



Fonte: ALVES, 2015.

Os dados retratam a incerteza quanto ao ingresso e permanência das mulheres na área de formação profissional uma vez que o capitalismo costuma exigir delas além de domínio técnico, a capacidade de empreender tripla ou quádrupla jornada, oferecendo baixa remuneração (se comparada à remuneração masculina), além da tendência da sociedade



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

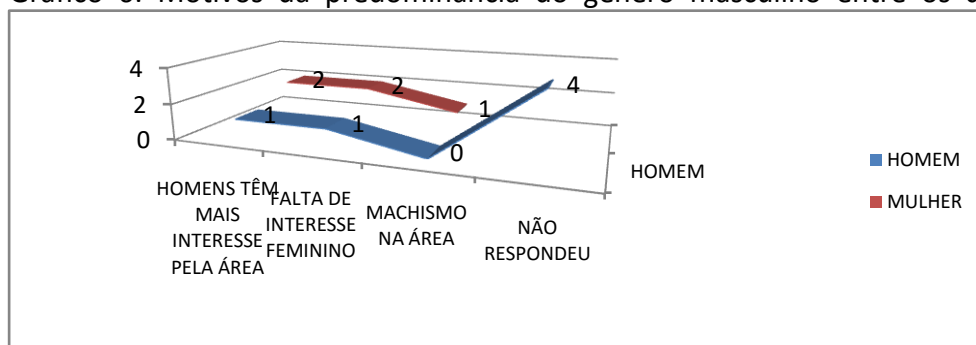
30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

conservadora em atribuir culpa às mulheres pelo fracasso da família tradicional/patriarcal (Nascimento Silva e Silva, 2011).

Investigou-se se existe alguma predominância de gênero entre os docentes do curso. Cem por cento (100%) das alunas e alunos afirmaram haver a predominância masculina. Diante de tal resposta, buscou-se a opinião dos mesmos sobre os motivos que justificariam tal predominância. Um fato que merece destaque é crença entre os pesquisados (incluindo homens, porém de forma predominante em mulheres) de que homens são mais interessados pela área de tecnologia. Mais da metade dos homens não respondeu à pergunta, como é possível visualizar no gráfico 6:

Gráfico 6: Motivos da predominância do gênero masculino entre os docentes do curso



Fonte: ALVES, 2015.

A crença de que a mulher não possui interesse pela área de informática possui relação com sua omissão na história da computação e está enraizada tanto em homens quanto em mulheres (Ligth, 1999).

As alunas e alunos foram indagados se durante as aulas sentiam-se incluídos quanto ao gênero. Todos os alunos responderam de forma afirmativa, enquanto apenas uma aluna (20%) afirmou não se sentir incluída, justificando sua resposta da seguinte forma: “Os professores conversam mais com os meninos”. O fato de apenas uma aluna perceber exclusão relacionada ao gênero pode ser fruto da falta de informação a respeito do assunto ou mesmo as marcas deixadas por uma cultura patriarcal capitalista onde muitas vezes a mulher não percebe a relação de dominação exercida sobre ela. Para Nascimento Silva e Silva (2011, p. 152) o capitalismo em forma de divisão sexual do trabalho “(...) tem na força de trabalho feminino um “exercito de reserva” e a subordinação das mulheres é funcional ao capitalismo.”



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

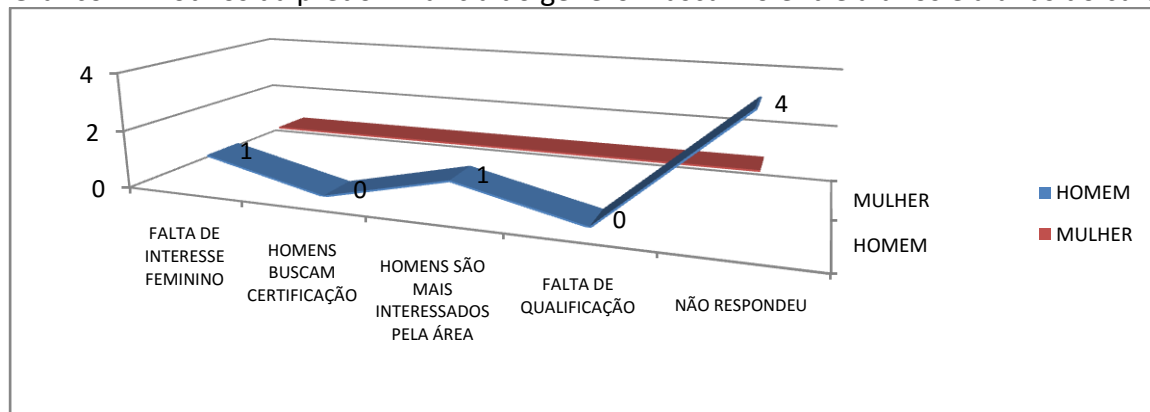
30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Investigou-se também a equidade entre mulheres e homens na sala de aula, concluindo que homens e mulheres estão presentes em quantidades diferentes. A diferença foi percebida por todas as mulheres pesquisadas, sendo que apenas vinte por cento (20%) afirmou haver mais homens que mulheres. Dentre os homens, cinquenta por cento (50%) afirmou haver predominância masculina. Os dados evidenciam que a percepção em relação à predominância masculina em sala de aula é diferente entre os gêneros. Os motivos que levam mulheres e homens a perceberem de forma diferente um determinado fenômeno possui bases na cognição, ou seja, na percepção que cada um constrói da realidade (Kozel et al, 2007).

Diante dos dados coletados, investigou-se o motivo, das diferenças quantitativas nas salas de aula do curso Técnico em Informática. As respostas apresentadas neste item reforçam a crença de que homens têm mais interesse pela área de tecnologia, enquanto as mulheres possuem mais dificuldade para assuntos relacionados ao tema. A quantidade de homens que optou em não responder à pergunta foi semelhante ao gráfico 6. Os motivos alegados por homens e mulheres podem ser visualizados no gráfico 7:

Gráfico 7: Motivos da predominância do gênero masculino entre alunos e alunas do curso



Fonte: ALVES, 2015.

Indagou-se aos pesquisados se os mesmos sentem-se incluídos em relação às oportunidades de trabalho/estágio disponíveis. Entre os homens a maioria (80%) alegou sentir-se totalmente incluídos, sendo que vinte por cento (20%) não respondeu à questão. Os homens não justificaram suas respostas.

Entre as mulheres os dados encontrados são bem semelhantes em relação ao percentual que considera-se incluído, porém vinte por cento (20%) afirmou não se sentir



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

incluída. A justificativa apresentada foi: *“As pessoas (família, amigos, outras mulheres) olham com indiferença quando digo que estudo informática”*.

A justificativa apresentada demonstra o preconceito que a sociedade possui em relação às profissões que “podem” ser exercidas pelas mulheres, deixando bem claro que a ocupação como técnica em informática não seria adequada. A sociedade patriarcal leva às mulheres que desejam empreender carreira profissional em territórios prioritariamente masculinos a viver um paradoxo: o acesso ao mercado de trabalho de forma satisfatória e a perda do posto de “responsável” pelos afazeres domésticos e cuidados materno-infantis (Nascimento Silva e Silva, 2011). O resultado desta escolha, independente de qual seja, acarretará para as mulheres a necessidade de afirmar a todo momento a sua feminidade, pois a sociedade tende a atribuir à mulher o fracasso familiar, compreendendo que esta é uma responsabilidade exclusivamente feminina.

Considerações finais

A pesquisa revelou não haver tanta divergência quantitativa em relação à composição das classes no Curso Técnico em Informática, porém isso não significa que não existam preconceitos em relação ao gênero.

Costuma-se pensar o preconceito como machismo em relação à inserção feminina em determinado nicho profissional, mas ele também pode estar presente nas crenças femininas. A ideia de que homens são mais capazes e dedicados para a área de tecnologia e que as mulheres não se interessam o suficiente pelo assunto não é exclusividade masculina, já que a pesquisa revelou que boa parte das mulheres estudantes do curso Técnico em Informática compactua de tal concepção, justificando dessa forma a predominância masculina nas turmas, tanto em relação à quantidade de professoras do curso, como em relação à quantidade de alunas.

A pesquisa aponta para um fato muito importante que é a ausência de percepção das alunas e alunos sobre os preconceitos relacionados a gênero. Em uma escola de formação profissional muitas vezes as exclusões relacionadas ao gênero não são percebidas, talvez por falta de maturidade dos alunos, ou pela dinâmica das aulas, ou ainda porque estão



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

mascarados sob a forma de crenças pessoais e por isso parecem mais sutis do que os preconceitos vivenciados no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho deixa claro as oportunidades disponíveis para mulheres e homens e quais cargos são exclusivos para cada gênero, já na escola não deve haver tal distinção e quando esta ocorre, se dá de uma maneira velada.

As mulheres precisam admitir uma postura de enfrentamento perante as crenças patriarcais de que não possuem aptidão ou interesse para áreas que não estejam relacionadas ao cuidar e aos sentimentos, de que não servem para atividades que necessitem de maior carga de racionalidade. Esta mudança deve iniciar pelo autoconhecimento e pela percepção de que mulheres e homens possuem potenciais que podem ser desenvolvidos visando diferentes áreas de atuação e pela mudança de postura perante o mundo em forma multiescalar, iniciando em escala local com a redistribuição das atividades domésticas e as atividades relacionadas ao cuidar e culminando com a “redivisão” do trabalho que deve ser pautada nas habilidades e conhecimentos e não no sexo.

Referências

BRASIL. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2010. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo, Senac, 2003, p. 65-76.

HIRATA, Helena. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. **Revista Educação e Tecnologia**. Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-graduação em Tecnologia dos CEFETS – PR/MG/RJ. 2003, p.144-156.

KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa e GIL FILHO, Sylvio Fausto (Org.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem. Curitiba: NEER, 2007.

LESZCZYNSKI, Sonia Ana. Acesso de moças e mulheres a educação técnica e vocacional: um caso brasileiro. **Tecnologia e Humanismo**,. Ed. especial, Curitiba, n. 17, 1996.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

LIGHT, Jennifer. When computers were woman. **Technology and Culture**, vol. 40, nº 3, Baltimore, 1999, pp.455-483.

MESTRE, Simone. LEITE, Taís. **Olha, é de menor**: A mídia na construção e difusão de estigmas sociais em torno dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias em Porto Velho-RO. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397769299_ARQUIVO_Simone.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva e SILVA, Joseli Maria (Org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2014.

NEVES, Magda de Almeida. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho**. Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher – Textos Acadêmicos, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Gênero e políticas públicas para mulheres rurais no Assentamento Rural Joana D'Arc III na cidade de Porto Velho/RO

Kelyany Oliveira Castro de Góes¹ e Maria das Graças Silva Nascimento Silva²

Introdução

A história mostra que a posse dos bens da família era exclusivamente do homem, mesmo que este fosse um parente distante. A implementação das políticas públicas em benefício das trabalhadoras rurais possibilita o empoderamento dessas mulheres. Através do Plano Nacional de Políticas para as Trabalhadoras Rurais, desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), as mesmas vêm se materializando através de ações como a do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, (PNDTR) que possibilita o acesso à documentação civil e trabalhista, com isso a trabalhadora rural pode acessar as políticas públicas.

Outra garantia para as trabalhadoras rurais é o direito a terra, que foi ampliado através do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que garante e estimula a integração das mulheres na gestão econômica dos assentamentos. Segundo a Portaria do INCRA 981/2003, que estabeleceu que nos lotes que for constituído por um casal, que ambos tenham a posse do lote, com isso a mulher garante a titularidade da terra independente da sua condição civil e que seja chefe de família (BUTTO, 2007).

Outros serviços rurais foram ampliados para atender as mulheres, como: Linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-MULHER) e o Programa de Assistência Técnica e Sócio Ambiental (ATES) que desde o ano de 2008, trabalha articulado com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Docente do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG e Docente do Departamento de Geografia – DEGEO da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Em 2004, o MDA criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural o PNDTR que faz emissão de documentos civis e trabalhistas, além do repasse de informações sobre as políticas públicas. Em Rondônia o PNDTR vem atendendo as trabalhadoras rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas desde o ano de 2004 através de mutirões com as instituições parceiras. É um grande avanço as políticas públicas trabalharem com as questões de gênero, em meio à concepção que a sociedade tem de diferenciar homens e mulheres.

O surgimento do assentamento aconteceu a partir de um acampamento de famílias, que foram expropriadas, expulsas de outro assentamento, localizado no município de Corumbiara, onde aconteceu umatragédia que ficou conhecida como o Massacre de Corumbiara. As famílias que sobreviveram ao massacre juntaram-se com outras famílias que não possuíam terra, vindas de outras regiões e formaram o MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara). Que através de muita luta conseguiram no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o direito à terra.

Alguns avanços vêm ocorrendo para a melhoria de vida das mulheres do campo, em especial na Amazônia, especificamente no Assentamento Rural Joana D'arc III, como exemplo as políticas públicas que recentemente estão sendo acessadas pelas mulheres, como a consolidação da linha de crédito específica para as mulheres – Pronaf Mulher e a titulação conjunta.

Identificamos que nas agrovilas a economia se concentra na produção de farinha de mandioca, e que algumas mulheres conseguiram financiamento do governo para plantações de mandioca e criação de galinhas, o que vem mostrando um empoderamento financeiro para elas através de políticas públicas voltadas para mulheres.

Este trabalho mostra a participação das mulheres nas atividades econômicas no meio rural. Tendo como objetivo identificar a equidade de gênero entre mulheres e homens no trabalho de produção da farinha e no âmbito familiar do assentamento Joana D'arc III, bem como analisar a atuação das políticas públicas voltada para as mulheres.

A pesquisa foi de forma exploratória, pois observamos e analisamos o nosso objeto de pesquisa, através de questionários, registros fotográficos e levando em consideração a opinião de cada assentado e assentada em relação ao seu espaço. O que nos proporcionou



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

um melhor conhecimento sobre a realidade do local e que a mulher vem conquistando o seu empoderamento.

Localização da área

Mapa de localização do P.A. Joana D'arc III

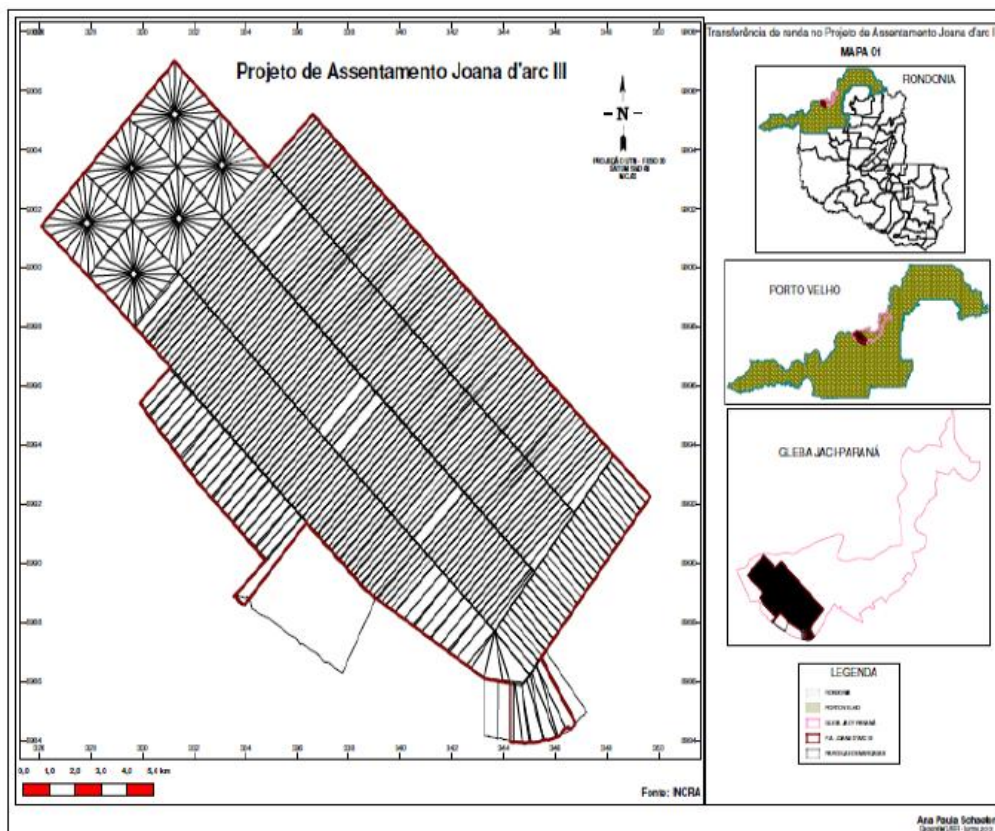


Figura 01 - Mapa de Localização do Projeto de Assentamento Rural Joana D'Arc III.(Shaefer, 2013).

O assentamento fica há uma distância de 100km da zona urbana de Porto Velho, o acesso ao local é pela rodovia BR-319 (que liga Porto Velho/RO a Humaitá/AM), que dura apenas 5km até pegar a estrada que dá acesso ao assentamento, sendo muito precária e em épocas de chuvas de muito atoleiros e deslizamentos. O meio de transporte mais utilizado pelos moradores é o ônibus de linha, que também tem muitas dificuldades para chegar a determinados pontos, o que gera insatisfações para os moradores, pois alguns, precisam andar quilômetros para chegar até a residência.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Referencial teórico

A organização das agrovilas do assentamento Joana D'arc III, está voltada para a agricultura familiar, pois as famílias participam de todo o processo de produção, plantam, colhem e vendem. A agricultura familiar é conceituada por Viegas (2007, p. 4 e 5) como "(...) àquela em que os trabalhos ao nível da unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle, do *que* e do *como* produzir".

Entretanto, é evidente que as políticas públicas por muitos anos não davam nenhum beneficiamento para as trabalhadoras rurais, ou seja, eram políticas que excluía as mulheres e principalmente que invisibilizaram o trabalho da mulher, o que gerou muita perda de produção e de lotes. Por isso se faz necessário políticas públicas voltadas especialmente para as trabalhadoras rurais.

A política pública pode ser entendida como o meio de o Estado intervir em questões sociais expressas pelo conjunto de desigualdades (re) produzidas pelas contradições do modo capitalista de produção e conseqüentemente pelas relações sociais. Essa política de responsabilidade estatal deve ser apreendida no contexto político, social, cultural e econômico atendendo a lógica do Estado que executa de acordo com o interesse de grupos e classes sociais. (LINDO, 2011 p. 61).

No Brasil, segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), são quase 15 milhões de mulheres trabalhadoras rurais, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola, ribeirinha ou camponesa (BUTTO & HORA, 2008). As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006).

Segundo estimativas da FAO, apenas 1% da propriedade no mundo estão nas mãos das mulheres. (Butto & Hora 2008). Logo, as políticas que chegam para a Amazônia ainda não incorporaram os estudos de gênero devido a falta de entendimento sobre o significado de gênero. Segundo Rossini (2008 p. 4 e 5).

É importante perceber que o enfoque de gênero deve se concentrar nos efeitos e impactos desiguais de políticas e estratégias de desenvolvimento, causados em homens e mulheres. Essa relação não é estabelecida pelo fato de que as mulheres pertençam ao sexo feminino (biologia), mas sim aos papéis socialmente criados



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

(papéis de gênero) e que continuam lhes sendo impostos estejam onde estiverem. Uns e outros têm diferentes problemas, interesses, necessidades e prioridades que não devem ser confundidas nem homologadas pelas políticas públicas (ROSSINI, 2008, p. 4 e 5).

Os assentamentos surgem como uma tentativa de resolver conflitos sociais emergentes. A área de um assentamento torna-se um cenário apropriado para se fazer um intercâmbio de informações que possibilite uma análise crítica de como os assentados reordenam seus tradicionais padrões culturais advindos da experiência de vida e agora passam a ter uma vivência comunitária.

As relações sociais são compreendidas através da análise do espaço, sendo que este é dinâmico e as relações vão estruturando-o, através de atividades que homens e mulheres realizam no espaço ele evolui. O espaço além de ser influenciado por fatores sociais também é influenciado por outros fatores, como, os econômicos, ambientais e culturais. Este último nos permite compreender as relações de gênero no espaço.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isso é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que acontecem diante dos nossos olhos (...) (SANTOS, 1986, p. 122).

A geografia humana nos mostra como o olhar do geógrafo tem que estar atento para as coisas simples, como o modo que se organizam, onde vivem, como está estruturado os espaços que eles se relacionam e como eles enfrentam os obstáculos de dificuldades. E o estudo de gênero se faz necessário para tratar das relações desiguais de poder impostas culturalmente entre homens e mulheres, relações estas que vêm a influenciar nos modos de organização e representações sociais.

Gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença entre homens e mulheres. Não se trata de um atributo individual, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social. (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p. 427).

Para Joseli Silva (2003), “é um agrupamento de idéias e opiniões que a sociedade constrói através de uma cultura do que é ser homem e do que é ser mulher”, a autora



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

evidencia que a diferença não está no corpo e sim na mente, pois é a diferença é feita da simbolização que a sociedade faz.

Através do entendimento do conceito de gênero torna-se possível desmistificar as diferenças construídas social e culturalmente, onde diante de um contexto social as mulheres foram submissas aos homens, com restrições que levaram elas a não fazerem parte da vida pública, estando restritas ao espaço privado, tendo suas atividades relacionadas ao cuidado do lar e da família. A partir do conceito permite-se compreender de que maneira a sociedade caracteriza o masculino e o feminino a partir da diferença biológica.

As diferenças entre os sexos são biológicas, isso não influencia na maneira como irá se comportar na sociedade. As diferenças existentes entre homens e mulheres são construções sociais que foram criadas para diferenciar o masculino do feminino e dessa forma manipular os espaços que homens e mulheres devem usufruir, o que acaba deixando as mulheres nos espaços privados e os homens nos espaços públicos. A sociedade coloca como função da mulher o cuidado com a família, com os filhos, com o lar, e o homem é o que vai trabalhar para sustentar a casa e a família. Porém as mulheres do assentamento tem buscado sua inserção no trabalho, elas também contribuem com a renda familiar, ou seja, estão tendo empoderamento em relação ao lote,

O empoderamento pode ser percebido nas dimensões econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da autoestima e da autoconfiança. Nas dimensões sociais e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder. (Brumer e Anjos, 2008 p.221).

Com o acesso as políticas públicas as mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Joana D'arc III conseguem ter um aumento da autoestima, e dessa forma conquistarem o empoderamento, como nos diz Nascimento Silva (2012),

A noção de empoderamento refere-se à mudanças ou pelo menos melhoria das condições sociais de existência de mulheres com poucos recursos sociais e políticos. As mulheres do Joana D'Arc III estão começando a despertar para essas possibilidades. Mas para que isso aconteça é necessária toda uma eficiência na gestão de políticas públicas que cheguem até essas mulheres. (NASCIMENTO SILVA, 2012 p.34).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O assentamento pesquisado é composto por homens e mulheres que apesar das dificuldades não desistem de conseguir uma melhoria das condições de vida, compõe um cenário rural, onde é possível observar as várias transformações ocorridas ao longo dos anos, referente aos processos de atuação das políticas públicas que serão mostradas nessa pesquisa.

Resultados

Para a obtenção dos resultados nessa pesquisa, foram entrevistadas 42 famílias, sendo 14 mulheres e 28 homens. Devido à distância de um lote ao outro, a maioria dos questionários foram realizados durante algumas reuniões da associação, as reuniões acontecem todo primeiro sábado do mês. Devido está presente grande parte dos moradores, percebemos que a maioria dos presentes nas reuniões são os homens e os lotes estão registrados no nome deles, enquanto que o pouco de mulheres que participam das reuniões algumas tem a titulação dos lotes ou titulação conjunta.

Com idade variando entre 25 e 59 anos e segundo a divisão natural do trabalho que está presente na vida das mulheres rurais, considera a divisão nos quesitos de idade, força e sexo, estas famílias possuem um nível de organização produtiva. Ou seja, em relação à idade caracterizam uma população jovem, quanto à força e sexo que estão relacionados à figura masculina, os resultados mostram que a maioria dos assentados são homens. Então podemos afirmar que de acordo com estas características apresentadas esta população está inserida na produção de mercado.

A maioria dos assentados são casados ou possuem uma união estável, influenciando assim a política de titulação, ou seja, a titulação ainda permanece na maioria dos lotes sendo a titulação conjunta.

Através das implementações das políticas públicas no assentamento, tem-se buscado alcançar a equidade de gênero, como o mutirão de documentos que o Ministério de Desenvolvimento da Agricultura (MDA) realiza para as trabalhadoras rurais, onde elas passam a ter o reconhecimento de titulares dos lotes ou com titulação conjunta, segundo Silva (2011), “em 2004, o MDA criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural-PNDTR que faz emissão de documentos civis e trabalhistas, além do



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

repassa de informações sobre as políticas públicas”. A relação da EMATER com o assentamento é muito visível, pois eles possuem um local para atender os moradores no assentamento próximo, Silva também afirma que “outros serviços rurais foram ampliados para atender as mulheres, como: Linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-MULHER)”.

Divisão do trabalho no Assentamento Joana D’Arc III

O assentamento pesquisado se destaca pela produção de farinha, que é organizada pela Associação dos Produtores Rurais de Joana D’Arc III (ASPROJOD), é composta por associados e associadas, porém a coordenação é composta somente por homens, sendo o presidente, tesoureiro, secretário e seus vices.

O trabalho mecanizado fica com os homens e o manual com as mulheres, pois antes do primeiro processo de produção, que é deixar no molho, todas as mandiocas são descascadas e essa é a parte exclusiva das mulheres.

Para a realização deste trabalho, que é fora do lar, algumas começam as 03 horas da manhã para terminarem as 10 horas e dar tempo de voltar pra casa para preparar o almoço da família, normalmente esse trabalho é realizado uma vez por semana, dependendo da colheita.

O horário de trabalho dos homens começa as oito horas da manhã e vai até produzir toda a farinha, podendo chegar até a noite, cada produtor tem uma semana para fazer.

Para a realização do trabalho manual, existe um grupo de mulheres, as descascadeiras de mandioca, algumas mulheres levam as filhas para ajudar também. Cada saco cheio de 50 kg, elas ganham R\$5,00, enquanto os homens para cada saco cheio de farinha ganham R\$50,00.

Segundo elas, cada uma faz em torno de 7 sacos, as vezes elas chegam a ir três vezes na semana na casa de farinha. Com o dinheiro elas compram móveis e utensílios domésticos, como o fogão, geladeira, estante, uma chegou a comprar até uma vaca leiteira, isso demonstra que elas utilizam o dinheiro da forma que bem entendem isso causa nelas uma independência financeira e autonomia no lote, ou seja, um empoderamento para as mulheres.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Considerações

As políticas públicas específicas para as mulheres têm fortalecido a equidade de gênero no assentamento Joana D'Arc III, pois contribui para o empoderamento dessas trabalhadoras rurais.

Os trabalhos realizados na casa de farinha tanto o manual quanto o mecanizado, não precisariam ser divididos por sexo, levando em consideração biológica. Sendo os dois exigidos muita concentração para a execução, não há nada que impeça as mulheres de ligarem as máquinas e manuseá-las e os homens de descascarem a mandioca, tudo seria questão de aprendizagem.

O trabalho da mulher no meio rural sempre foi tratado com invisibilidade ainda por muitos textos, e ainda é considerado como invisível, pois podemos observar no trabalho da roça que é considerado uma "ajuda" para o marido onde não se tem um poder de decisão para o plantio, onde apenas ela faz o cultivo da horta, cuida da casa e dos filhos, isso nos leva a pensar que a marginalização do trabalho da mulher rural ainda é presente no campo.

Referências

BUTTO, Andrea e HORA, Karla Emanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. IN LOPES, Adriana L.& BUTTO Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA 2008.

GÓES, Kelyany Oliveira Castro de. **Equidade de gênero no campo: o modo de vida de mulheres e homens das agrovilas do assentamento rural Joana D'arc III, Porto Velho - RO.** Porto Velho, Rondônia, 2014. 62f. : il. TCC (Graduação em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

HOLANDA FILHO, Zenildo Ferreira. **Impactos Socioambientais da Tecnologia de Cultivares de Banana em Área de Assentamento de Reforma Agrária em Rondônia.** Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2007.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e Política de Assistência Social: Territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: Espaço de Poder. In SILVA, Joseli Maria; SILVA, Cesar Pinheiro da. (Org.) **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa. Todapalavra, 2011. ISSN: 978-85-62450-23-5.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, S. A. Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. In: Seminário Internacional **Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder, 2008**. Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf Acessado em: 01/11/2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**. Vol 8. Nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 31-35.

SILVA, Viviane Nery da; OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, e SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Assentamento rural Joana D'Arc III: um olhar na perspectiva de gênero. Artigo publicado nos **Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Belém: UFPA, 2011.

VIEGAS, Janete Magalhães. **O turismo rural na agricultura familiar em Pernambuco**. Um caminho a autonomia? A pluriatividade como uma ferramenta para o turismo solidário. Global Turismo: São Paulo, 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 81, n 199, set/dez, 2000, p. 425-451.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Camponesas na luta pela terra: o resenho das identidades de gênero das mulheres do assentamento Serra Dourada, Goiás/GO

Natalia Lucas Mesquita¹ e Aline Cristina Nascimento²

Considerações iniciais

O artigo propõe refletir sobre a influência da luta pela terra na identidade de gênero das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados pautaram-se no Levantamento e revisão bibliográfica e Pesquisa de campo com aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas.

Esse artigo está dividido, além das considerações iniciais, considerações finais e referências, nas seguintes seções: “A luta pela terra em Goiás/GO e a criação do Assentamento Serra Dourada”, em que será realizada uma caracterização do município de Goiás/GO e como se deu a criação do Assentamento pesquisado; “As mulheres na luta pela terra em Goiás/GO” em que será abordado o protagonismo das mulheres nas lutas pela terra no município; e, “A identidade das mulheres do Assentamento Serra Dourada após a luta pela terra”, em que será realizada uma reflexão sobre as modificações na identidade das mulheres do Assentamento bem como as relações de gênero após o processo de luta.

Antes de iniciarmos as discussões, é importante explicitar o que entendemos como gênero e identidade de Gênero.

O conceito de gênero, conforme explica Grossi (2004) chegou até nós por meio de pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria “*gender*” para falar das origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Isso se deu de forma tímida já no final dos anos de 1980, ganhando espaço posteriormente, através das feministas (LOURO, 1997).

Assim sendo, “[...] em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.” (GROSSI, 2004, p. 5). Para Scott (1995)

¹ Mestranda em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG)

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão (UFG)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O núcleo essencial da definição [do conceito de gênero] baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1995, p. 21, grifos da autora).

A partir da afirmação de Scott, é possível concluir que o gênero está circunscrito em um tempo/espaço, logo é mutável, transitório.

Ao estudarmos o lugar social de um sujeito, devemos considerar sua identificação enquanto pertencente do grupo que compõe esse lugar. No caso das relações de gênero, sua identificação como mulher ou como homem. Nessa perspectiva, propõe-se entender gênero como constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 1997). “Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir [...] a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o.” (LOURO, 1997, p. 25, grifos da autora).

Assim,

A identidade de gênero [...] pode ser considerada como sendo algo que não é dado e, sim, constituído e vivenciado ativamente por cada homem e mulher a partir dos elementos fornecidos por sua cultura, ou pelo fato de alguém se sentir masculino e/ou feminino, num processo contínuo e dinâmico, não dado no nascimento e, a partir daí, marcado para sempre, ou seja, é uma construção cultural/social e histórica, uma aquisição, uma performance, uma atuação. (MAIO; OLIVEIRA JUNIOR, [2013-?], p. 103).

Tendo em vista o caráter de construção da identidade de gênero, esta é instável, passíveis de transformação (LOURO, 1997). Mediante a isso, “[...] a identidade é aberta, dominada pela incompletude, multiforme. Tem contornos fugidios e adota traços pessoais, culturais e contextuais que se confundem com a sua própria história. A identidade é, por natureza, híbrida e inconstante.” (VIEIRA, 2005, p. 214).

Tendo isso considerado, cabe informar que o artigo é fruto de uma pesquisa intitulada *A influência da luta pela terra na identidade de gênero das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO*, desenvolvida para conclusão do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) promovido pela Universidade Federal de Goiás/Regional de Catalão.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A luta pela terra em Goiás/GO e a criação do assentamento serra dourada

O município de Goiás/GO, localizado na Microrregião do Rio Vermelho, a noroeste no estado de Goiás, possui em seu território as marcas de um passado colonial cuja concentração fundiária e o coronelismo são características que motivaram as lutas pela terra e Reforma Agrária no município e a criação de assentamento rurais, dentre os quais o Assentamento Serra Dourada.

Esse município está situado as margens do Rio Vermelho, importante fonte aurífera para os colonizadores portugueses, representados pelos bandeirantes paulistas, no século XIX. Sua formação está vinculada ao avanço do capital pelo interior do Brasil. Assim sendo, o município de Goiás/GO, como diversos outros no Brasil, surge como fornecedor de riquezas para a colônia e território do capital demandante de expansão, sendo a distribuição das terras, conforme Faoro (2001), o ponto de apoio para a obra política e comercial da colonização.

A distribuição das terras no período colonial se deu inicialmente pelo sistema de Sesmarias, sendo essas representantes do início do latifúndio no Brasil (FAORO, 2001; PESSOA, 1997). Isso porque, além de serem doadas longas extensões de terras, o mesmo colono poderia ser contemplado com sucessivas Sesmarias, em épocas e lugares diferentes, conforme explica Faoro (2001).

O regime de Sesmarias foi extinto, oficialmente, em 1822, pelo processo de independência do Brasil, por meio da Resolução nº 76 de 17 de julho de 1822 (PESSOA, 1997). Desse período, até 1850, quando é elaborada a Lei de Terras, o país ficou sem uma legislação específica para a questão da terra, prevalecendo as ocupações livres (PESSOA, 1997; FAORO, 2001), ou regime de posses (OLIVEIRA, 2012).

Quando em 1850 foi elaborada a Lei de Terras, do ponto vista da formação fundiária, nada foi criado de novo, sendo essa apenas um instrumento ratificador e legitimador do latifúndio (PESSOA, 1997).

Essa realidade prosperou, no município, de modo específico, e no Brasil, de modo geral, até o início do processo de modernização da agricultura, quando houve uma intensificação dessa concentração.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

No estado de Goiás o processo de modernização da agricultura tem início na década de 1970. Um dos principais agentes desse processo foi o Estado, sendo suas ações iniciadas já na década de 1930, com a política de integração do governo Vargas que colocou como prioridade nacional a ocupação do centro-oeste (PELÁ; MENDONÇA, 2010). Segundo os autores, a viabilização do projeto de ocupação das áreas de Cerrado requisitou estratégias de ordem espacial, dentre as quais se destaca a construção de Goiânia (1937), o Plano de Metas de JK (1956-1961), e a construção de Brasília (1960).

Além disso, não podemos esquecer do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que segundo Inocêncio (2010), são os que assumem mais importância no estudo sobre o processo de modernização da agricultura no Cerrado, evidenciando a incorporação capitalista dessas áreas.

As transformações advindas da modernização do território e da agricultura em Goiás, e no Brasil como um todo, não alteraram somente o modo de produção e trabalho, mas o modo de ocupação e de vida de grande parcela da população do campo, visto que essas, além de migrarem para as cidades tiveram seu antigo lugar de moradia apropriado por migrantes de outras paragens (PELÁ; MENDONÇA, 2010).

Diante dessa situação de exclusão histórica das camponesas e camponeses inicia-se a organização de movimentos sociais para a reivindicação de terra e Reforma Agrária. Conforme Souza (2012), “o processo de luta pela terra, nesse estado [Goiás], iniciou-se em 1986 no município de Goiás, com a territorialização camponesa, a partir da formação do assentamento Mosquito, com 43 famílias, e com o assentamento Acaba Vida, no município de Niquelândia, com 72 famílias.” (SOUZA, 2012, p. 83).

O município de Goiás/GO é, portanto, um importante exemplo das lutas pela terra no estado, sendo que essas ganharam força a partir da década de 1980, como ressaltam Souza et al. (2009). Segundo os autores (2009), embasados em pesquisa realizada com os assentados do município, a “luta pela terra nessa região é intensificada quando os trabalhadores rurais se despertam para uma interpretação da realidade desigual e injusta, o que os leva a refletir e a lutar pela *‘quebra das correntes’* como dizem alguns dos assentados.” (SOUZA et al., 2009, p. 8, grifos dos autores).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Atualmente, Goiás/GO possui 23 assentamentos de reforma agrária. Esses assentamentos atendem, conforme dados da Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a 682 famílias.

Dentre os assentamentos do município, encontra-se o Assentamento Serra Dourada, território dessa pesquisa. Esse Assentamento foi criado pelo ato nº 0045 de 17 de dezembro de 1999, possuindo uma área de 239,3928ha e atendendo a 15 famílias (INCRA, 2014). Entre todos os Assentamentos do município, este é o único cujas terras foram obtidas por meio de doação.

Após essas informações, cabe entendermos a atuação das mulheres na luta pela terra em Goiás/GO.

As mulheres nas lutas pela terra em goiás/go

No município de Goiás/GO, as mulheres estiveram sempre presentes nos processos de luta, sendo extremamente importante para a obtenção de parcelas e constituição de Assentamentos, como no caso do Assentamento Serra Dourada, como podemos observar através dos relatos de Antônia³, obtidos durante a pesquisa de campo:

Essa coisa de acampamento, essas coisa de participar desse movimento foi meu marido que ficou doido pra consegui uma terra, né? Eles eram doidos por causa de uma terra pra plantá, era o sonho dele. Ai eu fui e ele trabalhava, né? Trabalhava no consórcio, ai ele não podia saí assim para ir, né. Ai foi eu. Ai nós fomos, primeiramente lá pro Costa Campo. Lá nós ficamos um tempo lá. Logo depois teve o despejo. Foi pro corredor perto de Heitoraí. Lá nesse corredor sabe quantas famílias eram? Trezentos e setenta e cinco famílias... gente até na cidade, era gente demais. Ai ficamos no corredor, até um determinado tempo. Ai depois de lá nós viemos aqui pro vale do Uvá, ai repartiu a turma porque a terra lá não cabia todo mundo. Depois do vale do Uvá foi para pechincha. Nós ficamos ali também. (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Antônia ainda relatou que ficou acampada durante quatro anos, sendo parte desse tempo sozinha e a partir do acampamento no vale do rio Uvá, município de Goiás/GO, acompanhada de seu filho.

³ Antônia é nome fictício usado com o objetivo de preservar a identidade da entrevistada.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A atuação das mulheres nas lutas pela terra demonstra uma transposição ou reorganização das barreiras espaciais estabelecidas pelas relações de gênero. Conforme Valenciano (2006):

Os estudos dos territórios de luta vêm apontando algumas transformações que têm afetado a natureza das relações estabelecidas entre os indivíduos. [...] Essas mudanças podem nos dar pistas de uma possível reorganização do trabalho e de suas expressões na divisão sexual de tarefas produtivas e reprodutivas. (VALENCIANO, 2006, p. 104).

Conforme Alves e Mendonça (2014), “O que se percebe é que quando há experiência da ação política no Movimento, ocorre uma redefinição das relações de poder também no nível privado.” (ALVES; MENDONÇA, 2014, p. 2).

A experiência do acampamento impõe às mulheres um novo padrão comportamental que, socialmente, é visto como masculino. Helena⁴ e Antônia, relataram que a experiência do acampamento foi muito sofrida, sendo a violência um dos principais temores.

Por outro lado, a mulher ainda era concebida como o sexo frágil e, portanto, alvo de ameaças e violência pelos funcionários dos latifundiários. Outra situação que demonstra a não superação das assimetrias de gênero nos acampamentos é a divisão de tarefas. Ao descreverem o cotidiano do acampamento, Helena e Antônia mostraram que havia diferença entre os papéis masculinos e femininos. No caso de Helena, enquanto o esposo era responsável pelo trabalho na roça ou em fazendas vizinhas, ela trabalhava como doméstica na casa de outra família no Assentamento. A partir daí, vemos que apesar da mulher participar do espaço da luta ela ainda permanece e é responsável pela esfera reprodutiva. Conforme observa García (2004),

A separação entre homens e mulheres em distintas ocupações relaciona-se com as expectativas sociais em questão de gênero. As mulheres são vinculadas às tarefas relacionadas à reprodução e ao cuidado de outras pessoas e os homens àquelas atividades que demandam forma física e destreza ou habilidade analítica destacada e poder de mando. (GARCÍA, 2004, p. 146).

Nos acampamentos em que Antônia esteve, a figura do líder era masculina, embora houvessem mulheres que davam suporte para a liderança. Ao ser questionada se havia alguma mulher que também era símbolo de liderança no acampamento como também se ela participava dessa liderança, Antônia disse:

⁴ Helena é nome fictício usado com o objetivo de preservar a identidade da entrevistada.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Tinha a Conceição que era [...]. A Conceição era forte [...]. E o irmão dela era líder, sabe? Ai ela ajudava. [...] Eu fazia parte, eu fazia parte toda vida de animadora da comunidade lá. [...] E eu que fazia essa parte ai era eu, que ajudava, né? Eu ajudava. (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Apesar da existência de uma figura feminina na liderança, percebemos que seu trabalho é visto como uma ajuda. Além disso, quando as mulheres tinham autonomia, suas funções estavam direcionadas às práticas religiosas que é um papel, socialmente, feminino.

Assim, se por um lado a mulher foi uma figura importante na luta, sua inserção é diferenciada da masculina, conforme observa Valenciano (2006): “Existe, por sua vez, uma inserção diferenciada na luta; homens e mulheres são marcados por uma condição de formas específicas, marcados pelas diferenças de gênero.” (Valenciano, 2006, p. 109).

A identidade das mulheres do assentamento serra dourada após a luta pela terra

O acesso à terra a partir da luta nem sempre é o suficiente para devolver às camponesas e aos camponeses seu território. No Assentamento Serra Dourada, as dificuldades de permanência na terra fizeram com que muitas famílias não continuassem ali, abandonando ou comercializando as parcelas, como foi possível perceber na pesquisa de campo.

Assim, por meio da aplicação de questionário com as famílias do Assentamento Serra Dourada, constatamos que apenas quatro mulheres participaram do processo de luta pela terra através de ocupação e acampamentos, representando 33% das mulheres desse lugar. Nessa seção buscaremos compreender se a participação na luta pela terra modificou a identidade de Gênero dessas mulheres.

Como já dissemos, a identidade de gênero é socialmente construída e está relacionada ao autorreconhecimento dos sujeitos como femininos ou masculinos.

Tendo isso em vista, por meio de entrevista, perguntamos às pesquisadas se elas observaram mudanças em seu comportamento e relacionamento com a família, após a experiência da luta por terra. Para Helena não houve nenhuma mudança em seu comportamento; Por outro lado, as relações com seu esposo modificaram a ponto de ocorrer a separação:



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Não, pra mim nada. [...] pra ele [ex-marido] é que mudou, porque... assim [...] aumento os conflito, até porque ele, o sonho dele não era a terra, né? Não era a terra. O sonho da terra era meu... ai ele falava sempre, que ele foi criado na roça também, fala assim “meu sonho é vive na terra, meu sonho é fica na terra” não sei o quê. Só que ai, quando esse sonho foi realizado, por sê pequeno, ô talvez nem era o sonho dele, vai que a cabeça, ele era alcóolatra, então, não tinha, não sei até hoje num intendi, vivi muitos ano e não intendi, mas o dele não era, agora o meu era. Só que quando eu ganhei, depois que eu ganhei a terra foi que aumentou os conflito e chegar ao ponto de chegar a separação. (HELENA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

A partir desse fato, percebemos que à ameaça a hegemonia masculina no âmbito familiar não é aceito pelo homem.

Perguntamos a Helena, nesse momento da entrevista, se ela identificava mudanças por estar realizando um sonho:

[...] Não, de cabeça não, eu só, só falo que eu adquiri mais experiência de vida. Pra mim foi como se eu, se eu tivesse adquirido mais experiência de vida... assim, mudar a minha cabeça e o meu modo de pensar, era exatamente o que eu queria, era o que eu queria. Não era nada mais e nada menos. Era o sonho e eu acho que foi só a concretização daquilo que eu pensava, né? em mim eu acho que não mudou nada. Só mudou assim, que você fala assim “eu consegui. Eu lutei, eu batalhei, eu consegui”. [a senhora se sente mais forte por isso?] Mais, muito mais, até pelo que eu passei [...]. Então isso dá mais força pra gente, e que dá, além de dar força, dá, aumenta mais ainda o valor da terra pra gente... o que aumentou mais ainda. Eu acho que não, eu daria o mesmo valor, mais por ter passado isso, eu acho que eu valorizo mais ainda. (HELENA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

Concluímos, a partir da fala de Helena, que a mudança dos padrões de identidade de gênero foram modificadas pela experiência na luta por terra, proporcionando seu fortalecimento e sua emancipação. Apesar disso, observamos que a própria decisão de inserção na luta pela terra, por Helena, acusa uma identidade de gênero que diverge dos padrões femininos tradicionais e, portanto, antecede a experiência do acampamento.

Essa situação também pode ser vista na fala de Antônia quando diz que para viver no acampamento é preciso ter “garra”. Antônia, ao ser questionada se observou mudanças em seu comportamento, a partir da luta respondeu que sim; mas, que essas mudanças iniciaram a partir de seu casamento:

Eu acho que mudou foi tudo. Transformou tudo. Parece que eu fiquei mais pacata. Eu acho. Porque de primeiro eu não era assim. Eu era mais pra cima, sabe?. Eu era mais alegre e eu cantava, eu cantava demais, eu tinha uma voz [...]. [Como a senhora era antes do acampamento?] Eu andava só maquiada, minha fia. [...] cada mês eu fazia um vestido, tinha esse negócio de repetir não. Ia para as festa, ia com minha mãe pras festas... ia assim, de reza de São João, Santo Antônio, essas coisas,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sabe?. Ela rezava muito nas casas, e eu ajudava ela. Ah, eu ia toda faceira [...]. Menina, mas tinha um corpo, você precisa ver [...]. [...] Quando a gente tava no acampamento só usava bermuda, não podia usar saia, vestido, [...] por causa dos lugar de sentá, o jeito que era né, de sentá... difícil. [...]. Depois que eu fui para o acampamento... não, depois que eu casei já mudô tudo [...]. [O marido da senhora era bravo?] Era... muito enjoado... custoso, sabe? Tinha um ciúme... (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Por conseguinte, com o relato de Antônia podemos identificar a constituição da identidade feminina a partir dos padrões corporais, bem como, do comportamento. Conforme disse, a partir da entrada no acampamento, ela deixou de usar determinados tipos de roupa pelos lugares em que sentavam.

Diferente de Helena, que adquiriu uma certa emancipação, Antônia, ao longo de sua vida precisou se adaptar as exigências do marido, ocupando espaços vistos como secundários e posição de submissão. A participação na luta por terra influenciou sua identidade de modo a reforçar as assimetrias de gênero. Ao ser perguntada se houve modificações nas relações com o marido após a inserção no movimento, que era uma vontade dele, Antônia diz: “Igual... do mesmo jeito.”

Assim, percebemos que a participação na luta por terra influencia na modificação da identidade de gênero feminina. Todavia, para pensar uma igualdade entre os sexos devemos considerar características referentes às relações de gênero e a identidade feminina, que antecedem a participação nos movimentos de luta por terra.

Considerações finais

A identidade de gênero, por ser uma característica socialmente adquirida pelos sujeitos, está circunscrita em um espaço/tempo e, portanto, possui movimento. Sendo assim, as diversas experiências que as mulheres e os homens vivenciam, em seu cotidiano, redesenham suas identidades.

Com efeito, a partir da pesquisa pudemos concluir que a identidade de gênero das mulheres que participaram da luta pela terra foram modificadas. Apesar disso, essa modificação nem sempre contribuiu para a superação das assimetrias entre os gêneros.

Entre outros motivos, reconhecemos que a luta pela terra desvinculada de uma organização política, de um movimento social progressista pouco contribui para minimização



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

das desigualdades de gênero. Além disso, há que destacar que nem sempre movimentos sociais progressistas condenam e combatem a desigualdade de gênero.

Referências

ALVES, Sandra Aparecida; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Ação Das mulheres camponesas na luta pela conquista da moradia no Movimento Camponês Popular MCP no estado de Goiás.** In: XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2014, Natal. Anais... Natal, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero:** os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado em Geografia. Presidente Prudente, UNESP, 2004.

GROSSI, Mirian P. **Identidade de Gênero e Sexualidade.** 2004. Disponível em: <<<http://migre.me/iqOgM>>>.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implementação.** INCRA, 2014. Disponível em: <www.incra.gov.br>

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no cerrado: o PRODECER.** Tese de Doutorado em Geografia. Goiânia, IESA/UFG, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: _____. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 14-36.

MAIO, Eliane Rose. OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de. Corpo, Gênero, Sexualidades e Educação. In: FERRARI, Anderson. *et. al.* (Org.) **Corpo, Gênero e Sexualidade.** Lavras: Universidade Federal de Lavras, [2013-?].

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo.** Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (Org.) **Cerrados:** perspectivas e olhares. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa:** cotidiano e história em assentamentos de Goiás. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, IFCH-Unicamp, 1997.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. V. 20, n. 2, Porto Alegre. UFGS, 1995, p. 71-99.

SOUZA, Francilane Eulália de. As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumentos para a valorização do território camponês?. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, Francilane Eulália. et al. Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: lutas pela conquista e permanência na terra no município da cidade de Goiás. In.: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Anais... São Paulo, 2009.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra**: discutindo relações de classe e Gênero. 2006. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2006.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **D.E.L.T.A.** n. 21, especial, 2005, p. 207-238.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia

Odete de Araújo Costa¹

Introdução

Assim como Marilyn Strathern (2014) ficou deslumbrada com a primeira visão de conchas amontoadas no monte Hagen, ao me deparar com a Congada nas ruas de Goiânia, fiquei estupefata com a sensação de estar em outra cidade. Quanta cultura, riqueza de fé em forma de cores e sons ritmados. Foi essa experiência, anexada ao desejo de estudar sobre alimentação e gênero com recorte na pessoa do feminino.

O gênero foi pautado, assim como religiosidade, geração, raça e classe também apareceram, sem a intenção de usar um em detrimento de outro, apesar de o termo gênero ser recente na literatura antropológica, sendo ainda hoje objeto de debates e controvérsias acadêmicas (PISCITELLI, 2002). Certamente apareceu com maior frequência, dado o tema dessa dissertação. Assim não vi outro modo de abordar o assunto sem usá-lo, uma vez que também desde meados dos anos 1980, tem sido utilizado como um referencial social, para enfatizar a rejeição ao determinismo biológico que termos como “diferença sexual” ou “sexo” podem implicar (NICHOLSON, 2000), e é esse referencial social que de fato interessa a esse estudo. Bem assim como o uso da memória pois cada integrante da Congada responsável pela alimentação tem em si uma bagagem de informações e saberes culinários adquiridos ao longo de sua vida e vivência com outras pessoas, o que resulta em riqueza de repertório cognitivo, que foi registrado por meio de entrevistas. O uso da memória coletiva e individual é um recurso de extrema importância pois o mesmo valoriza as situações vividas que segundo Teresinha Bernardo (1998) “embora possam parecer insignificantes à primeira vista, após a análise, poderão se mostrar plenas de significados. Na realidade, o estudo da memória se revela como um recurso metodológico por excelência” (BERNARDO, 1998:29).

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Objetivos

A dissertação foi dividida por capítulos contendo por hora três assuntos: 1. “Cozinha de quem?” 2. “A mesa do Reinado” e 3. “Comida Ritual e Social” como blocos principais, no presente artigo contém apenas um breve resumo do primeiro capítulo². A intenção é agregar as interpretações originadas da pesquisa até o momento. Esse trabalho objetiva etnografar o modo como comida é servida e como as mulheres que trabalham na Congada estão envolvidas.

Procedimentos metodológicos

Ao adentrar em campo pela primeira vez em Setembro de 2014, tudo ali era absolutamente novo para mim, os sons dos tambores, as muitas cores e vozes femininas e masculinas em resposta à voz do capitão que entoava versos ritmados alternados com o apito que permitia a mudança de ritmo. Foi necessário participar do evento do começo ao fim para “encontrar-me” e “encontrar” meu objeto de estudo, e à medida em que fui adentrando e me fazendo familiar aos integrantes da Congada da Vila João Vaz, como Strathern (2014) ressalta que o pesquisador(a) deve ter certa flexibilidade no estado de imersão no campo. Assim que adentrei a cozinha, meu lugar de pesquisa, fui recebida pelas mulheres que lá estavam, disseram-me que poderia fazer meu trabalho de reportagem³ desde que não ficasse anotando durante o evento, e sim ajudando nas tarefas da cozinha.

Me propus solicitamente a lavar pratos e talheres, justifiquei minha inabilidade com as panelas e outros detalhes da cozinha. Nesse evento em particular havia muitos participantes, lavei muitos pratos, não encarei como dificuldade e sim como uma espécie de batismo ou rito de passagem necessário para acessar aquelas mulheres. O resultado positivo disso é que hoje desfruto de um livre acesso a elas, o que não seria possível se não tivesse cedido anteriormente.

² Dissertação em fase de desenvolvimento

³ Com o tempo me fiz entender que o que fazia era um trabalho antropológico.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

No ano seguinte uma outra equipe assumiu a cozinha e tive que me fazer conhecer a elas⁴, visto que a cada ano um festeiro é designado para fazer a festa, e o mesmo faz sua escolha para compor a equipe de cozinha.

Sobre a festa de Congada em Goiânia

A festa de Congada porta elementos para além da dança, canto e ritmo, a religião, economia e cultura, ajudam a formar uma rede com profundos significados para quem participa e convive com essa realidade. Para efeito didático descrevo a seguir uma breve descrição da Congada que é uma “manifestação majoritariamente representativa da população negra” (DAMASCENA, 2012:18) que acontece em algumas regiões do Brasil e em diferentes cidades do sudoeste Goiano e também em Goiânia. A festa em Catalão de Goiás já são centenárias e será tomada como base para explicar as outras.

Primeiramente, a festa de congada é uma representação da luta e resistência do negro em manter suas tradições de origem.

A dança realizada pelos escravos era uma variante das danças originárias do Congo, reproduzindo uma forma que, como outras provenientes da África, tinha em comum movimentos circulares, expressando significados sagrados, desconhecidos pelos escravocratas... Essa conjunção expressiva da música e da dança como força vital das cerimônias constituiu-se em processo e meio de realização de uma certa unidade entre os escravos, independentemente de sua origem étnica. O som dos tambores funcionavam, também como elemento significativo que restituía a lembrança, a memória e a história do sujeito africano, forçadamente exilado de sua pátria. (MARTINS, 1997:38 e 39)

A festa é dividida por áreas de participação, esses ritos são separados por dias e locais, veja:

Alvorada, consiste em um chamamento da comunidade e bairro para o início da festa através de fogos, segue-se para a igreja onde acontece uma celebração e logo após todos tomam café. Esse rito marca o início da festa. Geralmente o ajuntamento e ponto de partida para a procissão da alvorada acontece na porta da casa de um dos capitães de terno.

Semana de rezas, trata-se de novenas e terços que acontecem na igreja ou nas casas durante toda a semana. “Esta parte religiosa está sob o controle direto de agentes da igreja e envolve a participação comprometida de agentes da festa... E pretende-se que seja, em

⁴ Fui apresentada através de Verediana às outras mulheres que fariam parte da cozinha da João Vaz.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sua essência, uma modalidade coletiva de culto a uma padroeira católica” (BRANDÃO, 1985, p.17)

A apresentação principal compreende os cortejos dos ternos nas ruas, todos fardados com indumentárias festivas, geralmente ternos de outras cidades se apresentam também. No fim de semana que se segue a semana das novenas, no sábado o mastro é levantado e hasteada a bandeira com os santos padroeiros da festa. Na noite de sábado costuma ter festas onde barraquinhas são postas e vários tipos de quitandas e caldos, bebidas são disponibilizados ao público, forró e pagode são os ritmos comuns.

As visitas nas casas dos féis, onde são recebidos com grande alegria são feitas antes e logo após o almoço no domingo que é a refeição mais importante, onde é posta uma mesa especial para o reinado.

Procissão com o andor da santa ou santo padroeiro, no final da tarde de domingo os ternos se reúnem ou na praça da Igreja ou nos galpões onde ocorre a festa, nesse momento o pároco da igreja costuma acompanhar mais de perto o andor com o santo(a).

Entrega da coroa, esse rito é feito após o fim de semana que ocorreu a festa, é o repasse da responsabilidade de *fazer* da próxima festa para o próximo festeiro, que geralmente é escolhido durante a festa.

Cozinha de quem?

O ato de cozinhar para as mulheres da Congada é tão naturalizado, suas mães cozinham *para fora* como forma de sobrevivência, e para sua própria família, esse ofício ensinado a mulheres que cozinham nas congadas foi repassado por suas mães como garantia, uma vez que essas mães aprenderam com suas mães, etc, esse legado culinário quando vivido por elas em suas realidades por vezes duras, não se caracterizou certamente como um rito, como em uma comunidade indígena onde o rito é bem marcado e estruturado, podendo ser identificado por quem participa e por quem assiste. Esse repasse foi no dia a dia, carregado de responsabilidades urgentes tal como cozinhar para os irmãos menores e para si. Se casaram muito cedo, e continuaram a exercer o papel de cozinhar, e os trabalhos posteriores fora de casa foram em cozinhas de restaurantes.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A cozinha na Congada é um lugar demarcado pelo encargo de servir – servir aos integrantes da Congada, servir à comunidade que participa – e esse servir vem carregado de simbolismos, de fé, de troca, o entendimento de que não é um ofício natural apenas, e sim mediado pelo sobrenatural, pelo místico.

Ocupar essa função não é para qualquer pessoa. Saber cozinhar e ter habilidades culinárias não é suficiente, deve-se crer na divindade homenageada, e ter tempo de *casa*. Observei que quem trabalha na cozinha da festa, ou nasce no ambiente das Congadas e cresce ali dentro absorvendo tudo a respeito, ou tem bastante experiência de vivência dentro da festa, não necessariamente dentro da mesma comunidade.

Na Congada da Vila João Vaz a equipe que cozinha é escolhida de acordo com o critério do festeiro, que são pessoas encarregadas de organizarem a festa, ou seja, o festeiro pode escolher a seu critério quem tomará conta da cozinha no ano em que está comissionado para fazer a festa. A escolha do festeiro muda a cada ano segundo disposição de servir dos membros da Irmandade. O acesso à cozinha e o direito de estar no comando pode ser adquirido por disputa ou herança. Disputa porque a cozinha na Congada é um espaço de competição por poder. Muitas mulheres almejam a ocupação nos dias da festa, e essa escolha nem sempre provém delas, e herança porque na escolha dos festeiros, que pode ser uma mulher geralmente muito envolvida na Congada ou um casal, a esposa se encarrega de montar sua equipe.

Na Vila Mutirão sob o comando da presidente Valéria Eurípedes dos Santos, a cozinha na Congada ganha contornos diferenciados. A começar do cardápio, segundo Walkíria: “na vila João Vaz o cardápio não muda, o nosso muda sempre”.

Valéria relatou-me que “a comida protege o espírito” e que deve ser consagrada como ela o fez com a salada de frutas, todas picadas em separado para não azedarem e depois misturadas formando uma salada de frutas, que foi dedicada a Oxossi⁵.

Aparentemente a cozinha na Congada porta um sentido de pertencimento. A pessoa responsável pela organização e fluidez das tarefas, carrega em si, não somente as responsabilidades mas também um certo orgulho e senso de posse, que é expresso em

⁵ Valéria e Walkíria são pertencentes a religiões afro-brasileira (Candomblé), embora outros integrantes de outras irmandades que também são desta religião, não fazem essa correlação.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

frases que evidenciam a questão de posição, tal como: “em minha cozinha não aceito tal coisa”.

A função de preparar e servir um alimento recém saído do fogo, com temperos agradáveis ao paladar, para uma quantidade razoável de pessoas, traz sobre as cozinheira da Congada um peso que se converte em encargos e responsabilidades. Tal função exige que as mulheres disponibilizem tempo, é preciso temporariamente se desobrigarem de suas tarefas em suas casas delegando-as para outrem, caso a família toda não participe da festa. Todo o conhecimento culinário é posto a prova durante a festa nos bastidores. Cada pitada de tempero acrescida faz a diferença, tempero esse que possui especificidade. Cada cozinheira na posição de responsável pela manufatura da comida da festa, com seu gosto particular ou estilo próprio, escolhe a seu critério o que lhe parece a melhor opção, dentro do quadro maior que deve ser respeitado, como por exemplo: a manufatura do frango ao molho de açafreão, sendo esse o tempero principal, mas a cozinheira a seu gosto, pode acrescentar à receita outros temperos, tais como o cominho, pouco ou muito alho e cebola, salsa, etc.

Lugar de homem é na cozinha

A cozinha é um espaço destinado a transformações, o cru torna-se cozido ou assado, carnes podem ser maturadas, temperos macerados, pode-se conservar o alimento por algum tempo. Nesse espaço íntimo, doméstico, com estrutura parecida, tanto na casa abastada quanto na casa simples. A cozinha urbana brasileira geralmente abriga pia, bancada de granito ou metal, mesa, fogão, refrigerador e armários. Acessórios menores, porém muito importantes, facas, conchas, espátulas, abridores, panelas, bacias, escorredores, tábuas, bem como o uso imprescindível da água, são elementos que funcionam como extensões das mãos e braços, permitindo e facilitando a elaboração de pratos que podem partir de uma simples omelete a um prato sofisticado. Alberto Veca (1998) em “Imagens da alimentação na arte moderna” coopera:

Além disso, a cozinha – talvez mais que o mercado pelo fato de nos conduzir a um interior doméstico – desempenha um papel simbólico pela abundância dos alimentos e utensílios que se encontram nela. A presença simultaneamente dissonante e propícia de uma mesa de cerimônia, a escolha dos alimentos, a própria atividade dos cozinheiros e servidores, assim como a presença de determinados elementos – por exemplo, o fogo e a água – tudo isso forma um



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

universo completo e coerente, embora provisório, já que não passa de uma etapa antes do banquete e consumo das iguarias. (VECA, 1998:692)

A cozinha tornou-se um lugar marcadamente feminino, pelo tempo disposto ali nas muitas etapas que a preparação de alimentos exige, e em segundo essa ocupação é quase sempre executada por mulheres. Desde cedo se ensina o ofício de cozinhar ao menos o mínimo às meninas para que saibam delegar a outra mulher ou a si própria esse recurso, saiba lidar com utensílios domésticos, temperos, quantidades, etc. Janine Collaço (2008) colabora: “o fato de que as mulheres possuem uma longa associação com a alimentação doméstica revela relações profundamente arraigadas e reproduzidas entre gerações que costumam a desaparecer mesmo diante das mudanças recentes que são observadas no trabalho feminino”(p.146).

O homem tende a aparecer na cozinha como figura não natural, geralmente se ocupa ocasionalmente nos fins de semana a preparar um churrasco, peixada, dobradinha ou resultado de alguma caça, o que demanda também um tempo de preparo, desde a aquisição do produto, seja ele comprado, pescado ou ainda caçado, se tornando uma atividade prazerosa por ser livre da obrigação de repetir esse processo todos os dias. No artigo *Cozinha doméstica e cozinha profissional: do discurso às práticas* Collaço aponta que na época em que a cozinha italiana estava se solidificando aqui no Brasil, a distinção de funções na cozinha era bem definida:

No início, as avós e mães tinham pleno domínio das cozinhas, como lembrou Afonso Roperto, embora nas gerações seguintes essa atividade fosse delegada a funcionários, especialmente homens. Alguns pratos, como caças e carnes, eram de responsabilidade masculina, as massas e pães caseiros eram das mulheres, (COLLAÇO, 2008, p.150),

Na festa do mês de maio de 2015 na Vila Mutirão, Joel e seu filho adolescente prepararam um jantar em sua casa para os foliões, evento em decorrência de um pagamento de promessa à N. S. do Rosário. O andor⁶ da santa seria levado de sua casa para uma outra. O jantar feito por pai e filho contemplou um cardápio repleto de produtos de origem animal: frango ensopado com batata, arroz com passas e bacon, feijão com calabresa, a ausência de salada aparentemente não foi notada, e como bebida foram

⁶ O andor que trata-se de uma imagem da(o) santa(o) fixada em uma base que ampara-se em uma estrutura de duas ripas de madeira que permite que varias pessoas a carreguem na procissão.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

servidos refrigerantes. Ao chegarmos à casa de Joel, toda a estrutura do jantar estava pronta, comida na bancada improvisada, mesas de bar forradas, o altar da santa devidamente ornado. O jantar foi servido, após as reverências e cantos feitos pelos foliões, por Joel e seu filho. Nesse jantar não houve presença feminina nem na preparação e arrumação e bem como no servir.

O ato de comer na festa da Congada não é sem importância e nem tampouco simples, embora por vezes seja servido apenas café e pão com manteiga. Esse alimento é extraído do uso comum, e elevado a um outro nível, tornando-o especial e certamente guardado na memória gustativa, como um elemento não somente com valor nutritivo, mas com implicações de gentilezas, de boa recepção aos convidados, e também de valores espirituais, onde a comida cumpre o papel de reestabelecer as forças físicas e também espirituais, o que seria uma sensação de estar sendo abençoado pelos santos.

Culinária Goiana e Mineira na Festa Afro-brasileira

Na cozinha da congada existe uma tradição de pratos servidos. Notamos uma adequação à cozinha brasileira, e também goiana, não dando margens para afirmações de que a festividade sirva somente comidas de origem africana. Até porque Molina citando “Câmara Cascudo, discutindo sobre a influencia estrangeira na cozinha, afirma que “não existe uma cozinha afro-portuguesa” no Brasil.”(Apud MOLINA, 2001:135), contudo sua influencia é notória. Para Artur Ramos (1998) falar da culinária brasileira e omitir a contribuição dos africanos, é cometer um grande engano.

O mito das três raças está bastante arraigado na culinária brasileira, é certo que um país constrói sua identidade culinária a partir do regionalismo que ao se juntarem formam o todo nacional.

Para Câmara Cascudo (1998) e Bariani Ortencio (1997) a culinária brasileira foi formada basicamente pela junção dos gostos e sabores das três raças.

Para Molina (2001) a influencia africana na cozinha brasileira ocorre principalmente na forma de preparar e temperar os alimentos. O que não é o bastante como participação africana na culinária no Brasil. Isso se deu devido a necessidade de adequação que as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

circunstâncias exigiam, desarraigados de suas terras, seus temperos e quaisquer bagagens, senão seu próprio *saber fazer*.

A cozinha mineira segundo Mônica Abdala (1997) aponta uma direção do que era consumido como alimentos desde o povoamento até as primeiras décadas do século vinte. Para ela “a culinária mineira resultou de uma permanente elaboração dos alimentos, em processos lentos, longos e ritualizados”(ABDALA,1997:127) esse processo perpassa questões relacionadas a tabus, o que se come com determinado alimento, horários, comidas reimosas⁷, até a questão delicada da escassez ou carestia excessiva das provisões, surgindo a necessidade de estocar os alimentos já preparados.

Bariani Ortencio (1997:17) aponta também uma direção para o surgimento da cozinha goiana, para ele os bandeirantes tiveram grande contribuição no modo como desbravavam as terras fazendo assentamentos, plantando determinados tipos de alimentos e o que levavam como mantimentos durante as longas viagens determinaram o gosto goiano por carnes secas e nas latas, essa forma de conservar a carne nas latas, chegou ao Brasil junto com os portugueses, e foi muito usada nos tempos de colonização.

Ambas as cozinhas, mineira e goiana estão entrelaçadas, não se sabe onde começa uma e termina a outra. Sabe-se que ambas estão presentes nas festas de Congadas em Goiânia, e ainda há muito o que observar e pontuar acerca disso.

Resultados e considerações finais

Quando adentrei em campo imaginei encontrar uma comida bastante ritualizada, e um cardápio histórico, o que encontrei foi diferente, o que me levou para outros horizontes. A comida é feita segundo as doações, embora na João Vaz se faça questão de ter almôndegas o que consiste uma tradição, os demais itens do cardápio consiste em arroz, macarrão, frango ao molho, carne de panela, ou almôndegas, saladas e frutas como sobremesa, ou seja, não é um cardápio de festa, o que o transforma em um cardápio de

⁷ “A reima não é definida, mas percebida em função de características do alimento, de sua relação com o organismo, de estados desse organismo e do processo culinário. Normalmente o alimento reimoso é considerado prejudicial à saúde”(ABDALA, 1997:122)



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

festas é a quantidade e os quesitos de a comida estar sempre quente e fresca para cada terno que se aproximar da mesa. Esse é apenas um resumo do primeiro capítulo

Referências

ABDALA, Mônica Chaves. Saberes e sabores: tradições culturais populares do interior de Minas Gerais. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, jan./jun. 2011, p. 125-158.

_____. **Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro.** Uberlândia, EDUFU, 1997.

BERNADO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo.** EDUC; Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Carlos Oliveira, **A Festa do Santo de Preto.** Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto nacional do Folclore; Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1985.

_____. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás.** Goiânia, Editora da UFG, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil.** Livros Técnicos e Científicos. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, 1977.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo.** Tese de Doutorado em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2009

DAMASCENA, Adriane Álvaro. **Os Jovens, a congada e a cidade: percursos e identidades de jovens congadeiros em Goiânia, Goiás.** Tese de Doutorado em Geografia. Goiânia, UFG, 2012.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória; o Reinado do Rosário no Jatobá.** São Paulo, Perspectiva/Belo Horizonte, Mazza Edições, 1997.

MOLINA, Suely Ferreira Lopes. Sobre comidas e o ato de comer em Goiás: uma reflexão acerca da goianidade. In: RIBEIRO, Paulo R. e CHAUL, Nasr Fayad (org.) **Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia, Editora da UCG, 2001, p. 125-142.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas.** Ano 8, v. 2. Santa Catarina: Janeiro, 2000, p. 9-41

ORTÊNCIO, Bariani. **Cozinha Goiana: estudo e receituário.** Goiânia, Eldorado, 1997. 3ª. ed.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila M. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42.

RAMOS, Artur. Notas sobre a culinária negro-brasileira. In. CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 85-88.

STRATHERN, Ann Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. São Paulo: Cosac & Naify, 2014

VECA, Alberto. Imagens da alimentação na arte moderna. In: MONTANARI, Massimo (org.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO)

Talita Cabral Machado¹

Introdução e objetivo

Este artigo é um resultado parcial da Tese de doutorado em Geografia, ainda em construção.

Entendemos que as relações das mulheres e dos homens com os lugares são diferenciadas. As diferenças se constroem a partir de um conjunto de ideias e papéis específicos e hierarquicamente desiguais estabelecidos às mulheres e aos homens, resultando na opressão das mulheres em diferentes lugares e tempos.

Podemos constatar estas diferenças no espaço urbano, que segundo Liz Bondi (1992), possui em sua distribuição funcional da paisagem, uma dominância da perspectiva masculina. Para ela, através de um planejamento funcionalista e racionalista, o espaço urbano aprisiona as mulheres em certos lugares, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. A separação das áreas residenciais, comerciais e indústrias, dificultam ou impossibilitam o deslocamento das mulheres na cidade.

Num contexto de aprisionamento, as mulheres lutam e resistem cotidianamente. É quando observados os espaços de lutas e resistências, para Gillian Rose (1993), que a visibilidade no espaço pelas mulheres se dá. Este trabalho parte de mulheres que se afirmam feministas, que participam ou já participaram de grupos dos movimentos feministas em Goiânia e/ou Goiás. O **objetivo** é compreender processos de apropriação do espaço urbano de Goiânia realizado por diferentes mulheres militantes feministas.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada utiliza-se das narrativas de lideranças feministas e de processos de mapeamento. A primeira consiste na análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com as feministas. Numa tentativa de contribuir para as reflexões geográficas sobre espaço e gênero, foram escolhidas para as entrevistas mulheres militantes feministas,

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

que além de experienciar o “ser mulher”, também questionam, diariamente, as relações de gênero, de classe, raciais etc.

Foram entrevistadas oito mulheres, sete residiam em Goiânia e uma no município de Trindade (vizinho à Goiânia) que diariamente se deslocava à capital. Cinco mulheres tinham entre 24-32 anos de idade e três entre 48-53 anos. Considera-se jovem o primeiro grupo de faixa etária, devido às semelhanças de atuação entre as militantes e às distâncias de idade entre elas serem menores que em relação ao segundo grupo, ainda que, para determinados agentes, o período da juventude se estenda entre 15 e 29 anos. Os nomes das entrevistadas são fictícios.

A escolha das entrevistadas se deu após a participação em eventos, manifestações e conversas com feministas em Goiânia. Elas nos ajudaram a selecionar mulheres que consideravam muito importantes para a construção e continuação dos movimentos feministas em Goiânia e Goiás.

Por último, foram mapeadas as espacializações importantes para os processos de apropriação feminista em Goiânia presentes nas falas e nas vivências das militantes entrevistadas, como sedes de entidade, locais de ocupação, locais de encontros, de manifestações, locais estratégicos para futuras ocupações etc. O mapa final representa um verdadeiro mosaico de representações espaciais de Goiânia segundo as experiências vividas pelas mulheres.

Resultados

A insegurança sentida pelas mulheres ao andarem nas ruas devido à existência de áreas “vazias” em determinados horários do dia, resultado de um zoneamento que divide as áreas comerciais, residenciais, etc., consiste em um dos fatores que limitam seu deslocamento na cidade.

O centro de Goiânia, no período da noite, é visto como um lugar “escuro”, “vazio” e “perigoso” para as mulheres. Apenas bares (frequentados quase exclusivamente por homens) ficam abertos depois das 22h. As mulheres que estudam e trabalham a noite neste local, ao voltarem para casa (utilizando carro, moto ou ônibus) sentem-se inseguras e amedrontadas pelo risco, principalmente, de estupro e assalto. A cidade à noite “não é para ser das mulheres”, principalmente para aquelas que utilizam o transporte público. Este é um



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

dos fatores que fazem com que a mulher fique “prisioneira” na cidade, transitando, majoritariamente, apenas entre o seu local de trabalho e a sua casa.

A área central da cidade de Goiânia é vista pelas militantes feministas como uma zona estratégica para evidenciar suas identidades entre elas mesmas e aos demais. Ocupar os espaços centrais da cidade de forma coletiva, durante o dia e a noite, para elas, possuem diferentes objetivos. Durante o dia, o objetivo é evidenciar a luta, torná-la mais visível à população e à mídia. Já durante a noite, o intuito é mudar a ideia de um centro “não para as mulheres”, é ocupá-lo para torná-lo local para todas ao frequentarem bares e se deslocarem em grupo naquele local. Esta ação é realizada principalmente pelas mulheres entrevistadas lésbicas e mais jovens.

Durante muito tempo, as organizações de mulheres nas cidades, eram vistas pelos estudiosos urbanos, como algo não importante, devido ao seu caráter “doméstico” e privado. Estes pesquisadores despolitizavam a esfera do doméstico, colocando-o fora do urbano. Era como se as lutas das mulheres não estivessem entre as ações que mudaram e mudam a sociedade.

As várias lutas das mulheres se dão em busca da conquista de uma nova forma de “estar no espaço urbano”, tanto doméstico como privado. Os espaços de protestos na cidade fazem as mulheres sentirem e refletirem diretamente a opressão. A luta delas é diária e estrategicamente localizada. Neste sentido, os espaços “conquistados” para além do doméstico, constituídos como espaços alternativos, ajudam a criar novas formas de relações de gênero.

Apesar do aprisionamento comum de todas as mulheres na cidade, existem diferenças entre elas na forma de vivenciá-lo. As mulheres negras são aprisionadas de forma diferente das brancas, assim como as lésbicas das heterossexuais, as de classe alta das mulheres pobres e as mulheres de diferentes idades.

A ocupação dos espaços públicos de Goiânia, principalmente no período da noite, é visto pelas mulheres como um ato revolucionário e perigoso. Significa uma forma de transgredir o local dado a elas na cidade, num intuito de que futuramente estes espaços pertençam também às mulheres. Nas falas, observou-se a presença do medo e a preocupação em tomar todos os cuidados necessários. Aí está a importância do espaço nas



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ações coletivas das militantes, ações materializadas na presença destas mulheres guerreiras em locais estratégicos nas cidades.

Pensar espacialmente as ações das militantes nos permite compreender como elas buscam transformar o urbano e transgredir ao que diz bell hooks: “nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Eles devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Eles não podem demorar-se ou ficar.” (2009, p.143). Esta triste lógica urbana que aprisiona às mulheres, é vista pelas feminista em Goiânia como algo a ser desconstruído. Esta preocupação faz parte das pautas estratégicas de ocupações estabelecidas pelos grupos os quais as feministas participam, assim como nas suas ações individuais cotidianas (que muitas vezes são realizadas também coletivamente), como por exemplo, nos momentos de lazer.

Nesta pesquisa, percebeu-se em Goiânia uma preocupação espacial nas ações das mulheres feministas, principalmente, as mais jovens e lésbicas, no sentido de transformação do espaço urbano. Elas lutam contra a violência à mulher de forma cotidiana e coletiva para além da construção de leis, mas ocupando os espaços na cidade.

No contexto dos “novos movimentos sociais” surgidos entre os anos 1970 e 1990, pode-se dizer que os movimentos feministas em Goiás (Brasil) surgem nos anos de 1980 com a formação de entidades de mulheres em Goiânia, a exemplo do Grupo Eva de Novo (1981), Centro Popular da Mulher em Goiás (1985) e Grupo Transas do Corpo (1987), e, posteriormente, mulheres negras criam suas organizações no final dos anos 1990 e início da década de 2000: Associação Pérola Negra (1993), Malunga (1999) e Dandara no Cerrado (2002).

Os grupos dos movimentos feministas não são só complexos em suas formações, estruturas, debates, ações, mas também em suas inter-relações com outras mulheres e coletivos. Os grupos são plurais como as relações e as construções das identidades das mulheres que participam deles. Eles são agrupamentos de mulheres feministas, que com suas intersecções e diferenças identitárias se relacionam para construir a si mesmas e ações que interfiram na construção de outras mulheres e que possibilitem a luta por reconhecimento.

As formas de participações feministas das entrevistadas - que atuam também em outras redes temáticas, como principalmente na questão LGBT, racial, estudantil, sindicato -



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

representam a grande complexidade das suas atuações no espaço urbano, assim como as suas espacializações.

Durante as entrevistas, foram mencionados pelas mulheres os pontos/lugares nas cidade que elas consideravam importantes para as lutas e visibilizações das ações. A **Figura 1** representa o mapeamento desses pontos.

O centro da cidade foi destacado por todas as entrevistadas. Os locais mais importantes para visibilização das lutas, levantados por todas, foram: a Praça Cívica, a Praça Universitária e a Praça dos Bandeirantes. Locais onde historicamente, por serem de grande circulação e terem sempre a presença da mídia, concentraram as manifestações feministas. O Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, situado na Praça Universitária, foi dito, por todas, como um local importante para as reuniões.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

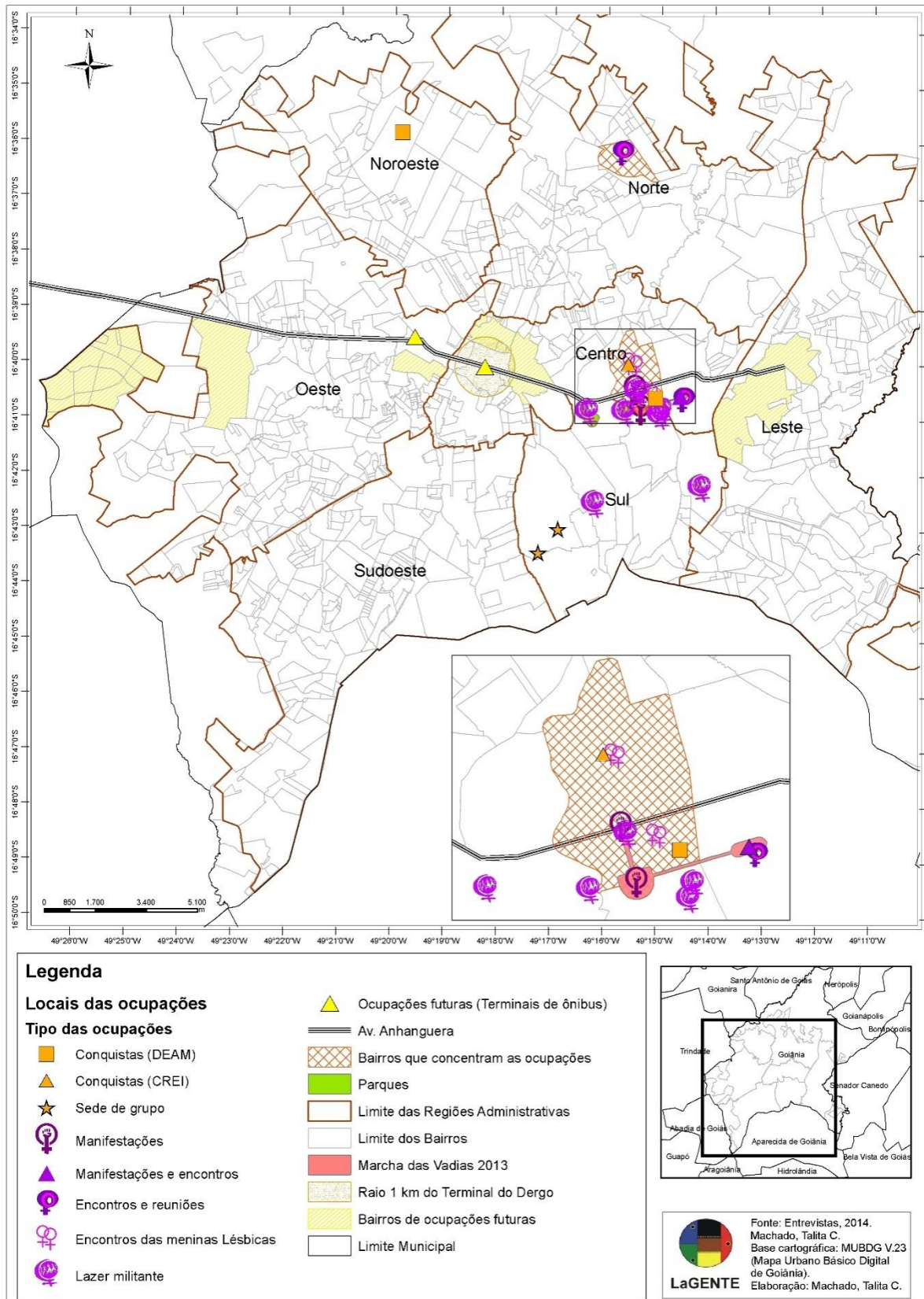


Figura 1. As apropriações feministas em Goiânia-GO, Brasil (2014).

Fonte: Entrevistas, 2014. Machado, Talita C.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A Rua oito no Setor Central, conhecida também como Rua do Lazer, apareceu nas falas das feministas que tinham entre 48-53 anos de idade. Esse local foi intensamente ocupado por elas, principalmente na década de 1980:

A Rua 08 que é a Rua do Lazer, que já era na década de oitenta. (...) A gente fazia ali umas coisas interagindo com o público e fazíamos também nas feiras quando elas começaram a acontecer, a feira da lua e do sol e Praça Cívica. (Sol)

Durante muitos anos nós ocupamos a Rua 08, que era chamada Rua do Lazer. Aquele espaço ali era um local que tinha um grupo chamado Ipê Rosa e eu não sei como está a situação do grupo que é um grupo LGBTT. E ele usava muito aqueles predinhos de lá na Rua 08, entre a Rua 03 e a Avenida Goiás. (...) O primeiro de dezembro que era o dia internacional de combate a AIDS, sempre era na Rua do Lazer (...). E durante muitos anos, aconteceram muitas coisas lá. (Lua)

As mulheres lésbicas e bissexuais mencionaram o Bar da Rua 18 e o Mercado da Rua 74 no Setor Central, como locais importante de lazer para a ocupação coletiva das mulheres:

A gente fez uma das festas no mercado da 74, que é um lugar conhecido pelo público gay, LGBTT e lésbicas e tal, mas nunca tinha tido uma ação. Aí a gente ocupou e colocou bandeira e faixa e porque lá a gente tinha essa discussão de mostrar que a gente vive nos espaços e a gente precisa de respeito e isso é importante. (Marte)

Locais apontados como importantes para ocupação, principalmente pelas militantes que tinham entre 24-32 anos, foram os parques ambientais da região central e sul da cidade, como o Bosque dos Buritis (Setor Oeste), o Parque Vaca Brava (Setor Bueno), o Parque Lagoa das Rosas (Setor Oeste) e o Parque Flamboyant (Jardim Goiás). Neles ocorrem os piqueniques e as trocas feministas. Estes são lugares com grande circulação nos finais de semana e onde vivem muitas pessoas com poder aquisitivo alto. O movimento global “um bilhão que se ergue”, contra a violência sexual, foi realizado no Parque Vaca Brava. Vênus explica como ocorreu a escolha e o protesto no local:

Quando as meninas fizeram aquele movimento um bilhão de que se ergue. Eu participei dessa reunião e pensou muito onde seria. Uma proposta era fazer no Vaca Brava. Aí muita gente disse que o Vaca Brava é lugar elitizado e não adianta fazer coisas nesses lugares elitizados, entre aspas ou não, as mulheres que moram por lá elas teria mais possibilidades de ter acesso a essas informações de violência contra a mulher e saber mais sobre os seus direitos. Claro, que às vezes é uma ilusão nossa de achar que uma pessoa de uma determinada classe teria mais possibilidade de gerenciar sua vida nesse sentido com relação a um situação de violência no ambiente doméstico, por exemplo, mas muita gente disse – Não vamos fazer lá não porque é muito elitizado. É um lugar onde as pessoas, entre aspas, não precisem mais. - Foi cogitado fazer no terminal Padre Pelágio e daria uma visibilidade. A ideia era exatamente essa, provocar e trazer visibilidade. Só que o que ganhou nessa época lá nessa reunião foi fazer no Vaca Brava mesmo. E muita gente que foi lá no dia disse – Gente, a gente lá era assim animais raros. Porque as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

peessoas ricas passavam e olhavam e diziam – Gente, o que é isso? Que povo esquisito! (Vênus)

Os parques, apesar de serem vistos como essenciais para as ocupações feministas, ainda não se destacavam como locais mais importantes para as manifestações, como são os pontos já mencionados no centro da cidade.

Na região norte da cidade, o local dito como essencial para as reuniões e encontros de alguns grupos feministas foi o Campus 2 da Universidade Federal de Goiás.

Os locais constituídos através das lutas feministas em Goiânia, também foram mencionados, principalmente pelas mulheres entre 48-53 anos de idade que participaram destas conquistas, como o Centro de Referência da Igualdade (CREI) da SEMIRA, o Centro de Valorização da Mulher – CEVAM² e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM).

As sedes do grupo de mulheres negras Malunga e Dandaras do Cerrado, foram trazidas pelas entrevistadas como locais de referências feministas nos bairros onde se localizavam. As antigas sedes do grupo Transas do Corpo³ também foram lembradas pelas mulheres. Outros locais mencionados pelas feministas, mas não mapeados, foram as casa das militantes, vistos como locais importantes para reuniões e encontros.

Nas entrevistas, o Terminal Dergo, região central, foi trazido como local importante para as futuras atuações dos movimentos feministas. Numa tentativa de expandir os locais de manifestações para além do centro, o Terminal e a área ao seu redor foram trazidos como lugares “problemáticos” no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade e necessitavam de uma importante atuação do movimento. Como podemos observar na fala a seguir:

A gente teve um problema recentemente com as profissionais do sexo e comerciantes daquele pedaço lá. E a gente teve que fazer uma intervenção, porque a polícia chegou no quebra-quebra, Digo assim, o movimento de mulheres e direitos humanos, em prol de acudi as prostitutas e travestis que estavam trabalhando. Nada mais do que isso, mas aí vinham outras questões envolvendo a construção de um shopping e isso agora no início do ano em janeiro. Teve quebra-quebra e derrubaram coisas e bateram em gente e em mulher grávida. (...) Tem depoimentos, mas a gente conseguiu mudar a comandante, tirar a comandante

² Mesmo que o CEVAM em Goiânia não obedeça às normativas de uma casa abrigo - de não poder divulgar o seu endereço por uma questão de segurança de quem abriga - preferiu-se aqui não mapeá-lo.

³ Primeiro, a sede era na Avenida Anhanguera (Setor Central), depois foi para a Rua 08 (Setor Central), em seguida para a Rua 137 (Setor Marista Marista), para o bairro Parque Amazônia e por último, para o bairro Vila Nova. Em 2014 o grupo estava sem sede e os encontros eram realizados nas casas das integrantes.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

daquela região. A gente conseguiu afastar e botar uma pessoa mais sensível (...). Enfim, foi de janeiro até o meio do ano em junho, inclusive vai ter reunião do grupo de trabalho lá. O GT Dergo. A gente criou o grupo de trabalho. (...) O Cevam participa. A gente criou nesse processo, a Associação das Mulheres Trabalhadoras do Sexo naquela região. (Lua).

A “periferização” dos movimentos feministas foi trazida com mais ênfase por algumas mulheres do que por outras. E está sendo pensada como um dos objetivos das ocupações futuras. Para todas as entrevistadas, as conquistas devem avançar para a periferia de Goiânia. Apesar da violência contra as mulheres estar em todos os lugares, elas acreditam que os movimentos feministas devem priorizar agora as moradoras da periferia. Marte problematiza a nova estratégia dos movimentos feministas em pensar localmente as ações e manifestações, assim como novas escolhas de lugares para reuniões dos grupos:

Tem foco no Dergo de prostituição, de tráfico (...). Daí descobriu a morte de mulheres, tem a morte das travestis, espancamento, etc., mas como a gente sabe disso, mais ou menos, as meninas acham que é mais a região do Dergo e que tem lugares que não entra, por exemplo, aquelas periferias todas porque elas não moram, elas não conhecem e por isso não tem as ações. Aí elas não veem isso em outros estados e eu acho que é a mesma coisa. (...). Tem algumas meninas que eu conheço que são do nordeste, aí elas falam que as reuniões lá também são assim como as nossas, são feitas perto da universidade ou nos centros onde elas consideram neutros de perigos. Só que elas moram a três horas ou quatro horas dos lugares como eu moro. Aí é difícil fazer reuniões nesses lugares para elas, é difícil o acesso. Então, falta a gente escolher um lugar neutro e seguro, mas aí não dá para todo mundo e agora que a gente está começando a falar sobre isso. Mas assim a gente está tentando mudar, tanto elas lá estão fazendo essa discussão, como a gente aqui. (Marte)

Os bairros Jardim do Cerrado 1 ao 11, Residencial Mundo Novo 1 ao 3, Conjunto Vera Cruz, Setor São José, Vila São José Extensão, Conjunto Padre Pelágio, Setor Campinas, Bairro São Francisco e Jardim Novo Mundo e o Terminal Padre Pélágio, destacados na Figura 1, foram mencionados pelas mulheres como estratégicos para ocupações futuras dos movimentos feministas. Nestes bairros a população é majoritariamente negra e possui rendimentos baixos (Censo 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estes bairros foram trazidos pelas militantes que moram, trabalham ou passam/transitam diariamente neles.

Após as entrevistas, ocorreu no dia 20 de dezembro de 2014, a terceira Marcha das Vadias (agora Marcha das Libertas) em Goiânia e pela primeira vez o local escolhido para a concentração foi o Terminal Dergo. Isso demonstra o processo que passa os movimentos



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

feministas da cidade, em pensar espacialmente e estrategicamente outros locais para as ações e conquistas do espaço urbano.

Considerações finais

Quando cartografamos os locais onde ocorrem as apropriações, não queremos dizer que os sujeitos percorrem ou estão no espaço, mas sim que esses sujeitos tornam-se componentes do espaço. E esse movimento o transforma. Existir é importante a partir da construção estratégica de espacialidades e espacializações. E isso envolve a ação, que envolve a luta por reconhecimento.

As mulheres não só constroem o espaço urbano através de suas presenças nos lugares, mas que elas se apropriam deles, para então se construírem - as suas identidades - e assim, se tornarem componentes daquele lugar. Elas se apropriam do espaço a partir de suas ações de reconhecimento nos lugares.

O trabalho possibilitou mostrar que o espaço urbano visto até então como masculino e aprisionador das mulheres, é também construído diariamente pelas apropriações feministas, o que possibilita aos(as) geógrafos(as) estabelecer “outras” cartografias urbanas.

Referências

BONDI, Liz . Gender symbols and urban landscapes. In: **Progress in Human Geography**, Vol. 16, 1992, p. 157-170.

HOOKS, bell. A place where the soul can rest. In: _____. **Belonging: a Culture of Place**. New York/London, Routledge, 2009, p. 143-152.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Trabalhando com gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria¹

Introdução

Apresentamos, no presente trabalho, os resultados obtidos com a realização do trabalho de conclusão de curso *Análise das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia*(FARIA, 2016) desenvolvido no período letivo de 2015 na graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob orientação do prof^o Dr. Alex Ratts. Trata-se da presença dos temas referentes a gênero e sexualidade nas disciplinas dos cursos de Geografia.

O objeto da nossa análise são as disciplinas que, de acordo com suas respectivas ementas e objetivos, aspiram trazer aos cursos de formação inicial de professores um aprofundamento da temática. As disciplinas tiveram como objetivos identificar e analisar os conhecimentos mobilizados pelos docentes quanto às temáticas relacionadas a gênero e sexualidade. Paralelamente, pretendíamos entender a concepção teórica dos autores e autoras nas abordagens destes temas em relação à importância e influência do espaço escolar, visto que este espaço se compromete para formação de cidadãos e cidadãs.

As reflexões que tenho realizado sobre a relevância do gênero e sexualidade, na formação inicial de professores, vêm me acompanhado desde minha atuação como professor da Rede Estadual de Educação (REE) de Goiânia. Nessa experiência, percebi o silêncio existente em torno das discussões dos estereótipos de gênero na escola, resultando na intolerância para com aqueles e aquelas que não são vistos como “normais”, ou seja, nos supostos padrões da heteronormatividade.

Processo que se atua de duas maneiras: primeiro impondo um determinado tipo de cultura como sendo o único tipo válido; segundo, essa imposição é velada. Sendo assim, essa norma passa pelas pessoas não como uma imposição, e sim, como algo natural, inclusive em

¹Graduando em licenciatura em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

relação à sexualidade (FACCO, 2011, p. 26). Isso porquê a heterossexualidade é compulsória, já que é vista pela sociedade como a forma legítima de orientação sexual. Todas as outras seriam, no entanto, uma fuga ao normal.

Diante dessa constatação, cabe investigar se o ensino na formação de professores e professoras de Geografia busca atender as demandas sociais, colaborando em reflexões num momento em que a educação e seu currículo se encontra em debate. A geografia, uma ciência cujo compromisso com a compreensão da diferenciação espacial e com seus mecanismos de exclusão, promove pela capacidade de problematizar o espaço dentro de suas particularidades, a discussão da pluralidade de relações socioespaciais.

No entanto, quais disciplinas do curso de Geografia tratam e discutem sobre gênero e sexualidade? Em que medida a omissão ou falta de orientação destes temas na graduação ocasiona na perpetuação da discriminação e pré-conceitos no espaço escolar?

Será com base nessas inquietações que o presente artigo se constrói, principalmente no que tange à discussão na academia ligada às questões de gênero e sexualidade.

Objetivos

Identificar disciplinas nos cursos de Geografia que tratam de gênero e/ou sexualidade.

Analisar como os docentes têm atuado em seus respectivos campos para consolidação das disciplinas.

Verificar quais são as concepções teórica dos autores e das autoras quanto às questões face à diversidade de gênero e sexualidade.

Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa foi realizada utilizando-se do método qualitativo e dos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A primeira diz respeito à leitura de autoras e autores que tratam do tema na ciência Geográfica e áreas afins. A segunda consiste no levantamento dos currículos de alguns cursos de Geografia e de planos de ensino de algumas disciplinas relativas ao tema da pesquisa.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Estas disciplinas são selecionadas a partir da rede² de docentes ligada ao Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG). Identificando os Campus e coletando dados por meio de e-mails dos e das responsáveis das disciplinas, outros com busca *online* nos sites das instituições, em que se procurou conhecer as propostas nas universidades públicas de qual tem sido o tratamento de gênero e/ou sexualidade, anotando e compreendendo quais orientações existem para a formação inicial de docentes.

Resultados

Questionando o espaço escolar e sua prática, Lúcia Facco (2011) afirma que a escola como microuniverso social, vai reproduzir, em geral, todas as relações sociais, inclusive as práticas de discriminação. Essa prática costuma estar segundo a autora nas “entrelinhas” dos discursos, nas rotinas, nos costumes, perpetuando nas relações sociais por meio da tática silenciosa, que faz com que esses processos pareçam naturais.

Segundo a autora a escola é homofóbica, no momento em que não reconhece o desejo sexual entre pessoas do mesmo sexo, formando cidadãos e cidadãs que reiteram a homofobia, chamando atenção ao currículo. Tradicional, transmissor do saber e poder hegemônico, o currículo deve estar em pauta desenvolvendo novas percepções, novas possibilidades de ser e de viver, desvencilhando preconceitos.

No diálogo da escola e do currículo, Cláudia Santos (2011) também alega o papel da escola como reprodutora de uma determinada ideologia que atende os grupos que se encontram no poder. Criada na função social de criar limites e não favorecer a permeabilidade das fronteiras, a escola busca constituir relações permeáveis entre as instituições e os atores que delas participam.

Etnia, gênero, sexualidade, ideologia, visão de mundo, são algumas das categorias apontadas pela autora que deveriam ser abordadas pelos professores e professoras em sala de aula, mas o que ocorre é

²A rede se refere aos acadêmicos de graduação e pós-graduação que tem pesquisas e orientação vinculados ao Laboratório e ao coordenador Prof. Alex Ratts.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

[...] uma fragilidade da formação inicial dos professores para lidar com essas variantes do currículo [...] tanto a formação inicial como a continuada dos docentes deixam uma lacuna enorme no que tange à relação entre as teorias e as práticas e, sobretudo, o atendimento às subjetividades [...]” (SANTOS, 2011, p. 36).

Nesse sentido, é preciso entender em que medida a formação de professores tem proporcionado os profissionais da educação o conhecimento sobre as questões de gênero e sexualidade. Na sala de aula, será indispensável que se conheça a história das diversas etnias e suas condições socioeconômicas no Brasil, os processos de preconceito e exclusão de mulheres, negros, homossexuais, travestis e demais excluídos. Dessa forma, Paula e Nascimento (2013) reforçam que:

Por isso, é importante, que, além dos cursos de especialização, também a graduação capacite os futuros docentes juntos a estas temáticas para que o futuro professor seja capaz de estabelecer uma postura idônea e democrática junto à diversidade étnica, de gênero e sexual, que irá encontrar em sua prática cotidiana. (p.53)

A iniciativa em pesquisar as disciplinas partiu da necessidade de comprovar a existência no currículo de Geografia o tratamento dos temas de gênero e sexualidade. Identificamos e buscamos compreender suas dinâmicas, considerando os aspectos social, cultural e político, partindo da hipótese de que há algum movimento acadêmico em torno dessas questões e não um silêncio total como em tempos anteriores citados por autores e autoras.

Apoiado nas ementas das disciplinas apresentadas no quadro (01) a seguir, de sete unidades do curso de Geografia-Licenciatura é que promovo o debate de como tem sido realizado as discussões desses temas, sendo elas: Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Estadual de Goiás (UEG)-Campus Anápolis, Itapuranga, Pires do Rio, Quirinópolis; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Quadro 1: Descrição das Instituições, disciplinas e ementas que abordam gênero e sexualidade na formação inicial de professores/as.

IES	Disciplinas	Ementas
UFG	Geografia, sujeito e cultura	Espaço e poder. Espaço e diferença. Sujeito e consciência do espaço. Espaço, diversidade e movimentos sociais. Movimentos sociais de base territorial (rural e urbana), étnico-racial, de gênero, de condição social, faixa etária e orientação sexual.
UEPG	Geografia e diversidades: gênero, sexualidade e raça/etnia	Movimentos sociais e ciência; avanço conceitual das diversidades no Campo da geografia; espaço e múltiplas identidades; classe, gênero, sexualidade, raça/etnia; inserção de categorias identitárias e dinâmicas espaciais; espaço, poder e resistências.
UEPG	Geografia Urbana II	O espaço intra-urbano: divisão social, econômica e funcional; Processos sociais e formas espaciais do urbano; Os agentes produtores e consumidores do espaço urbano; Movimentos Sociais Urbanos; Urbano, Gênero e Sexualidades.
UNIR	Geografia e Gênero	Geografia e Gênero e seus conceitos. Novas Espacialidades a partir das Relações Sociais de Gênero. As contribuições das Geografias Feministas para Ciência Geográfica. Dinâmicas nas Relações Sociais de Gênero nas políticas públicas, no Mercado de Trabalho, nas Comunicações, na Religião. Empoderamento das Mulheres. Gênero e Geração nos espaços urbanos e rurais.
UEG-Itapuranga-Letras	Cidadania, diversidade e direitos humanos	Diversidade: cultura, gênero, etnia, raça e desigualdade social. Noções sobre a formação da cultura brasileira. Relações etnicorraciais. Respeito e valorização das formas culturais, sociais e individuais. Cidadania: concepções, garantias e práticas. Estado democrático de Direitos, democracias, movimentos sociais e cidadania. Constitucionalismo e direitos: concepção, violações, promoção, defesa e garantias. Evolução do conceito: dos direitos de liberdade ao planetário e a sustentabilidade socioambiental.
UEG-Itapuranga-Geografia	Didática e Prática Docente em Geografia II	A prática reflexiva no Ensino de Geografia. As metodologias para o Ensino de Geografia na Educação Básica. Orientações para planejamento e desenvolvimento de aulas e de projetos nas escolas campo, com acompanhamento do professor- supervisor.
UEG-Quirinópolis	Diversidade, Cidadania e Direitos	Diversidade: cultura, gênero, etnia, raça e desigualdades sociais. Noções sobre formação da cultura brasileira. Relações étnico-raciais. Respeito e valorização das diferenças culturais, sociais e individuais. Cidadania: concepções, garantias e práticas. Estado Democrático de Direito, democracia, movimentos sociais e cidadania. Constitucionalismo e Direitos: concepções, violações, promoção, defesa e garantias. Evolução do conceito: dos direitos de liberdade ao direito planetário e à sustentabilidade socioambiental.
UEG-Anápolis e Pires do Rio	Geografia Cultural	Gênese e evolução da Geografia Cultural. As possibilidades de leitura da cultura pela geografia: o lugar, a paisagem e o território. A questão das identidades sócio-territoriais, as relações de poder que lhes são inerentes e as dimensões do global e do local no seu processo de constituição. Temas possíveis e propostas metodológicas de leitura da cultura pelo espaço e no espaço. Os estudos culturais e as perspectivas multiculturalistas no ensino de geografia.

Fonte: Levantamento pessoal. FARIA, 2015.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Tendo por referência o diálogo com alguns/as professores/as via *email*, algumas informações sobre o currículo do curso e da disciplina foram repassadas, atendendo a uma das solicitações sobre a existência da atuação e vigência do material disposto. Procurei conhecer e compreender o trabalho desenvolvido por cada campus, os objetivos para implementação, realização e manutenção de tais disciplinas sobre gênero e sexualidade na graduação.

Assim, apresentamos, no quadro abaixo (02), os objetivos dos planos de ensino ao qual foram encaminhados pelas professoras e pelos professores, e a seguir analisamos as propostas e ações de cada campus ou unidade de acordo com as informações disponibilizadas:

Quadro 2: Descrição dos objetivos geral do plano de ensino disponibilizado pelos/as docentes

Instituições	Objetivos
UFG	Discutir a relação entre geografia, sujeito e cidadania. Abordar a formação, diversidade e organização dos movimentos sociais, especialmente em sua dimensão espacial.
UNIR	Possibilitar um aprofundamento da temática – Geografia e Gênero - a fim de que todos e todas se sintam cada vez mais capazes de compreender as contribuições das Geografias Feministas na Ciência Geográfica;
UEG-Itapuranga-letras	Apresentar elementos teóricos e discussões que abarquem as políticas sobre a diversidade de gênero, diversidade sexual, raça/etnia como fundamentos dos chamados direitos humanos.
UEG-Itapuranga-Geografia	Compreender os aportes teórico-metodológicos da didática que contribuem para prática docente no Ensino de Geografia. Desenvolver competências e habilidades necessárias à prática docente no Ensino de Geografia; Identificar caminhos para o Ensino de Geografia a partir da diversidade.

Fonte: Levantamento pessoal. FARIA, 2015.

A disciplina optativa *Geografia, sujeito e cultura* da UFG, é segundo o Prof. Dr. Alex Ratts uma proposta de 2005, que busca discutir a partir do objeto da geografia, o espaço, as diversidades etnicorracial, de gênero, de condição social, faixa etária e orientação sexual. Essa disciplina estava integrada no conjunto ofertado no período de férias/recesso do curso de geografia.

Na UEPG, de acordo com o Prof. Dr. Marcio Ornat no currículo 4³ do curso a disciplina chamada *Geografia e diversidades: gênero, sexualidade e raça/etnia* era obrigatória. Por meio dos movimentos sociais estabelece um diálogo com o espaço, poder, classe, gênero e

³Currículo pleno do curso superior de graduação; Grade de formação.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sexualidade. Contudo, na reforma curricular esta disciplina foi transformada em diversificação e aprofundamento, ou seja, disciplina eletiva, que são escolhidas pelo acadêmico dentre as disciplinas ofertadas nos demais currículos dos cursos superiores, a título de complementação da carga horária exigida pelo curso. Mas, as discussões também passaram a fazer parte de forma obrigatória, da ementa de *Geografia Urbana* no currículo 5, agora analisando onde e como os gêneros e as sexualidades utilizam o espaço urbano.

A Prof^ª Dr.^ª Maria das Graças Silva Nascimento e Silva, docente da UNIR, enviou o plano de ensino sobre a disciplina *Geografia e gênero* e, mesmo sem maiores informações, algumas considerações podem ser feitas quanto ao objetivo geral. Ao possibilitar aos graduandos e graduandas por meio das leituras e discussões um aprofundamento da temática, a intenção é de apresentar e discutir com discentes as produções científicas do pensamento feminista na ciência geográfica. Desse modo, pretende-se que todos e todas se sintam cada vez mais capazes de compreender a dinâmica do espaço em meio às análises de gênero, para que quando estiverem em sala de aula, introduzam o questionamento de gênero na geografia e nos estudos críticos.

Na UEG-Itapuranga temos além da disciplina obrigatória referente ao curso de Geografia, *Didática e Prática Docente em Geografia II*, uma do curso de Letras, *Cidadania, diversidade e direitos humanos*. A inclusão dessa disciplina na pesquisa se deve a Prof.^ªDr.^ª Lorena Souza, colaboradora do LaGENTE, que desenvolve sua prática docente com base em suas pesquisas desenvolvidas na graduação e pós-graduação. Na disciplina do curso de geografia, fica bem claro como uma formação alicerçada no discurso da diversidade contribui para uma prática docente com os mesmos princípios, pois em muitos casos a discussão de gênero e sexualidade fica ausente das disciplinas competentes à formação de professores. Como professora da disciplina *Didática e prática docente em Geografia*, Lorena Souza afirma tratar desta demanda, apresentada no quadro dos objetivos, onde procura identificar caminhos para o ensino de Geografia a partir da diversidade.

De acordo a referida professora no ano letivo de 2015 ela havia ministrado a disciplina *Cidadania, diversidade e direitos humanos* no curso de Letras. Porém, a partir do ano de 2016, a mesma se estenderá aos demais cursos, por ser disciplina de núcleo comum. Antes da existência desta disciplina, Lorena Souza alega não haver nada que formalizasse no currículo o tratamento da "diversidade" na graduação em Geografia, portanto, a disciplina



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Cidadania, diversidade e direitos humanos foi um avanço para a realidade das UEGs de acordo com a professora.

As unidades de Anápolis e Pires do Rio da UEG ofertam a disciplina *Geografia Cultural*, trabalhando com as identidades socioterritoriais, as relações de poder que lhes são inerentes e as dimensões do global e do local, possibilitam a interpretação da cultura pela geografia, abordando os conceitos de lugar, paisagem e o território. De acordo com a ementa, os estudos têm perspectiva instrutiva no ensino de geografia cultural.

Considerações finais

Disciplinas que versam sobre gênero e sexualidades como componente do currículo acadêmico, tem suma importância na dissolução de tabus, preconceitos e práticas discriminatórias. A pesquisa sobre as disciplinas do curso de geografia que abordam os temas referentes a gênero e sexualidade na formação inicial de professores, demonstrou que existem no campo acadêmico possibilidades de discussão. Contribuições do campo da chamada geografia feminista para o campo da geografia cultural durante os anos 90, período mais fértil no desenvolvimento da perspectiva feminina na geografia, questionaram as intensas relações de poder do conhecimento científico.

O objetivo da produção científica neste período esteve comprometido com o fornecimento da “compreensão das relações de gênero e espaço e com o fornecimento de um conhecimento que seja útil na luta pela equidade social” (SILVA, 2009, p.118). O recorte social/espacial é de suma relevância, parte integrante da análise para se compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

Trazendo à tona o espaço escolar como mantedor de uma ordem heteronormativa, foi possível averiguar como a ciência geográfica tem analisado esse espaço quanto ao poder de reverter o quadro preconceituoso e discriminatório. É sabido que o espaço escolar tem em sua estrutura diversos sujeitos, cada um com suas individualidades, exigindo do/a profissional da educação conhecimento para que saiba lidar com as diferenças.

Nessa expectativa, é que ressalvo a importância da formação inicial de professores/as aproximar em diferentes momentos da graduação os temas de gênero e sexualidade. Que não se restrinja as disciplinas específicas, quando houver, mas também as



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

disciplinas que envolve a discussão dos PCN, políticas educacionais, metodologia do ensino, elaboração e aplicação em escolas campo de plano de aulas – Estágio Docente Obrigatório.

Referências

FACCO, Lucia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Org.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Todapalavra, Ponta Grossa, 2011, 19-29.

PAULA, Marise Vicente de; NASCIMENTO, Eduardo Antônio Araújo de. Geografia, Gênero e Educação: novas perspectivas para velhas realidades. In: COSTA, Carmem Lúcia; SANTOS, Heliany Pereira dos; e PAULA, Marise Vicente de (Org.) **Gênero, educação e trabalho**. UFG/CIAR; FUNAPE, 2013,45-57.

SANTOS, Cláudia Reis dos. Borrando fronteiras: uma visão ampliada entre sexualidades e escolas. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Org.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Todapalavra, Ponta Grossa, 2011, 31-41.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. In: _____. (Org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra. 2009, 115-133.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Para além dos afazeres domésticos: o envolvimento das agricultoras da comunidade de nazaré-ro com a pluriatividade

Rúbia Elza Martins de Sousa¹

Introdução

Na década de 1980, momento em que o Brasil estava passando por um processo de redemocratização, houve a retomada da organização dos movimentos sociais no campo, de forma que foi desfeita a previsão de que o desenvolvimento capitalista levaria à extinção os caipiras, camponeses e os pequenos agricultores. Neste momento houve uma mudança na forma de intervenção dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais, de forma que estes ampliaram seu foco de reivindicação, passando reivindicar não apenas questões trabalhistas, mas também assuntos relacionados à demanda por terras e a criação de políticas públicas agrícolas específicas (ALTAFIN; ROCHA, 2005).

Segundo Schneider (2003), a expressão “agricultura familiar” teve destaque no contexto brasileiro na metade da década de 1990 paralelamente à efervescência dos movimentos sociais no campo comandados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag. Neste período a adoção do termo “agricultura familiar” pareceu ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo capitaneados pela Contag.

Para Viegas (2006, p. 4 e 5) o termo “agricultura familiar”, relaciona-se, “[...] àquela em que os trabalhos ao nível da unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle, do que e do como produzir”. É importante que haja uma estreita relação entre os produtores, a produção e o consumo.

O caráter familiar não é apenas um detalhe superficial que serve para descrever este modo de produção, mas é uma importante associação de uma estrutura produtiva entre família-produção-trabalho, tendo as devidas implicações na forma como age econômica e socialmente.

A agricultura familiar está fundamentada na forte correlação entre gestão, trabalho e posse total ou parcial dos meios de produção, na presença de um sistema de diversificação da produção, na renda agrícola monetária e de auto-consumo e na pluriatividade.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Discente do Programa de Pós-graduação Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Goiás.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Atualmente busca-se uma nova configuração deste espaço, procurando a diversificação das atividades produtivas desenvolvidas neste meio. Nesta conjuntura de diversificação, surge o fenômeno da pluriatividade, buscando complementar a renda das famílias agricultoras, de forma a promover concomitantemente a melhora na qualidade de vida e a fixação dessas no campo.

Na medida em que as atividades pluriativas vão surgindo e assumindo lugar importante na renda mensal dos agricultores familiares, o espaço rural torna-se mais complexo, pelo fato de sediar estas outras atividades que não as tradicionais. Surgem desta forma, novas relações campo-cidade, alterando a vida e o trabalho das famílias rurais (MARAFON, 2009).

Para Marafon (2006), pluriatividade pode ser definida como um fenômeno onde famílias de agricultores tradicionalmente ocupadas com atividades estritamente agrícolas passam a desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda. Essa complementação pode vir através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços, ou de iniciativas internas da propriedade ligadas ao artesanato, diversificação da produção e pequenos beneficiamentos de seus produtos.

A pluriatividade não representa um fenômeno inteiramente novo, pois sabe-se que os agricultores sempre mantiveram a combinação de múltiplas atividades, mas o que era antes uma situação temporária e transitória, hoje parece assumir aspectos mais concretos e duradouros, indicando até mesmo uma tendência a famílias que residem no campo, mas se ocupam exclusivamente em atividades pluriativas (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Estas transformações são na realidade expressões das mudanças mais gerais que afetam o mundo do trabalho e da produção na atualidade.

O fenômeno da pluriatividade não deve ser visto como uma medida conjuntural, mas deve ser compreendido como resultado de um amplo processo de transformação pelo qual a agricultura vem passando nas últimas décadas, estando sincronicamente relacionada e aliada ao marco da reestruturação que o modo de produção capitalista tem atravessado (ANJOS, 2003).

Diante do exposto as atividades não agrícolas associadas à pluriatividade podem levar a uma reorientação do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro. Esta



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

reorientação deve vir por meio de um modelo auto-sustentável e socialmente igualitário, proporcionando a fixação e manutenção do grupo de agricultores familiares no campo.

No enfoque das atividades pluriativas, nota-se a importância de analisar o papel das mulheres agricultoras frente ao desenvolvimento dessas novas atividades, uma vez que esta figura sempre foi marginalizada nesse espaço. O Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais – DESER - comprovou em pesquisa que na agricultura o modo de produção familiar ainda conserva desigualdades de gênero, em que o homem-marido aparece no contexto familiar com um papel privilegiado enquanto chefe da família e da produção. Neste sentido cabe às mulheres o papel reprodutivo dentro do ambiente familiar, cultivando hortaliças, criando animais de pequeno porte, e realizando os serviços domésticos. Ao homem compete todos os serviços de cunho produtivo, que estão diretamente ligados ao mercado (DESER – CEMTR/PR,1996).

Todos os serviços realizados pelas mulheres dentro da unidade de produção são considerados pelos homens apenas como “ajuda”, refletindo a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade de uma forma geral, visto que as tarefas domésticas não possuem relação com o mercado, não gerando assim renda monetária.

A divisão sexual mostra-se como natural no campo, ela está objetivada nas coisas, nos procedimentos sociais, funcionando como um sistema de percepção, pensamento e ação. Isto porque há uma concordância entre estruturas que são objetivas e outras cognitivas, de forma a legitimar o arbitrário como natural (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

As mulheres vivem insatisfeitas com sua condição de inteira subordinação. A divisão do trabalho na esfera familiar lhe destina unicamente o papel reprodutivo, fazendo com que as mesmas se sintam desvalorizadas e totalmente dependentes financeiramente de uma figura masculina, seja ela o marido ou o pai (RAGO, 2004).

No campo e principalmente na agricultura familiar é muito comum que as próprias mulheres não se identifiquem como trabalhadoras (SILIPRANDI, 2004). Este fato acontece principalmente quando essas realizam apenas algumas tarefas consideradas como secundárias com relação aos produtos econômicos que são mais importantes para a renda mensal familiar.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Deste modo o desenvolvimento de atividades pluriativas pelas mulheres é de grande relevância, visto que atuará como complemento da renda mensal à família, possibilitando a diversificação da renda familiar.

Para Schneider (2003, p. 22), “à medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar”.

Portanto, neste quadro de desenvolvimento rural e da diversificação da renda familiar, aparecem novas atividades capazes de incorporar o trabalho feminino, de forma a trazer à tona a função produtiva da mulher, fazendo com que essa mesma mulher apareça e tenha notoriedade no cenário econômico.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar a relação das mulheres agricultoras da comunidade de Nazaré com o desenvolvimento de atividades pluriativas como geração de renda complementar à família.

Com vistas a atingir o objetivo proposto foram elencados dois objetivos específicos, a saber: elencar as atividades pluriativas desenvolvidas pelas mulheres agricultoras; verificar se a pluriatividade tem provocado mudanças na vida das mulheres.

Procedimentos metodológicos

Este artigo é resultado de um dos objetivos específicos do trabalho de dissertação de mestrado “Geografia e turismo rural: estratégias para o desenvolvimento local” defendido na Universidade Federal de Rondônia no ano de 2013.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que de acordo com Ramires e Pessoa (2013, p. 25) a pesquisa qualitativa busca “[...] o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica com o mundo real e o sujeito [...]”, afirmação esta que vai ao encontro do objetivo proposto para o estudo em tela.

Desta forma, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com o objetivo de buscar uma aproximação conceitual para analisar os fatos do ponto de vista empírico. Utilizou-se ainda a pesquisa de campo, uma vez que este procedimento para o geógrafo é a



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

representação de uma realidade empírica, devendo sempre ter como premissa uma concepção teórica como fundamentação para a investigação (MINAYO, 2002).

A pesquisa de campo foi caracterizada por observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de integrar a pesquisadora ao grupo pesquisado, bem como coletar as informações necessárias para a confecção do trabalho.

Área Pesquisada

A pesquisa em tela foi desenvolvida na comunidade ribeirinha de Nazaré, localizada na margem esquerda do Rio Madeira, a jusante do Município de Porto Velho, na região do Baixo Madeira, há aproximadamente 120 km de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. De acordo com dados obtidos com o administrador da localidade a comunidade possui 132 famílias, sendo formada por descendentes de seringueiros nordestinos e de indígenas que ocupavam a região.

O acesso à comunidade se dá somente via fluvial, de forma que os moradores que não possuem embarcação própria podem se locomover através dos barcos de linha que passam pela localidade ou mesmo alugando lanchas.

A economia de Nazaré baseia-se na agricultura e na atividade extrativista, de forma que os principais produtos extraídos e cultivados são o açaí, castanha, melancia, cupuaçu e banana. Atualmente a atividade pesqueira já não é tão praticada com fins comerciais, mas é praticada para a subsistência familiar.

Resultados

Enfocar gênero na agricultura compreende o estudo das diferentes implicações quanto às diferenças e especificidades entre os papéis sociais e econômicos das mulheres e dos homens que habitam neste espaço. Neste item buscou-se focar em específico o papel das mulheres no desenvolvimento de atividades pluriativas, procurando entender como a pluriatividade tem modificado a função desta agricultora dentro da unidade familiar. Para tanto, das treze entrevistas realizadas, sete foram feitas com mulheres da comunidade.

Das sete mulheres entrevistadas ficou constatado que cinco delas desenvolviam atividades pluriativas, estando estas ligadas unicamente à cocção e, portanto,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

comercialização de produtos alimentícios, sendo estes: pães, lanches, pizza, churrasco e refeições – almoço e janta. As outras duas entrevistadas se envolvem apenas com os afazeres domésticos.

Constatou-se que todas as mulheres envolvidas em atividades pluriativas detêm o domínio quase que total da atividade, contando apenas com o suporte marital em alguns momentos e em atividades específicas, visto que estes estão envolvidos com outros afazeres produtivos.

Pode-se constatar o fato mencionado acima, por meio da resposta de uma das entrevistadas quando questionada se recebia ajuda do marido:

Ele? Ele serve as pessoas. Eu fico manipulando lá dentro o alimento né e ele vai e serve, aí quando tá calmo ele vai lá e lava a louça pra mim, a gente trabalha junto, porque nosso movimento é mais assim na boca da noite até umas 10 hora, não é assim um aparreio assim o dia todo não sabe?

Por meio de observações e conversas informais, obtiveram-se informações que na comunidade há outras mulheres que se ocupam em desenvolver atividades de cunho pluriativo, estando estas relacionadas à: prestação de serviço na escola da comunidade; venda de produtos cosméticos e de utilidade do lar; cocção e comercialização de picolés.

Neste contexto de aparição das mulheres no desenvolvimento da pluriatividade, Schneider (2009), menciona que foi partir dos anos 1970, que na América Latina, surgiu essa nova tendência de diversificação das estratégias de sustento familiar, tendo estas como uma das implicações o aumento da participação das mulheres e sua inserção em atividades de cunho pluriativo.

Em Nazaré as mulheres envolvidas com as atividades pluriativas continuam desenvolvendo seus afazeres domésticos, porém encontram na pluriatividade uma estratégia de diversificação de renda, fato que as possibilita adquirir certa autonomia financeira, passando estas a não somente se dedicarem às atividades reprodutivas, mas também aquelas produtivas, que as colocam em contato direto com os rendimentos monetários.

A diversificação da renda gerada pela pluriatividade sugere a possibilidade de que algumas outras necessidades de cunho secundário sejam supridas, sem que as mulheres necessitem recorrer aos esposos, fato que pôde ser constatado nas palavras de uma das



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

entrevistadas, “[...] Os meus netinho quer um presente, alguma coisa, vó compra isso, vó compra aquilo, aí já tem, aí já tem um dinheirinho a mais pra comprar”.

Os rendimentos financeiros relacionados ao desenvolvimento de atividades pluriativas, não possuem o mesmo caráter familiar indivisível, como os das atividades de cunho tradicional realizadas nas unidades de produção, sendo essas últimas gerenciadas pelo chefe da família, sendo em sua maioria uma figura masculina. Desta forma, quando as mulheres se envolvem como o desenvolvimento da pluriatividade rompe-se com os padrões das relações de poder exercidos pelo homem, gerando autonomia e evitando a migração da mulher para o meio urbano.

Além da autonomia financeira, a pluriatividade sugere às mulheres também autonomia em relação à tomada de decisões e, isso se dá porque estas passam a notar sua importância dentro e fora do contexto familiar. Este fato pode ser elucidado no exemplo da dona da única lanchonete em Nazaré, que além de se envolver com as atividades de seu empreendimento é a única representante do sexo feminino na diretoria da Associação dos Produtores, Moradores e Amigos de Nazaré – AMPAM – assumindo o cargo de secretária.

Durante a edição da 6ª Festa da Melancia, foi encontrada uma barraca do Movimento de Mulheres Ribeirinhas do Médio e Baixo Madeira, nesta estavam sendo comercializados artesanatos, pães, doces em barra e em compota. As participantes deste movimento pela primeira vez se articularam para comercializarem seus produtos durante esse festejo, mostrando assim, que as mulheres rurais tem se despertado para buscar visibilidade no meio rural, de forma a manifestar-se como capazes de aliar suas atividades relacionadas aos afazeres domésticos com as atividades produtivas que lhes gerem renda.

Foi identificada a participação direta e indireta das mulheres no desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo em Nazaré, uma vez que como mencionado, estas estão intimamente atreladas às atividades gastronômicas, além de atuarem no ramo da hospedagem. Quanto a este último setor do turismo mencionado, observou-se que são as mulheres que detêm o controle quase que total da parte operacional da atividade, cabendo ao homem neste caso, somente a gestão do empreendimento.

Com a adentrada do turismo ao meio rural, passa a haver uma reversão do papel da mulher dentro do contexto familiar, pois algumas atividades executadas na esfera doméstica e que antes não possuíam valor nem reconhecimento algum, com a chegada do turismo



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ganham valor monetário. Fazer comida caseira, limpar a cozinha, limpar a casa, cultivar pequenas hortaliças próximo de seu domicílio, dentre outras atividades, desde sempre fizeram parte do cotidiano da mulher rural, com o turismo, são de suma importância para a sobrevivência da atividade. Neste sentido Lunardi (2006, p. 24), afirma que:

No turismo rural, a mulher assume diferentes papéis que vão desde as atividades domésticas até as consideradas empresariais. Sua participação é fundamental no desenvolvimento de tais atividades, já que ela traz consigo as competências de dona de casa, o que torna a atividade turística rural mais característica do ambiente familiar rural. A similaridade das atividades que são desenvolvidas no turismo com as domésticas permite que a mulher considere o turismo como uma extensão do trabalho de casa.

O turismo rural pode ser considerado como uma resposta às necessidades do meio rural em criar novas atividades que envolvam também o trabalho feminino. Além dos rendimentos econômicos que o turismo proporciona às mulheres rurais, tal atividade proporciona também a valorização social destas, uma vez que a coloca em envolvimento direto com outras pessoas, possibilitando, portanto, sua socialização.

Mesmo diante dos dados apresentados, identificou-se que a maioria das mulheres que reside em Nazaré ainda continua desenvolvendo apenas os afazeres domésticos, dedicando todo o seu tempo ao cuidado da família. No mundo rural as relações sociais ainda não foram contaminadas com o novo papel da mulher frente à sociedade, uma vez que a pretensa naturalidade da divisão sexual do trabalho, que foi denunciada pelos movimentos sociais ainda é tímida no campo.

Destarte, o véu que encobre o trabalho feminino realizado no campo é consequência da cultura patriarcal, assim sendo a realidade vivida pela maioria das mulheres em Nazaré está atrelada ainda, a dominação da figura masculina e, esta dominação exercida pelos homens acaba por definir um papel inferiorizado destas mulheres perante a comunidade e até mesmo a sociedade como um todo. Sendo assim, notou-se que em Nazaré há um introjeção por parte das mulheres quanto à ideologia patriarcal.

Considerações finais

A pluriatividade teve efeito direto na renda mensal das famílias agricultoras, agregando valor ao meio rural, bem como modificando o papel das mulheres frente à



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

sociedade, apresentando-as como uma figura capaz não apenas de desempenhar tarefas de cunho reprodutivo, mas também aquelas que se relacionam a atividades produtivas.

Identificou-se que algumas mulheres na comunidade têm dedicado parte de seu tempo ao desenvolvimento de atividade pluriativas, estando em sua totalidade ligadas ao setor gastronômico, fato que se dá porque na agricultura familiar as atividades pluriativas desenvolvidas por mulheres são consideradas como extensão daquelas tradicionalmente desenvolvidas no lar.

Porém, mesmo com alguns casos de mulheres pluriativas, ficou evidenciado que em Nazaré a maior parte das mulheres ainda continua desenvolvendo apenas os afazeres domésticos, dedicando a totalidade de seu tempo ao cuidado da família. Este fato comprova que ainda há a dominação da figura masculina no meio rural, sendo, portanto, a aparição da mulher rural na prática de atividades produtivas ainda muito tímida.

Referências

ALTAFIN, Iara; ROCHA, Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: por que é tão difícil?. In: FILHO, F. B.B. (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate**. Brasília: UnB, 2005, pp. 99-116.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

DESER – CEMTR. Departamento Sindical De Estudos Rurais. Comissão Sindical de Estudos Rurais. Comissão Estadual De Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba, 1996.

LUNARDI, Raquel. **Turismo rural: a contribuição da mulher**. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2006.

MARAFON, Glauco José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: Reflexões a partir do território fluminense. Uberlândia: **Revista de Geografia Agrária**, 2006. pp. 111-130.

_____. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. pp. 379-394.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 108pp.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marissol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. pp. 31-42.

RAMIRES, Júlio Cesar de Lima ; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. J. et al. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. pp. 23-36.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003. pp. 99-121.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Humbert Carton. de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Orgs.). **La pluriactividad em el campo latinoamericano**. Quito: Flacso, 2009. pp. 207-242.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURINI, Gustavo.; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. pp. 121-136.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 193-208.

VIEGAS, Luciana. Pinheiro. **Possibilidades e limites de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso-PE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Geográficas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

O espaço de ocupação das mulheres na comunidade de Nazaré – RO: construção e estratégias para o empoderamento feminino.

Tainá Trindade Pinheiro ¹ e Maria das Graças Silva Nascimento Silva²

Introdução e objetivos

A presente pesquisa aborda a contextualização dos espaços ocupados pelas mulheres e as relações de poder estabelecidos social e culturalmente. Dessa forma partiu-se de uma análise quanto aos fatores que permitem quebras dos paradigmas que limitam as mulheres de seu empoderamento e visibilidade no espaço rural e ribeirinho do Distrito de Nazaré que está localizado a jusante a cidade de Porto Velho a cerca de 120 km aproximadamente. Trata-se de um assentamento que delimita um território onde homens e mulheres lutam pela conquista de seus espaços de cidadania.

Tanto o conceito de gênero como o estudo a respeito das relações de gênero, tem uma presença dentro e fora das academias, pois ainda são fortes os obstáculos que tornam difíceis o avanço desses estudos. Isso se deve a construção de pensamento acerca do papel feminino, que pouca modificação sofreu em nossa história.

É certo dizer que a mulher enquanto cidadã não tinha em décadas passadas nenhuma autonomia sobre papéis sociais, nem no seu próprio lar, permanecendo então a figura masculina como autor e co-autor de todos os papéis públicos e sociais. Graças a capacidade da mulher em se despertar, reconhecendo perante ela mesma a sua dignidade e reagindo ao descaso da sociedade para com ela, pôde ser possível que novos horizontes surgissem, trazendo novas perspectivas e discussões sobre igualdade de gênero.

Vivenciamos na sociedade espaços diferenciados, seja no público ou no privado, por muito tempo como já foi discutido, a mulher permanecia limitada ao privado, com papel destinado ao lar e as tarefas domésticas.

Assim o espaço público era de domínio e predominante usufruto dos homens, os quais afirmavam serem os únicos capazes de ocupa-lo de fato, justamente pela questão do gênero. Atualmente após várias etapas de lutas e reivindicações alcançadas pelas mulheres,

¹Mestranda em Geografia - Universidade Federal de Rondônia.

² Professora da Universidade Federal de Rondônia.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

é possível observar e sentir uma tendência de mudança embora longe ainda de uma vivência de equidade de gênero e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Nessa perspectiva, objetivamos assim, analisar as questões atuais no que se refere às relações de poderes entre homens e mulheres no âmbito familiar, político e social que vem contribuindo para o empoderamento das mulheres ribeirinhas de Nazaré.

Método e contextualização

O método escolhido nessa pesquisa, objetiva um contato direto com os sujeitos, a fim de compreender as sutilezas marcadas pelo seu modo de vida, representações sociais e culturais construídas. Para tanto faremos uso do método fenomenológico desenvolvido por (Merleau-Ponty, 1999). Tal método nos permite ouvir o outro de modo a valorizar sua narrativa, nos possibilita aproximarmos das mulheres no interesse de interagir, perceber e compreender as mesmas nesse processo de empoderamento.

A diferença biológica de uma pessoa não deveria também diferenciar seus papéis em frente à sociedade, nem muito menos limitar sua capacidade como ser humano. No entanto a trajetória histórica do Brasil mostra um cenário totalmente preconceituoso e masculinizado. A mulher tinha seu papel extremamente limitado, entre tarefas domésticas e privada enquanto o homem se beneficiava de toda e qualquer tipo de reconhecimento e auto realização econômica e social. Como o fato de ser do sexo feminino, tornasse-a de fato restrita a muitos papéis e representações perante a sociedade.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. (BEAUVOIR, 1967, P. 9-10).

Nessa mesma sequência a mulher permaneceu por décadas subordinada ao homem e vista como “sexo frágil” ela era assim reconhecida não pela sua força física como parecia caracterizar e sim pela sua fragilidade de se conformar ao papel que lhe fora destinado ao ponto de permanecer em silêncio por décadas.

A autonomia é a vontade de todos e o reconhecimento pelas ações praticadas é algo comum dentro de uma sociedade justa, sendo assim deveria ser aceita com naturalidade a



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

luta feminista de mulheres que por via de discussões e movimentos apoiados em direitos humanos buscam sua autonomia e valorização em meio à sociedade.

Resultados

Apontamos como alvo a ser alcançado um dos principais assuntos que por tempos se faz indiferente às mulheres, principalmente as do meio rural: a ideia de “empoderamento” que surge como forma de acrescentar a autonomia dessas mulheres que buscam as suas conquistas. Quanto a esse conceito entendemos ainda que:

O empoderamento feminino na dimensão social e na dimensão política se concentra na capacidade das mulheres para mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como na ampliação de sua participação em instâncias de poder social. (NASCIMENTO SILVA, 2011).

A maneira como essas relações são demonstradas modificam a forma como esse novo espaço pode ser percebido, dependendo de como o pesquisador se situa e analisa tal fenômeno a atender os objetivos da sua pesquisa.

Existe na sociedade espaços sociais diferenciados, o público e o privado, por muito tempo como já foi discutido, a mulher permanecia limitada no privado, com papel destinada ao lar e as tarefas domésticas ou seja privada de qualquer aparição que pudesse proporcionar algum tipo de reconhecimento. Atualmente após várias etapas alcançadas pelas mulheres, é possível que a mulher se insira no público. A equidade de gênero é nada mais do que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em ambos os espaços.

Tabela 01 - Espaços considerados

Espaços de uso comum	Público	Privado
Igreja	Liderança da Igreja	Corpo da igreja (fiéis)
Associação	Administração da associação e tomada de decisões	Associados e contribuintes
Casa	Abastecimento da casa e Tomada de decisões internas da casa	Atividades domésticas e cuidados com a família.

Fonte : Elaborado por Pinheiro, T.T. 2014.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

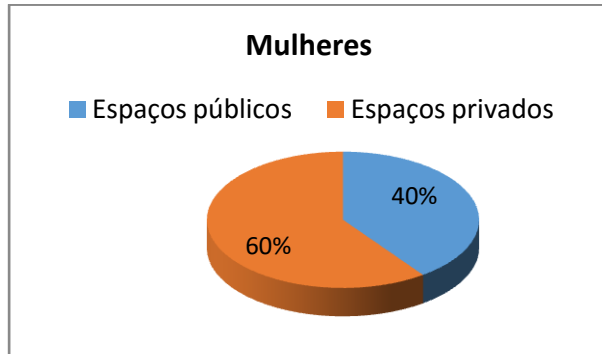
30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Ao tratar como a mulher ribeirinha se apropria dos espaços dentro da comunidade de Nazaré, foram identificados considerando os espaços públicos referentes a posições políticas e de autonomia, enquanto que os privados foram considerados os espaços não visibilizados.

Os estudos da ocupação de gênero nesses espaços permite-nos compreender o processo de empoderamento dessa mulher. Tratar de empoderamento é considerar uma construção continua das relações sociais, pois acontece de forma construtiva, ocorrendo no mínimo entre três planos sobrepostos: a autonomia econômico-material que se expressa na redistribuição, a autonomia simbólico-cultural que se expressa no âmbito do reconhecimento e, finalmente, a autonomia político-representativo, aquela que se expressa na inclusão democrática e paritária. MATOS, 2010.

Gráfico 01 - Mulheres nos espaços considerados. Gráfico referente à tabela 01, espaços considerados



Fonte : Elaborado por Pinheiro, T.T. 2014

Vimos que a mulher ribeirinha moradora de Nazaré encontra-se em um momento em que se busca a minimização das desvantagens de ocupação desses espaços, logo é certo dizer que para a construção e aprimoramento do empoderamento, é necessário o desprender de uma submissão para início de uma autonomia e independência ao outro.

Consideramos nesse trabalho dois tipos de dependência: a emocional simbólico-cultural e a econômica. A dependência emocional aqui colocada nos traz em questão a mulher que é dependente a aprovação do outro, ou seja, pra essa mulher não é suficiente a auto valorização, suas qualidades e capacidade, logo essa mulher se realiza tão somente



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

com a aprovação do outro, nesse caso colocamos em foco o companheiro e familiares. Decorrente a isso essa mulher traz em seu cotidiano um fardo a mais que é o da necessidade de ser amada e aceita com aprovação, para isso ela se empenha em agradar demasiadamente e vive em torno da vida do seu companheiro para então sentir-se útil.

Essa sujeição muitas vezes não pode ser vista explicitamente, pois na maioria dos casos nem a própria mulher identifica essa dependência. Colocamos em foco o cotidiano da mulher ribeirinha, fazendo uso de habilidades aguçadas, para ver, ouvir e observar de modo a melhor compreender essas subjetividades.

O envolvimento crescente dessas mulheres nas variadas atividades da comunidade vem trazendo ainda que lentamente um desprender emocional e aprimorando essas relações, onde essa mulher se ocupa de forma a ser valorizada e por sua vez tende a se apropriar de uma autonomia.

Consideramos abaixo, a casa como o espaço mais adequado para analisar as relações de poder entre homens e mulheres, já que no âmbito familiar da casa essa mulher é encontrada mais facilmente em exercício de suas atividades que podem ou não, ainda que no lar deter o poder de decisões. Para tanto foram distribuídas algumas atividades comuns da casa e buscou-se verificar a divisão de tarefas e tomadas de decisões.

Tabela 02 - Divisões de poderes no âmbito do lar.

Fazeres / Poderes	Responsável / decide	Ajuda/ não decide/ não participa *
Cuidados pessoais com os filhos	Mulheres	Homens
Sustento da família	Homens	Mulheres
Construções e reforma da casa	Homens	Mulheres
Compra de equipamentos e utensílios domésticos	Homens	Mulheres
Alimentação da família	Mulheres	Homens *
Acompanhamento do aprendizado da criança	Mulheres	Homens *
Titulação dos lotes	Homens	Mulheres
Limpeza interior da casa	Mulheres	Homens *

Fonte : Elaborado por Pinheiro, T.T. 2014

Escolhemos o espaço da casa nessa pesquisa, visando reconhecer as diversas atividades e autonomia de homens e mulheres no convívio da família, a casa é um espaço



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

tipicamente privado e vimos na tabela acima que a mulher ocupa maior parte das atividades advindas do “cuidar”, logo o homem ocupa os espaços que detém o poder econômico e de decisões da família. Também cabe nessa discussão o fato de a mulher ser empoderada em seu lar, no caso de algumas mulheres encontradas em Nazaré que mantêm a casa sem ajuda de um companheiro, sendo essas que duplicam sua jornada de trabalho entre o cuidar e o realizar atividades econômicas, dentro e fora do âmbito família.

Através dessa análise de divisões de tarefas, foi possível compreender os limites que existem nas relações entre homens e mulheres, mostrando que essas relações ainda são patriarcais, principalmente no que diz respeito a autonomia econômica.

A dependência econômica por sua vez, se apresenta com maior visibilidade, na comunidade poucas mulheres desenvolvem atividades econômicas livre do controle do companheiro, podemos destacar essa dependência econômica como fator que impulsiona a condição de submissão e subordinação que prevalece na casa.

A mulher por não ter liberdade de compra, de venda, por não ter uma renda, ela se condiciona muitas vezes aos caprichos do companheiro que por sua vez pode fazer dessa situação seu porto seguro. Logo é visto na sociedade em geral, e em Nazaré não se mostra diferente, o “medo” de mulheres empoderadas, por parte dos homens. Compreende-se que esse medo é um sentimento de insegurança e machismo da perda do poder total sobre a mulher.

As atividades pluriativas e os movimentos sociais como estratégia de empoderamento

A pluriatividade, termo que é definido por Maraffon (2006), é percebida como uma estratégia para o desenvolvimento no meio rural, um fenômeno onde famílias de agricultores tradicionalmente ocupadas com atividades estritamente agrícolas passam a desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda. Esta pode vir através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços, ou de iniciativas internas da propriedade como o turismo rural, o artesanato, diversificação na produção e pequenos beneficiamentos de seus produtos.

E como já foi dito antes, o cenário é de transformações sociais e econômicas. No que tange as práticas tradicionais, as atividades pluriativas aparecem cada vez mais no decorrer



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

dos anos, primeiramente para fortalecer a economia, e logo, agregar valor aos produtos a serem comercializados, visando a chegada de turistas para o local.

Figura 01 e 02 - Arte feita pelas mulheres ribeirinhas de Nazaré e produtos vendidos na VI festa da melancia 2013.



PINHEIRO,T.T Foto digital. Arquivo GEPGÊNERO. 2013



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Esse beneficiamento artístico da melancia é feito pelas mulheres, onde elas decoram e desenham lindas artes nos frutos, fazem exposições nas festas e encontros com a comunidade. Também fazem vários produtos derivado dessa fruta como, pães, doces, bolos, biscoitos, licores, cocadas etc. As mulheres encontraram nesse espaço das atividades pluriativas uma oportunidade a mais de mostrarem seus talentos, pois além de produzirem as melancias assim como os homens, elas aproveitam a fruta para produzirem outros produtos e dessa forma, aumentarem sua renda.

Outro fator importante que vem contribuindo para o empoderamento da mulher ribeirinha é o aumento da participação nos movimentos sociais. Outrora realizando atividades que a tornavam invisibilizadas, começam agora a aparecer como precursoras e contribuintes para a comunidade.

Gráfico 02- participação das mulheres nas organizações sociais



Fonte: Pesquisa Movimentos Sociais e Equidade Gênero na Área Ribeirinha Org. PINHEIRO.T.Tainá,

Essas e outras construções começam a dar origem às transformações no espaço, tanto que nos impulsiona a analisar esse período tão importante de interação da comunidade nesse novo espaço, o que remete em novas formas organizativas e certamente novos conceitos no que se refere às relações homem e mulher, o que por sua vez contribui para uma equidade de gênero.

O empoderamento das mulheres ribeirinhas acontece também no enfrentamento de poderes, e essa busca de novas territorialidades tem aprimorado seus domínios e ocupado diversos espaços dentro da comunidade. Um cenário em que a mulher vem conquistando visibilidade e empoderamento é na agricultura familiar, de forma que ela além de ter uma



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

jornada de trabalho extensa, que combina atividades em casa e no trabalho agrícola, na busca de incremento nos rendimentos familiares, vem participando de decisões importantes para a produção, como em reuniões em busca de benefícios, onde é agregada sua dedicação e capacidade, junto com a experiência no trato da produção, porém agora, com uma maior visibilidade.

Considerações finais

É certo dizer que a mulher enquanto cidadã não tinha em décadas passadas nenhuma autonomia sobre papéis sociais, nem no seu próprio lar. Esta situação era agravada principalmente quando se referia ao meio rural, onde permanecia a então figura masculina como autor e co-autor de todos os papéis públicos e sociais. Graças a capacidade da mulher em se despertar, reconhecendo perante ela mesma a sua dignidade e reagindo ao descaso da sociedade para com ela, surgiram novos horizontes, com novas perspectivas, trazendo discussões sobre igualdade de gênero.

Mediante os esclarecimentos é possível dizer que embora nos últimos anos a questão de gênero venha sendo trabalhada e a igualdade entre homens e mulheres ganhando destaque, ainda falta muito para se ter à completa igualdade, No contexto rural esse estudo é visto como desconhecido, muitas vezes pelo simples costume e “tradição cultural”, sim, concordamos que a discriminação varia de acordo com cada cultura. Porém, a partir do momento em que há uma luta contra qualquer costume esse está sujeito a transformações. Logo, é isso que nos impulsiona a discutir a questão de gênero.

Atualmente as mulheres ribeirinhas no enfrentamento de poderes, na busca de novas territorialidades tem aprimorado seus domínios e ocupado diversos espaços dentro da comunidade.

Vivenciamos na comunidade um período de transformação do espaço, ou seja, as transformações no modo de vida dessa comunidade que vem agregando ao seu cotidiano equidade de gênero, ainda que seja lento o processo de modificação, é crescente a visão do aprimoramento das relações sociais entre homens e mulheres. Visto que a mulher que compões esse espaço, busca não uma aceleração desordenada, mais ainda que lenta,



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

ordenada para a sua autonomia e empoderamento. Isso já é possível, no entanto os obstáculos sempre existirão como em toda possível conquista também há os conflitos.

Referências

ANDREOTTI, Giuliana. *Riscontri di Geografia Culturale*. Trento, Ed.Valentina Trentini, 2008.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. In: **GeoTextos**, Salvador, 2010, v. 6, n. 2, p. 139-162.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3ª Edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial,1980.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos ruais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L. & BUTTO Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008, p. 9-18.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho**. Terceira Margem, São Paulo. 2000.

SCHMITZ, Heribert. **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume 2010.

SILVA, Josué da Costa. **Cuniã: Mito e Lugar**. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, FFLCH/USP, 1994.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

Meninas - mulheres negras traçando caminhos e geo-grafias: o espaço

produzido e apropriado por elas

Tais Evandra de C. T. dos Santos¹

Muito já ouvimos falar sobre a história da escravidão no Brasil. Mas é preciso pensar que a escravização negra no Brasil, além de possuir uma cor predominante, havia uma faixa etária específica. Quando falamos de homens e mulheres postos na condição de escravos, deixamos invisível um fato importante da história. Grande parte desses “homens” e “mulheres” tinha em média de 10 a 20 anos de idade. Eram os chamados pretos novos. Estamos falando de uma escravidão infanto-juvenil, que percorreu séculos de nossa história. Eram meninos e meninas, jovens, oriundos de diferentes partes do vasto continente africano. Talvez, ao tomarmos conhecimento deste fato, possamos repensar os debates atuais sobre a juventude negra no Brasil².

Sem mais delongas, essas mulheres foram importantes, pois forneceram novos contornos às dinâmicas históricas e espaciais no cotidiano vivenciado por elas, conformando assim novos ordenamentos socioespaciais. Elas atuaram em organizações quilombolas, revoltas urbanas, movimentos sociais de luta pela libertação da população negra, bem como, mais recentemente, nos espaços de produção do conhecimento científico. Seus passos irão nos ajudar a pensar novas formas de ler a ciência geográfica.

Em tempos de Brasil Colonial, a escravização humana nada mais era que um sistema econômico. Sendo os negros a máquina motor dessa economia. Nas palavras de Anjos (2011), nesse sistema de exploração não havia sentido a distinção entre homens, mulheres e crianças. Nesse sistema econômico mulheres, homens e crianças deveriam gerar igual lucratividade, afinal, eram todos escravos.

Essas mulheres, muitas vezes como forma de resistir ao sistema, cometiam atos de suicídio, aborto ou até mesmo infanticídio (matavam seus próprios filhos ao nascerem). Esses atos, a primeira vista cruéis, eram a maneira pela qual essas meninas/mulheres

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”- FCT/UNESP. Integrante do Coletivo Mulheres de Orí (SP) e Coletivo Mãos Negras (Presidente Prudente-SP).

² Dentro do cenário político atual, presenciamos o debate levantado por inúmeros movimentos sociais a respeito do Genocídio da Juventude Negra evidenciado, sobretudo, nas grandes cidades brasileiras. Segundo os dados da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial- SEPPIR, em 2010, cerca de 75% dos mortos no Brasil são oriundos de violência policial contra os jovens negros e pobres do sexo masculino, com faixa etária entre 15 a 29 anos.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

escravizadas protegiam seus filhos. Era uma maneira de não alimentar a continuidade desse sistema, visto que a criança seria na verdade mais uma mercadoria. Os atos de resistências e protagonismo feminino negro não se resumem ao campo do “corpo individual”, mas também nas tomadas de decisão que adquiriam dimensões espaciais e coletivas.

Pouco se fala, mas tivemos muitas mulheres líderes quilombolas, entre elas, Alquatunes e Acotirene. Mulheres que participaram do sistema de organização política, como líderes quilombolas, dentro do respeitável Quilombo dos Palmares. Mas, a fim de apresentar alguns nomes de mulheres negras, cuja representatividade é essencial e poucas vezes mencionada, falaremos de outra Rainha negra, Teresa de Benguela. Nosso especial destaque a essa personagem da histórica deve-se aos poucos relatos sobre sua especial trajetória.

Teresa de Benguela. O primeiro nome certamente decorrente do batismo cristão, ao qual negros eram submetidos na colônia portuguesa. O sobrenome indica sua origem territorial e nação pertencente em África. Segundo Schumacher; Vital Brazil (2007), a prática de adicionar o local de origem ao nome dado em terras do colonizador era comum entre os povos escravizados. Essa seria a uma maneira de preservar um pouco de sua identidade étnica e territorial. E uma forma de encontrar seus iguais. Assim, é comum nos registros históricos, encontrarmos nomes como Eva da Mina, Felicidade Jeje, Teresa da Costa e tantos outros lugares e território que constituem o Brasil de agora.

Os registros apontam que Teresa de Benguela teria sido a líder do quilombo de Quariterê, localizado no Mato Grosso, próximo aos limites territoriais da colônia Portuguesa. Teresa teria chefiado a fuga de um grupo de negros e indígenas, sujeitos ao sistema escravista para o interior das matas. Schumacher; Vital Brazil (2007) & Carvalho (2011) apontam que o grupo chefiado por ela teria se instalado nas imediações do Vale do Guaporé, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.

Schumacher; Vital Brazil(2007, p. 82) argumenta que, durante duas décadas, a líder negra teria imposto uma organização pautada no Parlamentarismo. Desse modo, o quilombo era regido a partir das decisões tomadas pela Rainha Teresa de Benguela, com o apoio de um conselheiro. Buscava manter rígida organização e proteção deste espaço de resistência. O abandono do quilombo não era permitido a nenhum membro. Pois isso



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

poderia facilitar a descoberta da organização por parte dos membros da coroa.

Assim, era ficar ou morrer pelas mãos dos seus.

O Quilombo do Quariterê teria resistido até 1770, quando sofreu um bruto ataque por parte dos representantes da colônia Portuguesa. Os quilombolas foram brutalmente capturados e executados. Teresa de Benguela preferiu a morte à nova subjugação ao sistema escravocrata. Teria cometido suicídio a partir da ingestão de plantas venenosas.

Num salto entre tempos e espaços distintos, encontramos a estória de Chica da Silva, essa mulher que virou mito. Tal como esta história é comumente contada, ela era uma escrava que se casou com um homem branco, rico, europeu, o Comendador João Fernandes. A partir dessa relação, Chica da Silva teria alcançado status sociais de grande poder e influência no arraial do Tejuco-MG.

No período áureo da extração de ouro e diamante nas terras de Minas Gerais, hoje Diamantina, a história-mito ganhou a cidade e transpôs tempos. Porém, muito do que sabemos é uma visão categoricamente marcada pelo racismo e pelo sexismo, a partir da qual muitas mulheres negras são interpretadas. A história de Francisca da Silva foi contada sob o julgo da falsa democracia racial, como aponta Furtado (2003).

Sua estória foi narrada com intensa carga de erotismo e sexualização do corpo da mulher negra, bem como, sob o estigma único de que esta almejava a ascensão social. Historiadores e romancistas negaram a individualidade e os anseios desta mulher. A condição de ex-escrava que ascendeu socialmente por meio de uma relação interracial sempre fora posta a partir dos atributos do corpo e sexo. Esse olhar sobre nós, mulheres negras, é ainda hoje uma carga presente nas relações interpessoais entre mulheres negras, envolvidas em relacionamentos interraciais e interclasse social. Sua condição de “não mulher”, mas sim uma ex-escrava soterrou a sua subjetividade enquanto sujeito da relação.

Não estamos negando o processo de branqueamento do qual essa personagem real fez parte. Mas é necessário considerar os parâmetros pelos quais os negros em geral são postos a percorrem, a fim de alçarem o reconhecimento enquanto seres humanos e sujeitos sociais. Isso é o que problematizamos. O enfrentamento de Chica de Silva, frente a uma sociedade colonial, marcou tempos e nos ajuda a entender alguns dos meandros subjetivos aos quais muitas mulheres de ascendência negra são postas ainda hoje.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

A mentalidade colonial escravista nega as vontades e desejos dessas mulheres, na medida em que estas são colocadas apenas na condição de corpo a ser apropriado pelo sexo. Essa leitura, eminentemente machista e racista, foi contada por romancistas e dramaturgos como João Felício dos Santos, que retrata Chica da Silva como a musa negra, que dominava o branco com o sexo, numa tentativa de apresentar uma visão libertária. Já o cineasta Cacá Diegues, que inventou Xica da Silva com “X”, na qual a personagem atinge a redenção de sua condição de escrava pelo corpo e sensualidade - atributos que eram (e ainda hoje são) vistos como intrínsecos às mulheres negras.

Nas considerações de Furtado (2003), Francisca da Silva, mulher, negra, escravizada e mestiça, filha de mãe escrava e pai português, nasceu entre 1731 e 1735 (não se sabe a data correta). Viveu no vilarejo de Tejuco, do século XIX. João Fernandes, o comendador viveu vida de cônjuge com a ex-escrava e chocou a sociedade da época. Chica da Silva viveu relacionamento estável ao longo 16 anos com comendador e teve 13 filhos. Bem, onde quero chegar com isso... As histórias sobre “Chica a Negra”, como disse o cantor Jorge Ben, foi contada, até o trabalho de Júnia Ferreira Furtado (2003), por homens brancos, heterossexuais. Desenvolvido sob tais leituras, esse olhar superficial omite em partes os inúmeros enfrentamentos de caráter étnico com os quais essa mulher, Rainha Negra do Tejuco, teve que lidar ao longo de sua trajetória.

A mobilidade de classe social não escondeu a cor da pele, nem sua condição de ex escrava. Não era vista como mulher pela sociedade colonial, logo não deveria viver sob tal condição. O destino aceitável neste contexto era o uso de seu corpo como objeto sexual, destinado aos senhores de escravos e aos seus filhos. A estória de Chica da Silva deve ser interpretada com todas as letras de seu nome. Ela era Francisca da Silva, Chica, a Negra.

Ainda nesta nossa incursão histórica e geográfica, voltemos a conturbada capital baiana, na primeira metade do século XIX, para conhecer um pouco sobre o legado histórico deixado por Luiza Mahim.

“Sou nega mina. Sou nagô. Sou jeje. Sou pagã e libertária – Disse Luiza Mahim³”. Luiza Mahim, mulher e negra, viveu na capital baiana do século XIX. Ocupava-se do ofício de quitandeira, prática comum a muitas mulheres negras no período escravocrata. Em condição servil, era denominada como escravas de ganho. Essas se ocupavam de atividades como

³ Trabalho de pesquisa desenvolvido pelo MEC, junto a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/>



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

vendedoras de quitutes, legumes, tecidos e outros gêneros, que articulavam a economia local. Na condição de escravas, toda renda adquirida deveria ser repassada ao seu senhor. Tal atividade ocupada majoritariamente pelas mulheres negras escravizadas em espaços urbanos permitia maior mobilidade nas cidades, e pouco controle por parte de seus senhores. A regra era “circular para vender”.

Luiza Mahim se dizia princesa africana da região de Mahi, no Daomé – hoje Benin -, localizado na costa leste do continente africano. Schumacher; Vital Brazil, (2007) aponta este fato como sendo dúbio, pois historiadores afirmam que Luiza Mahin teria nascido em solo brasileiro. Os registros históricos apontados pela autora afirmam que, em 1812, ela estava na condição de liberta. Luiza Mahin teria feito do seu lar refúgio a muitos negros rebelados. Sua notoriedade é decorrente, sobretudo, de sua atuação na grande revolta urbana negra, a Revolta dos Malês. O maior levante negro já registrado nas cidades brasileiras da época. Sua atuação foi essencial para a organização. Seu ofício permitia maior mobilidade pela cidade. O domínio da escrita árabe dera características peculiares aos negros de origem mulçumana oriundos dessa região. Assim, entre uma venda e outra, pequenos bilhetes foram organizando a revolta. As vendas de produtos alimentício alimentava o sonho de liberdade do povo negro baiano do século XIX. Os bilhetes escritos em árabes eram entregues de porta em porta, e assim organizaram o levante, que irrompeu na madrugada de 24 de janeiro de 1835, liderado por um grupo de africanos islamizados.

Como quitandeira, Luiza certamente dispunha de grande mobilidade, pois conhecia as vielas, passagens e os mais diferentes esconderijos da capital baiana. O fato de dominar o funcionamento das ruas tornava relativamente fácil sua atuação como articuladora dos revoltosos, trocando bilhetes entre eles, sob a proteção de crianças que, a pretexto de comprar suas iguarias, ajudavam-na em sua missão. Se o plano dos malês saísse dentro do esperado, ela seria nomeada a rainha da Bahia rebelde. Entretanto, o motim foi debelado às vésperas do dia programado. Seus líderes foram perseguidos e castigados com severidade, mas Luiza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde foi presa e, possivelmente, deportada para a África (SCHMAHER; VITAL BRAZIL, 2007, p. 95).

O levante negro não alcançou seu objetivo, a libertação. Porém, ficou marcado na história e na memória de muitos. Atualmente, seu nome é símbolo de luta e organizações de coletivos feministas negros. Luiza Mahim, além de uma história de luta, deixou um filho, Luiz Gama, Jornalista, Poeta e Advogado, dedicado as causas abolicionistas e quem contou parte de sua história. Por entre becos e vielas da capital baiana, Luiza Mahim construiu estórias e demarcou espaços, num tempo em que as mulheres, não negras, estavam



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

categoricamente alijadas do direito a mobilidade urbana. Mahin ousou subverter a ordem que coisificava os negros corpos, destinados ao trabalho braçal e ao sexo forçado por parte de seus senhores. Organizou revoltas e ocupou espaços. Luiza Mahim fez estórias.

Outra história importante de ser contada é a de Laudelina de Campos Mello, já no século XX. Mais uma de muitas de nós, Laudelina de Campos Mello é hoje uma importante referência de luta. Filha de ex-escravos, liderança negra e feminista, nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas-MG. Lutou pelos direitos das mulheres, da população negra, crianças e adolescentes. Participou de várias organizações sociais que tinham como pano de fundo o debate sobre a mulher negra, trabalhadora doméstica, entre outras discussões, como direito a saúde e educação por parte da população negra.

Nosso destaque a essa personagem é decorrente de sua atuação nos espaços de organizações dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, nos anos de 1970. Laudelina começou a trabalhar como empregada doméstica aos 7 anos de idade. Tivera uma infância comum a de muitas mulheres negras da época. Sua responsabilidade para com a manutenção do lar exigia tal esforço. Aos 16 anos, mudou-se para São Paulo, junto a família para quem trabalhava. Em terras paulistanas, juntou-se a organizações políticas negras. Ajudou a fundar a Associação Chico Rei e a Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Boa Morte, organização esta que veio a se tornar referência para as lutas dos negros (AMNB, 2012, p.9).

Participou de organizações culturais negras, como o Teatro Experimental do Negro – TEN –, coordenado por Abdias Nascimento. Integrou a bancada do Partido Comunista Brasileiro – PCB –, dentre outros espaços ligados ao debate político, social e cultural dos negros. Laudelina ganha notoriedade por ser uma das primeiras mulheres negras a ocupar os espaços de debate e organizações políticas negras, em prol das trabalhadoras domésticas. Ela teria sido uma das responsáveis por colocar em pauta o debate sobre a exploração e as péssimas condições de trabalho a que muitas mulheres negras estavam submetidas. Hoje, como resultado de sua atuação, tem-se a regulamentação do trabalho doméstico perante as leis trabalhistas.

Passemos agora a outro espaço de resistência. Um espaço em que a disputa de poder atua mutuamente no campo físico territorial, no espaço do corpo individual, mas também



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

no campo intelectual. Estamos falando dos grandes centros de produção do saber científico. Agora é a vez de falarmos de Beatriz Nascimento.

Maria Beatriz Nascimento, mulher negra e retirante. Ousou subverter as normativas as quais muitas mulheres negras estão destinadas, devido a sua classe social, cor e sexo. Negou as construções intelectuais feitas sobre nós negros no contexto social brasileiro. Para falar um pouco sobre sua trajetória, chamamos para a conversa as contribuições de Alex Ratts (2006).

Beatriz Nascimento nasceu em Aracajú, Sergipe, em 12 de julho de 1942. Filha de “dona de casa” e de Seu Francisco Xavier do Nascimento. Assim como muitas famílias nordestinas, migrou para o sudeste, Rio de Janeiro, ainda muito pequena. Com muito esforço, concluiu o ensino regular e ingressou no ensino superior público. Coursou História, na universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua vida acadêmica esteve desde sempre ligada a necessidade de debater as questões relacionadas à história do povo negro no Brasil. Uma das suas inquietações era o fato de a história do negro ser carregada de estigmas sociais, pautados num discurso da democracia racial. Outra indagação era o fato de os estudos sobre o negro no Brasil estarem limitados ao período da escravidão. E depois? Deixamos de existir na história oficial deste país? Era a sua indagação.

Beatriz Nascimento apontou a necessidade de a história do negro ser lida e interpretada de dentro. Dizia ela: “Somos a história viva dos pretos; não número”. Assim, seus esforços enquanto intelectual giraram em torno deste debate. Beatriz Nascimento formou-se professora. Atuou na rede pública de ensino. Atuou como ativista em diversos grupos e junto ao movimento negro do Rio de Janeiro. Juntamente com outros companheiros adeptos ao debate, ajudou a fundar o grupo de estudos André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A notoriedade dessa mulher vem com a sua atuação intelectual e política nos espaços acadêmicos. Desenvolveu um novo olhar sobre os estudos relacionados às comunidades quilombolas no Brasil, fazendo um paralelo sobre os quilombos tradicionais e seus desdobramentos em favelas. Mulher, negra e nordestina ultrapassou as fronteiras de um espaço normatizado pelas ordens machistas e racistas, assim como a produção eurocêntrica do saber científico, em meio a efervescência das mobilizações do Movimento Negro da década de 1980. Sua carreira é marcada pela necessária resistência e busca por visibilidade



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

e respeito dentro dos espaços acadêmicos. Segundo as contribuições de Ratts (2006), seu mais reconhecido trabalho foi a produção de textos e narração para o filme *Orí* (1989)⁴, dirigido pela socióloga e cineasta, Raquel Gerber.

Beatriz se consagrou como intelectual, ativista, poetisa, Mulher e Negra, numa sociedade marcada pela discriminação racial e de gênero. Contudo, obteve uma morte como a tantas outras mulheres negras e pobres do nosso país. Na tentativa de ajudar uma companheira que apanhava do marido na porta de um bar, foi morta a balas ali mesmo. Mais um corpo negro, de sangue e veias negras, estirado no chão pela perversidade do machismo. Os atuais movimentos femininos e feministas negro a saúdam como símbolo de luta e resistência de nós mulheres negras. Ela morreu lutando pela dignidade, emancipação e reconhecimento da mulher negra e do povo negro brasileiro. Beatriz Nascimento vive em nós.

Considerações finais

Nosso esforço em apresentar algumas das mulheres negras que fizeram e fazem parte da nossa história não é por mero acaso. Nosso recorte buscou evidenciar algumas das inúmeras mulheres negras que ousaram, em prol da liberdade de um povo oprimido no Brasil. Mas, atenção, essas mulheres não evidenciam apenas histórias, elas marcaram tempos e espaços geográficos.

Nossa incursão se inicia nos primórdios do Brasil Colonial e recai nos tempos atuais. Nos fatos apresentados, temos a demarcação da atuação dessas mulheres no campo e na cidade, marcado pela liderança feminina, bem como no íntimo do corpo e das relações de gênero e raça. As transformações das cidades no período colonial, ocupação urbana e a organização de revoltas negras são expressas pela atuação Luiza Mahim. Os espaços de debate político, organização e movimento social demarcaram a presença de Laudelina de Campos Melo. E não por menos, os espaços de disputa que ainda estamos ocupando gradualmente, os espaços acadêmicos, marcado pela atuação de Beatriz Nascimento. Veja, são histórias, mas também são geografias. E é nesta fronteira tensionada por Beatriz Nascimento que este trabalho se situa – nossa posição no campo da pesquisa acadêmica.

⁴ Beatriz Nascimento produziu o documentário *Orí*. Direção de Raquel Gerber. O trabalho é permeado pela história do Movimento Negro em meados da década de 1970 e 1980, no qual a autora, atriz, professora e poetisa, tece uma série de críticas ao sistema racista e machista vigente.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG

É preciso questionar o caráter questiona o caráter hegemonicamente branco, masculino e eurocêntricos das leituras geográficas (SILVA ,2008). Discorre sobre as ausências presentes nessa produção do saber. Em suas palavras, a geografia produzida por nós geógrafas (os) “é um campo do saber engendrado por relações de poder”. Assim, as novas leituras sobre as “várias geografias” serão possíveis, apenas, quando entendermos que o discurso científico também é uma construção social. A grande questão é o necessário desmembramento das leituras geográficas realizadas apenas sob um prisma analítico, precisamos falar de uma geo-grafia preta.

Referências

Chica da Silva sem X. In: **Revista Fapesp**. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2003/11/01/chica-da-silva-sem-x/> Acessado em: 18/05/2015

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SANTOS, Giselle Cristina dos *Anjos* dos. **Somos todas rainhas**. São Paulo – SP: Coleção História das Mulheres Negras Passado, Presente e Futuro. Org, Associação Frida Kahlo e Articulação Políticas de Juventudes Negras. 2011. Disponível em ><http://www.afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-1ed.pdf>> Acessado em: 05/09/2015

SHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Senac Nacional, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do pensamento geográfico brasileiro: uma crítica feminista á geografia eurocêntrica. In: **VI Simpósio Nacional do Espaço e da Cultura - II Simpósio Internacional do Espaço e da Cultura**, Anais... - Rio de Janeiro- RJ. 2008.



II Colóquio Nacional Espaço e Diferença

30 de março a 2 de abril de 2016

Goiânia, IESA/UFG